

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**DE VOLTA À TERRA?
DESENVOLVIMENTO E REVITALIZAÇÃO RURAL – UM ESTUDO DE
CASO NO SUL DE PORTUGAL**

CECÍLIA ISABEL JUSTINO FONSECA

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DE VOLTA À TERRA?
DESENVOLVIMENTO E REVITALIZAÇÃO RURAL – UM ESTUDO DE
CASO NO SUL DE PORTUGAL

CECÍLIA ISABEL JUSTINO FONSECA

Sob a orientação de
Nelson Giordano Delgado

Dissertação de mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais no Programa
de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
(CPDA)

CECÍLIA ISABEL JUSTINO FONSECA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/09/2014

Nelson Giordano Delgado, Dr. UFRRJ/CPDA
(Orientador)

Armando Fornazier, Dr. UFRRJ/CPDA

Cátia Grisa, Dra. UFPel

Aos meus pais e à minha mana, que são a *raiz* que me sustentam.
À minha tia Paula que, onde quer que esteja, *continua* em mim.
A todas as *sementes* que germinam dentro de mim, colocadas por todos aqueles que comigo
partilharam o percurso que culmina nestas meras folhas.

Um obrigada particular e *profundamente* reconhecido às pessoas que mais diretamente contribuíram
para que esta dissertação ganhasse corpo e forma, no Rio de Janeiro, em Querença, Loulé, Lisboa,
Évora e em alguns outros lugares espalhados pelos dois lados do Atlântico.

Que os sobreiros do Sr. Cardoso dêem longa *sombra* ao pequeno Miguel.

Objects in the rear view mirror may appear closer than they are.

RESUMO

FONSECA, Cecília. **De volta à terra? Desenvolvimento e revitalização rural – Um estudo de caso no sul de Portugal**. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O rural contemporâneo é objeto de leituras variadas no que concerne à sua essência e dinâmica. Em Portugal, os estudos rurais retratam sobretudo um percurso de declínio e de desaparecimento, na sequência da desvinculação entre espaço, atividade produtiva e população. Apesar de não assumirem relevância estatística, vão surgindo idéias e iniciativas de pessoas, grupos e/ou associações que advogam um regresso ao rural. Interessámo-nos nesse trabalho pelas iniciativas que apresentam conteúdo, metodologia e intencionalidade relativamente definidos, e que têm como foco a revitalização e o desenvolvimento de espaços que elas classificam como em risco de 'desertificação humana'. Procurámos compreender os principais elementos que subjazem à concretização dessas propostas e explicitar as relações que se tecem entre os atores envolvidos, na trama das principais narrativas presentes na sociedade; dos processos socioeconômicos e das políticas públicas ligados aos espaços rurais. Para tanto, tentámos, primeiro, destrinçar alguns dos discursos e das ações relacionados com o principal problema apontado ao rural português (a desertificação) e com as soluções preconizadas para o resolver (que englobamos na noção polissêmica de desenvolvimento). De seguida, procurámos compreender como essas narrativas se articulam na concretização de um projeto de revitalização rural, através da realização de um estudo de caso. O caso analisado foi o Projecto Querença: uma iniciativa implementada numa localidade na região mais a sul de Portugal (Algarve), entre 2010 e 2012. O Projecto propôs-se testar uma nova abordagem de desenvolvimento rural, no sentido da resolução simultânea dos problemas enfrentados pelos espaços rurais e da diminuição de oportunidades de trabalho para jovens diplomados. A iniciativa ofereceu um estágio profissional a nove jovens para que, a partir dos seus conhecimentos académicos, elaborassem projetos empresariais assentes no uso sustentável e inovador dos recursos naturais e culturais locais. E que, desse modo, contribuíssem para a “empresarialização” da localidade. A análise do Projecto Querença na óptica das “redes rurais” e o cruzamento entre discurso, representações e ações, permitiu-nos compreender que, por um lado, a iniciativa formou uma rede de atores com visões idênticas de desenvolvimento rural: mais gente e mais trabalho. Porém, nesse encontro, os atores não dispõem de capacidade de agência semelhante, nem o que está dentro e o que vem de fora assumem igual valor. Questões que encontram paralelo, num plano superior, nas abordagens de desenvolvimento surgidas e aplicadas nas políticas europeias e nacionais. A coincidência entre as políticas e iniciativas como o Projecto Querença é patente igualmente nos valores e objetivos que expressam: a dimensão econômica enquanto motor de desenvolvimento, o empreendedorismo, a especialização territorial, a inovação e a eficiência, são algumas das noções sublinhadas nesses dois campos. No contexto das mudanças no mundo do trabalho e do apelo à diminuição da intervenção estatal, as propostas de transformação do espaço rural de espaço de consumo, ou de abandono, em espaço de vida e de trabalho, parecem assim fundar-se na migração de população urbana “empreendedora” que, a partir de recursos locais “inertes”, criará o seu próprio trabalho, preferencialmente sem se socorrer de apoios públicos, e se converterá em ator do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Revitalização rural; Projetos; Políticas Públicas; Portugal.

ABSTRACT

FONSECA, Cecília. **Back to the land? Rural development and revitalisation – a case study in the South of Portugal.** Dissertation (Masters in Social Sciences - Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Contemporary rurality is a field of multiple readings in what regards its essence and dynamics. In Portugal, rural sciences depict the countryside mainly as being declining and disappearing due to the decoupling of space, production and population. Despite its statistical irrelevance there are ideas and initiatives coming from individuals, groups and/or associations that advocate for a return to the rural space. We are here particularly interested in those initiatives that have defined a specific intervention methodology and contents aiming at the revitalisation and the development of spaces that they qualify as at risk of 'human desertification', that is, depopulation. We sought to understand the key elements underlying the implementation of such initiatives and to explain the relationships between the actors involved weaved in the main narratives flowing in society, in the socioeconomic processes and in the public policies concerning rural areas. To do so, we tried first to disentangle some of the discourses and actions related to the main problem point out to the Portuguese rurality (the depopulation) and to the solutions implemented to solve it (framed in the polysemic notion of development). Next, we sought to understand how these narratives are articulated in a project of rural revitalization through a case study exercise. We have analysed the Projecto Querença, an initiative that took place in Querença, a parish in the Portuguese southern region (Algarve), between 2010 and 2012. The project aimed at testing a new approach to rural development, i.e., to sort out the problems faced by rural areas and at the same time the decreasing job opportunities for young graduates. The initiative offered an internship to nine young people in order them to draw up business projects based on their academic background and on the sustainable and innovative use of local natural and cultural resources. Thus, contributing to the “corporatisation” of the locality. The analysis of the Project in the perspective of “rural webs” and the intersection between discourse, representation and action, favoured the understanding of that initiative as a network of actors sharing some identical points of view on development: more people and more work. Yet, we have also realised that actors do not have the same agency in such crisscross nor what is inside and what comes from the outside have equal value. Such issues are parallel, on a higher level, to the development approaches emerged and applied in the European and in the national policies. The match between policies and projects such as Projecto Querença is evident also in the values and objectives they express: the economic dimension as the driving force of development, entrepreneurship, territorial specialisation, innovation and efficiency are some concepts outlined in both fields. In the context of the dismantlement of the labour condition and of the welfare State ideas calling for a rural restructuring, changing from a space of consumption or abandonment to a space of life and work, imply the migration of “entrepreneurial” urban population, which will create its own job based on “inert” resources, preferably without State support, and are than converted into actors of rural development.

Keywords: Rural development; rural revitalisation; projects; public policies; Portugal.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população europeia nos séculos XVI e XVII	21
Tabela 2 – Taxas brutas de Natalidade, Mortalidade, Nupcialidade e Crescimento Natural em Portugal (1890-2012)	29
Tabela 3 – Estimativas de Densidade Populacional por regiões (1527 / 1700)	33
Tabela 4 – Localidades com mais de 10 mil habitantes (1864-1991)	33
Tabela 5 – Percentagem de população residente segundo a dimensão dos lugares a em Portugal Continental (2011)	34
Tabela 6 – Distribuição da população ativa por alguns setores económicos (1890-2011)	38
Tabela 7 – Explorações Agrícolas e S.A.U. (1968-2009)	39
Tabela 8 – Número de explorações e SAU, por classes de SAU (2009) e variação 1999-2009	40
Tabela 9 – Distribuição dos produtores agrícolas, da população agrícola familiar e do total da população residente por níveis de instrução (2009) e variação entre 1999 e 2009	42
Tabela 10 – LEADER em Portugal - Número de projetos, postos de trabalho criados, grupos de ação local e percentagem de cobertura do território elegível	66
Tabela 11 – Alocação total dos financiamentos LEADER (soma da contribuição UE e da contribuição nacional) por áreas de intervenção em Portugal (1991-2013)	67
Tabela 12 – População residente, em números absolutos, na freguesia de Querença (1864 – 2011)	99
Tabela 13 – Distribuição da população da freguesia de Querença por escalão etário (Censos 2011)	99
Tabela 14 – População total das freguesias do Município de Loulé entre 1991-2011, ordenada segundo a população dos Censos 2011; Densidade Populacional em 2011; e Área das Freguesias	100

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Portugal Rural? Interior? Deserto?	17
Figura 2 – Tipologia com três classes	24
Figura 3 – Tipologia com seis classes	24
Figura 4 – Tipologia dos Territórios (por município)	25
Figura 5 – Dinâmica socioeconômica entre 1991 e 2001 (por município)	26
Figura 6 – Evolução da população portuguesa em números absolutos (1422-2011)	28
Figura 7 – Evolução da população por grandes grupos etários em números absolutos (1864-2011)	30
Figura 8 – Emigração legal e estimativa da emigração clandestina (1855-1988)	31
Figura 9 – Movimentos de saída de população em Portugal Continental (1976-2012)	31
Figura 10 – Ocupação territorial em Portugal (1990-2010)	35
Figura 11 – Densidade populacional por municípios (hab./km ²) (1960)	36
Figura 12 – Densidade populacional por municípios (hab./km ²) (2011)	36
Figura 13 – Peso do Valor Acrescentado Bruto dos setores primário, secundário e terciário (% do total) por NUTs III (2009)	37
Figura 14 – Cartaz da campanha “Migra” do município de Idanha-a-Nova	82
Figura 15 – Localização da freguesia de Querença no município de Loulé e na região Algarve e logomarca do Projecto Querença	89
Figura 16 – Diagrama do Projecto Querença	94
Figura 17 – Diagramas explicativos da filosofia do Projecto Querença	97
Figura 18 – Freguesias do Município de Loulé	100
Figura 19 – As três sub-regiões morfológicas da região do Algarve	101
Figura 20 – Querença	103
Figura 21 – Mercado de Querença durante a primeira fase do Projecto Querença	112

LISTA DE SIGLAS

AJAP – Associação dos Jovens Agricultores de Portugal

AR – Assembleia da República

CE – Comunidades Europeias (uma das designações passadas da atual União Europeia)

CML – Câmara Municipal de Loulé

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FMVG – Fundação Manuel Viegas Guerreiro

FSE – Fundo Social Europeu

GAL – Grupo de Ação Local

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

ICN – Instituto de Conservação da Natureza

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISS – Instituto da Segurança Social

LEADER – Ligações entre ações para o desenvolvimento da economia rural

MADRP – Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MAOTDR – Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

NUT – Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento na Europa

ONG – Organização Não-Governamental

PAC – Política Agrícola Comum

PCP – Partido Comunista Português

PIB – Produto Interno Bruto

PME – Pequenas e Médias Empresas

PRODER – Programa de Desenvolvimento Rural

UCP – Unidade Colectiva de Produção

UE – União Europeia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – 'DESERTIFICAÇÃO' E RURALIDADES – PROCESSOS E REPRESENTAÇÕES	14
1.1. Construção das noções de desertificação, interior e rural	17
1.1.1. Os contributos dos debates académicos e políticos	18
1.1.2. Construção de alternativas – as tipologias	24
1.2. Dinâmicas populacionais em Portugal – breve aceno histórico	28
1.2.1. Dinâmicas demográficas e migratórias	28
1.2.2. Dinâmicas de povoamento e migrações internas	32
1.3. Dinâmicas dos espaços rurais	37
1.3.1. Dinâmica das atividades produtivas	37
1.3.2. Dinâmicas da população agrícola-rural	40
1.3.3. Dinâmicas da “reestruturação rural”	45
1.3.4. Entre ficar ou partir	47
CAPÍTULO 2 – DA 'DESERTIFICAÇÃO' À ESFERA POLISSÊMICA DA NOÇÃO DE 'DESENVOLVIMENTO'	53
2.1. O desenvolvimento do rural numa abordagem “top-down”	55
2.1.1. Orientações governamentais para os espaços rurais nos séculos XIX-XX	55
2.1.2. A adesão à União Europeia	58
2.2. Desenvolvimento (do) rural na óptica das parcerias locais entre atores	64
2.2.1. O desenrolar do desenvolvimento rural entre a experimentação LEADER e as proposições académicas	65
2.2.2. O desenvolvimento rural e o 'local'	70
2.3. Desdobramentos do desenvolvimento rural na atualidade	74
2.3.1. Valores e orientações das políticas públicas nacionais e europeias	74
2.3.2. Desenvolvimento rural territorial – abordagem empírica e objeto heurístico	77
2.3.3. De baixo para cima – desenvolvimento como revitalização do rural	79
CAPÍTULO 3 – 'DESERTIFICAÇÃO' E 'DESENVOLVIMENTO' – ENTRE OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS	88
3.1. Surgimento e estruturação do Projecto Querença	90
3.2. Querença – Entre o Barrocal e a Serra	98
3.2.1. Dinâmicas demográficas	98
3.2.2. Serra e Barrocal – Morfologia e Povoamento	100
3.2.3. Dinâmicas socioeconômicas e culturais	105

3.3. “Uma nova abordagem ao desenvolvimento do mundo rural”	109
3.3.1. O Projecto Querença na óptica da “Rede Rural”	110
3.3.2. Uma visão de desenvolvimento entre o público e o privado	122
3.4. Inserção de Querença noutras trajetórias de desenvolvimento	124
3.4.1. Políticas e outros projetos de desenvolvimento	124
3.4.2. Trajetórias de desenvolvimento 'cotidianas'	128
3.5. “Empreender” o mundo rural	129
3.5.1. Mutações no mundo do trabalho	130
3.5.2. Trabalho, empreendedorismo e desenvolvimento	130
3.5.3. Juventude e precariedade	134
3.6. Projecto Querença e o Futuro	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
GLOSSÁRIO	171
ANEXOS	174
Anexo 1 – Regiões-referência	175
Anexo 2 – Guiões para entrevistas semi-estruturadas	176
Anexo 3 – “Rede Nacional de Projectos Querença” – Projetos implementados (2012-2014) ...	179

INTRODUÇÃO

O terceiro evento político que marcou o século XX português pôs fim a quatro décadas de um regime autoritário, de cariz personalista e de matriz conservadora, que se autointitulou de Estado Novo¹. A ideologia do regime construiu um imaginário nacional assente, entre outros elementos, na idealização da ruralidade portuguesa.

A revolução democrática de 1974 rompeu em vários sentidos com o regime anterior, sendo um deles o das mentalidades e da cultura nacional. A adesão às então denominadas Comunidades Europeias (mais tarde renomeadas como União Europeia) e o reforçar do movimento económico, político e cultural geralmente denominado de globalização, ou seja, a integração do Estado português, até aí fechado sobre si mesmo, no espaço comum europeu e no espaço globalizado 'ocidental' subsidiaram a emergência de novos valores culturais e identitários. A essa emergência agregou-se uma maior urbanização do país e a adoção de estratégias produtivas e económicas que impulsionaram os setores secundário e terciário. Portugal virou, desse modo, as costas a um passado a um tempo autoritário, agrícola e rural(izante). No entanto, os movimentos migratórios da população de algumas regiões do país para as cidades do litoral (como Lisboa e Porto) já há muito alimentavam uma dupla dualidade entre urbano-litoral e rural-interior, nas leituras e nas visões sobre o país.

Os últimos dados demográficos nacionais demonstram que entre 2001 e 2011 a vasta região do Alentejo² (a sul do país) assistiu a um decréscimo populacional de 2,5%; o centro do país cresceu apenas 0,06% e o norte, 1,8%. Ao passo que a região metropolitana da capital e o sul litoral cresceram 6,01% e 14,12%, respectivamente (INE, 2012a)³. A inversão da pirâmide etária e uma taxa de crescimento populacional total de 0,197% (*idem*) complexificam o quadro demográfico nacional.

No que tange ao setor primário – geralmente relacionado ao espaço rural – representa atualmente menos de 3% do PIB nacional. As políticas públicas nacionais e europeias refrearam o setor, estimulando primordialmente o setor florestal e a valorização patrimonial dos territórios externos aos perímetros urbanos, através do incentivo a outras atividades económicas. Surge, assim, a visão de Portugal como o “jardim da Europa”⁴.

A rede viária é ampliada, permitindo maiores conexões territoriais, mas a construção de infraestruturas (escolas, bibliotecas, centros de saúde) acontece em especial nas localidades com maior concentração populacional.

O rural transforma-se em uma “reserva ambiental e cultural” (CAVACO apud PORTELA in PORTELA; CALDAS, 2003: 17). Palavras como lavradores, lavoura, agricultor, camponês, aldeia, vão desaparecendo do espaço público urbano, e o 'resto do país' torna-se a 'província'⁵, o 'interior', a 'terra'⁶ e o 'campo'.

O rural perde espaço igualmente na academia portuguesa (o rural português foi alvo de

¹ Considerando-se como o primeiro, por ordem cronológica, a implantação da República em 5 de Outubro de 1910 e o segundo, a ditadura militar de 1926-1933, que possibilitou o surgimento da ditadura salazarista.

² Ver regiões-referência no Anexo 1.

³ A unidade territorial utilizada são as NUT's II (ver glossário).

⁴ Por analogia à imagem criada durante o Estado Novo de Portugal como o “celeiro de Portugal”, dada a ênfase do regime na produção de cereais, na região do Alentejo.

⁵ A unidade maior da divisão espacial e administrativa vigente durante o Estado Novo era a província.

⁶ 'Ir à terra' exprime o deslocamento temporário ao lugar de origem.

dos estudos de vulto, em especial na etnografia e na geografia entre os anos 1930-1960, e de alguns estudos pontuais na década de 1980). Nas palavras da socióloga Elisabete Figueiredo, dá-se o fim do rural enquanto objeto científico (FIGUEIREDO, 2011: 14). Os estudos existentes falam de 'desertificação' humana, de despovoamento, de êxodo, de territórios de baixa densidade, da desvalorização da agricultura e do surgimento do 'agricultor jardineiro', pago para não produzir. Constrói-se, assim, um retrato algo pessimista sobre o rural: um “rural sem território” (BAPTISTA apud PORTELA in PORTELA; CALDAS, 2003: 7), um “rural frágil” (BAPTISTA in FIGUEIREDO, 2011) ou uma “ruralidade portuguesa mítica”⁷, onde “(...) o que ainda hoje perdura nas representações (sobre ruralidade) é o legado avassalador do Estado Novo” (DOMINGUES, 2011: 136).

Desde o final da década de 1990, no entanto, os estudos rurais ganharam novo fôlego e passaram a dar conta em particular das políticas de desenvolvimento rural (local, territorial), da ambientalização e da patrimonialização do mundo rural, mas focando ainda no agudizar dos problemas demográficos e sociais desses espaços. São poucos os estudos que apontam para um possível ressurgimento ou regresso – demográfico – ao rural. As pesquisas existentes debruçam-se sobre alguns casos de novos residentes nos espaços rurais (BARROSO *et al.*, 2008; DINIS *et al.*, 2001; FRANCISCO, 2004; ROCA, 2011)⁸. Mas há presságios que “as zonas rurais do interior (...) serão um crescente atractivo e (...) numa só geração, irão beneficiar de uma importante recuperação demográfica. (...) o rural vai transformar-se num percurso vital de populações, sobretudo jovens, que procuram sobreviver (...)” (TORRES apud BAPTISTA in FIGUEIREDO, 2011: 57).

A mídia nacional⁹ e a internet emitem alguns sinais que esse percurso já está sendo empreendido por pessoas que desejam 'voltar à terra'. Em blogs, websites e redes sociais relativos a iniciativas pessoais, a projetos de grupos de pessoas, de amigos, de organizações da sociedade civil, entre outros, aparecem expressões que vão desde os “agricultores de sofá” aos “novos rurais” e aos “novos povoadores”. Atores de processos autodenominados de “êxodo urbano”, de “resgate territorial”, de “reocupação”, de “repovoação”, de “nova migração”, de um “Portugal rural 2.0”; que pretendem “voltar à terra”, “mudar para o campo”, “retornar ao rural”, “ter uma vida simples” num “regresso com futuro”, uma vez que “no mundo rural, encontramos as dimensões das sociedades do futuro e elas são a fonte inspiradora”¹⁰.

Em alguns relatos, quem muda fala do “chamado da terra”. Outros falam de proteção dos valores culturais e da intenção de combater o preconceito sobre o interior. Desejam “pôr o rural no mapa” ou apenas “recomeçar”, “mudar de vida” lá onde “está tudo por fazer, tudo por descobrir”.

Na senda do discurso ambientalista e das práticas sustentáveis surgem iniciativas

⁷ DOMINGUES, A. Ruralidade é mito. Existe em 'resorts' e turismo rural: depoimento. [29 Janeiro 2012]. Diário de Notícias. Entrevista concedida à Agência Lusa. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2271103>. Acesso em: Fevereiro 2012.

⁸ Elisabete Figueiredo, falando sobre as pessoas que estão a regressar ao campo, afirma: “(...) essa mudança não está ainda bem estudada. Nós não sabemos quantas pessoas são, quem são. Não há até agora estudos que sistematizem esses movimentos, até porque é algo muito recente.” Depoimento no programa “Sociedade Civil” da televisão RTP2, em 25 de Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/play/p44/e96822/sociedade-civil>> Acesso em: Outubro 2012.

⁹ Por exemplo, a televisão pública nacional emite, desde Maio de 2013, uma novela em horário nobre sobre neorurais. Disponível em: <<http://media.rtp.pt/blogs/bemvindosabeirais/>> Acesso em: Junho 2013.

¹⁰ Depoimento de Clara Lourenço, no programa Sociedade Civil, da televisão RTP2, em 25 de Outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/play/p44/e96822/sociedade-civil>> Acesso em: Outubro 2012.

ligadas à “transição”¹¹, à permacultura¹², às ecocomunidades. E a agricultura ganha novas roupagens: agricultura social, agricultura urbana, agricultura virtual, agricultura apoiada pela comunidade, voluntariado em fazendas orgânicas. Nas redes sociais virtuais trocam-se conselhos sobre mudança de vida; mobilizam-se pessoas para projetos de formação de comunidades fora das cidades; discute-se compra de terrenos, agricultura e práticas holísticas. Algumas dessas redes oferecem a possibilidade de inscrever iniciativas em diretórios *online* para auxiliar a criação de elos entre projetos¹³.

Alguns grupos e organizações da sociedade civil, por vezes em parceria com universidades ou com prefeituras, elaboram 'projetos' com um foco específico na revitalização dos espaços rurais, com maior ou menor acento na atração de população das cidades para esses lugares. As estratégias e os valores são também variados: desde o empreendedorismo, à sustentabilidade, à participação comunitária, etc.. São exemplos o projeto Novos Povoadores, que decorre em vários municípios de Trás-os-Montes; o Projecto Querença, no município de Loulé (região do Algarve); a Aldeia das Amoreiras Sustentável, em Odemira (Alentejo); o projeto nacional Aldeias Sustentáveis e Activas, do qual fazem parte, entre outros, o Projecto Querença e a Aldeia das Amoreiras Sustentável.

No que tange às políticas públicas, Elisabete Figueiredo afirma que nunca existiram em Portugal iniciativas concertadas para resolver os problemas dos espaços rurais (FIGUEIREDO, 2011). As políticas estatais preconizaram acima de tudo a transformação do rural em espaço de consumo da população urbana.

Os espaços rurais, como todo o território nacional, são alvo de diferentes políticas setoriais, mas desde a adesão do país à União Europeia (UE) passaram a ser abrangidos na política especialmente direcionada ao desenvolvimento rural. Essa política emergiu no seio da política agrícola europeia (Política Agrícola Comum – PAC) em 1990. A crise da agricultura dos anos 1980, a necessidade de aumentar a competitividade dos territórios mais afastados do centro económico europeu, juntamente com a pressão dos países do Norte da Europa para uma maior descentralização e aprofundamento da democracia local no espaço da UE (MORENO, 2003: 1-2), estão na base da criação de um segundo “pilar” da PAC, que se foi delineando, experimentando e consolidando, em particular, através da implementação do programa LEADER¹⁴.

O programa financiou durante mais de duas décadas centenas de projetos, a nível local, com vista à dinamização social, cultural e económica dos espaços rurais, em toda a Europa. Em Portugal, as iniciativas implementadas foram bastante heterogêneas, seja no que diz respeito à natureza da intervenção, seja no que concerne aos principais promotores das mesmas (MORENO, 2003).

O impacto dos projetos implantados não é ponto consensual entre os investigadores. Para alguns, o programa não atingiu o nível de equidade esperado, derivando em situações de assimetrias nos territórios (BRUCKMEIER; SCHUCKSMITH in PLOEG; MARSDEN,

¹¹ A Rede de Transição começou na Irlanda e na Inglaterra, no início dos anos 2000. Trata-se de iniciativas de grupos de cidadãos que visam transformar suas comunidades locais, através da alteração dos modos de consumo, das relações económicas e sociais. Disponível em: <<http://www.transitionnetwork.org/>>. Acesso em: Julho 2014.

¹² A Permacultura foi pensada por dois ambientalistas australianos, na década de 1970, Bill Mollison e David Holmgren, enquanto método holístico – pois abrange a dimensão social, ecológica e financeira – de planeamento e de manutenção de sistemas de vida humana, ecologicamente e socialmente sustentáveis. Embora de carácter holístico, as técnicas da permacultura são especialmente utilizadas para a produção ecológica de produtos agrícolas.

¹³ Por exemplo, a Rede Convergir. Disponível em: <www.redeconvergir.net>. Acesso em: Julho 2013.

¹⁴ Acrónimo que, em inglês, está para: “Links between actions for the development of rural economy”.

2008: 223). Referindo-se ao caso português, alguns autores afirmam que parte das iniciativas mostrou-se insustentável e que a aposta centrada no turismo rural e na patrimonialização do rural conduziu à “McRuralização” (FIGUEIREDO, 2011: 21), uma panaceia que não respondeu aos anseios dos territórios nem refreou o desaparecimento das aldeias e das populações rurais. Outros autores sublinham os seus aspectos positivos: a abordagem e a metodologia criadas pelo LEADER estimularam ações integradas em meio rural e as parcerias locais entre as três esferas (Estado, mercado e sociedade civil) entraram no léxico do desenvolvimento rural (ROVER; HENRIQUES, 2006; CARNEIRO, 2005; MORENO, 2007).

No que tange especificamente à agricultura, o governo português vem tomando, nos últimos anos, medidas a nível central no sentido da reativação agrícola e da valorização social da atividade¹⁵. Também as instituições públicas locais têm assumido um papel importante nesse processo, facilitando o acesso a pequenas parcelas de terrenos aráveis públicos e dando formação em agricultura às pessoas interessadas em dedicar-se à atividade.

As dinâmicas sociais e económicas, locais e globais, são complexas e não lineares. Se a teoria da modernização sintetizava os movimentos populacionais e societários nas direções (paralelas) do rural para o urbano; da pobreza para melhores condições de vida; do atraso para o progresso; da ignorância para a literacia; do setor primário para o secundário e terciário; as narrativas ambientalistas, as diferentes conjunturas económicas, as mudanças estruturais no quadro laboral, misturaram as cartas. Assim, para alguns, o rural tornou-se sinónimo do que a modernização associou ao urbano: emprego, boas condições de vida, emancipação individual e social, ainda que de forma não homogênea nem consensual.

Os territórios vistos majoritariamente como obstáculos ao progresso começam a ganhar novas conotações de “futuros futuríveis”, na expressão do sociólogo José Portela (in PORTELA; CALDAS, 2003: 3). A tradição metamorfoseia-se em inovação. Num cenário de crise, os lugares votados à 'exclusão' social e económica parecem ser o tubo de escape ou a alavanca para a economia nacional.

Estarão os espaços rurais, em Portugal, assistindo a algumas formas de reestruturação demográfica, económica e cultural ou estarão ainda apenas expostos ao êxodo populacional e ao desaparecimento paulatino? Ou será a sua reestruturação que está conduzindo a esse desaparecimento?

Os estudos rurais franceses e ingleses assinalaram, a partir da década de 1980, a emergência de novos paradigmas, usos e concepções dos espaços rurais e da ideia de rural. Após o declarado desaparecimento do rural agrícola e campesino em França, alguns pesquisadores identificaram um retorno da população ao espaço físico rural, desvinculado da atividade agrícola e motivado por razões como a qualidade de vida ou o acesso a moradia (KAYSER, 1990). Na Inglaterra, outros autores observaram os fenômenos da ambientalização do rural e da diversificação das atividades económicas de orientação distinta do produtivismo agroindustrial (MARSDEN, 1995).

O desamarrar da noção de rural de traços e características como a agricultura ou a comunidade, deslocou a sua conceptualização para outras abordagens teóricas e conceptuais, apoiadas pelos desenvolvimentos epistemológicos principalmente das ciências sociais. As pesquisas e o debate sobre o rural aproximaram-se da dimensão identitária; das relações sociais; das relações entre atores e o espaço (MORMONT, 1989); das representações que os

¹⁵ A Ministra da Agricultura e o Presidente da República enfatizam recorrentemente a necessidade da população voltar a trabalhar no setor agrícola. A Ministra da Agricultura, em particular, tem difundido junto da comunicação social a existência de um número crescente de jovens agricultores.

atores criam e/ou reproduzem sobre o rural (MATHIEU, 1998; DE PAULA, 2001), ou ainda do cruzamento das dimensões espacial, relacional e representacional (HELEN; JONES, 2012; HALFACREE, 2007). Esses esforços conceptuais foram acompanhados por uma preocupação de fundo: a superação da dicotomia rural-urbano (MURDOCH; PRATT, 1993). Para tanto, é proposto o deslocamento da noção de rural para outras categorias mais neutras como local ou localidade rural.

Verifica-se desse modo uma correspondência entre a pluralidade de situações encontradas no rural e a disputa epistêmica de diferentes linhas de pensamento, que propõem as suas próprias categorias, mais ou menos contíguas (como renascimento rural; novo rural; ruralidades; local; território; pós-rural; ruralidade pós-moderna ou rede rural), e respectivas abordagens analíticas. Esse último conceito – o de rede rural – condensa algumas dessas novas preocupações conceptuais e analíticas. Rede rural refere-se às relações entre atores humanos e não humanos, entre o social e o material, em diferentes escalas – do local ao global. A construção teórica elaborada a partir dele propõe-se a destrinçar as mudanças e as evoluções multidimensionais que compõem o paradigma de desenvolvimento rural (MURDOCH, 2000; PLOEG; MARSDEN, 2008).

Segundo os autores portugueses anteriormente citados, também o rural português se desterritorializou funcional e espacialmente, o que implicou numa abertura exponencial dos significados inerentes à categoria. As reflexões académicas mais recentes remetem para o rural-ambiente, rural-paisagem, rural-turismo, rural-qualidade de vida, rural-história (FIGUEIREDO, 2011).

A nossa pesquisa pretende, assim, dialogar com o debate teórico da sociologia rural sobre a noção de rural enquanto categoria de análise, com validade heurística para iluminar as relações humanas, as relações com o espaço e as representações desse espaço. A nosso ver, mais importante do que distinguir o rural e a ruralidade por um conteúdo definido *a priori*, é a compreensão dos complexos fenómenos sociais que ocorrem num espaço que, de modo não unívoco, é chamado de rural.

Dentro da heterogeneidade de realidades – das ideias e projetos em fase de concepção, às tentativas goradas, e às iniciativas em curso ou já finalizadas – passíveis de serem catalogadas como 'regressos ao rural', estamos particularmente interessados em iniciativas que se proponham a 'revitalizar' espaços cujos proponentes descrevem como em risco de desaparecimento ou de 'desertificação'. Outros elementos que orientaram a nossa delimitação são: assumirem a forma de projetos¹⁶, isto é, apresentarem-se enquanto artefatos estruturados, com temporalidade, intencionalidade, conteúdo e métodos de ação relativamente definidos; tratarem-se de iniciativas pensadas e implementadas por articulações de atores de natureza diversa, que proponham uma intervenção multisetorial e multidimensional (económica, ecológica, social, etc.) e que busquem direta ou indiretamente fixar novos residentes nesses locais.

Num plano alargado, interessa-nos entender os fatores e os contextos presentes e passados de que tais casos emergem, com que dialogam, que influenciam e pelos quais são influenciados. De um modo geral, as iniciativas apontam como a sua maior motivação dar resposta à questão estrutural do despovoamento de grande parte do território português ('desertificação') e, em menor medida, à conjuntura de crise económica que se abateu sobre o país desde 2008. A pluralidade de atores, de discursos e de iniciativas reflete, no entanto, um caldo sócio-político-económico-cultural mais heterogéneo que poderá ser apreendido através de diferentes lentes e em diferentes níveis de análise, intimamente imbricados:

¹⁶ Utilizamos “projeto” e “iniciativa” de forma comutativa, entendendo-os na mesma acepção.

- o papel das políticas públicas nacionais e europeias da agricultura e de desenvolvimento rural na reestruturação das áreas rurais do país e no estímulo à criação de redes de ação e de intervenção locais;
- os valores e as representações históricas e atuais, nacionais, locais e individuais, sobre o rural;
- os regimes discursivos associados às ideias de desertificação, modernização, desenvolvimento, sustentabilidade, inovação, tradição e empreendedorismo;
- e as tensões multi-escalares (nacionais, europeias, internacionais) relativas aos mecanismos econômicos e produtivos.

A delimitação do universo de estudo e essa primeira contextualização repercutiram em várias questões de partida. Quais os atores que protagonizam essas iniciativas (famílias, grupos de pessoas/amigos, organizações da sociedade civil, universidades, empresas, administração local)? Agregam-se em torno de um mesmo conjunto de valores e de uma mesma visão de mundo? Como e a que outros atores se ligam? O que os mobiliza: repovoar o país, fazer renascer o rural, procurar/criar emprego...? É uma proposta para um grupo de pessoas, para uma localidade ou para algo de maior alcance espacial, econômico e cultural? São iniciativas pensadas por um grupo de atores para atingir mudanças na vida de outros grupos de atores? Como se articulam com as políticas públicas; com discursos, narrativas e representações; e com outras escalas de ação? Que oportunidades (programas, fundos, patrocínios, apoios informais, redes, instituições públicas) são acionadas por esses projetos? As iniciativas falam de ruralidade? Como a caracterizam? Como se propõem ativar as localidades? Como são identificadas – ou escolhidas – as localidades em que tais projetos são implementados? Como são vistos pelos atores que residem nessas localidades? Como se dá a interação entre eles?

Ancorados nestes questionamentos delineamos como nossos principais objetivos: compreender quais os principais elementos que subjazem à concretização de uma proposta de revitalização rural; e explicitar as relações que se tecem entre diversos atores, bem como os (des)encontros entre as suas visões de passado, presente e futuro relativamente ao espaço em que se cruzam. Procurámos deslindar esses enlaces no diálogo com as principais narrativas presentes na sociedade; com os processos socioeconômicos e as políticas públicas ligados aos espaços rurais.

O que reverberou, na análise específica, para a apreensão do modo como os projetos foram pensados e articulados entre os principais promotores, entre eles e os habitantes dos locais e entre a gama de atores que foram e que são neles envolvidos. Olhando, em particular, para as relações de confiança e de cooperação; para a construção de elos e para a construção conjunta de saberes; e para os valores e princípios partilhados (ou não).

Do ponto de vista teórico e analítico, situamo-nos assim na abordagem que liga as práticas dos atores aos espaços e às representações. Um dos modelos teóricos que nos inspirou foi desenhado por Halfacree (2007), com base nas ideias de Lefebvre. Um modelo trialético que liga as práticas espaciais dos atores (a dimensão real e material), às representações dos espaços existentes na sociedade (tanto as concepções formais como as imaginárias) e aos espaços de representação (a prática da dimensão simbólica). Partindo dessa concepção, consideramos o rural como resultado da (re)produção contínua e interligada de processos e de práticas materiais e discursivas (HELEN; JONES, 2012: 209) que têm “um impacto real nas experiências das pessoas vivendo, trabalhando e agindo no espaço rural” (WOODS apud

HELEN, JONES, 2012: 209, tradução nossa).

Aprofundamos essa conceptualização com a proposta teórica de Van der Ploeg e de Terry Marsden (entre outros) formulada a partir de duas abordagens oriundas da sociologia da ciência e da tecnologia: a perspectiva multi-nível e a teoria ator-rede. A proposta enseja constituir-se como um *corpus* teórico que permita a análise das “novas realidades” que estão surgindo a partir da base econômica erodida, tanto da economia rural como da empresa agrícola, e que constituem um novo paradigma de desenvolvimento rural (PLOEG *et al.*, 2000: 396; 400).

O conceito-base dessa construção teórica é, como anteriormente mencionado, o de “redes rurais” enquanto “campos de relações capazes de ativar e fortalecer sinergias entre atores, recursos e práticas, numa perspectiva de sustentabilidade e de valorização do rural”, que “não se esgotam em uma mera revalorização do endógeno ou do local, mobilizando um conjunto complexo de estratégias que se desdobram em diferentes níveis” (SCHMITT, 2011: 106-107).

Sendo tributária da teoria ator-rede, a abordagem multi-nível aplicada ao desenvolvimento rural facilita a revelação das conexões atuantes, dos nós construídos pelos atores desde a escala micro até à escala macro; dos fenômenos que lhes permitem persistir, expandir ou extinguir-se, e revelar os nós agenciadores.

Um outro aspecto central da formulação de Ploeg e Marsden é o deslocamento analítico das esferas econômica, política, social e ambiental *lato sensu*, para seis dimensões mais restritas e específicas: a sustentabilidade e o desenvolvimento rural; a endogeneidade da economia rural; a produção de novidades; o capital social; os arranjos institucionais e a governança dos mercados (PLOEG; MARSDEN, 2008: 7). Tal marco analítico possibilitou-nos focar nos elementos centrais do nosso universo empírico.

Não obstante o contributo dessas construções teóricas para uma compreensão mais complexificada do que está acontecendo nos espaços rurais, ao se apoiarem na noção de rede enquanto interligação sinérgica de atores, processos e contextos, podem conduzir-nos a uma visão depurada desses encontros e sinergias. A coexistência e a coprodução de modos de organização, de discursos e visões de rural e de desenvolvimento distintos são, provavelmente, permeados por tensões e por relações assimétricas de poder, tanto ao nível micro (local), como meso (nacional e regional) como macro (internacional).

Para complementar o nosso quadro analítico, no sentido de captar essas tensões, particularmente no campo internacional, fizemos uma pequena incursão pelas análises das dinâmicas rurais inspirando-nos em Woods (2007) e em Halfacree (2008) de modo a contextualizar as trajetórias de desenvolvimento específicas dos espaços rurais nos processos políticos, econômicos e culturais mais vastos, como os da globalização.

A análise dos contextos atuais e históricos que dão substância às narrativas e às práticas em espaços rurais passa, a nosso ver, igualmente pela sua inscrição na evolução do sistema capitalista. Por isso, procurámos, ainda que de forma incipiente, compreender a articulação entre os fenômenos que têm lugar ao nível local e o lugar adscrito aos diferentes países na divisão internacional do trabalho (WALLERSTEIN, 2005); as estratégias de criação de mercados dentro dos ciclos de recessão e expansão do capital (capital que num momento exclui uns espaços, para num momento posterior os voltar a incluir) e a questão do trabalho (CASTEL, 2010).

Os objetivos, as orientações teóricas e as questões que orientam a nossa intenção pesquisadora consubstanciaram-se em dois exercícios principais. O primeiro, a tentativa de

destrinçar as narrativas e as representações que permeiam discursos, ações e iniciativas ligadas tanto ao que nos parece ser o principal problema apontado ao rural português: a desertificação, quanto às soluções preconizadas para resolvê-lo, e que englobamos na noção polissêmica de desenvolvimento. No segundo exercício, procurámos compreender como essas narrativas se articulam na prática e na concretização de um projeto de revitalização rural no sul do país.

Para o primeiro exercício, utilizámos as palavras-chave 'desertificação'; 'despovoamento'; 'êxodo rural'; 'desenvolvimento rural'; 'neorurais'; 'regresso à terra'; 'repovoamento'; 'revitalização'; 'campo'; em buscas na internet, nos repositórios de periódicos científicos em língua portuguesa e nas bibliotecas das universidades e centros de pesquisa portugueses que têm o rural como âmbito de estudo e de ensino.

Através dessas palavras-chave coletámos informações sobre vários casos e projetos presentes nas redes sociais, plataformas, websites, blogues¹⁷. Essa informação não foi tratada ou analisada específica e extensivamente no nosso estudo, mas foi-nos útil para compreender a pluralidade de formas, de atores e de objetivos que mencionámos anteriormente, e para, a partir dessa constatação, afunilarmos o nosso campo e universo de pesquisa.

Da pesquisa bibliográfica, chegámos a estudos oriundos de diversas áreas científicas: sociologia, demografia, geografia, história, estatística, agronomia, economia e um campo de conhecimento que, em Portugal, é denominado de estudos rurais¹⁸. Neles pudemos identificar os termos, os dados e as teorias explicativas que diferentes autores manuseiam para descrever os fenômenos pretéritos e presentes, bem como para prescrever caminhos futuros para o rural.

Para uma compreensão mais acurada dos dados estatísticos referidos na literatura científica, recorreremos diretamente aos recenseamentos demográficos e agrícolas disponíveis em relatórios e na base de dados online do Instituto Nacional de Estatística (INE) e em uma base de dados (www.pordata.pt) que reúne dados estatísticos oficiais e de outras fontes.

Consultámos igualmente alguns documentos governamentais relativos às políticas públicas, ao nível nacional e europeu.

Os artigos de periódicos (imprensa escrita e online); os programas de rádio e de televisão¹⁹ que recolhemos ao longo da pesquisa foram fontes igualmente importantes, por cobrirem e veicularem os discursos de cientistas, das iniciativas, de atores político-institucionais e por retratarem, em particular, a implementação do nosso estudo de caso.

É precisamente ao estudo de caso que se refere o segundo exercício de pesquisa. Ele traduziu-se na análise de um projeto já implementado e que congregou os principais elementos que procurávamos entender: uma proposta de revitalização de um lugar considerado por seus proponentes como em vias de desertificação, através de ações multidimensionais e de atração de população – nesse caso, jovens.

O principal objetivo da iniciativa foi responder de forma integrada a dois tipos problemas: problemas territoriais e geracionais. Os primeiros dizem respeito à “desertificação do interior”; “ao abandono do espaço rural”; “ao envelhecimento das populações”, entre outros (FMVG, 2011b). Os segundos, à “falta de oportunidades” para jovens recém-diplomados “para demonstrar suas capacidades e seus conhecimentos; nas escassas oportunidades de inovação e criação de emprego no interior; e no desligamento profundo

¹⁷ Ver lista dos websites, blogues e redes sociais consultados na última seção das Referências (pp. 227-228).

¹⁸ Uma outra fonte particularmente relevante por sua dinâmica temporal e pela atualidade das discussões foram as atas e as comunicações dos colóquios nacionais e ibéricos de Estudos Rurais, promovidos bianualmente pela Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, desde 1999. Foi também importante o diálogo direto com alguns investigadores, das áreas da geografia e da sociologia rural.

¹⁹ Ver lista das matérias e programas consultados nas Referências Bibliográficas (pp.223-227).

entre o mundo rural e as universidades e as gerações mais novas” (*idem*).

O Projecto Querença apresentou-se como uma experiência-piloto por, pela primeira vez (segundo os seus proponentes), se ter impulsionado jovens recém-graduados a viver e a trabalhar numa localidade rural, para aí tentarem criar o seu próprio emprego (através da formação de empresas, cooperativas ou outros) a partir da valorização dos recursos naturais e culturais locais.

A iniciativa foi implementada na freguesia²⁰ de Querença, município de Loulé, na região do Algarve, entre Outubro de 2010 e Junho 2012. Em Novembro de 2013 foi anunciada uma segunda fase, cujo início se deu em Julho de 2014. Centrâmo-nos nos processos, atores e atividades da primeira fase, mas sempre que necessário complementámos ou comparámos com os dados que recolhemos sobre a segunda fase do Projecto.

Essa foi, a nosso ver, uma das iniciativas recentes visando a revitalização rural com maior divulgação midiática e com significativa repercussão a nível regional e nacional. De tal modo, que foi replicada em outras localidades e regiões do país.

Foi através da mídia que tivemos conhecimento da mesma em 2011. Em Julho do ano seguinte, assistimos a uma apresentação sobre o projeto por parte de um dos seus coordenadores²¹, no IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais.

Após a consolidação do nosso projeto de pesquisa, contactámos os responsáveis via e-mail institucional do Projecto Querença apresentando os nossos objetivos e inquirindo sobre a eventual abertura à nossa pesquisa. A resposta foi positiva. E, desse modo, fomos pela primeira vez a Querença em Maio de 2013, por ocasião do mercado que é organizado mensalmente na localidade. Conversámos com o coordenador que, na época, estava trabalhando na reativação do Projecto e com três dos jovens que tinham participado na iniciativa.

O estudo de caso foi realizado através de entrevistas semi-estruturadas com os dois coordenadores, com os nove jovens que trabalharam no Projeto e com outros atores indicados pelos coordenadores e pelos jovens²²; por observação participante e diálogo com alguns habitantes de Querença; pela análise da documentação disponível no website do Projecto e de outros documentos facultados pela coordenação; por consulta de dados estatísticos oficiais e por material da comunicação social (matérias e reportagens de jornais, rádios e televisões locais e nacionais).

A partir do nosso primeiro contato com o coordenador técnico, na primeira visita a Querença, recolhemos os contatos dos nove jovens que estiveram ligados ao Projecto. Dos nove, só um reside atualmente na localidade. Os outros oito vivem em várias regiões do país. Como tal, 6 entrevistas foram realizadas via Skype e apenas 3 foram presenciais. As entrevistas decorreram entre Outubro de 2013 e Junho de 2014 e versaram sobre as

²⁰ A estrutura política local portuguesa é composta por dois níveis (denominados autarquias): o menor, a freguesia; o maior, o município (PORTUGAL, 1976), com respectivos órgãos legislativos e executivos de representação da população, eleitos em sede das eleições municipais. O órgão executivo a nível da Freguesia é a Junta de Freguesia e ao nível municipal, a Câmara Municipal (semelhante à Prefeitura, no Brasil). Em ambos os níveis, existem assembleias legislativas. Cada município português é dividido em várias freguesias. Entre 2012 e 2013, teve lugar uma reformulação do mapa político-administrativo do país, ao abrigo da Lei n.º 22/2012 de 30 de Maio, que implicou na agregação de diversas freguesias. Querença foi agregada a duas outras freguesias, formando a União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim. No entanto, para efeitos do nosso estudo e dado que a primeira fase do Projecto Querença ocorreu quando essa era ainda uma freguesia distinta, seguiremos nos referindo à divisão político-administrativa anterior a Maio de 2012.

²¹ O Projecto Querença teve na primeira fase dois coordenadores: um coordenador técnico e outro científico. Na segunda fase, ficou apenas o coordenador técnico.

²² Os roteiros preparados para as diferentes entrevistas constam do Anexo 2.

impressões dos jovens sobre o Projecto, a localidade e seus habitantes, as suas motivações para participarem dessa iniciativa, sobre as suas atividades no âmbito do Projecto, sobre o impacto que esse teve na localidade e na vida deles.

Com o coordenador técnico, para além de várias conversas informais, conduzimos igualmente uma entrevista semi-estruturada. Com o coordenador científico realizámos apenas a entrevista. Desses diálogos procurámos compreender a história; os objetivos e as modalidades de implementação do projeto (quais as intervenções, as abordagens, os métodos); os atores envolvidos; o tipo de apoio institucional, financeiro e outros, que a iniciativa teve; e as ligações com outras entidades públicas e privadas.

Durante as entrevistas pedimos aos jovens e aos coordenadores que nos indicassem interlocutores do Projecto que considerassem relevantes para a nossa pesquisa. Esses contatos foram facilitados, sobretudo, pelo coordenador técnico. Entrevistámos a responsável pelo órgão político local, a Junta de Freguesia (que não tinha esse cargo durante a implementação do Projecto; entrevistámo-la sobretudo na qualidade de técnica de desenvolvimento local e rural e de membro de diversas associações de Querença); um técnico da Prefeitura de Loulé (do setor de “Sustentabilidade, Economia Local, Turismo e Emprego”); o coordenador da “Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia” da Universidade do Algarve, que é um parceiro institucional da segunda fase do Projecto Querença.

Durante os períodos que estivemos em Querença (Maio 2013; Novembro 2013; Janeiro 2014 e Março 2014), procurámos algumas das pessoas que nos foram indicadas durante as entrevistas: os habitantes que tiveram maior interlocução com o Projecto; um estagiário da empresa do coordenador técnico; e um dos membros da direção da Fundação Manuel Viegas Guerreiro. Conversámos também com outros habitantes de Querença para procurar entender como viram a chegada do projeto e dos jovens à localidade; como foram envolvidos no mesmo; qual a sua visão de passado e de futuro relativamente a Querença.

Recolhemos e analisámos os documentos do Projecto e as fontes mencionadas, o que nos permitiu, de algum modo, ter acesso e reconstituir a implementação da iniciativa entre 2010 e 2012.

O estudo de caso foi particularmente iluminador, uma vez que nos permitiu compreender, na medida do possível, a configuração das relações sociais dentro de um determinado contexto (RAGIN, 1999). Permitiu-nos igualmente decifrar o modo como o nível micro e macro se interrelacionam e mutuamente se contaminam (CICOUREL in KNORR-CETINA, 1981). Esse aspecto foi particularmente elucidativo e propedêutico. Partindo da escala macro para a micro, demonstrou-nos como os dados quantitativos a nível nacional e regional e as caracterizações científicas sobre a evolução e o presente dos espaços rurais, assumem contornos e leituras específicas a nível local. Fazendo o caminho inverso, tornou-se premente a leitura do microcosmos social a partir de teorias sociológicas, económicas e políticas macro, para além das construções teóricas sobre o rural-local. Destarte, para além das questões que nos colocámos ao início do nosso percurso de pesquisa, o material recolhido, as entrevistas e as nossas observações em campo abriram para novos questionamentos e dimensões, que tratamos no último capítulo.

Uma das problemáticas que se foi afigurando como central para pensar a proposta do caso em estudo, foi como acima assinalado, a do mundo do trabalho. Partimos para nossa pesquisa a partir do recorte dos problemas territoriais a que iniciativas como a do Projecto Querença se propõem dar resposta. Porém, fomos percebendo a relevância da discussão sobre trabalho, a partir do segundo tipo de problemas que visou solucionar: os problemas geracionais, em particular, as escassas oportunidades de trabalho para a juventude

universitária. Essa questão foi-se adensando precisamente por se constituir como elemento fundamental tanto da migração para os espaços rurais, como do próprio desenvolvimento desses espaços, tal como formulado pelos promotores da iniciativa em estudo.

O nosso percurso de pesquisa pautou-se não só por questionamentos suscitados pelo campo, como por questionamentos nossos face ao empreendimento que nos propusemos concretizar. Um processo reflexivo, de reconhecimento de diversas limitações, que poderá transparecer no maior ou menor fôlego e no teor analítico dessa dissertação.

Nossa intenção ao frequentar esse curso de ciências sociais era aprender a, e conseguir construir conhecimento com os atores e para os atores sociais. O que nos aproximou das preocupações e das visões da corrente reflexiva e militante das ciências sociais.

Porém, a escolha desse estudo caso e da própria metodologia refreou essa nossa intencionalidade. Foram dois os principais fatos que contribuíram para isso: o fato do Projecto ter terminado em 2012 e de ter estado em processo de reativação durante o período da nossa pesquisa; e a nossa condição completamente externa à iniciativa e à localidade. Se para uns tal posicionamento poderia facilitar a neutralidade e logo um melhor desempenho na pesquisa, para nós colocou-nos perante diversos dilemas. Qual a nossa legitimidade para 'entrar' em campo, colher dados e voltar a sair? Qual a nossa contribuição para o Projecto Querença e para a localidade? Essa preocupação adensou-se quando começámos a perceber algum desânimo e pesar por parte de alguns habitantes relativamente à não permanência dos “jovens do Projecto” na freguesia. Sentimos que nossa breve estadia em Querença nos tornou também em passageiros, em transeuntes, em alguém que não iria ficar. Para além disso, ainda que não nos tenha sido dito abertamente, em algumas conversas ou até pelo afastamento de algumas pessoas, compreendemos que não queriam voltar a ser “entrevistadas”²³ (o que decorreu do fato de alguns nos terem tomado por jornalista) ou falar sobre o Projecto.

Por não termos participado do Projecto e pela dimensão investigadora da nossa entrada em Querença, ficámos perante outros dois dilemas: explicitar (aos outros e a nós mesmos) que nossa intenção era fazer uma pesquisa sociológica e não uma avaliação do Projecto Querença; e tentar compreender algumas vertentes e articulações institucionais, sem nos colocarmos como intrusos ou ... avaliadores. Esses dilemas traduziram-se no receio de adentrar e aprofundar algumas questões relativamente à 'intimidade' da aldeia e do projeto e de consequência, traduziram-se na amplitude da nossa leitura e interpretação do estudo de caso. Além do mais, não conseguimos falar com alguns atores importantes no desenrolar da primeira fase do Projecto, como o responsável pela Junta de Freguesia até 2013.

Por algum pudor em impor a nossa presença, e por questões mais tangíveis como o acesso a alojamento a preços acessíveis²⁴, optámos por ir a Querença apenas nos fins de semana do mercado mensal, e ficar entre dois a quatro dias.

Um outro limite da pesquisa advém uma vez mais do carácter pretérito do estudo de caso. A nossa observação participante limitou-se a algumas edições dos mercados e a um pouco do cotidiano de Querença. Desse modo, a dimensão das práticas, na óptica do modelo de Halfacree, pôde ser captada apenas através do discurso dos atores.

As limitações elencadas e a condição recente e experimental da iniciativa, levaram-nos a não identificar os entrevistados nem as pessoas com quem conversámos. Referimo-nos a

²³ Durante os nove meses do Projecto, coordenadores, jovens e habitantes de Querença foram frequentemente entrevistados, sobretudo para canais televisivos. Alguns dos jovens também brincaram com a situação, quando lhes solicitámos uma conversa para a nossa pesquisa.

²⁴ Embora tenhamos encontrado uma solução economicamente razoável e que, acima de tudo, nos fez sentir um pouco incluídos na vida de Querença, pelo carinho, abertura e disponibilidade das pessoas que nos hospedaram.

elas pelo papel ou cargo que tiveram no projeto. Os jovens encontram-se apenas numerados.

Por último, há ainda a salientar os limites na leitura e no manuseamento dos dados quantitativos. Reconhecemos em primeiro lugar que não reunimos todas as condições para interpretar tal informação na sua complexidade científica (métodos de coleta e elaboração, categorizações, formação de índices, etc.). Partimos para a pesquisa fortemente embasados nos debates da sociologia rural e nas discussões sobre representação e construção cognitiva das realidades. No confronto com a empiria, porém, constatámos que a desconstrução das narrativas e a análise dos 'dados' implica a familiaridade com os instrumentos analíticos de estatística e de economia, em particular de economia e estatística agrícola, que não possuímos.

Em segundo lugar, alertamos que nem sempre conseguimos ultrapassar alguns dos constrangimentos inerentes às fontes quantitativas (principalmente as históricas), como a existência de diferentes intervalos temporais, de diferentes classificações, etc.. A esses limites acresce o fato que utilizámos tanto dados primários quanto fontes secundárias disponibilizadas por institutos de pesquisa²⁵.

Esse foi, portanto, não apenas um percurso de pesquisa, mas também um caminho de auto-conhecimento e de tentativas de superamento dos obstáculos com que nos fomos deparando. Em 2010, decidimos voltar à universidade movidos pela paixão sobre as relações entre sociedade e natureza. Nunca nos havíamos debruçado sobre o rural em nossa trajetória acadêmica e profissional. Das discussões nas aulas à pesquisa para a dissertação fomos realizando que nossa noção de natureza era a de uma natureza intocável e intocada, distante do rural, que não incluía a (con)vivência humana. Estávamos distantes de uma concepção de natureza como coprodução entre natureza e seres humanos. O percurso formativo foi assim fundamental para a desconstrução de nossas pré-noções e amplificação da nossa própria ideia de “rural”.

Realizámos igualmente o quanto o caldo cultural a que fomos expostos ao longo da vida, nos afastou da cultura, da dança, da música, dos saberes do rural e eminentemente de uma parte de Portugal. Esse reconhecimento, paralelamente ao fato de termos vivido fora do país por alguns anos, converteram o processo dessa pesquisa no nosso próprio regresso à terra. Um desafio identitário de buscar re/conhecer Portugal, sua história, seu passado recente, rural, agrícola, tudo aquilo que desconhecemos de nosso país e que tentámos (talvez exageradamente) reconstruir no texto da dissertação.

Para alguém que desconhecia os debates e as realidades que podem ser apelidadas de rural, no seu país e até no mundo, começar esse caminho no Brasil e nesse curso de ciências sociais foi deveras enriquecedor. A leitura de clássicos brasileiros, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, foram estímulos importantes à nossa demanda. A veemência dos debates sobre a agricultura familiar, sobre a agroecologia, sobre o agronegócio, sobre desenvolvimento, as posturas teóricas e militantes com que tivemos contato, marcaram de forma indelével o nosso olhar, a nossa busca, e as inquietações descritas.

Por outro lado, para alguém que não vem trabalhando no âmbito do rural, em Portugal, pensá-lo e pesquisá-lo a partir de um enquadramento, inclusive institucional, de fora, colo-

²⁵ Uma outra ressalva metodológica concerne a amplitude geográfica. Limitámo-nos, sempre que possível, aos dados relativos a Portugal Continental, uma vez que os dois arquipélagos atlânticos (as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) trariam outras especificidades que, não só não temos espaço para discutir, como não são necessariamente atinentes ao nosso estudo. No entanto, principalmente as séries históricas (INE, 2001) fornecem dados totais para o país, por vezes sem possibilidade de excluir os dados dessas Regiões.

cou-nos igualmente alguns constrangimentos e limitações de conhecimento das discussões e da empiria portuguesas.

Na ponte entre os dois lados do oceano, compreendemos a partir do vivido que a 'produção' de conhecimento não é um fim em si mesmo, ou um fim etéreo para a 'sociedade' em geral. E, como tal, ao finalizar essa dissertação a nossa preocupação é o retorno tangível que poderemos dar ao Projecto Querença e à população de Querença, bem como a contribuição para os debates sobre desenvolvimento rural no Brasil. Esses são os nossos próximos desafios.

A dissertação encontra-se organizada em três capítulos. Os dois primeiros resultam do primeiro exercício acima mencionado: fazer emergir as narrativas sobre desertificação e sobre desenvolvimento rural, com base na literatura científica portuguesa e internacional, na ação pública estatal, e em menor medida, na mídia e em algumas iniciativas de revitalização rural. Para tanto, aliámos a análise discursiva à análise tanto direta quanto possível dos dados quantitativos apresentados frequentemente nessas narrativas, e de dados qualitativos oriundos de algumas etnografias consultadas. Esse exercício expande-se e concretiza-se no terceiro capítulo com a apresentação e a discussão do estudo de caso à luz da teorização sobre desenvolvimento rural de Van der Ploeg e Marsden (2008), articulada a outras teorias que nos pareceram atinentes ao caso específico em análise.

Em anexo, constam um mapa com as regiões de Portugal a que fazemos referência e um glossário com vocábulos técnicos e expressões idiomáticas portuguesas que poderão auxiliar a leitura do texto.

CAPÍTULO 1

'DESERTIFICAÇÃO' E RURALIDADES – PROCESSOS E REPRESENTAÇÕES

“A questão é que o luto, enquanto processo de esquecimento, é constantemente perturbado pela presença do morto. O caso é o de uma perfeita fantasmagoria. Os destroços do mundo rural estão por todo o lado, desde os que vivem no mundo da pura ficção – bastam umas imagens e um folheto de propaganda turística da *vida no campo* ou do *turismo rural* –, a outros que são puras alegorias em forma de ruína e de abandono, verdadeiras presenças de uma ausência que constantemente dá sinal de si.” (DOMINGUES, 2012: 63)

As iniciativas que apelam ao 'regresso ao rural' ou à 'revitalização do rural' nomeiam e caracterizam, de modo geral, os contextos onde se localizam e/ou com os quais se relacionam na perspectiva dos problemas a que visam dar resposta. Um dos aspectos mais sublinhados nessas contextualizações é a diminuição da população nas localidades rurais. Para além da questão demográfica apontam igualmente vários outros 'problemas' de natureza socioeconómica, cultural e política.

Atentemos para o modo como a iniciativa que estudámos (Projecto Querença) descreve o seu contexto de ação:

“O Projecto Querença é uma iniciativa ou missão de resgate territorial (*territorial rescue*), de territórios em estado crítico, gravemente atingidos por processos de desertificação e abandono dos seus capitais, natural, produtivo e social, e cada vez mais próximos de limiares perigosos de irreversibilidade de desenvolvimento.” (PROJECTO QUERENÇA)²⁶

Vejamos, a título de comparação, exemplos de outras iniciativas em diferentes regiões do país. Tratam-se de seis casos, entre vários de que temos conhecimento, distintos na sua proposta concreta de intervenção, mas que partilham uma preocupação de fundo e uma intencionalidade semelhantes à do caso em análise. Os dois primeiros estão concluídos; os dois segundos estão sendo implementados; e o EcoAlentejo ainda não foi concretizado por quanto nos foi dado perceber no seu website.

- **Aldeia das Amoreiras Sustentável (Odemira, Alentejo)**

A iniciativa propõe-se a implementar “alternativas sustentáveis e criativas para o desenvolvimento rural, eficazes no combate à desertificação física e ao despovoamento, apoiando e valorizando a comunidade local, fomentando a deslocação de pessoas da urbe para o campo e facilitando a comunicação entre os dois meios.” [A aldeia encontrava-se antes do início do projeto] “devido à actual conjuntura económica (...) em progressivo abandono e envelhecimento populacional.” (ALDEIA AMOREIRAS SUSTENTÁVEL)²⁷

²⁶ Disponível em: <<http://www.projectoquerenca.com/pt/projecto.html>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

- **Aldeias Sustentáveis e Ativas (projeto promovido em todo o país)**
 “O projecto tem como finalidade a valorização da intervenção em aldeias isoladas ou em risco de despovoamento, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida para os seus e suas habitantes, através da revitalização económica e social dos territórios, com base numa estratégia integrada de diversificação da economia e do emprego local e da valorização dos recursos endógenos, assentes em lógicas de participação comunitária e cooperação interterritorial que permitam a definição de estratégias para a sua revitalização.”
 “Objetivos Gerais: Promover o desenvolvimento local dos territórios; Promover a revitalização das aldeias isoladas em risco de desertificação; Fomentar a valorização dos recursos endógenos; Promover o know-how e a qualificação dos agentes locais.” (ASAS)²⁸
- **“Design for desertification” (Idanha-a-Nova, Castelo Branco)**
 “Design for Desertification is a research project that aims to address the territorial consequences of rural-urban migration, depopulation and desertification. (...) This research contextualises these issues within the Portuguese territory showing how economic decline, desertification and depopulation are interconnected and how rural development could present a solution to economic decline.”²⁹
 “After the 1990’s the populations of the Portuguese Central Region and of Alentejo decreased. This decrease was even stronger in areas along the border with Spain, contributing to the demographic desertification of the interior of the country. A significant percentage of the population had migrated to main cities on the coast - Litoral. The main reasons attracting people to the Litoral were better infrastructure and public services, as well as better job opportunities.” (DESIGN FOR DESERTIFICATION)³⁰
- **Novos Povoadores (projeto que atua especialmente no Nordeste, Trás-os-Montes)**
 “Novos Povoadores é um arco de desenvolvimento que potencia oportunidades para a amenização das assimetrias regionais: Regiões de baixa densidade que competem com aglomerados urbanos superpovoados. (...) Em Portugal, 42% da população vive em 5% do território. Apenas 3,5% da população vive em cidades médias: Coimbra e Braga. Isto significa que 42% da população vive imobilizada sobre si e 54,5% da população no "interior profundo". (...) Significa que cerca de 85% do território nacional enfrenta graves problemas demográficos, com o abandono de muitas aldeias e a contínua desertificação de muitas vilas e cidades do interior do País. A problemática do despovoamento ganha cada vez mais relevância. A tónica do ordenamento do território continua focada na concentração nas áreas metropolitanas, desconhecendo-se uma política de sustentabilidade para os territórios de baixa densidade.” (NOVOS POVOADORES)³¹
- **Centro de Investigação, Cultura e Sustentabilidade (Montemor-o-Novo, Alentejo)**
 “Com este Centro de Investigação pretende-se, em primeiro lugar, perceber como se podem articular/instrumentalizar políticas locais, nacionais e europeias já existentes com novos projectos que promovam o desenvolvimento de zonas “periféricas” – ou “perdedoras” no processo de globalização -, em actual processo de abandono e desertificação, tornando-as mais dinâmicas económica, social e culturalmente.” (CICS)³²
- **EcoAlentejo – Projecto para Ecocomunidade no distrito de Portalegre (Alentejo)**
 “Este é também um projeto para um país que vive o drama da desertificação do interior. (...) De uma maneira geral, todas as zonas geográficas do interior de Portugal têm vindo a sofrer uma acelerada desertificação, a falta de incentivos, gerados por políticas nacionais e europeias, têm empurrado os jovens para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho. A desertificação está a

²⁷ Disponível em: <<http://aldeias sustentavel.net/site/index.php/projeto/porque>> Acesso em: Fevereiro 2013.

²⁸ Disponível em: <<http://www.asas.com.pt/index.php/componentes/projeto>> Acesso em: Julho 2013.

²⁹ Disponível em: <<http://www.designfordesertification.com/>> Acesso em: Julho 2013.

³⁰ Disponível em: <<http://creativeruralcommunities.wordpress.com/>> Acesso em: Julho 2013.

³¹ Disponível em: <<http://novospovoadores.pt/projeto/preambulo/index.html>> . Acesso em: Julho 2013.

³² Disponível em: <<http://culturaesustentabilidade.org/objectivos/>> . Acesso em: Julho 2013.

revelar-se irreversível. (...) O vazio de incentivos quer à indústria, quer à agricultura, fizeram do interior um deserto.” (ECOALENTEJO)³³

Estes textos falam de uma realidade, a nosso ver, muito presente no imaginário contemporâneo português: a de uma parte do país 'deserto'. As televisões e os jornais mostram recorrentemente imagens de escolas que fecham porque não têm alunos suficientes, de aldeias quase sem gente, do desalento e do silêncio, de montes e montanhas onde só vivem idosos, onde o nascimento de uma criança é motivo de festejo³⁴.

Vários são os vocábulos e as expressões que circulam na sociedade, na mídia e na academia, dando corpo a um campo semântico de fronteiras fluídas, mas no qual se pressente alguma sintonia: vocábulos (signos e significados) entrelaçados, compostos, sobrepostos, contrapostos para 'falar' do país, ou de partes dele (na figura 1 recolhemos as expressões que encontramos com maior recorrência na bibliografia e nas fontes consultadas).

De todas essas expressões sobressaem, pela sua maior ocorrência, duas noções: a de 'desertificação' e a de 'despovoamento'³⁵. Essas expressões refletem a percepção e/ou a constatação da rarefação da população em certos lugares e em certas regiões do país, nomeados como 'campo', 'aldeia', 'interior', 'rural', e encontram-se associadas às noções de desruralização, de “abandono rural” (CORREIA, 2006) e de “definhamento socioeconómico dos espaços rurais” (CARMO, 2008: 783).

Nesse primeiro capítulo procuraremos entender como essas noções, em especial a de 'desertificação', foram-se constituindo e o que cabe dentro delas. O que significa dizer que um lugar é 'desertificado' ou 'desvitalizado'? Que áreas é que se 'desertificaram'? O 'interior', as 'aldeias', o 'rural'? Como isso aconteceu? Porquê a ligação entre 'desertificação' e 'rural'?

Através dessas palavras-chave, chegámos à literatura oriunda de várias disciplinas (Sociologia, Demografia, Geografia, Estatística, Agronomia), na qual tentámos, primeiro, descortinar as relações entre as diferentes noções e seus significados; e, segundo, levantar os dados históricos e os dados estatísticos mais significativos que ilustram, de modo genérico, o percurso demográfico e socioeconómico realizado pelo país e que dão substância a esses significados.

³³ Disponível em: <<http://ecoalentejo.blogspot.com.br/>>. Acesso em: Março 2012.

³⁴ “O bebé, além de deixar “maravilhados” os pais, levou uma “alegria imensa” a uma aldeia habitada por poucas dezenas de habitantes, na sua maioria pessoas idosas.” (OLIVEIRA, L. População de Ade festeja nascimento de mais uma criança. *Jornal Correio da Manhã*, Lisboa, 4 de Novembro de 2012. Disponível em: <<http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/lazer/viva-a-vida/populacao-de-ade-festeja-nascimento-de-mais-uma-crianca>>. Acesso em: Julho 2013). “O primeiro em 29 anos. Aldeia de Proença-a-Nova festeja nascimento de bebé.” (Programa “Jornal da Noite”, do Canal SIC, em 8 de Maio de 2007. Disponível em: <<http://videos.sapo.pt/RDZTZpVDHWn6sDUZzzC>>. Acesso em: Julho 2013.)

³⁵ Outras expressões que encontramos na literatura e na mídia são: “desertificação dos campos” (MANSINHO *et al.* in JOLLIVET, 1997: 271; tradução nossa); “erosão da população” (*idem*: 275; tradução nossa); “processo de ermamento” (CAVACO, 1994: 172); “desvitalização” (DINIS, 2001); “esvaziamento demográfico” (AZEVEDO, RAMOS, 2006); “aridez humana” (REIS, 1997); “desumanização” (Disponível em: <http://www.algarve123.com/pt/Artigos/2-1647/Um_Caldeirao_cada_vez_mais_vazio> Acesso em Maio 2013).



Fig. 1 - Portugal Rural? Interior? Deserto?

Fonte: elaboração própria

No que concerne aos dados estatísticos, trata-se de alguns dos indicadores mais comumente utilizados na demografia (crescimento, densidade populacional, movimentos migratórios); de indicadores sobre a estrutura econômico-produtiva; e outros, mais específicos, sobre o meio rural entendido na sua aceção mais restrita (mundo agrário).

1.1. Construção das noções de desertificação, interior e rural

A geógrafa Carminda Cavaco alertava em 1994 para a necessidade de entender “as decisões políticas que ditaram o desenvolvimento de determinadas regiões, o processo locativo das indústrias e o próprio progresso, que estão na base de profundas dicotomias e assimetrias espaciais, a nível económico, social e cultural” (CAVACO, 1994: 38) no país. Acreditamos que estas dicotomias e assimetrias devem ser apreendidas não apenas a partir das decisões políticas, mas da teia de representações e de caracterizações do país que emergiram e se foram fundindo com as bases empíricas que pretendem/iam traduzir.

1.1.1. Os contributos dos debates académicos e políticos

Numa retrospectiva histórica do pensamento intelectual e político, encontramos caracterizações dicotómicas e distintas nomeações para diferentes áreas do país já no século XIX, e que se prolongam pelo discurso académico do século XX. O país aparece, geralmente, dividido em partes: rural-urbano; norte-sul; e interior-litoral. Esses três binómios são recorrentes no pensamento político-social português enquanto argumentos históricos para explicar o carácter da 'nação', de sua população e a sua situação político-económica.

A dicotomia rural-urbano ganhou relevo no debate e no confronto entre os movimentos artísticos do século XIX e os ideais republicanos e fisiocratas surgidos no final desse século. Os autores românticos associavam o campesinato a uma organização social patriarcal e moralmente sã. O rural significava para eles a salvação para a degradação moral e social causada pelo urbanismo e pela industrialização nascentes³⁶ (VAQUINHAS in TORGAL; ROQUE, 1993: 479).

Para os intelectuais republicanos o campesinato representava um obstáculo à modernização da agricultura, por sua condição atrasada e passiva³⁷, ainda que reconhecessem diferentes tipos de campesinato (e de orientação política) no país: o campesinato do norte, familiar e produtivo, diferenciava-se do do sul, onde predominavam grandes proprietários omissos da gestão e da produção agrícola (e ligados ao regime monárquico)³⁸.

A partir da década de 1930, como veremos adiante, o rural agrícola voltará a ser valorizado, acima de tudo enquanto substrato identitário e cultural do regime ditatorial salazarista.

A dicotomia interior-litoral está patente, entre outros, no pensamento do intelectual e político liberal-democrata António Sérgio. Em 1925, Sérgio escreveu que o contraste patente na história portuguesa encontrava-se “entre o homem do campo e o homem do litoral; o dualismo entre elites do interior (nobres, guerreiras, rurais, conservadoras) e as do litoral (comerciantes, progressivas), entre o comerciante e o mercador” (SÉRGIO apud SOBRAL, 2004: 276).

Algumas décadas mais tarde (em 1945) Orlando Ribeiro – expoente da Geografia Humana portuguesa – lançou um livro emblemático sobre o país: “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”. Nele traça um profundo retrato sobre suas características sócio-espaciais, com base em aspectos edafoclimáticos, históricos, económicos e etnográficos. Embora distinguisse três grandes regiões: Norte Atlântico, Norte Transmontano e Sul, foi principalmente a diferenciação entre norte e sul que ganhou maior repercussão, juntamente com a de litoral-interior. Um norte de traçado orográfico mais acidentado, onde se pratica a policultura em regime de minifúndio; onde o comunitarismo tem alguma expressão; e onde, de forma geral, as hierarquias sociais são mais esbatidas. O sul, com suas longas planícies, é terra de monocultura latifundiária, terra que divide as gentes entre proprietários e trabalhadores.

Nos anos 1960, o sociólogo Sedas Nunes publicou um artigo sintomaticamente intitulado: “Portugal, sociedade dualista em evolução” (NUNES, 1964). À semelhança do

³⁶ Escritores como Eça de Queirós e Júlio Dinis caracterizavam o êxodo rural do final do século XIX, início do século XX, como a febre da civilização e apelavam ao regresso à terra para curar os males citadinos.

³⁷ A título de curiosidade, no grande Dicionário da língua portuguesa de 1871, constavam como sinónimos de 'camponês': homem do campo, rude, grosseiro, áspero, inurbano, descortês, sem educação, estúpido (VAQUINHAS in TORGAL; ROQUE, 1993: 480).

³⁸ Dois políticos republicanos, Basílio Teles e Oliveira Martins, defenderam a deslocação de população do norte para o sul do país, para reequilibrar essa situação. Oliveira Martins escreveu, inclusive, a primeira obra onde constam medidas de intervencionismo protecionista agrário aliado a medidas de povoamento do país (“Fomento rural e emigração”, de 1887) (SOBRAL, 2004: 265-6).

pensamento de António Sérgio, defendia a existência de dois países em Portugal em função de critérios socioeconômicos: um país moderno, urbanizado, que impulsionava o país para o progresso e que se encontrava na faixa litorânea, uma faixa em “L”; e um país tradicional, rural, com uma agricultura estagnante, que representava uma força repulsiva ao avanço da sociedade no restante território: o interior. Essa caracterização é bem explicitada pelo geógrafo João Ferrão:

“Até aos anos 60 [o interior] era o miolo do país, nem costa, nem fronteira. A ideia de hoje é a dos anos 60, baseada na ideia da sociedade dualista de Sedas Nunes e que partia de uma visão *correta* que nessa altura tínhamos, de um Portugal moderno em emergência e um Portugal rural que aparentemente não se conseguia modernizar. Esse Portugal moderno era o das cidades e do litoral. A ideia de interior nasce com a ideia de marginalização face à modernização que se devia a vários factores, entre eles o fato de estar relativamente isolado.” (informação verbal, grifo nosso)³⁹

De acordo com Renato do Carmo os modelos científicos desses autores (de Orlando Ribeiro e Sedas Nunes) foram aplicados em estudos a nível micro-social, contribuindo “(...) para a hegemonização interpretativa da realidade social sobre certas zonas do *interior* do país” (CARMO, 2004: 5, grifo nosso).

A noção de 'interior', como vimos acima, é usada não só pela academia como pelas iniciativas que visam a revitalização do 'rural'. Interior e rural surgem quase como justapostos.

As discussões acadêmicas mais recentes trazem novas leituras – e novos significados – para a dicotomia interior-litoral e sua ligação com o binômio rural-urbano. Para João Ferrão 'interior' e 'litoral' são “categorias tradicionais associadas a determinadas características contrastantes (isolamento *vs.* acessibilidade; envelhecimento *vs.* juventude; declínio *vs.* dinamismo econômico; desertificação *vs.* densidade populacional, etc.)” e “misturam-se no país de tal forma que situações de “interior” podem ocorrer junto da faixa litoral enquanto que realidades “litorais” emergem, ainda que pontualmente, nos distritos vizinhos de Espanha” (FERRÃO, 1997). Para ultrapassá-las, o geógrafo propõe a substituição de interior e da dicotomia interior-litoral pela noção de “interioridade”. “Interioridade” exprime um fenómeno resultante de um círculo vicioso de subdesenvolvimento; de isolamento e de dificuldades de acesso às áreas mais dinâmicas e de desertificação; que resultam, na atualidade, especialmente do afastamento das redes globais, de criatividade e inovação (FERRÃO, 1997). Essas situações de “marginalidade” podem ser encontradas em todo o país e remetem para uma “cultura de fatalismo e de apelo à intervenção assistencialista do Estado” (*idem*). Esse deslocamento conceptual é operado pelo autor para desviar a discussão do eixo espacial para as dimensões socioeconômicas e de “desenvolvimento” (*idem*).

O economista José Reis ilumina o conceito de 'interior' com outras reflexões. Parte igualmente do pressuposto da “interioridade” como “um problema de *insularização* dos actores sociais, dos recursos, dos factores da identidade” (REIS, 1997, grifo nosso), devido ao corte das proximidades. Um corte que criou “espaços vazios” e que conduziu à perda de capacidades das populações e dos territórios. Porém, nesse ponto reconhece que esse tipo de interpretação, para além de se focar nos défices⁴⁰, traduz uma visão normativa sobre o

³⁹ Depoimento no Colóquio “O interior está em risco de desaparecer?”, 2012, Évora. Disponível em: <<http://www.presentenofuturo.pt/portugueses-2030/sessoes/26>> Acesso em: Julho 2013.

⁴⁰ Excesso ou escassez, é uma das questões antagônicas presentes nos discursos dos atores sobre o 'interior'. Dois exemplos. O primeiro: em um dos debates do ciclo de colóquios “O interior está em risco de desaparecer?”, ocorrido em Maio de 2013, para além de uma demógrafa e de um arquitecto, foram convidados um aluno de Comunicação da Universidade de Évora e um bailarino que foram viver no 'interior' de Portugal. Os seus discursos são pautados por visões controvertidas do lugar em que vivem. No que concerne aos problemas, ambos dizem que enfrentaram a resistência da população. Dão como exemplo a

desenvolvimento (*idem*). O autor explicita, desse modo, a conotação implícita entre a noção de interior – mas também de interioridade tal como formulada por João Ferrão – e a ideologia desenvolvimentista.

No seu posicionamento crítico, alerta ainda que estabelecer “significados dos territórios do interior” é admitir que esses territórios são homogêneos e sem realidades positivas. “Algumas das opiniões urbanocêntricas que por vezes enformam as visões dominantes julgam que no interior há apenas lugares visitáveis” (*idem*) e não mais passíveis de ser habitados. Fica assim mais clara a ligação entre interior e desertificação, bem presente na caracterização dicotômica apresentada por João Ferrão: ao litoral corresponde a (elevada) densidade populacional, ao interior corresponde a desertificação.

Desertificação é um conceito geofísico que entrou no debate ambientalista a partir dos anos 1960-70, com a crescente preocupação relativamente à erosão hídrica dos solos, em particular no continente africano. Com o avançar no conhecimento do fenómeno físico e com a identificação de outras problemáticas ambientais, a desertificação passou a incorporar o debate mais alargado sobre o aquecimento global e as alterações climáticas a nível mundial. De problema localizado num continente, passou a ser identificado em - ou previsto em - várias outras regiões do planeta, incluindo o sul da Europa (a faixa mediterrânica em especial).

A expressão ganhou relevo em 1994, com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação⁴¹. Nesse documento identifica-se a natureza plural da desertificação: para além da componente geofísica são igualmente sublinhadas as componentes socioeconómica e política do fenómeno.

Os usos e significados da expressão são igualmente plurais. Na sociedade portuguesa, por exemplo, o significado mais comumente veiculado é o de lugar sem pessoas. Segundo Nuno Loureiro, a apropriação do conceito pela dimensão demográfica foi desencadeada pelos problemas práticos sentidos pela população: o envelhecimento e o despovoamento (LOUREIRO in LOURO, 2004).

Para o geógrafo Luís Moreno, o uso lato da palavra resulta igualmente da leitura da obra de Jean-François Gravier, “Paris et le désert français” (de 1947), em defesa do ordenamento do território, em França. Para Moreno, o debate sobre o ordenamento do território favoreceu essa apropriação da sociedade em geral, dos meios de comunicação e também dos cientistas sociais, em espaços de informalidade (informação verbal).

Para outros autores, a utilização da expressão enquanto sinónimo de escassez populacional ou de desequilíbrios no povoamento do país, poderá ter resultado do fato de não ter existido informação e divulgação do conceito, nas suas diferentes dimensões, no país (ROXO; NEVES in MOREIRA, 2010: 24-25). Desse modo, é na acepção demográfica que a noção circula na sociedade e na mídia⁴², mas também nas políticas públicas (ROXO; NEVES

dificuldade na abertura de empresas e ambos falam da ausência de políticas públicas para esses lugares. Falando da *cidade* de Évora, o estudante diz que “aqui não há quase nada” na sua área profissional, mas que para ele isso representa oportunidades. E os dois referem que a proximidade em termos geográficos com Lisboa e o resto do país (por conta da rede viária) facilita os contatos e esbate a “sensação” de “interior”. O segundo exemplo: Frederico Lucas, um dos promotores da iniciativa “Novos Povoadores” afirma que “o problema do interior” é o excesso de dinheiro e de infraestruturas, e a falta de critério no seu uso. Depoimento no programa “Prova Oral”, da Rádio Antena 3, em 12 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/play/p260/e120313/prova-oral>> Acesso em: Julho 2013.

⁴¹ A problemática assumiu maior exposição pública com o lançamento do Ano internacional dos desertos e desertificação, em 2006, pela Organização das Nações Unidas.

⁴² A partir de uma pesquisa sobre o uso da expressão pela população e na mídia (em um universo de 526 inquiridos e de 1315 notícias de 107 fontes de informação (2001-2009)), os pesquisadores constataram que

in MOREIRA, 2010: 24) e nas estatísticas nacionais oficiais⁴³.

No documento de política pública de combate à desertificação, está patente a associação do termo à questão demográfica, bem como a outros fatores como os processos de perda de fertilidade do solo agrícola derivada de um uso “insustentável” da terra ao longo de séculos de exploração agropecuária (Presidência da Comissão Nacional do PAN-UNCCD, 2007)⁴⁴. A desertificação é apresentada como um ciclo de causas e consequências: a ação humana conduz à perda de fertilidade do solo que, por sua vez, provoca baixa produtividade agrícola que, de consequência, poderá resultar na saída das populações cuja base econômico-produtiva é a agricultura ou a pecuária, para o meio urbano.

A desertificação física é assim associada aos processos de mudança demográfica em meio rural. Segundo o geógrafo Luís Moreno, desertificação humana é mesmo uma expressão que “caracteriza de modo sintético o resultado daquilo que surge nos livros escolares de Geografia como “êxodo rural”” (informação verbal).

Vazio, despovoamento, solos inférteis: uma sobreposição de significados impregnada de uma fatalidade, nas palavras de João Ferrão (informação verbal)⁴⁵, que vê condenada uma parte do país ao desaparecimento: o seu interior e o rural-agrícola.

No entanto, tanto a escassez de população como a baixa produtividade agrícola são argumentos usados para caracterizar o território português mesmo antes do surgimento da noção de desertificação. Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., por exemplo, foram dois autores brasileiros a problematizar essas questões na perspectiva do caráter ou da “vocação” da nação portuguesa nos séculos XIV-XV. Portugal colonial teria até raízes (culturais, sociais, políticas) rurais, mas a sua vocação era mercantil e não agrária (HOLANDA, 1995: 73)^{46,47}. Dada essa sua vocação, e uma população diminuta, o país exerceu

para 14,9% dos inquiridos 'desertificação' significa despovoamento e para 43,7% significa tanto 'desertificação' humana como física (NEVES; ROXO, 2010: 10). Sendo que os que conotam 'desertificação' com despovoamento afirmam que a sua principal fonte de informação sobre o assunto foi a comunicação social. Da análise das notícias veiculadas na mídia, os autores verificaram que 81% utiliza a noção de 'desertificação' no sentido de despovoamento (*idem*: 8; 13).

⁴³ O Instituto Nacional de Estatística considera “desertos” ou “em vias de desertificação” todos os lugares com dez ou menos habitantes (INE apud CAVACO, 1994). No relatório do último recenseamento populacional (2011) elaborado por esse instituto, apesar de não constar a definição de “deserto” ou de “desertificação”, é referido que “Acentuou-se a desertificação em grandes áreas do interior (...)” (INE, 2012a: 19).

⁴⁴ O *Documento de Orientação - Combate à Desertificação: Orientações para os Planos Regionais de Ordenamento do Território* (2007) elaborado pela Presidência da Comissão Nacional do PAN – UNCCD (Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação e à Seca - Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca) reflete essa conectividade entre fatores, embora não especifique o tipo de prática agrícola que pode conduzir à degradação dos solos: “A ameaça de desertificação está hoje claramente associada às alterações climáticas. Mas a desertificação não pode ser entendida como um mero fenómeno biofísico. Está normalmente também associada à regressão demográfica e aos usos do solo. Estes vários factores interagem e agravam-se mutuamente nas suas consequências. Há por isso que encontrar formas de mitigar os efeitos dos fenómenos climáticos, adaptando as actividades humanas ao território e mantendo níveis e modos de utilização compatíveis com a conservação e valorização dos recursos naturais e territoriais. O combate à desertificação é, por isso, também um problema de ordenamento do território.” (Presidência da Comissão Nacional do PAN-UNCCD, 2007: 1).

⁴⁵ Depoimento no Colóquio “O interior está em risco de desaparecer?”, 2012, Évora. Disponível em: <<http://www.presentenofuturo.pt/portugueses-2030/sessoes/26>> Acesso em Julho 2013.

⁴⁶ Holanda ilustra a sua tese (para o autor, em Portugal, praticava-se sobretudo uma agricultura de subsistência) com a fraca performance agrícola dos colonizadores devido, entre outros, ao atraso tecnológico do setor (HOLANDA, 1995).

⁴⁷ O humanista flamengo Nicolau Clenardo afirmava em 1535 sobre Portugal: “Se em algum lugar a agricultura foi tida em desprezo, é incontestavelmente em Portugal” (apud HOLANDA, 1995: 49). Dois séculos mais tarde, o luso-italiano Domingos Vandenelli radicado em Portugal descrevia as áreas rurais-agrícolas do país como “terras de pouca gente e gado” marcadas pela “desunião das habitações e das aldeias” (VANDENELLI

sobre suas colônias, na acepção de Caio Prado Jr. (2011), uma colonização de exploração e não de povoamento. Seriam as colônias – e outros países europeus – as fontes dos bens primários que faltavam ciclicamente.

A literatura portuguesa mais recente, de cunho geográfico, estuda e descreve os motivos de natureza edafoclimática que explicam a baixa produtividade agrícola verificada historicamente no país (MEDEIROS, 2009: 49, 113)⁴⁸: irregularidade pluviométrica; tendência para a erosão dos solos; geografia acidentada (*idem*: 107-108).

Portugal é perspectivado, seja por motivos naturais seja por razões culturais e de direcionamento político-econômico, como um país onde a agricultura nunca deu certo ou na qual nunca investiu. Os problemas alimentares e a pobreza surgem como consequência direta desse fato e a repulsão da população, como consequência indireta (DOMINGUES, 2011). O que dá corpo, a nosso ver, à narrativa de um país de escassos recursos naturais – da “fatalidade das condições naturais” (ROSAS, 1994: 21) –; humanos e econômicos, que está na base da ideia do 'fado português', do atraso sistêmico e sistemático relativamente à principal referência do país: a Europa.

Acima de tudo, o que nos parece fundamental sublinhar é que a narrativa do atraso histórico (de 'não desenvolvimento') do país intersecciona-se com a de um meio rural (onde agrícola e rural se confundem e se sobrepõem) sistematicamente deficitário⁴⁹. As assimetrias e as dicotomias reconhecidas no país assentam precisamente na qualificação negativa, em quase todas as dimensões que abarcam a vida humana (social, econômica, política, participativa, cultural, educacional, etc.), dos espaços conotados com a agricultura e com o rural.

Na contemporaneidade, alguns autores trazem uma leitura mais complexificada da(s) ruralidade(s) portuguesa(s). Por um lado, constata-se que os espaços rurais assistem a um “declínio de um tempo longo” (BAPTISTA apud FIGUEIREDO, 2011: 15): espaços que perderam população, no qual permanecem apenas os idosos e os menos escolarizados, aqueles cujo “capital social se apresenta como limitado” (FIGUEIREDO, 2011: 26). A mesma autora refere, inclusive, que há que aceitar a irreversibilidade do desaparecimento de algumas aldeias como uma realidade (também assim Eduardo de Castro, professor de planeamento regional e ambiental, e o arquiteto Álvaro Domingues⁵⁰; e CAVACO, 1994: 178)).

Por outro, entendem que a situação atual é resultado de mudanças “plurais nas suas causas e consequências” (FIGUEIREDO, 2011: 14)⁵¹ e que a visão unívoca do rural como agrícola, deficitário, retrógrado, tradicional, se desdobrou em duas. Uma delas refere-se ao rural como lugar de abandono e de esquecimento. A outra, ao rural como um lugar idílico, de natureza, onde se recarrega de qualidade de vida nos interstícios da vida urbana, e como

apud MOTTA, 2007: 79).

⁴⁸ A questão agrária, no entanto, não é campo pacífico. Por exemplo, olhando para o século XVIII – considerado como um século de crise agrícola – o historiador José Vicente Serrão discute as leituras passadas e contemporâneas sobre um setor, de maneira geral, retratado como “atrasado, estagnado ou em crise” (SERRÃO in MOTTA, 2007: 33). O autor desconstrói as interpretações realizadas até então para demonstrar níveis de produção e de consumo deficitários, testando a natureza e a qualidade das fontes: as estatísticas usadas referem-se apenas a alguns produtos, como o trigo, e apenas ao consumo da capital (Lisboa) (*idem*: 55).

⁴⁹ Veja-se o testemunho de uma antropóloga que participa numa das iniciativas acima mencionadas: “Portugal is marked by structural archaism and by under development, which is very evident in many rural areas.” Disponível em: <<http://www.designfordesertification.com/#/portfolio/ines-jurado/>>. Acesso em: Maio 2013.

⁵⁰ Depoimento no programa “A mesa do canto”, emissão “O que é hoje o mundo rural?” da Rádio TSF em 4 de Novembro de 2011. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=2028609&audio_id=2101024>. Acesso em: Fevereiro 2013.

⁵¹ Opinião partilhada por Luís Moreno, para quem há um rural que desaparece, mas que “não se pode forçar o desaparecimento das coisas”, pois existem novas realidades que contrariam esse desaparecimento (*Idem*).

reserva cultural de um país exposto à homogeneização globalizante. Um espaço que pode exercer diferentes funções e que está aberto a vários usos.

A partir do momento em que se começou a debater o desaparecimento do rural, surgiram dificuldades na sua própria conceptualização. Fato a que a academia tentou responder através de análises tendentes a tipificações dos processos e dos territórios. São vários os centros científicos – universidades, institutos de pesquisa, tanto locais, nacionais, como europeus e regionais⁵² – que, na tentativa de ultrapassar categorizações apriorísticas e de subsidiar intervenções de ordenamento do território, produzem tipologias que delimitam e caracterizam a pluralidade das situações passíveis de serem encontradas nos territórios nacionais. Tipologias essas resultantes do cruzamento de indicadores quantitativos de diferente natureza: demografia, economia, setores produtivos, ambiente, etc..

Em um estudo sobre a evolução das tipologias urbano e rural elaboradas por diversas entidades europeias, latino-americanas e mundiais, Delgado *et al.* (2012) pontuam que, no caso europeu, as reflexões de carácter sociológico, político e económico têm influenciado a construção estatística dessas tipologias. Aos dados mais recorrentemente utilizados para caracterizar os espaços rurais – a densidade demográfica, uso do solo e a produção agrícola, florestal e pecuária – foram-se agregando outros, entre os quais, um que assumiu alguma relevância na reconfiguração categorial: os acessos e as mobilidades entre áreas rurais e urbanas (ainda que numa perspectiva ainda urbanocêntrica: é a proximidade relativa às cidades que retira os meios rurais da categoria de “remoto” e/ou “isolado”).

Tais modificações provocam alterações sobretudo de carácter numérico e espacial no dimensionamento do rural, do urbano e dos espaços intermédios. Por exemplo, diferentes limiares de contagem e indicadores fazem com que a população urbana total da União Europeia (UE) perca quatro pontos percentuais a favor da população rural total, quando comparadas a tipologia da OCDE e a tipologia desenvolvida pelo Eurostat, em 2010 (DELGADO *et al.*, 2012: 21-22).

Em Portugal, o órgão nacional de estatística adoptou entre 2006 e 2009 a terminologia criada pela OCDE, classificando os espaços em áreas predominantemente urbanas, áreas medianamente urbanas e áreas predominantemente rurais⁵³. Atualmente, do sistema de classificação estatística consta a noção de “lugar⁵⁴ urbano”, que corresponde às localidades com população igual ou superior a 2.000 habitantes (<http://smi.ine.pt>)⁵⁵; e a expressão rural aparece contida na categoria estatística de “espaço de ocupação predominantemente rural” que significa:

“subsecção estatística tipificada como “solo não urbano”, de acordo com os critérios de planeamento assumidos nos Planos Municipais de Ordenamento do Território, que contempla o conjunto dos seguintes requisitos: 1) não foi incluída previamente na categoria de espaço urbano ou semiurbano; 2)

⁵² A nível europeu, destaca-se o papel da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no desenvolvimento de diferentes tipologias que influenciaram, inclusivamente, as metodologias e categorias estatísticas usadas pelo órgão europeu de estatística, o Eurostat. No que tange especificamente ao rural e às ruralidades, tanto o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), como as organizações regionais quais a OCDE e a Comissão Económica para América Latina e Caribe (CEPAL) têm desenvolvido diferentes propostas de tipologias para sua delimitação (DELGADO *et al.*, 2012).

⁵³ A aplicação da terminologia OCDE em Portugal distinguia rural de urbano a partir do limiar de 5.000 habitantes por localidade.

⁵⁴ “Lugar” designa o “Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias”, mas respeita, em geral os perímetros definidos pelos municípios (<http://smi.ine.pt>).

⁵⁵ Ainda que no relatório oficial dos últimos Censos demográficos a população se encontre agregada apenas por “lugares com mais ou menos 2000 habitantes”, sem qualquer referência a urbano ou rural (INE, 2012).

tem densidade populacional igual ou inferior a 100 habitantes por km²; 3) não integra um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes” (<http://smi.ine.pt>).

1.1.2. Construção de alternativas – as tipologias

A nível nacional, na nossa breve pesquisa sobre caracterizações e tipologias do território, encontrámos três estudos aprofundados, de natureza distinta.

Um desses trabalhos é a proposta de análise integrada do território, desenvolvida pelo já citado geógrafo João Ferrão, com o objetivo de promover trajetórias de desenvolvimento para as diferentes realidades do país (2004). A partir de dezanove indicadores⁵⁶ e utilizando a unidade administrativa mais pequena (“freguesia”⁵⁷) elaborou duas tipologias. Em uma, agregou os resultados em apenas três classes: “país de alta pressão”; “país tranquilo” e “país sonolento” (fig. 2). Desse exercício, notam-se pequenos núcleos “de alta pressão”, uma faixa “tranquila” ao longo do litoral e um país sonolento no restante país (os pontos de alta pressão no resto do país correspondem às principais cidades e centros administrativos de cada região). E outra, elaborada a partir de seis classes: “cratera urbana”, “áreas de (sub)urbanização intensiva”, “áreas de urbanização moderada”; “pequenas bolsas de resistência”; “freguesias regressivas”; “freguesias (eventualmente) em coma” (fig. 3). Do segundo mapa, sobressaem os casos mais extremos (as crateras urbanas e as localidades “em coma”), mas aparecem igualmente, por todo o país, tanto localidades em regressão (a “interioridade”) como áreas de urbanização – principalmente moderada – em todo o território. Essa segunda tipologia demonstra, assim, a existência de vários tipos de situações socioeconômicas e de povoamento por todo o país. No entanto, e ainda que evite a dicotomia urbano-rural, não escapa ao uso da “urbanidade” como referência.

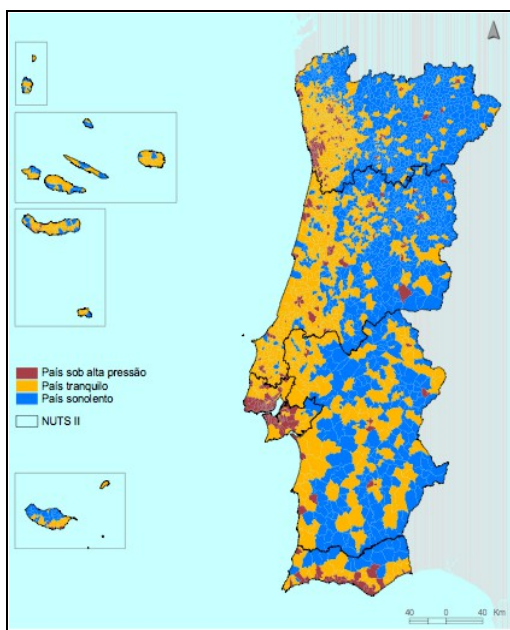


Fig. 2 – Tipologia com três classes
Fonte: FERRÃO, 2003: 21

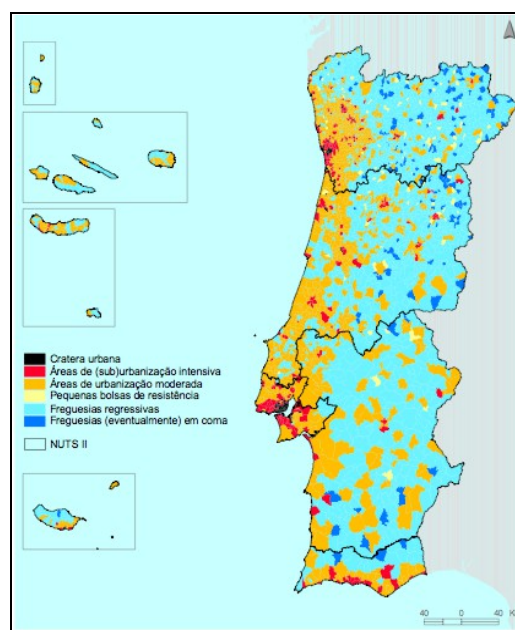


Fig. 3 -Tipologia com seis classes
Fonte: FERRÃO, 2003: 24

⁵⁶ Os indicadores (dados de 1990 e 2001) encontram-se agrupados em 4 dimensões (ocupação do território; família; empregabilidade e nível de escolaridade; e condições de vida, mensuradas especialmente pelo tipo de alojamento) que, segundo o geógrafo, compõem o “poliedro do desenvolvimento” (FERRÃO, 2004).

⁵⁷ Ver nota 20 e glossário.

Um outro estudo, elaborado pelo órgão de gestão do sistema nacional de seguridade social – Instituto da Segurância Social (ISS) – parte da dicotomia rural-urbano, mas cria e cruza duas tipologias para mapear a situação social da população portuguesa. Uma das tipologias refere-se às “formas de manifestação de situações de pobreza e exclusão” (ISS, 2005: 5), e no seu interior distinguem-se seis tipos de situações: territórios moderadamente inclusivos; territórios de contrastes e de base turística; territórios ameaçadores e atractivos; territórios envelhecidos e desertificados; territórios industriais com forte desqualificação; territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (fig. 4).

Esta tipologia é cruzada com cinco “situações-tipo” urbano-rural (*idem*: 50). Das cinco, apenas duas situações apresentam “traços rurais”⁵⁸. Uma delas é estritamente rural e encontra-se no interior do país; a outra mistura traços rurais e traços urbanos (a saber, dinâmica demográfica; população jovem; e grande peso do emprego industrial) e situa-se no litoral (*ibidem*).

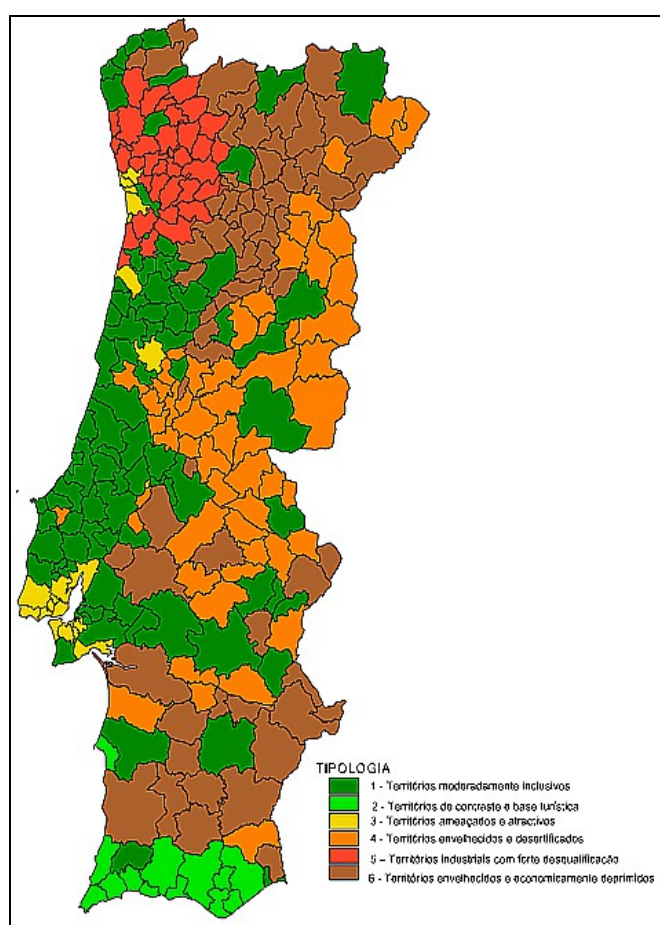


Fig. 4 - Tipologia dos Territórios (por município⁵⁹)

Fonte: ISS, 2005: 49

Desse cruzamento resulta que: as situações com traços rurais e urbanos correspondem majoritariamente a territórios industriais com forte desqualificação; e, em segundo lugar, a

⁵⁸ A tipologia urbano/rural resulta do cruzamento de indicadores demográficos, da percentagem de população ativa em cada setor económico e da percentagem de cobertura de infraestruturas básicas e de equipamentos de comunicação e informação (internet, TV, celular) (ISS, 2005: 32).

⁵⁹ Ver glossário.

territórios envelhecidos e desertificados e a territórios economicamente deprimidos. As situações estritamente rurais correspondem majoritariamente a territórios envelhecidos e desertificados; a territórios economicamente deprimidos; e residualmente a territórios industriais com forte desqualificação.

Na intersecção dos fatores a tipologia demonstra, tal como a anterior, um certo grau de heterogeneidade na 'realidade social'. Porém, os territórios rurais são identificados apenas com situações de exclusão social e de subdesenvolvimento⁶⁰ e, também aqui, rural e interior são colocados em correspondência.

O estudo coordenado pela geógrafa Teresa Pinto Correia coloca em relação a “ruralidade” com a dinâmica socioeconômica dos territórios, focando especificamente no “abandono do espaço rural e de terras agrícolas” (CORREIA, 2006: 3). Para mensurar a dimensão socioeconômica, o estudo combina os seguintes indicadores: estrutura etária; atividades, setores produtivos e (des)emprego; poder de compra; densidade populacional; repulsão e atração dos municípios e analfabetismo. Através dessa combinação, o estudo cria a seguinte caracterização do país, a partir de sete situações-tipo:

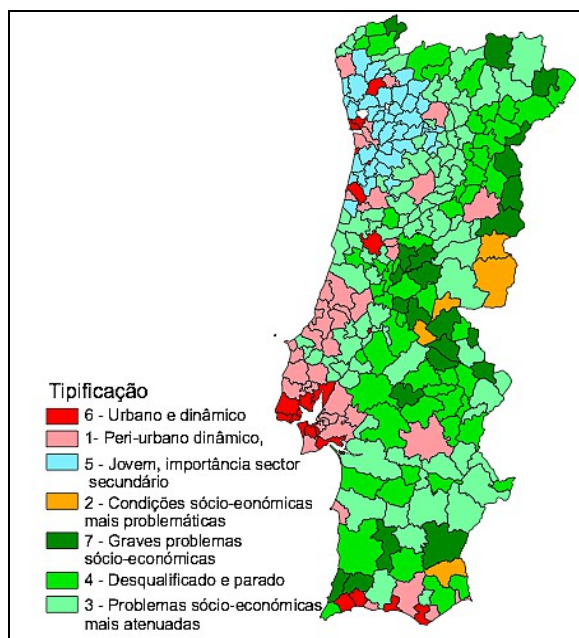


Fig. 5 - Dinâmica socioeconômica entre 1991 e 2001 (por município)

Fonte: CORREIA, 2006: 131

Nessa categorização, o urbano é dinâmico e encontra-se especialmente no litoral, com alguns casos de periurbanização no resto do país. O interior, à excepção desses casos de

⁶⁰ As duas tipologias onde se podem encontrar a “situação-tipo” de “traços rurais” são descritas, no caso dos “territórios envelhecidos e desertificados”, como “territórios esquecidos desse desenvolvimento, primeiro litoralizado e depois organizado numa rede de cidades médias. (...) As características deste tipo estão fortemente associadas ao sub-desenvolvimento destes territórios, essencialmente envelhecidos, desertificados, deficitários do ponto de vista das infraestruturas e subsistindo predominantemente com base na actividade agrícola” (ISS, 2005: 11-13). Os “territórios envelhecidos e economicamente deprimidos” são “territórios com fracas competências escolares, qualificações profissionais e economicamente deprimidos [ainda que] com menor intensidade do processo de abandono destes territórios pelos mais jovens. (...) A exclusão aqui está associada não tanto ao corte dos laços sociais mas é sobretudo aquela que se prende com a insuficiência de recursos para suprir as necessidades ou dos meios para os obter (a desqualificação). Temos contudo, um cenário que não se aproxima ainda da desertificação e isolamento generalizado, existem ainda pessoas que mesmo desempregadas esperam ainda por uma oportunidade e jovens que se mantêm nos concelhos, mesmo se as suas perspectivas são limitadas e os seus recursos escassos.” (*idem*: 14-16).

periurbanização, é classificado como situações que vão de “problemas socioeconômicos mais atenuados”, a “graves problemas socioeconômicos”, até ao “desqualificado” e “parado”.

A análise dos três exemplos portugueses suscita-nos algumas considerações. As tipologias enriquecem terminologicamente as caracterizações dos territórios, retratando o país de uma forma mais compósita do que as assimetrias lineares resultantes dos binômios litoral-interior e rural-urbano. O que significa que quando se buscam as particularidades e se trabalha com unidades micro de análise as particularidades emergem, fornecendo de consequência um olhar mais complexo sobre o território.

No entanto, as categorias “urbano” e “rural” persistem⁶¹, transformando-se sobretudo em gradações. Para além da persistência dessas categorias, as associações qualificantes continuam implícitas. O rural é caracterizado pela falta e pelo envelhecimento da população, pela falta de infraestruturas, pela baixa escolaridade (“desqualificação”), pela falta de emprego, entre outros.

Essa caracterização é fortemente conotada com a noção de marginalidade, de exclusão e de subdesenvolvimento, que alastram por grande parte do país. Segundo essas descrições, a dimensão espacial do rural demonstrada pelos mapas acima não é uma boa notícia para contrapor à percepção do seu desaparecimento. O rural não parece ter desaparecido. Mas as concepções de rural que o conotam com situações de subdesenvolvimento socioeconómico parecem querer vê-lo desaparecido. O rural aparece “congelado” nessa condição, excluído das trajetórias de 'desenvolvimento' do país.

As tipologias, à semelhança dos discursos dicotômicos dos séculos XIX-XX, têm, por um lado, um impacto intangível nas narrativas que circulam na sociedade, e que são vividas e recriadas pelos grupos sociais (e logo, nas identidades e também nas escolhas dos mesmos⁶²). Dados numéricos, índices, tipologias, mapas são representações gráficas e numéricas sobre o país e, especificamente sobre o que se encerra sobre o signo “rural”, que *inscrevem* significados em signos (LATOUR, 2004). A elaboração cartográfica e o cruzamento de dados (que muitas vezes se tornam difíceis de rastrear ou até de compreender) produzem efeitos sobre as relações com e entre os lugares representados. A transformação de dados, tidos como objetivos, em signos exerce uma ação cognitiva sobre a realidade e subsidiam a construção de “verdades” (*idem*). E tais “verdades” podem ter um impacto tangível na distribuição de fundos, na alocação de serviços e de infraestruturas; e logo impactos novamente intangíveis em termos da geopolítica nacional e europeia⁶³.

⁶¹ Mas uma nova terminologia está sendo utilizada pela academia e circulando na sociedade: a divisão do país por “densidades” (baixa, média, alta), que dizem respeito à demografia, à economia, às relações, às instituições, etc. (Depoimento de João Ferrão no Colóquio “O interior está em risco de desaparecer?”, 2012, Évora. Disponível em: <<http://www.presentenofuturo.pt/portugueses-2030/sessoes/26>> Acesso em: Julho 2013).

⁶² Pensamos igualmente nos efeitos identitários e nas escolhas dos atores (omitindo, substituindo, pedindo emprestado endereços diferentes do de sua residência, para acederem a uma infraestrutura pública em vez de outra, por variadas razões) quando se deparam com uma miríade de categorizações territoriais geralmente não coincidentes nem estanques, a que são submetidos em razão de diferentes políticas públicas e serviços públicos: circunscrição eleitoral; posto de saúde; escola básica, secundária, universidade; centro de emprego; etc..

⁶³ Os cálculos e estratégias utilizados pelas administrações podem, por vezes, parecer paradoxais. Nos anos 1990, quando o Eurostat elaborou uma nova categorização territorial (NUT: Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos) foi intensamente discutida a nova divisão territorial portuguesa. A região de Lisboa e Vale do Tejo foi um exemplo paradigmático: capital que concentra grande parte da população e com grande peso no PIB, temeu perder o acesso aos fundos europeus estruturais. Falava-se, na época, das tentativas de redesenho das áreas territoriais, incluindo áreas com indicadores socioeconômicos mais baixos para contornar esse previsível problema.

1.2. Dinâmicas populacionais em Portugal – breve aceno histórico

“Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do século XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mouros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do século XV para seus domínios do norte da África.” (PRADO, 2011: 30).

A noção de 'desertificação' bem como as dicotomias citadas anteriormente encerram em si percepções sobre a população portuguesa. Nessa seção, buscaremos dar uma breve panorâmica sobre os principais fatores que constituíram a dinâmica populacional em diálogo com a história do país: crescimento demográfico; migrações; densidade populacional; e povoamento. Imbricada com a dimensão demográfica encontra-se a dinâmica socioeconômica, sobre a qual nos debruçaremos na última seção desse capítulo, com um olhar particular sobre os espaços rurais.

1.2.1. Dinâmicas demográficas e migratórias

Os dados sobre a população portuguesa estão disponíveis desde o século XV, pese embora o primeiro recenseamento oficial date de 1864. Até essa data, trata-se de arrolamentos que nos permitem ter uma imagem geral do peso numérico da população. Segundo essa informação, percebemos que até ao século XVII o crescimento demográfico não foi muito significativo (fig. 6) (INE, 2001: 33).

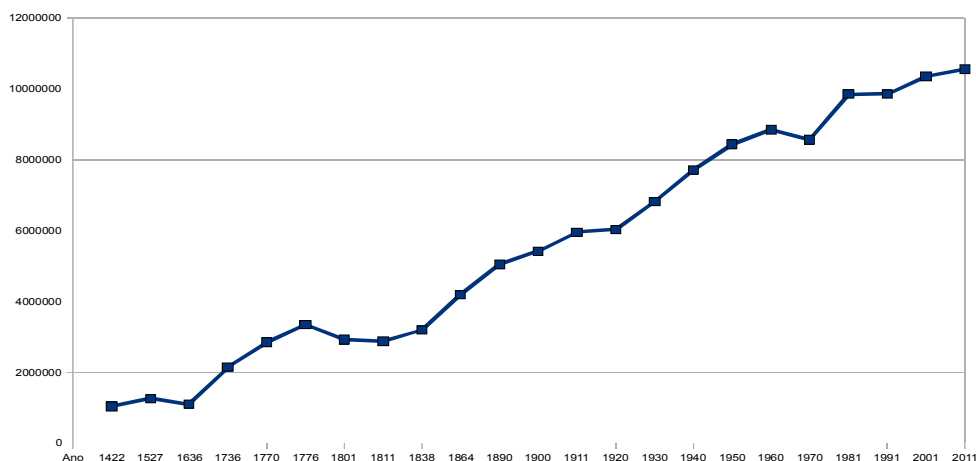


Fig. 6 - Evolução da população portuguesa em números absolutos (1422-2011)

Fonte: INE, 2001; www.ine.pt

Conforme Rodrigues (2004: 1-2), essa foi igualmente a evolução europeia. Sendo que, durante a Idade Moderna, a Europa do Sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) correspondia a uma média de 25-28% do total da população europeia (tabela 1).

Tabela 1 - Evolução da população europeia nos séculos XVI e XVII (%)

	1500	1600	1650	1700
Europa Norte e Ocidente	45	43,8	46,7	46,9
Europa do Sul	27,5	28,5	25	24,4
Europa de Leste	27,5	27,7	28,3	28,7

Fonte: EVEDY; JONES, *Atlas of World Population History* apud RODRIGUES, 2004: 2

Foi apenas nos séculos XVII e XVIII que se deu o deslanche do crescimento demográfico europeu. No entanto, esse crescimento seguiu um percurso descontínuo – períodos intercalares de crise demográfica, provocadas por pestes, guerras, etc., e de crescimento populacional – e diversificado geograficamente. Essa foi também a realidade portuguesa até ao século XIX. Após os 'séculos de ouro' da colonização, com a independência do Brasil e o deslocamento do eixo do sistema-mundo para o Norte da Europa (Paris, Amsterdão, Londres), Portugal viu-se enredado em alianças político-econômicas que afetaram a economia do país e, de consequência, a dinâmica demográfica.

O século XX abriu com a implantação do regime republicano que, no entanto, não contribuiu para a estabilidade política e econômica do país: governos de pouca duração, a que se somou o contexto da I Guerra Mundial, na qual Portugal participou. Em 1926, um golpe militar de cariz conservador e nacionalista instaura um regime ditatorial, nos meandros do qual Oliveira Salazar construiu a sua ação e doutrina autoritárias para o país e instituiu constitucionalmente em 1933, o Estado Novo.

Não obstante os problemas de ordem econômica e política, e a ligeira queda da taxa de natalidade, entre as décadas de 1920 e 1930 assistiu-se a um “boom” demográfico (ROSAS, 1994), notório no pico da taxa de crescimento natural (tabela 2).

Tabela 2 – Taxas brutas de Natalidade, Mortalidade, Nupcialidade e Crescimento Natural em Portugal (1890-2012) (permilagem)

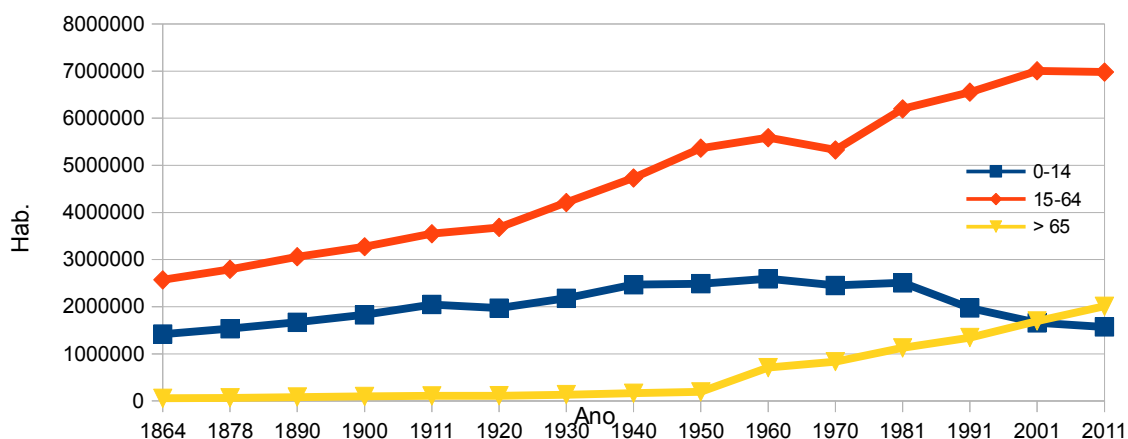
Ano	TBN (‰)	TBM (‰)	T. Crescimento Natural (‰)	TBNup (‰)
1890	31	22	9	7
1900	31	22	9	7
1911	32	24	9	6
1920	32	20	12	7
1930	28	16	12	6
1940	25	15	10	7
1950	24	12	12	8
1960	24	11	13	9
1970	17	9	8	9
1981	13	10	4	7
1991	11,7	10,4	0,7	7,2
2001	10,9	10,1	0,8	5,6
2012	8,5	10,2	-1,7	3,3

Fonte: INE, 2001; www.pordata.pt (elaboração nossa)

A partir das décadas de 1960-70, ambas as taxas de natalidade e de mortalidade diminuíram, mas em proporções que garantiam níveis de crescimento natural positivos. A década de 1980 marcou a viragem no crescimento natural da população: a pirâmide etária

inverteu-se, com uma base reduzida e um centro e topo em expansão (fig. 7); e a natalidade deixou de garantir a substituição demográfica. Portugal passou, assim, a integrar a tendência demográfica de grande parte dos países europeus: envelhecimento da população, taxas de natalidade e de fecundidade baixas, que resultam em taxas de crescimento natural abaixo de zero.

Fig. 7 - Evolução da população por grandes grupos etários em números absolutos (1864-2011)



Fonte: INE, 2001; www.pordata.pt (elaboração nossa)

O saldo total da população em positiva é assegurado, desde a metade da década de 1970, por dois movimentos de população: o retorno de emigrantes e o ingresso de imigrantes. No seguimento da revolução democrática, em 1974 até 1980-81, deu-se o reingresso de cerca de 80 mil emigrantes e de 500 mil “retornados”⁶⁴. A década de 1980 assinalou igualmente o crescimento da imigração para Portugal. Nesses anos, chegaram imigrantes principalmente de países africanos (de Cabo Verde, Angola e Guiné Bissau) e da Grã-Bretanha. No final da década de 1990, início do século XXI, é a imigração dos países do Leste Europeu (Ucrânia e Roménia), do Brasil e da China a assumir maior relevância (www.pordata.pt). De modo que os cidadãos de nacionalidade estrangeira representam, atualmente, cerca de 3,7% da população total residente (INE, 2012: 28).

A imigração, no entanto, é um fenómeno recente num país particularmente marcado pela saída de população. A emigração é considerada uma característica estrutural da sociedade portuguesa (ROLO in BARROS, 2005: 18) ou, citando Ferrão, Portugal é um “país globalmente repulsivo” (FERRÃO apud ROLO in BARROS, *idem*: 18). Aos números elevados – relativamente à sua população total – da emigração legal somam-se, em alguns períodos, os da emigração ilegal estimada (fig. 8). Os movimentos de saída de população começaram a fazer-se sentir a partir da época das descobertas, passando por alguns picos nos séculos XIX e XX (MEDEIROS, 2009: 135).

⁶⁴ Pessoas com cidadania portuguesa que viviam nos territórios africanos colonizados pelos portugueses.

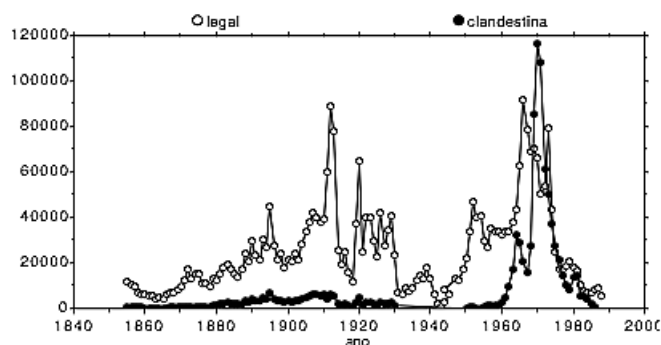


Fig. 8 - Emigração legal e estimativa da emigração clandestina (1855-1988)

Fonte: INE, 2001: 43

Tanto na figura 8, numa retrospectiva histórica mais alargada, como na figura 9, relativamente ao período 1976-2012, notam-se momentos de saída elevada de população, sendo que a partir de 2010 atingiram-se números históricos com cerca de 1% de população emigrante (www.pordata.pt).

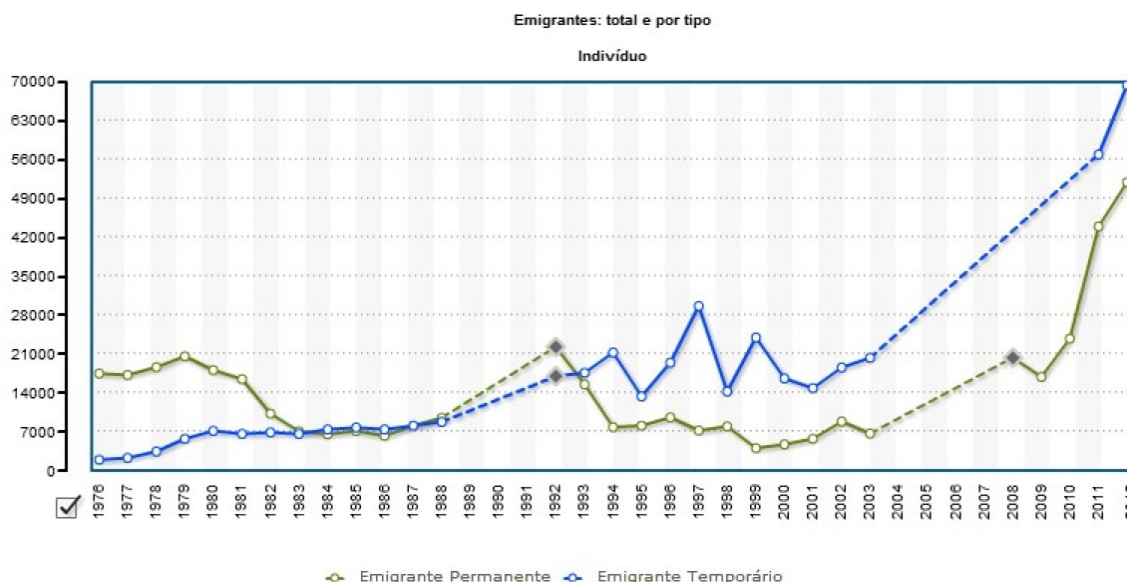


Fig. 9 - Movimentos de saída de população em Portugal Continental (1976-2012)⁶⁵

Fonte: www.pordata.pt

João Ferrão (FERRÃO apud ROLO in BARROS, *idem*: 18-19) e os técnicos do INE (INE, 2001: 43-46) distinguem três momentos principais na emigração portuguesa. Um primeiro momento até à década de 1950, que corresponde à “internacionalização” da emigração (ou ciclo transatlântico, na terminologia do INE), em especial de pequenos proprietários para o Brasil e para os Estados Unidos da América, mais até do que para as colónias africanas, não obstante as políticas de povoamento das mesmas nos séculos XIX e XX (INE, 2001: 45-46).

Um segundo momento, nas décadas de 1950 a 1970, de “transnacionalização” da emigração (ou “ciclo intra-europeu”). Período no qual a emigração se dirigiu para a França e

⁶⁵ Os dados sobre emigrações baseiam-se em estimativas do INE, sendo que o próprio instituto alerta para a relativa fiabilidade dos números num contexto de livre circulação de pessoas na UE.

para a ex-República Federal da Alemanha, constituindo-se como mão-de-obra barata nas indústrias e serviços desses países. Entre os fatores de emigração, para além dos de índole econômica, contam-se também os de índole política; a fuga ao serviço militar obrigatório (e à recruta compulsiva, com o início das guerras de independência nas colónias africanas, em 1961); e a existência de redes de apoio (MEDEIROS, 2009: 156).

E um terceiro momento, desde os anos 1970 até à atualidade, no qual se diversificaram os destinos geográficos e profissionais, e a duração da estadia, sobretudo após a adesão à UE. Segundo Ferrão, a marca desse período é a sazonalidade das migrações e o fato de Portugal passar a “integrar bacias de emprego de contornos difusos, estruturalmente instáveis e polarizadas por diferentes focos de emprego” (FERRÃO apud ROLO in BARROS, 2005).

1.2.2. Dinâmicas de povoamento e migrações internas

O espaço físico que constitui atualmente Portugal foi sendo vivido e administrado por distintos grupos étnicos ao longo de séculos, o que, entre outros fatores, influenciou a estrutura de povoamento do território. Louro (2004) destaca a influência do império romano (séculos I - IV) e a presença islâmica (séculos VIII – IX) na estruturação primordial social e espacial portuguesa. O império romano estabeleceu, na Península Ibérica, cidades e redes de abastecimento agrícolas ligadas às primeiras. A essa malha mais cônica escapavam as comunidades serranas, especialmente a sul (no que virá a ser o Algarve, em Portugal), organizadas em sistemas autonómicos de sobrevivência agropastoril.

A disputa política e territorial entre os povos germânicos no espaço ibérico (século V) criou períodos de instabilidade na organização sócio-política, mas consubstanciou-se nas raízes do sistema feudal em Portugal. Durante alguns séculos, porém, o território ibérico viu-se ainda dividido entre um norte composto por reinos cristãos e um sul islâmico (Al-Andaluz). Nos primeiros, a sociedade organizava-se em torno dos núcleos familiares. Já as sociedades islâmicas encontravam-se organizadas num “enorme mosaico de pequenas e médias cidades” (LOURO, 2004: 76), baseadas numa organização comunitária onde o núcleo era formado pela família alargada. Cidades essas ligadas aos portos marítimos.

A 'Reconquista Cristã' (séculos IX-X), levada a cabo pelos reinos cristãos sobre o Al-Andaluz, alargou o sistema sócio-familiar do norte ao sul da Península. No sul, porém, permaneceram traços específicos, seja da organização em vilas, no Alentejo, seja de um modo de vida serrano, no Algarve.

Após o reconhecimento de Portugal enquanto país (1143) nasceu a necessidade de povoar principalmente as zonas de fronteira. Mas a definição das fronteiras do país, tal como as conhecemos hoje, só foi concluída no final do século XIII. Também em consequência da criação de um país independente, no quadro do feudalismo nascente, a administração política e econômica do território foi entregue pelo rei, em mecanismos que combinavam as obrigações jurídicas e as alianças estratégicas, aos seus pares nobiliárquicos e às ordens militar-religiosas.

Nos séculos seguintes, verificou-se a concentração de população no norte e centro litorâneos (Entre Douro Minho e Estremadura) e no centro interior (Beira). O sul, interior e litoral (Entre Tejo Odiana e Algarve), apresentavam densidades menores (tabela 3).

Tabela 3 – Estimativas de Densidade Populacional por regiões⁶⁶ (1527 / 1700)

Comarcas	Densidade Mínima		Densidade Máxima	
	1527	1700	1527	1700
Entre Douro Minho	29,2	69,6	34,9	83,2
Trás os Montes	11,9	17,9	14,3	21,4
Beira	17,0	30,3	20,4	36,3
Estremadura	12,7	25,7	15,1	30,7
Entre Tejo Odiana	6,2	13,2	7,4	15,8
Algarve	7,7	12,5	8,1	14,9
Total	12,2	24,1	14,6	28,8

Fonte: RODRIGUES, 2004: 26

De acordo com a historiadora Teresa Rodrigues, no século XVI aproximadamente 22,6% da população residia em cidades e vilas (RODRIGUES, 2004: 143). A capital (Lisboa) cedo aglutinou uma percentagem relevante de população: em 1500, contava com 70 mil habitantes (para uma população total de um milhão); em 1600, 110 mil e em 1700, 188 mil habitantes⁶⁷. Lentamente, outros aglomerados foram-se formando, especialmente em decorrência do abandono dos campos nos momentos de crise - alimentar, sanitária, etc. -, mas nunca superando os 20 mil habitantes (RODRIGUES, 2004, *passim*). Só a partir da segunda metade do século XX surgiram urbes com um número superior a esse (tabela 4).

Tabela 4 – Localidades com mais de 10 mil habitantes (1864-1991)

	> 800 mil	500 - 800 mil	100 - 500 mil	20 - 100 mil	10 - 20 mil
1864			1	1	6
1878			2	0	7
1890			2	1	7
1900			2	1	9
1911			2	3	6
1920			2	1	10
1930		1	1	3	11
1940		1	1	6	15
1950		1	1	10	20
1960	1		1	14	29
1970		1	1	20	37
1981	1		1	33	43
1991		1	1	38	59

Fonte: INE, 2001: 132-148 (elaboração nossa)

A interpretação mais comum é que desde o século XV Portugal se dividiu entre a capital sobrepovoada (seguida, ainda que de longe, da cidade do Porto, no norte) e o resto do país com a população dispersa ou residindo em centros de pequena dimensão demográfica⁶⁸.

Para além da concentração demográfica nas duas cidades, foram-se consolidando os padrões de povoamento nas diferentes regiões do país, que estão na base, entre outros fatores, das dicotomias acima referidas: norte-sul e litoral-interior. Assim, no início do século XX, nas regiões mais a norte existia uma pressão demográfica maior, espalhada por povoamentos

⁶⁶ A autora utiliza uma nomenclatura regional diferente da nossa. Assim, Entre Douro-Minho corresponde à região litoral no extremo-norte do país; Trás-os-Montes à região interna limítrofe com a anterior; a Beira à faixa central do país, do litoral ao interior; a Estremadura à região da capital e à faixa norte litoral; Entre Tejo e Odiana, a todo o Alentejo e o Ribatejo.

⁶⁷ Para as mesmas datas, por exemplo, importantes cidades europeias como Génova contavam com 62 mil, 70 mil e 67 mil habitantes, respectivamente; Veneza: 115 mil; 151 mil; 141 mil; Londres: 60 mil; 187 mil e 550 mil (CHANDLER; FOX apud RODRIGUES, 2004: 4).

⁶⁸ É recorrente ouvir-se a expressão “Portugal é Lisboa e o resto é paisagem”.

relativamente compactos (vulgo 'aldeias'). No centro interior, bem como no extremo sul a dispersão populacional era maior, com poucos centros urbanos. O centro litoral era povoado por aldeias, cidades e aglomerações com contornos menos límpidos. E o sul interior, por pequenos povoamentos dentro das grandes explorações agrícolas e por algumas aldeias, maiores do que as do norte do país, fora dessas explorações (MEDEIROS, 2009: 183-184). Em todas as regiões, os principais centros urbanos correspondiam às sedes do poder local.

O século XX presenciou, porém, diversas vicissitudes demográficas que alteraram a distribuição da população no país. A partir dos anos 1930, a população começou a crescer e quando não encontrava trabalho buscava-o em outras regiões do país ou no exterior (ROSAS, 1994: 22-23). Para além disso, o próprio regime ditatorial provocou migrações internas, tanto de caráter temporário como permanente. Nos anos 1930-40, promoveu a intensificação da produção cerealífera, nas regiões do sul interior (Alentejo), para a qual era necessária mão-de-obra. A norte, promoveu a florestação de áreas comunitárias ('baldios') que eram essenciais à prática agropecuária das populações, conduzindo à sua partida. Paralelamente, procedeu a campanhas de “colonização interna”, fazendo deslocar população (especialmente casais) das regiões mais densamente povoadas (o norte) para o Alentejo (*idem*: 432-434).

Na década seguinte, a estratégia económico-produtiva deslocou-se para a industrialização do país provocando novamente migrações internas, sobretudo de caráter permanente. Os núcleos industriais nasceram especialmente no norte e centro litorais; na região metropolitana da capital e em algumas cidades de média dimensão mais próximas de eixos rodoviários - “zonas de urbanização e industrialização difusa” (CARMO, 2004: 10).

Foi principalmente das regiões norte e sul interior que partiu população para o litoral. Foi também aí que se fixaram os “retornados” no final da década de 1970. Já os emigrantes regressaram, na sua maioria, para as suas terras de origem. A região do sul litoral, o Algarve, com o surgimento da atividade turística, assistiu a um grande crescimento demográfico ao longo da linha de costa. Região essa que, juntamente com a região metropolitana de Lisboa atraiu a residência dos imigrantes (INE, 2011: 28).

Atualmente, as migrações internas continuam, mas não nos parecem significativas. Em 2011, 72% da população não tinha mudado de local de residência nos últimos cinco anos. 9% mudou de residência na mesma localidade; 6% mudou de residência no mesmo município e 6% mudou de município (www.ine.pt). Assim, o despovoamento atual não resulta das migrações (e emigrações), mas sim da baixa natalidade⁶⁹.

A densidade populacional média em Portugal é de 114,5 hab./km² (dados relativos a 2011) (www.pordata.pt) para um território de 90 mil km². Existe, no entanto, uma grande amplitude de realidades no país: desde lugares intensamente povoados a outros fracamente povoados. A assinalar que 36,9% da população residente em Portugal habita em lugares com menos de 2.000 habitantes (tabela 5).

Tabela 5 – Percentagem de população residente segundo a dimensão dos lugares a em Portugal Continental (2011)

Em lugares até 1 999 habitantes	Em lugares de 2 000 a 4 999 habitantes	Em lugares de 5 000 a 9 999 habitantes	Em lugares de 10 000 a 19 999 habitantes	Em lugares de 20 000 a 49 999 habitantes	Em lugares de 50 000 a 99 999 habitantes	Em lugares de 100 000 a 199 999 habitantes	Em lugares de 200 000 a 499 999 habitantes	Em lugares de 500 000 a 999 999 habitantes
36,90%	9,00%	9,00%	12,20%	12,00%	5,20%	6,00%	2,40%	5,40%

Fonte: INE, 2012a

⁶⁹ CASTRO, E. Despovoamento do interior - O problema é de uma tal dimensão que exige uma estratégia nacional: depoimento. [11 de março, 2014]. *Café Portugal*. Entrevista concedida a Sara Pelicano. Disponível em: <http://www.cafeportugal.pt/pages/dossier_artigo.aspx?id=7381>. Acesso em: Março 2014.

Seguindo a tipologia da OCDE acima mencionada, a percentagem de população a residir em “áreas predominantemente rurais” é sensivelmente a mesma: 36% (2010) (figura 10). Valor em decréscimo nos últimos trinta anos, mas ainda assim bastante superior à média europeia (24%). A média de população a viver em áreas medianamente urbanas⁷⁰, pelo contrário, é menos de metade da média europeia (15% em Portugal, 36% a média UE) (EUROSTAT apud MATEUS, 2013: 249).

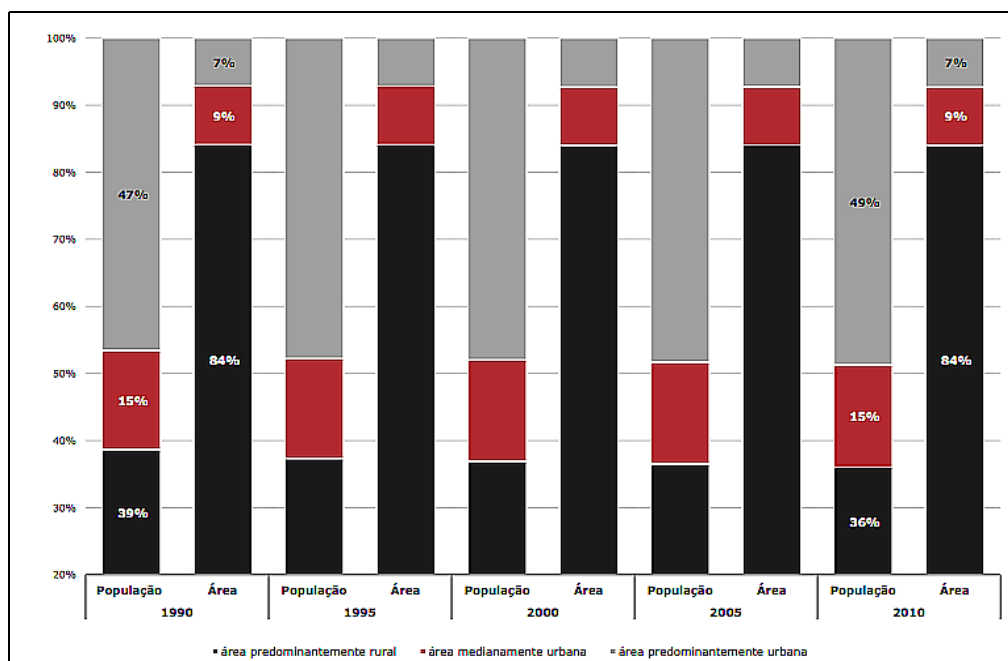


Fig. 10 – Ocupação territorial em Portugal (1990-2010)

Fonte: EUROSTAT apud MATEUS, 2013: 249

Comparando as densidades num período de 50 anos (figuras 11 e 12), notam-se duas nítidas diferenças: o surgimento de municípios com 5,1 habitantes/km², em 2011; e o decréscimo da classe mais numerosa de 9 mil habitantes/km² em 1960, para cerca de 7 mil habitantes. O que parece estar acontecendo é uma diminuição da população tanto nas áreas mais densamente povoadas, incluindo as cidades de Lisboa e Porto⁷¹, como nas regiões do interior, onde existem municípios com cerca de 5 habitantes /km².

⁷⁰ O indicador demográfico das áreas medianamente urbanas situa-se entre os 2.000 e os 5.000 habitantes.

⁷¹ Entre 2001 e 2013, os municípios de Lisboa e Porto perderam população. O mesmo já não acontece com as respectivas regiões metropolitanas, onde a população continua crescendo (www.pordata.pt). A demógrafa Maria Filomena Mendes afirma que “É quase como se o nosso interior avançasse para o litoral”, ao referir-se à diminuição populacional nas áreas litorâneas (MOURATO, P. Desertificação avança para o litoral, alerta demógrafa. *Diário de Notícias*, Lisboa, 12 Setembro 2012. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2765123&referrer=FooterOJ> Acesso Julho 2013).

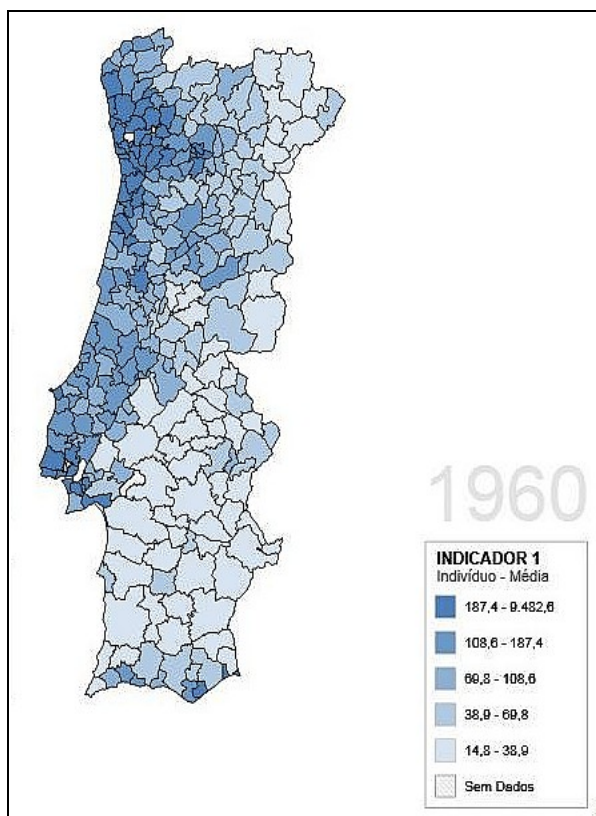


Fig. 11 - Densidade populacional por municípios (hab./km²) (1960)

Fonte: www.pordata.pt

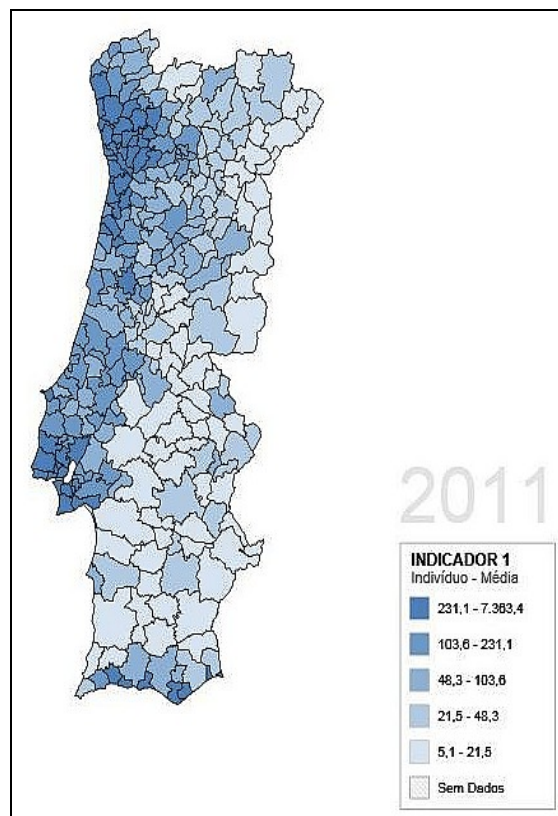


Fig. 12 - Densidade populacional por municípios (hab./km²) (2011)⁷²

Fonte: www.pordata.pt

As leituras sobre a organização espacial da população portuguesa atual são heterogêneas. Para alguns autores, a macrocefalia de Lisboa e Porto e a escassez de cidades de dimensão média são ainda patentes no território (MATEUS, 2013: 249). Outros afirmam que “A movimentação populacional contribuiu decisivamente para a organização de uma teia urbana, coesa e até competitiva em termos europeus.” (CAVACO, 1994: 42), visão partilhada por Teresa Pinto Correia (2006: 151).

Renato Carmo, por seu turno, elabora um retrato mais complexo dessa organização espacial. Confirma a existência de mais centros urbanos tanto no litoral como no interior, cidades médias “competitivas” e interconectadas entre si e que concentram territorialmente bens e estruturas públicas: escolas, centros de saúde, bibliotecas, etc.. Mas essas cidades crescentes descolam-se das respectivas áreas rurais envolventes, que se veem assim marginalizadas e excluídas das conexões interurbanas. Também segundo o autor o contínuo aumento das duas regiões metropolitanas acontece ainda às expensas das áreas rurais (CARMO, 2004: 9). Assim, o território ganha uma forma multipolar, ou uma “configuração territorial em arquipélago” (FERRÃO apud CARMO, 2004: 8), mas as áreas rurais seguem sendo desmanteladas (CARMO, 2004: 9-10).

⁷² Existem, porém, algumas alterações territoriais entre as décadas de 1960 e 1990, com a criação de novos municípios.

1.3. Dinâmicas dos espaços rurais

Os movimentos de população, quando associados ao espaço rural, dizem respeito ao que na literatura em geral é exposto como um dos traços da modernização das sociedades ditas 'ocidentais', ou seja, o êxodo rural, paralelo à industrialização, à mecanização do setor primário e progressivamente à terciarização produtiva. Essa 'grande transformação' iniciou-se em alguns países europeus com o mercantilismo dos séculos XVI e XVII e foi ganhando consistência nos séculos subsequentes. A modernização das sociedades ocidentais emergiu, assim, da erosão das estruturas econômicas, bem como sociais, culturais, religiosas e políticas caracterizantes da vida europeia até à Idade Média, isto é, a emancipação do feudalismo e da sua principal base econômica: a agricultura.

Portugal é considerado como um dos últimos países europeus a integrar os processos estruturais da modernidade, à semelhança de seus congêneres da Europa do Sul (Espanha e Grécia, em especial). Desse modo, fenômenos que aconteceram gradualmente em países como a França ou Grã-Bretanha, tenderam a se concentrar temporalmente em Portugal.

1.3.1. Dinâmica das atividades produtivas

Como acima referido, foi a partir dos anos 1950-60 que a industrialização ganhou maior representação na estrutura produtiva do país, refletindo-se na ocupação profissional da população e no peso do setor na economia do país. Os setores secundário e terciário são, atualmente, os predominantes no país, distribuídos de forma diferente mas patentes de forma significativa em todo o território (fig. 13). O peso da agricultura no PIB nacional passou de 42% em 1900, para 30% cinquenta anos mais tarde e caiu para 3,2%, em 2000 (ROLO in BARROS, 2005: 16). Valor que desceu ainda um ponto percentual em 2008 (MATEUS, 2013: 95)⁷³.

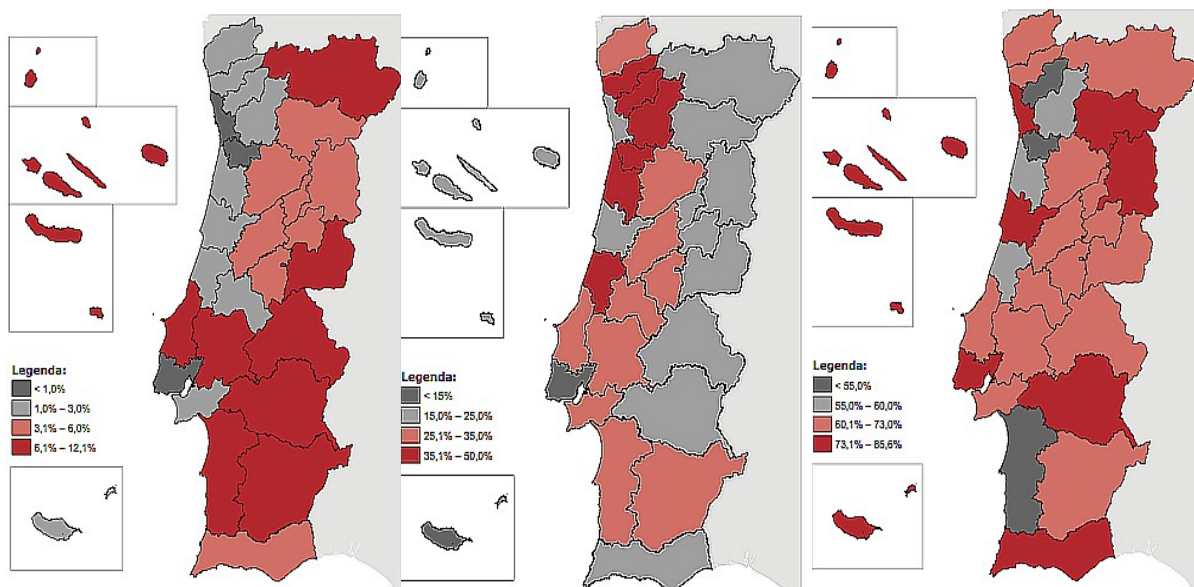


Figura 13 – Peso do Valor Acrescentado Bruto dos setores primário, secundário e terciário (% do total) por NUTs III (2009)

Fonte: EUROSTAT apud MATEUS, 2013: 99-100

⁷³ Contabilizando o total do complexo agro-alimentar (agricultura, indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e o complexo florestal (silvicultura e indústrias transformadoras de produtos florestais) o peso no PIB sobe para 5,8% e representa 13,3% do total dos empregos em Portugal (GPP, 2013c).

Não obstante a difícil comparabilidade, dadas as diferenças na recolha dos dados e o fato dos dados se referirem apenas à atividade principal da população, a mesma realidade é notória na distribuição da população ativa pelos setores produtivos (tabela 6).

Tabela 6 – Distribuição da população ativa por alguns setores econômicos (1890-2011)⁷⁴

Ano	Pop. Activa	Agricultura (%)	Indústria (extractiva; transformadora) (%)	Serviços, comércio, transportes, administração (%)
1890	2530500	60,72	17,87	20,37
1900	2457300	61,35	18,70	19,07
1911	2545000	56,68	21,89	20,66
1930	2516700	49,15	19,02	30,26
1940	2775200	51,30	21,09	26,28
1950	3196500	47,65	24,48	26,43
1960	3315600	42,17	28,91	27,51
1970	3060900	31,56	33,37	33,87
1981	3848700	18,33	38,93	41,90
1991	4127600	10,15	37,87	51,33
2001	5111700	6,90	33,82	53,41
2011	4361187	2,76	30,33	69,61

Fonte: INE, 2001 e 2012b); www.pordata.pt (elaboração nossa)

Com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 1986, o quadro nacional passou a ser influenciado por políticas supranacionais e pela encruzilhada intrínseca ao bloco económico entre um crescente nível de regulação interna e um igualmente crescente grau de abertura aos mercados externos.

A agricultura foi um dos alicerces do espaço comum europeu e um dos setores em que o protecionismo mais se fez (e ainda faz) sentir. A Política Agrícola Comum (PAC) nasceu em 1962 nos moldes das políticas francesas e alemãs. A mecanização, industrialização e especialização do setor seguiram a par e passo com um consonante quadro de homogeneização da produção, de regulação sanitária e de certificação, que afetam e controlam toda a cadeia produtiva e se estendem a outros setores (distribuição, restauração, hotelaria, etc.). Em particular, nos países da Europa do Sul, as principais alterações sofridas na agricultura com o ingresso na UE foram:

“(…) uma crescente especialização dos sistemas de produção; o desaparecimento de uma grande parte das explorações agrícolas de menor dimensão orientadas, sobretudo, para produções onde o efeito das economias de escala foi mais violento como é, por exemplo, o caso dos cereais; a persistência e vitalidade de largos sectores de pequenas explorações em particular as viradas para produções onde aquele efeito foi contrariado ou menos sensível como é, por exemplo, o caso do leite; grande expansão do número de explorações fornecedoras de força de trabalho e expansão de um sector de famílias agricultoras cuja sobrevivência depende largamente dos fluxos monetários transferidos directamente pelo Estado (pensões, reformas, …)” (BAPTISTA, 1993: 40).

Em Portugal, um dos efeitos mais evidentes foi a diminuição da superfície agrícola

⁷⁴ A leitura dos dados deve ter em consideração as diferenças na definição de “população ativa” nos diferentes recenseamentos demográficos. Em 1940, 1960 e 1970, entendia-se por “população ativa” “os indivíduos recenseados que exercem uma profissão e os membros de família que os auxiliam; os indivíduos são considerados em idade economicamente ativa, i.e., 10 anos”. Faixa etária que sobe para os 12 anos em 1950, 1981 e 1991 (INE, 2001: 151). Em 2011, considera-se população ativa: o “conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico” (INE, 2012 a)).

Para os fins da pesquisa pareceu-nos ter maior relevância os dados relativos apenas à agricultura dentro do primeiro setor, como tal, não considerámos os dados relativos à pesca. Sendo que a informação encontra-se agregada por atividade até 1991, a nossa tarefa foi facilitada. Os dados atuais são apresentados por setor, como tal para obter a desagregação tivémos que nos socorrer dos Censos Agrícolas. Os dados sobre a agricultura em 2001 são relativos a 2003.

utilizada (SAU)⁷⁵: após um aumento exponencial no século XIX verificado até ao final da década de 1970 (CALDAS apud BAPTISTA, 1993: 13), começou a decrescer em concomitância com a adesão de país à UE, só voltando a aumentar em 2009 (tabela 7). Segundo Oliveira Baptista, essa diminuição da SAU deve-se ao abandono, à caça, à exploração pecuária extensiva e à florestação (BAPTISTA, 1993: 15 (nota 10); 67).

No entanto, a situação fundiária nacional é considerada confusa e sobretudo, desconhecida. Segundo Ferrão, desconhece-se o proprietário legal de cerca de 20% do território (informação verbal)⁷⁶. Para além do que, por vezes, solos considerados estatisticamente como abandonados, podem não está-lo verdadeiramente: a sua gestão pode “deixar de ser activa mas passar a ser passiva” (CORREIA, 2006: 4-6).

Tabela 7 – Explorações Agrícolas e S.A.U. (1968-2009)

	Explorações agrícolas (N)	Superfície Agrícola Utilizada (ha)
1968	811656	4974157
1979	784497	5182902
1989	598742	4005573
1993	489010	3949550
1995	450635	3924621
1997	416689	3822125
2003	359283	3725190
2005	323919	3679587
2007	275083	3472939
2009	305266	3668145

Fonte: www.pordata.pt

É igualmente notória a redução do número de explorações agrícolas. Em 40 anos, reduziram-se em metade. Contudo, Oliveira Baptista chama a atenção para o fato das mudanças na metodologia dos recenseamentos agrícolas afetarem a contagem das explorações entre 1979 e 1989. Segundo o autor, se no Censo Agrícola de 1989 se tivessem mantido os mesmos limiares usados anteriormente, a quebra de cerca de 40% verificada nessa década não seria superior a 14% (BAPTISTA, 1993: 8-9).

Considerando os dados mais recentes (INE, 2011), a quebra no número de explorações agrícolas prosseguiu, mas também com uma retomada em 2009. De notar que o principal decréscimo ocorreu nas explorações com menos de um hectare (menos 41% entre 1999 e 2009)⁷⁷ (*idem*). O aumento deu-se nas explorações entre os 100 e os 1.000 hectares. Atualmente, as explorações com mais de 100 hectares representam 2% do total de explorações e 58% do total da SAU (tabela 8). As explorações com menos de 100 hectares representam 98% do total de explorações e 42% do total da SAU.

⁷⁵ Entendendo-se por SAU, a “superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes.” (INE, 2012b: 176).

⁷⁶ Dado fornecido por João Ferrão no Colóquio “O interior está em risco de desaparecer?”. Podemos, deste modo, conjecturar que os solos considerados abandonados pertencem não apenas as populações que saíram e/ou que não os usam, mas também ao próprio Estado.

⁷⁷ Diminuição do número de pequenas explorações agrícolas que se dera anteriormente no espaço comum europeu: 19% entre 1966/67 e 1975; 10% entre 1975 e 1987; e 21% na década de 1990 (ROLO in BARROS, 2005: 42)).

Tabela 8 – Número de explorações e SAU, por classes de SAU (2009) e variação 1999-2009

	Explorações		SAU		Variação 1999-2009	
	N.º	(%)	(há)	(%)	N.º de Expl. (%)	SAU (%)
< 1 ha	66 026	21,60	35 047	1,00	-40,9	-40
1 a < 5 ha	164 899	54,00	361 980	9,90	-23,7	-23,7
5 a < 20 ha	52 146	17,10	492 467	13,40	-20	-19,4
20 a < 50 ha	11 735	3,80	357 894	9,80	-10,3	-9,7
50 a < 100 ha	4 355	1,40	303 085	8,30	-0,8	0,7
100 a < 500 ha	4 982	1,60	1 097 281	29,90	6,0	5,3
500 a < 1000 ha	857	0,30	579 880	15,80	5,8	5,2
>= 1000 ha	266	0,10	440 512	12,00	-0,4	-0,3
Total	305 266	100,00	3 668 145	100,00	-26,6	-5

Fonte: INE, 2011: 14

No que tange à composição da SAU, entre 1989 e 2005, as pastagens permanentes⁷⁸ cresceram de 20,9% para 48,1%; a terra arável diminuiu de 58,6% para 33,7%; e as culturas permanentes permaneceram numa proporção relativamente estável (pouco menos de 20%) (INE, 2007: 27).

A especialização agroflorestal, no quadro da PAC, expressou-se em Portugal entre 1980 e 2006 na diminuição da produção vegetal e no aumento da produção animal (INE, 2007: 17; ROXO in LOURO, 2004: 125). Do quadro produtivo agrícola atual ressaltam a produção industrial de milho e de tomate, nas culturas temporárias⁷⁹; a produção de vinho e azeite, nas culturas permanentes⁸⁰; e o sobreiro (árvore da cortiça), eucalipto e pinheiro, na produção florestal, estes últimos utilizados para produção de pasta de papel⁸¹.

No que tange à renda da terra, Oliveira Baptista refere que 55% da área com função agrícola é gerida visando resultados económicos e 45% visando a maximização de subsídios⁸² e/ou uma renda fundiária (BAPTISTA in FONSECA, 2006: 94). Na década de 1990, 69% do total dos produtores agrícolas beneficiavam de subsídios estatais (fundos europeus e outros), mas 1% deles recebia 42% do montante total (BAPTISTA, 1993: 97-99).

Um dos efeitos dos subsídios, especialmente os subsídios desligados da produção⁸³ e dos subsídios à pecuária extensiva, foi o desincentivo ao cultivo de terrenos menos adequados à produção de culturas temporárias impactando, como vimos anteriormente, nas terras aráveis, que foram convertidas de forma geral em pastagens permanentes (INE, 2011).

1.3.2. Dinâmicas da população agrícola-rural

No que tange à população ativa na agricultura, ela segue em tendência decrescente. Os dados oficiais históricos e atuais são, porém, agregados de forma diferente, o que dificulta a

⁷⁸ Pastagens permanentes são o “conjunto de plantas, sementeiras ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano.” (INE, 2012b: 173).

⁷⁹ Em 2012, o milho representou 28,9% da produção total de culturas temporárias e o tomate 44,25% (INE, 2012b).

⁸⁰ Em termos de superfície cultivada, a azeitona para azeite representa 60,5% do total de culturas permanentes e a vinha, 31,6% (INE, 2012b).

⁸¹ Em 2005, correspondiam respectivamente a 20,7%; 21,4% e 29,4% do total de área florestal em Portugal Continental. Sendo que, do total dos produtos derivados da madeira, 23,2% correspondem a papel e cartão e 28,7% a pastas químicas (INE, 2012b).

⁸² Os subsídios à produção e aos produtos passaram de um valor quase nulo em 1980, para cerca de 1.000 milhões de euros (cerca de 3 mil milhões de reais) em 2004 (INE, 2007: 18).

⁸³ Na reformulação da PAC, em 2003, foi introduzida uma alteração no regime de subsídios à produção. O montante dos subsídios foi desligado dos produtos agrícolas e passou a estar conectado à exploração agrícola e a um cálculo do histórico de produção. Esse mecanismo, porém, não alterou completamente o sistema anterior. Atualmente, existem subsídios por produto/produção e subsídios por exploração.

sua análise.

Segundo a natureza jurídica, os produtores agrícolas singulares (categoria que agrega os “produtores autônomos” - aqueles que utilizam apenas mão-de-obra do agregado doméstico; e os “produtores empresários” - aqueles que utilizam exclusiva ou principalmente mão-de-obra assalariada) são majoritários. Eles são titulares de 97,9% das explorações e de 75,1% da SAU⁸⁴. As sociedades detêm menos explorações, mas correspondem a 19,4% da SAU. Porém, entre 1989 e 2005, o número de produtores singulares diminuiu, ao passo que as sociedades aumentaram, e aumentou de consequência o seu peso no número de explorações e na SAU (em 1989, detinham menos de metade do valor atual) (INE, 2007)⁸⁵.

Em termos de unidades de trabalho, as estatísticas afirmam que a mão-de-obra agrícola deriva sobretudo do agregado doméstico do produtor (82,8% do total, em 2005) e que o número de assalariados agrícolas sofreu um ligeiro aumento (INE, 2007: 33). Foi sobretudo nas explorações de agricultura intensiva-capitalista, principalmente de horticultura, que se deu uma maior procura do trabalho assalariado e que é parcialmente ocupado por imigrantes (geralmente temporários) do Leste Europeu (CANADAS in BARROS, 2005: 42-43).

No último recenseamento agrícola (dados de 2009), a população agrícola familiar é contabilizada em 7% da população residente (INE, 2012b: 93), registando uma descida de 36% relativamente ao decênio anterior. Por “população agrícola familiar”, o INE entende o “conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como de outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração.” (INE, 2007: 116). Essa terminologia pode, em nossa opinião, abarcar vários modos de produção agrícola e diferentes modos de vida na agricultura, não correspondendo à noção de agricultura familiar nas dimensões sociais e políticas do termo. Essa, porém, é a aceção mais comumente empregue não só pelas estatísticas oficiais como pelos pesquisadores.

Autores como Oliveira Baptista distinguem dois modos de produção em Portugal: o familiar e o “capitalista”, com base no tipo de mão-de-obra utilizada nas explorações. De acordo com os cálculos do autor, a agricultura familiar representava, em 1993, 82% da totalidade das explorações agrícolas e detinha 49% da SAU, enquanto que as “explorações capitalistas” representavam 6% e detinham 44% da SAU (BAPTISTA, 1993: 97-99)⁸⁶.

Essa divisão é geralmente associada ao binômio norte-sul do país e às formas 'históricas' de organização social e espacial. O norte e o centro interior (Trás-os-Montes, Beiras e Minho) apresentam um maior peso da agricultura familiar, distribuída por pequenas propriedades, e uma percentagem assinalável de população vivendo em áreas rurais (cerca de 80% do total da população residente, na década de 1990). Nessas regiões, a emigração (as remessas dos emigrantes e sua aplicação no mercado fundiário, na construção de casas, etc.) foi essencial para a manutenção das próprias localidades. Existem povoações que foram

⁸⁴ Dentro da categoria produtores agrícolas singulares, em 1989, os produtores autônomos detinham 96,3% das explorações (não existe informação por número de produtores) e os produtores empresários 3,7%. Em 2005, houve uma ligeira diminuição dos primeiros e aumento dos segundos (passaram para 95,8% e 4,2%, respectivamente) (INE, 2007: 27).

⁸⁵ Joaquim Rolo confirma essa tendência: “os produtores individuais persistem na agricultura portuguesa, contudo a sua área de influência em área detida tem vindo a minuar: 87% em 1989; abaixo dos 80% em 1999). As “sociedades” têm vindo a ganhar ascendente em área fruída (...) em 1979: 5% e em 1989, 10%” (ROLO in BARROS, 2005: 35).

⁸⁶ Se desagregarmos os dados da natureza jurídica dos produtores pelo tipo de mão-de-obra utilizada (INE, 2007: 27) resulta que, em 2005, os produtores singulares autônomos detinham 93,7% do total de explorações e 51,5% da SAU; ao passo que, adicionando os produtores singulares empresários com as sociedades, constatamos que detinham 5,8% do total de explorações e 43% da SAU.

“refeitas pelos dinheiros ganhos no estrangeiro e que hoje vivem suspensas das idas e vindas dos seus emigrantes.” (BAPTISTA, 1993: 25). Casas abertas apenas nas férias de veraneio, que contribuem para o ar de abandono e “desfiguram o aspecto bucólico das vilas” (MANSINHO *et al.* in JOLLIVET, 1993: 287, tradução nossa).

No Alentejo e em parte do Ribatejo, 80% da população agrícola correspondia, também na década de 1990, a assalariados trabalhando em explorações agrícolas capitalistas (em regime de latifúndio) e um terço em explorações de agricultura familiar (BAPTISTA, 1993: 63)⁸⁷.

Um outro fato geralmente apresentado nos estudos sobre o rural e a agricultura é o envelhecimento da população. No que tange apenas aos produtores agrícolas⁸⁸, em 1989 os produtores com 65 e mais anos representavam 28,8% do total. Em 2005, a percentagem subiu para 47,3%. Inversamente, os produtores com menos de 35 anos, que em 1989 representavam 6,7%, passaram em 2005 para apenas 2,2% (INE, 2007: 28)⁸⁹. Considerando todo o agregado familiar (ou “população agrícola familiar” e que na leitura do INE corresponde à população rural): 23% têm menos de 35 anos; 10% encontra-se entre os 35 e os 45 anos; 34% entre os 45 e 65 anos e 33% tem 65 ou mais anos (INE, 2011: 93).

O grau de literacia e de analfabetismo são também indicadores utilizados para caracterizar a população agrícola e rural, nos censos oficiais. Sejam os produtores agrícolas seja todo o agregado familiar apresentam um nível de instrução baixo (a maioria possui apenas o primeiro nível de escolaridade) comparando com o total da população, mas a escolarização caminhou em ritmo ascendente nos últimos dez anos (tabela 9).

Tabela 9 – Distribuição dos produtores agrícolas, da população agrícola familiar e do total da população residente por níveis de instrução⁹⁰ (2009) e variação entre 1999 e 2009 (%)

	Sem nível de instrução*	Variação 1999-2009	1.º ciclo	Variação 1999-2009	2.º e 3.º ciclos	Variação 1999-2009	Secundário	Variação 1999-2009	Superior	Variação 1999-2009
Produtor agrícola	22	-53	52	-25	17	23	4	44	4	31
População agrícola familiar	22	-57	40	-30	23	-30	8	-7	6	20
Total população residente	20	-24	27	-8	31	18	12	44	9	85

* Inclui crianças até aos 10 anos.

Fonte: INE, 2011: 95; 97 (elaboração nossa)

O nível de iliteracia da população agrícola é significativo, mas é-o também para toda a população residente (sobretudo se considerarmos que inclui as crianças com menos de 10 anos). Os dados sobre a taxa de analfabetismo (que excluem a população abaixo dos 15 anos) estão disponíveis por freguesia ou município e não por população agrícola. Em 2011, a taxa

⁸⁷ Renato Carmo, através do cruzamento de diferentes fontes estatísticas coloca em questão a dicotomia proprietário (capitalista ou não, dependendo da época histórica) *versus* assalariado agrícola, através da qual a estrutura social alentejana foi geralmente explicada. Demonstra que as situações da população face à agricultura são mais variadas e que a estrutura social foi e é bastante mais complexa (CARMO, 2007).

⁸⁸ Produtor agrícola é o “Responsável jurídico e económico da exploração, isto é, a pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.” (INE, 2007: 117).

⁸⁹ Portugal foi um dos Estados-membros que implementou, na década de 1990, uma medida da PAC de encorajamento à cessação da atividade agrícola por parte da população acima dos 55 anos e à transmissão da propriedade a novos titulares – através de aluguer, doação ou venda (FERNANDES in PORTELA *et al.*, 2003: 103-106). Segundo a autora, essa medida não só não contribuiu para um dos seus objetivos – rejuvenescer o tecido empresarial agrícola – como levou à promoção da inatividade dos que ainda estariam dispostos a seguir trabalhando no setor. Mas poderá ter sido um dos fatores que concorreu para o redimensionamento das explorações agrícolas, que era aliás um dos outros objetivos da medida.

⁹⁰ Em Portugal, a escolaridade divide-se em ensino básico: 1.º ciclo (primeiros quatro anos), 2.º e 3.º ciclos (cinco anos); a que se segue o ensino secundário (três anos) e, por fim, o ensino superior ou universitário.

média de analfabetismo era de 10,3% para Portugal Continental. Uma análise superficial da distribuição por municípios revela uma grande heterogeneidade, mesmo no interior de cada região. As médias oscilam entre os 7% na capital, por exemplo, até aos 25% em alguns municípios do norte e centro do país⁹¹.

O aumento da escolaridade em todo o país, bem com o acesso às redes públicas de abastecimento de água, saneamento e de electricidade aumentaram substancialmente, ainda que as variações estejam sempre presentes. Só uma análise micro poderá atestar se são as áreas consideradas como rurais que seguem excluídas dessa melhoria das condições de vida das populações⁹².

O quadro da 'paisagem agrícola' parece assim pintar-se com as cores da diminuição da área utilizada e da atividade agrícola, mas acompanhadas pela concentração fundiária e pelo aumento da agricultura empresarial e industrial. Porém, a agricultura de carácter familiar é ainda a mais significativa em termos de população⁹³, mas menos em termos de área agrícola usada. Se considerarmos que a produção agrícola para autoconsumo encontra-se excluída das estatísticas oficiais⁹⁴, podemos conjecturar que a agricultura tem um peso maior, tanto na economia como na atividade (não profissional) da população, do que aquele retratado pelas estatísticas.

Na esteira do pensamento de Van der Ploeg – mas tendo em mente a categoria “agricultor familiar” e não de “camponês” – Baptista defende que os pequenos produtores portugueses demonstram “uma grande maleabilidade de adaptação” (BAPTISTA, 1993: 43).

O carácter camponês da agricultura portuguesa, e suas transformações face ao ingresso no sistema capitalista, foi e continua sendo fonte de debate na academia portuguesa (ALMEIDA in GODELIER, 1991; BAPTISTA, 1993; BARROS, 1981; CARMO, 2009; VILLAYERDE CABRAL, 1981).

Villaverde Cabral afirmava em 1981 que os camponeses portugueses (que ele caracterizava, já nessa década, como “envelhecidíssimos” (VILLAYERDE CABRAL, 1981: 141)) não iriam, à semelhança do que aconteceu em França, transformar-se em “agricultores”. Ou seja, a transformação não se daria ao nível da profissionalização e do modo de vida camponês. Simplesmente, os camponeses, fruto de suas aspirações, iriam passar diretamente para os setores secundário e terciário. Da agricultura camponesa restaria apenas uma agricultura residual, mas também ela condenada, no longo termo, ao desaparecimento.

Afonso de Barros, na mesma década, retrata uma maior variedade de situações ao interno da agricultura camponesa. De acordo com o sociólogo, existiam duas formas com

⁹¹ No norte, a média é de 10,3%, variando entre 7% e os 25%; no centro, a média é de 12,6%, mas varia igualmente entre 7% e 25%; no sul, o Alentejo, a média é de 16%, variando entre os 9% e os 16%; e no Algarve, a média é de 10,9%, oscilando entre os 8% e os 20% (www.pordata.pt).

⁹² Em 2009, 96% da população tinha acesso ao sistema público de abastecimento de água, sem grandes oscilações ao nível dos municípios. Já no que tange aos sistemas de drenagem de águas residuais, a média nacional é de 84%, mas existem municípios com médias entre os 21 e 38% e outros com médias que rondam os 100% (www.pordata.pt).

⁹³ Em 2009, 88% dos conjugues dos produtores trabalhavam nas explorações agrícolas. Sendo que desses 88%, 55% fá-lo entre 0 a 50% do tempo; 21%, entre 50 a 100%; e 13% a tempo completo (o produtor, para os mesmos intervalos trabalhava: 51%; 28% e 21%). Relativamente aos outros membros da família, 59% trabalha na exploração, mas a maioria passa apenas entre 0% e os 50% do tempo nesse trabalho (INE, 2011: 98). O que demonstra que o trabalho nas explorações envolve a família, mas é realizado principalmente (e numa base quase equitativa) pelo casal.

⁹⁴ As áreas de horticultura para fins de autoconsumo até 2000m² são excluídas dos censos agrícolas. Dado não facultado pelos documentos oficiais, mas que nos foi comunicado por uma das responsáveis dos últimos censos (2009). Dos relatórios oficiais consta apenas o limite mínimo de inquirição: um hectare de superfície agrícola utilizada (INE, 2011).

menor representatividade: uma agricultura não viável, envelhecida, em decadência e uma “pequena agricultura mercantil”, muito fragilizada na sua inserção no mercado. E uma terceira forma, com maior expressão: a “pequena agricultura complementar”, que representou o “principal eixo de subordinação da pequena agricultura ao processo de acumulação do capital no quadro do modelo de desenvolvimento e de comando urbano-industrial (...) como meio privilegiado de resistência da sociedade rural e do campesinato à liquidação pura e simples” (BARROS, 1981: 132-133).

Para esse autor, bem como para outros (BAPTISTA, 1993: 6-7; CARMO, 2009: 268; CAVACO, 1994: 116), a resistência ao êxodo da agricultura foi possibilitada pelos mecanismos da pluriatividade. A pluriatividade, por sua vez, foi oportunizada exatamente pelo crescimento dos setores secundário e terciário (BAPTISTA, 1994). Para outros autores ainda, a pluriatividade foi induzida pelos baixos salários praticados na indústria (ROSAS, 1994).

A pluriatividade, entendida também por Ploeg como um elemento de adaptação e resiliência camponesa (PLOEG *et al.*, 2000: 395), parece ter sido um elemento caracterizante da população agrícola portuguesa ao longo da sua história⁹⁵ e não apenas um fenômeno resultante da intersecção com outros setores produtivos, na modernidade. Ela sempre existiu, aliada às migrações internas e mais recentemente às migrações pendulares (ALMEIDA, 1991), mas foi “persistentemente ignorada e até condenada perante a força publicitária dos anteriores modelos de especialização profissional” (CAVACO, 1994: 132).

Até aos anos 1960-70, as outras ocupações estavam ligadas aos ofícios do 'mundo agrícola' ou rural, ou assumiam a forma de trabalho assalariado na agricultura. Após essa data, a pluriatividade vai de mãos dadas com o aumento da rede viária e das mobilidades (CARMO, 2009), mas também com a diversificação econômica que acontece nos próprios espaços rurais. Autonomiza-se da agricultura e associa-se à indústria e aos serviços (BAPTISTA in BARROS, 2005: 100) e a outras atividades econômicas informais que, entretanto, foram coarctadas pela crescente regulação estatal (REIS, 1997).

Atualmente, na maioria dos agregados domésticos de agricultura de caráter familiar (84%) a renda provem principalmente de origens extra-exploração⁹⁶ (INE, 2011: 99). As pensões de aposentadoria representam 58% das outras fontes de renda; os salários advindos de atividade remunerada no setor terciário, 20%; no setor secundário, 12%, e no setor primário, apenas 5% (INE, 2011: 100). Atualmente, o plurirendimento (sem outra atividade), especialmente oriundo das pensões de aposentadoria, sobrepõe-se assim à pluratividade. O que é explicável pela idade média dos agricultores (acima dos 65 anos).

Para além da pluriatividade, existem outros mecanismos de adaptação das famílias agrícolas às mudanças demográficas, sociais e econômicas. Dada a regularidade da emigração, a organização das famílias em meio rural, de seus modos de vida, sempre se relacionou com os “ausentes”. E esse relacionamento não passa apenas pela substituição da mão-de-obra por fatores de produção (amíúde adquiridos com as remessas dos emigrantes). Na região de Trás-os-Montes, por exemplo, os que ficam, geralmente os mais velhos, seguem ativos na agricultura, mas reorientam a sua atividade (NOBRE *et al.* in PORTELA *et al.*, 2003). Deixam de cultivar cereais (culturas de menor relevância para o autoconsumo) e de praticar a pecuária, porque implicam mais trabalho ou mobilidade. Ou seja, concentram-se nas produções para consumo direto e em culturas permanentes. Fazem-no para consumo seu, dos

⁹⁵ A pluriatividade é vista como uma prerrogativa central da agricultura dos países europeus do sul. Historicamente, como fonte da sua resiliência e, na atualidade, como uma proposta alternativa de agricultura (MORAGUES-FAUS *et al.* in ORTIZ-MIRANDA *et al.*, 2013).

⁹⁶ Sendo que em 11% dos agregados familiares, a renda provem principalmente da exploração e em apenas 6% provem exclusivamente da exploração (*idem*).

familiares residentes e dos ausentes; fazem-no pela necessidade (física e psicológica) de se manterem ocupados e pelo desejo de manutenção de um património preservado e cuidado.

A relação com os “ausentes” torna a noção de “família” uma noção descontínua no espaço e no tempo, porque os ausentes estão de algum modo sempre presentes. As suas opiniões, necessidades e expectativas (em particular de herança do património fundiário) fazem-se sentir na vida dos que ficam. Quando os filhos e parentes não se deslocam “à terra”, fazem-lhes chegar os produtos agrícolas através de redes de contatos. Mas são muitos os que ajudam os pais financeiramente, ou na forma de trabalho quando voltam periodicamente (e temporariamente) (*idem*: 330-332).

Embora não tenhamos lido bibliografia sobre a reconstrução das redes sócio-familiares fora dos locais de origem, sabemos da existência de inúmeros grupos folclóricos e associações de recreação fundados por migrantes; e de “comissões de melhoramentos” – associações também fundadas por migrantes, mas que se destinam ao “melhoramento” das localidades de origem. O que sugere que, apesar das vagas migratórias, os elos não são cortados para sempre.

1.3.3. Dinâmicas da “restruturação rural”

A diminuição da atividade agrícola e as migrações concorrem para uma visão do mundo rural como “cada vez mais físico e menos social” (PORTELA, 1999: 52). Ou como um mundo que deixou de ser um espaço de produção para passar a ser um lugar de consumo (FIGUEIREDO, 2008). Mas se deixou de ser agrícola, como se torna mais físico e o que se consome? Torna-se mais físico, porque os espaços de produção agrícola transformaram-se paulatinamente em “ambiente”, em natureza a preservar da ação humana (*idem*). Nas palavras de duas outras sociólogas portuguesas, o rural foi reinventado pelo ambiente (MANSINHO *et al.*, in JOLLIVET, 1997).

A “ambientalização” dos espaços rurais é multifatorial. Ela dá-se através da regulação ambiental da atividade agrícola instituída, primeiro nas décadas de 1960-70 face à pressão da sociedade civil relativamente aos efeitos nocivos da atividade agrícola, e mais tarde como regulação estatal e europeia (posteriormente reforçada pelas chamadas medidas agro-ambientais que visam premiar os agricultores que apresentem boas práticas ambientais).

Ela é igualmente patente (e visível) no aumento do 'campo', ou seja, das pastagens (que são premiadas pela Política Agrícola Comum).

Também a florestação do país⁹⁷ e a criação de parques naturais e de áreas protegidas, iniciada no século XX, se intensificaram com a entrada na UE (MANSINHO *et al.*, in JOLLIVET, 1997). As classificações das áreas protegidas são diversificadas e têm sido regularmente alteradas. Atualmente, existe uma Rede Nacional de Áreas Protegidas que integra todas as áreas classificadas segundo a rede ecológica europeia (Rede Natura 2000)⁹⁸. Essa rede é o principal instrumento da política de conservação da natureza ao nível da UE. Nas áreas classificadas como Rede Natura, a gestão deve seguir as normativas europeias de sustentabilidade ecológica, económica e social. As áreas classificadas abrangem, na atualidade, 20,5% do território de Portugal Continental (ICN, 2006).

A adoção de regras restritivas à ação humana nessas áreas, inclusive às atividades das populações aí residentes; o aumento dos espaços florestais; paralelamente a uma valorização

⁹⁷ Segundo o método europeu de classificação dos usos do solo (Corine Land Cover), em 2006, 48% do território português encontrava-se ocupado por florestas e meios naturais; 47% por áreas agrícolas e agro-florestais (equivalente *grossa modo* à SAU); 3% por territórios artificializados e 2% por zonas húmidas e corpos de água (CAETANO apud MATEUS, 2013: 253).

⁹⁸ Bem como outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado português. Disponível em: <<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/snac>>. Acesso em: Julho 2014.

crescente da “natureza pura” por parte da sociedade, contribuíram para o afastamento gradual das populações (FIGUEIREDO, 2008). O rural 'natural' tornou-se em espaço de usufruto da população que nele não vive, mas que a ele recorre para conhecimento da natureza, para descanso e diversão.

Noutros espaços, o rural transformou-se em lugar de visita ao patrimônio e às raízes culturais, convertendo-se num “museu rural vivo” (MANSINHO *et al.*, *idem*: 287). Ou passou a espaço de residência dos que nele escolhem morar ou criar o próprio emprego, porque o identificam como lugar de “renascimento, da ligação local e de cidadania” (KAYSER apud MATHIEU, 1988: 15, tradução nossa).

Essas transformações correspondem ao que Marsden denominou como “fase pós-produtivista” da transição rural (MARSDEN, 1995: 294). Contudo, mais do que uma transformação linear do espaço rural, e mesmo concordando com os autores que contextualizam essas mudanças nas estratégias de especialização espacial e funcional ao interno da UE (FIGUEIREDO, 2008), parece-nos que diferentes paradigmas coexistem nesse espaço rural plural. A ambientalização coexiste com espaços de intensificação da agricultura, mesmo que não atinjam a mesma dimensão (econômica) dos países do norte da Europa (BAPTISTA, 1993: 90-92); com a permanência e persistência da agricultura de caráter familiar e com outros usos e concepções desses espaços. Alguns mais antigos no tempo, como a indústria, outros mais recentes, como o turismo (ecológico, patrimonial gastronômico), o esporte, entre outros.

As análises da reestruturação do rural, no que tange à dimensão econômica e produtiva, são criticadas por alguns autores quando aplicadas de modo generalizante a todos os quadrantes geográficos. A partir do caso espanhol, Hoggart e Paniagua (2001) defendem que o paradigma pós-produtivista não é aí uma realidade. Segundo os autores, a aspiração das populações rurais espanholas é ainda de uma maior industrialização da agricultura e da modernização da sociedade rural. O êxodo rural continua marcando a dinâmica rural e mesmo a diversificação econômica, à exceção das regiões turísticas, não é assinalável (HOGGART *et al.*, 2001: 76-77).

A reestruturação do rural segundo o ponto de vista do deslocamento de urbanos para os espaços rurais é analisada (e reconhecida) por outros autores, mas numa leitura que ultrapassa a concepção da 'neorruralidade' e da 'contraurbanização' apenas enquanto escolha ideológica dos atores ou como um “renascimento rural seletivo” (HALFACREE, 2008: 480). A deslocação residencial para esses espaços é heterogênea nas motivações, na duração e na origem dos 'migrantes'.

Alguns estudos sobre a ruralidade espanhola refletem essa variedade de situações. Existem emigrantes ou migrantes, aposentados ou não, que retornam às suas terras pela ligação à família e ao “local” - ligações importantes na sociedade rural espanhola (HOGGART *et al.*, 2001). Mas existem igualmente imigrantes, sobretudo da Europa de Leste e da África sahariana e subsahariana, que vão trabalhar nos campos de agricultura intensiva. O que indica que parte do ingresso de pessoas nas localidades rurais tem a mesma base econômica do êxodo rural: trata-se de processos desencadeados pelo sistema de produção capitalista (FIELDING apud HALFACREE, 2008).

Há também o caso de pessoas que, com ou sem relação com os lugares, constroem segundas residências para as férias “no campo” - mas essas contribuem para uma animação apenas sazonal dos territórios (HOGGART *et al.*, 2001). Existem novos residentes que buscam no espaço rural um menor custo de vida, e que passam a mover-se diariamente entre espaços; uma mobilidade facilitada pelo crescimento da rede viária e pela generalização do

uso do automóvel (CAMARERO, 2009). Há os que procuram criar nesse espaço os seus postos de trabalho, geralmente de natureza não agrícola e, por fim, os “refugiados utópicos” que abandonam as cidades movidos por um ideal de vida (RIVERA *et al.* in BESSIÉRE *et al.*, 2007: 39).

Na academia portuguesa, a ideia do desaparecimento do rural (não obstante o fato de 36% da população residir em lugares entendidos como rurais – fig. 10) prevalece sobre leituras que se aproximem das noções de renascimento rural ou de contraurbanização. No entanto, as diferentes realidades descritas para Espanha são igualmente reconhecíveis no território português. O rural como função residencial inicia-se com a construção de casas de férias dos emigrantes, na década de 1970, mas alarga-se posteriormente à sociedade como um todo (MANSINHO *et al.*, *idem*).

Mesmo nos lugares rurais considerados como 'interior', o grau de mobilidade das populações é considerável, podendo constituir-se tanto como um fator de êxodo como de fixação da população. E não é necessariamente um fator de “contágio” cultural, que modifica em absoluto as dinâmicas sociais dos lugares (CARMO, 2011).

Estudos em diferentes regiões do país (BARROSO *et al.*, 2008; DINIS *et al.*, 2001; FRANCISCO, 2004; ROCA, 2011) dão conta da existência de novos residentes com um perfil bastante diferenciado, seja em termos etários, de origem (estrangeiros, portugueses da mesma região ou de outras), motivações (desde os ideológicos, aos que querem mudar de vida, aos que se querem dedicar à agricultura), ou atividade econômica (agricultura, turismo ou sem atividade – aposentados).

Como atrás referido, a imigração tem um peso significativo no total da população residente. Não podemos precisar qual o seu peso nas áreas rurais, uma vez que não existem dados que combinem essa informação. O único indicador limita-se à atividade econômica. Se considerarmos apenas a atividade agrícola e pecuária, em 2009 ela representava a atividade principal de 3,3% dos imigrantes legais em Portugal - trabalhando em regime de assalariado (GOVERNO DE PORTUGAL, s/d), o que equivale à mesma proporção que a atividade agrícola assume na distribuição setorial da população ativa total.

Se as motivações para regressar ou para procurar o rural como lugar de vida são heterogêneas, como e quais serão as escolhas, as expectativas dos que lá nasceram e lá moram? Principalmente, da população em idade ativa, ou seja, os mais jovens? Será o seu único desejo sair dos espaços rurais e da atividade agrícola, não obstante os investimentos públicos realizados em infraestruturas, em políticas educativas, formativas, em políticas específicas para a juventude e de incentivo ao emprego (HESPANHA, s/d)?

1.3.4. Entre ficar ou partir

Segundo Firmino Cordeiro, o atual diretor-geral da Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (associação de cunho empresarial) - os jovens não se “instalam” na agricultura, apesar dos auxílios estatais, por questões culturais e econômicas (CORDEIRO, 2011): porque a agricultura “é vista como uma actividade suja”; como “uma actividade que em termos económicos perdeu interesse”, cada vez mais competitiva e menos rentável. “Os jovens não se instalam porque não antevêm dimensão de negócio e não querem ter a vida dos pais.” (CORDEIRO in BARROS, 2005: 106).

Em uma enquete realizada numa localidade do sul interior (Alentejo), os inquiridos com menos de 40 anos afirmaram desejar um emprego não agrícola, mas que lhes permita

continuar a viver onde residem (BAPTISTA, 1993: 68).

Inversamente, a maioria dos produtores agrícolas familiares (96%) recenseados no censo agrícola nacional declara que pretende manter a sua atividade nos próximos anos. A principal razão para o fazerem é o valor afectivo da exploração (47%), a que se seguem a importância no complemento da renda familiar (34%) e a ausência de alternativas profissionais (11%) (INE, 2011: 100). A viabilidade económica é o motivo com menor percentual (6%), corroborando a visão do diretor da AJAP: a agricultura não é considerada um setor rentável.

De acordo com uma pesquisa nas regiões de produção de Vinho do Porto (no norte do país) sobre juventude e agricultura, também aí a maioria dos jovens não deseja trabalhar no setor. Alguns frequentam cursos de formação em agricultura, mas apenas para receber os subsídios inerentes a esses cursos⁹⁹. Os jovens preferem o trabalho na construção civil, apesar de tão duro quanto o trabalho agrícola, por esse ser melhor remunerado e de oferecer maiores perspectivas de carreira. Aqueles que perspectivam herdar terras, alguns ponderam vendê-las¹⁰⁰, outros pensam continuar a atividade agrícola, mas apenas a tempo parcial (REBELO *et al.*, in PORTELA *et al.*, 2003: 416-421).

A essas colocações, porém, subjaz um quadro sócio-familiar a que devemos atentar: os jovens em questão têm um conhecimento relativamente limitado sobre o cultivo e o gerenciamento vinícola, porque “de uma forma geral, não foram nem socializados nem treinados para este tipo de trabalho” (*idem, ibidem*). São os pais e pais familiares quem estimula os jovens a procurar outras ocupações. Para além de uma “vergonha”, o trabalho vinícola é usado como uma punição aplicada aos filhos que têm mau aproveitamento escolar.

Para além disso, existem outros mecanismos culturais e educativos que promovem a falta de interesse na atividade: a televisão sugere o desaparecimento da agricultura; e o sistema escolar ignora as particularidades dos contextos e das atividades locais em que os jovens estão inseridos (*idem, ibidem*).

Em dois estudos focados nos fatores de atração e de repulsão dos espaços rurais relativamente às aspirações e aos percursos de vida dos jovens (SOUSA, 2008; VIEIRA, 2009) são igualmente a família e o trabalho que surgem como aspectos preponderantes nas escolhas da juventude. Os estudos cobrem duas regiões diferentes em termos geográficos (e existem diferenças também na amplitude da pesquisa: uma abrange apenas uma pequena localidade serrana do sul – no Algarve; o outro, toda uma região do centro interior) e refletem situações económicas diferentes.

Na localidade serrana algarvia, o desemprego não representa um problema para os jovens. Há disponibilidade de trabalho, mesmo no setor agroalimentar. Daí que os jovens apresentem um alto índice de atividade profissional (60,5% do total da população juvenil). Neste caso, não se dedicar à atividade agrícola e/ou sair de uma localidade a ela associada, poderá não corresponder necessariamente a uma melhoria imediata da condição económica, mas é importante para a condição social e cultural dos jovens e para o reconhecimento dos pares.

⁹⁹ Em alguns casos, em Portugal, à frequência de cursos de formação profissional está associada uma contrapartida financeira (uma bolsa).

¹⁰⁰ No entanto, segundo os autores alguns dados novos poderão alterar este quadro: o gradual aumento do custo da terra; o aumento dos direitos de plantação de vinha; e o crescimento da procura fundiária por parte de empresas e de ex-emigrantes, poderão diminuir, por agora, a probabilidade de venda das pequenas propriedades. Ao que acresce o prestígio internacional que a região vinícola demarcada tem vindo a ganhar (e que tem, aliás, impulsionado o regresso da população ex-residente) (REBELO *et al.*, in PORTELA *et al.*, 2003: 416-421).

As qualificações educacionais dos jovens, estimuladas pelas famílias, não apresentam fragilidades de remonta. Elas conduzem, porém, a expectativas profissionais que não são respondidas localmente. E podem, em última análise, conduzir à saída dos jovens. Alguns jovens já saem dos seus lugares de residência para estudar. Para a pesquisadora, essa mobilidade produz “contaminação” cultural urbana, que os leva a considerar o local onde vivem como um lugar onde tudo falta, imputando às instituições públicas locais a responsabilidade por seu desenvolvimento e modernização (SOUSA, 2008: 10).

A decisão de sair ou ficar está estreitamente ligada à família e aos relacionamentos afetivos (namoro, casamento ou outro). Mesmo os que saem, moram em municípios limítrofes da localidade, de modo a manterem contato com os familiares¹⁰¹.

Os jovens residentes na região do segundo estudo (VIEIRA, 2009: 222-226) têm níveis educacionais mais baixos (e uma taxa de abandono escolar significativa) e o desemprego juvenil é elevado¹⁰². As expectativas profissionais, bem como a aquisição de reconhecimento e de prestígio social inerentes à ocupação profissional (e à condição socioeconômica), pesam na decisão de migrar. Mas o que mais prepondera na decisão dos jovens é ter acesso a emprego. Na realidade, os jovens inquiridos prefeririam permanecer na região onde residem caso aí encontrassem emprego, especialmente um que esteja à altura das suas expectativas. A vontade de ficar é expressa pela maioria dos jovens. Tanto que alguns ponderam ausentar-se apenas temporariamente para trabalhar.

Como no caso algarvio, também aqui a família é um dos fatores principais para a permanência, seguida da comunidade local (o envolvimento em associações, por exemplo, é um fator que os leva a ficar).

Os motivos que impulsionam a saída, para além da falta de emprego, são, segundo eles, a escassez de oferta cultural, de lazer e de esporte (que, para a pesquisadora derivam das “representações míticas sobre a vida nas grandes cidades do Litoral” (*idem*: 224)), às quais as instituições locais tentam dar resposta. O preço da compra ou do aluguer de casas, bem como os constrangimentos financeiros e administrativos para construção de novas, são igualmente “fatores de repulsão”.

Do estudo ressalta também, por um lado, a falta de informação sobre programas e financiamentos públicos direcionados a essa camada populacional e por outro, a falta de adequação das políticas às realidades dos jovens do 'interior'.

Desses diferentes estudos e na esteira da hipótese desenvolvida por Vanessa Sousa sobre a região algarvia (SOUSA, *idem*: 3), concluímos que existem dimensões importantes para a fixação ou o abandono dos espaços rurais por parte da população juvenil: as oportunidades de trabalho e as expectativas profissionais; o percurso educativo; o contexto familiar e afetivo; as referências dos grupos de pares e as representações sobre o lugar onde vivem. Mas essas dimensões não são unívocas, elas podem ter efeitos distintos dependendo do quadro socioeconômico em que os jovens se encontram.

¹⁰¹ A autora elabora uma tipologia sobre os jovens: os “resistentes convictos” - aqueles que querem ficar na localidade (são 8); os “resistentes cépticos” - aqueles que ficam apenas se conseguirem um emprego à medida das suas expectativas (44); os “não resistentes convictos” - os que já saíram e não ponderam regressar (11); e os “não resistentes cépticos” - os que saíram e que, embora não vejam probabilidade de lá voltarem, se tivessem trabalho regressariam (18) (*idem*: 15-16).

¹⁰² A maioria da população entre os 15-24 anos dessa região trabalhava, no ano 2001, como operária (24,6%). 18% trabalhava nos serviços e no comércio; 18% eram trabalhadores não qualificados e apenas 4,5% trabalhava na agricultura. Mas essa média esconde uma grande variedade de situações. No que tange à agricultura, em alguns municípios a percentagem atinge os 19%, em outros equivale a quase zero (INE apud VIEIRA, 2009: 113).

“Qualificado de profundo, ele é sempre para alguns, especialmente na esfera científica e política, imaginado como um espaço isolado, vítima da recessão da atividade agrícola, do pequeno comércio e do artesanato, sem a possibilidade de criação de emprego e logo “em vias de desertificação””. (MATHIEU apud MATHIEU, 1988: 15, tradução nossa)

Iniciámos o nosso percurso de pesquisa procurando compreender os mecanismos e os fenómenos que ocorreram nos espaços rurais em particular, e em Portugal em geral, ao longo do tempo, dando maior ênfase aos séculos XX e XXI. Esse percurso foi orientado por uma noção que encontramos recorrentemente na mídia, nas análises académicas e nos projetos e iniciativas que se propõem a revitalizar o rural, a noção de 'desertificação'. Nesse percurso, deparamo-nos com diferentes significados, palavras e dados, especialmente quantitativos, a ela ligados.

'Desertificação' parece sintetizar uma ideia do que aconteceu e/ou está a acontecer ao mundo rural, no interior, de norte a sul do país: a população saiu dos campos e concentrou-se nas cidades do litoral. Saiu, porque a atividade económica da qual vivia, é percebida como uma atividade “atrasada” e pouco produtiva, seja pelas condições naturais adversas seja pelo baixo nível de escolarização e formação da própria população. Uma modernização e industrialização rápidas e condensadas temporalmente conduziram os que procuravam melhores condições de vida a buscar empregos nas indústrias e nos serviços, nas cidades do país ou no estrangeiro. Quem ficou, envelheceu e abandonou a atividade agrícola. O tempo parou, os espaços esvaziaram-se e parecem condenados a desaparecer. O rural tornou-se abandonado, marginal, remoto, de baixa densidade, e manteve-se não-qualificado (ou desqualificado), ou nas caracterizações hodiernas: sem capital social, intelectual e sem massa crítica. A agricultura que persiste depende dos dinheiros estatais, diretamente através dos subsídios à atividade e indiretamente através das pensões de aposentadoria que mantêm a população idosa.

Essas parecem-nos ser as principais leituras de diferentes atores sobre a 'realidade'. 'Realidade numérica' e 'realidade discursiva' que, mesmo quando não totalmente coincidentes no seu conteúdo axiológico, tendem a mostrar um país e um rural permeado por desequilíbrios e défices.

Ao entendermos a 'realidade' como um universo cognitivo, subjetivo e intersubjetivo, objetivado pelos atores no quotidiano (BERGER; LUCKMANN, 1999), mas mediado por universos simbólicos, produzidos social e historicamente (*idem*: 106), temos que entender a história da sua produção para nos aproximarmos de seu(s) significado(s).

A retrospectiva histórica auxiliou-nos na obtenção de um quadro mais complexo, do qual, dada a vastidão do tema, não conseguimos se não uma reduzida aproximação. Do ponto de vista demográfico, o contingente humano e sua distribuição pelo território são dois argumentos repetidamente colocados enquanto problemas do país. Os dados parecem revelar que Portugal nunca foi um país densamente povoado, jogando a emigração um papel importante nas dinâmicas demográficas. A capital cedo concentrou pessoas. Mas tanto Lisboa como a segunda maior cidade do país também hoje se 'desertificam', ao passo que as respectivas áreas metropolitanas continuam crescendo. Algumas cidades do interior aumentam em número de habitantes, concentrando oportunidades de trabalho e infraestruturas, e atraindo a população rural. Estatisticamente, a população rural é difícil de captar, mas considerando os limiares atualmente em uso, ela representa 36% da população total.

À semelhança do que ocorre na Europa, o crescimento natural da população atingiu picos negativos. De país de emigração, Portugal passou a receber, após a revolução

democrática, os “retornados” das ex-colônias africanas, ex-emigrantes e imigrantes, que contribuíram para que a população residente continuasse crescendo. Pessoas que fixaram residência tanto nas cidades principais, no sul litoral – uma das regiões que mais cresce demograficamente – como no resto do país, seja por razões familiares, de pertença, seja por questões de trabalho.

As migrações internas não são apenas apanágio dos processos de modernização. No Portugal 'não moderno', grupos de pessoas buscavam trabalho na agricultura ou eram impulsionadas pelo Estado a mudarem-se para regiões 'desertas'. A conexão entre os desequilíbrios na distribuição espacial da população e a questão agrícola é expressa nas discussões sociopolíticas e nas intervenções estatais desde o final do século XIX, atingindo maior expressão nas campanhas de “colonização interna” levadas a cabo pelo regime salazarista.

Migrações internas e emigração são assim fatos a que as populações rurais se foram adaptando. Os elos com quem parte não se quebram na totalidade, e contribuem para o alargamento das conexões entre as localidades rurais e o resto do país e do mundo. O que contraria, na nossa opinião, a visão do rural como imobilizado, desconetado e isolado. Os movimentos de população geram remessas financeiras, que são muitas vezes fundamentais para a sua manutenção.

A preservação do rural deriva igualmente de outras estratégias como a pluriatividade e o redimensionamento da atividade agrícola. A agricultura de natureza familiar (enquanto atividade parcial do agregado familiar) é a que maior expressão atinge em termos do número de explorações no país. Porém, um número crescente de sociedades agrícolas detém uma parcela cada vez maior da área agrícola utilizada. Fenômeno considerado positivo, uma vez que só o modo de produção industrial é visto como competitivo e produtivo. O que nos faz pensar que, não obstante uma crescente ambientalização dos espaços rurais, o paradigma produtivista da agricultura faz-se ainda presente na concepção do rural.

Os processos de ambientalização afetam negativamente a permanência das populações. A política de conservação da natureza, tal como a política agrícola, apertam a malha da regulação da vida, das atividades económicas e dos usos do espaço. No entanto, nem toda a população quer deixar de praticar agricultura ou sair dos espaços rurais. Os mais jovens encontram-se na encruzilhada entre as visões dos locais onde moram, veiculadas social e culturalmente como lugares de escassez e transmitidas pela própria família que não quer uma “vida difícil” para os filhos; as expectativas criadas por seus percursos educativos, e não respondidas por oportunidades de trabalho a nível local; e o desejo de permanecerem perto de seus afetos.

E existe quem, por razões económicas (os imigrantes, por exemplo), por razões ideológicas ou de estilo de vida, procure os espaços rurais para viver. Esses últimos casos, porém, não assumem ainda dimensão numérica considerável a ponto de contrariar a noção de 'desertificação' e os imigrantes permanecem quase invisíveis (ou invisibilizados) no mundo rural português.

Para além desses casos, existem iniciativas públicas e privadas que procuram promover o 'desenvolvimento' local e rural. Isso porque, o que emerge dos discursos, das leituras e das interpretações veiculadas é, acima de tudo, uma preocupação com o 'desenvolvimento' dos lugares e das pessoas. Esse será o tema que nos ocupará no próximo capítulo.

O nosso esforço, nesse capítulo, não foi buscar evidências que neguem a diminuição de população nos espaços rurais, nem classificar a preocupação com os desequilíbrios de

ordenamento ou com a vida das populações rurais como vã. Procurámos outrossim perceber como se formou uma visão que se tornou dominante e que foi apropriada por diferentes atores sociais para, a nosso ver, criar impacto, chamar a atenção para a urgência de uma intervenção sobre os seus territórios, mas talvez também justificar, de forma imediata, essa intervenção. Parece-nos que a noção de desertificação e outras expressões análogas, por um lado, generalizam situações que, provavelmente, assumem múltiplas facetas e nuances à escala local, não levando em consideração a historicidade e especificidade dos lugares (por exemplo, as formas de relacionamento entre os seres humanos e o espaço). Por outro lado, reforçam a desvalorização contínua do rural, esvaziando-o de conotações positivas ao nível das representações de quem lá vive e da sociedade em geral, encobrindo o fato que dentro do 'deserto' há muita coisa que mexe. Perpetuam como que uma tradição de caracterizar o rural como um problema, sob efeito de processos de carácter sobretudo negativo.

Essa generalização e imediatismo são proporcionados pelo manuseamento de números ou 'dados-bomba', usados muitas vezes em forma de pílulas de informação (percentagens, mapas demonstrativos, infografias, projeções, dados síntese), revestidos de consenso e de naturalização: 'dados como adquiridos'.

Mesmo conscientes dos nossos limites na interpretação de dados estatísticos, foi para nós surpreendente a dificuldade em destrinçar esse tipo de informação. As estatísticas oficiais e os dados trabalhados pelos pesquisadores pautam por uma pluralidade mutável de categorias, de definições, de delimitações, tanto histórica como contemporaneamente. Perceber o que cabe e o que não cabe em cada número é tarefa árdua. Bem como o que significa a média de um indicador, quando se refere a regiões e a municípios. Como tal, questionamo-nos como tais números, tão sintéticos quanto indecifráveis, poderão falar e classificar as múltiplas realidades existentes no país.

Desse esforço, ficou para nós mais clara a necessidade de manusear múltiplos níveis de análise e cruzar um largo espectro de fatores, tendo sempre presente que qualquer leitura de 'dados' é sempre uma representação da 'realidade'.

CAPÍTULO 2

DA 'DESERTIFICAÇÃO' À ESFERA POLISSÊMICA DA NOÇÃO DE 'DESENVOLVIMENTO'

Da sobreposição axiológica dos três pares dicotômicos referidos no capítulo anterior até à noção de desertificação associada aos espaços rurais, sobressai uma visão desses últimos como lugares onde tudo escasseia, incluindo pessoas. Como efeito dessa escassez, os lugares rurais encontram-se abandonados e marginalizados. A condição marginalizada dos espaços interliga-se com as condições de vida das pessoas que neles (ainda) vivem e com o equilíbrio socioeconômico do país e é apresentada como um dos principais argumentos para a necessidade de intervir, de transformar, de desenvolver o rural.

No capítulo anterior, ilustrámos brevemente algumas das intervenções que foram ocorrendo nos espaços rurais e as dinâmicas socioeconômicas delas decorrentes. Intervenções e mudanças que seguem ocorrendo na atualidade. Nesse capítulo, procuraremos adentrar um pouco mais sobre os mecanismos discursivos e de intervenção acionados sobre os espaços rurais. Parece-nos à partida que propostas e processos são movidos por um sentido comum: um apelo à mudança, à passagem para uma outra condição onde os problemas identificados serão solucionados (PLOEG *et al.*, 2000: 396). Uma aspiração aparentemente tangível e explícita, mas que ao se tornar permanente, perde em tangibilidade o que ganha em capacidade autoexplicativa. Esse processo, produto da teoria e da prática da modernização, pode ser chamado progresso, ou na expressão mais recorrentemente utilizada: desenvolvimento.

Ainda que 'desenvolvimento' se tenha tornado, a nosso ver, em uma expressão autoexplicativa, naturalizada no seu uso comum e cotidiano, ela engloba diversos significados e encontra-se associada a diferentes dimensões, setores de atividade, níveis de atuação, espacialidades, conteúdos e atributos. Desenvolvimento local, regional, agrícola, industrial, rural, sustentável, endógeno, humano, comunitário, social, econômico, entre outros, (MORENO, 2007: 19) surgem na arena das políticas públicas, dos debates acadêmicos, dos movimentos sociais e da sociedade em geral, com significados tanto sobrepostos como divergentes. Desenvolvimento constitui-se assim como um campo de disputa de significações, que se traduz em mudanças no seu entendimento e nas apropriações que dele são feitas.

As discussões acadêmicas elucidam-nos sobre algumas das principais viragens na concepção de desenvolvimento. Essas viragens têm a ver com o alargamento de uma concepção mais estritamente econômica para uma dimensão política, e com o papel que as diferentes esferas (social, econômica e política) assumem no desencadear dos processos de desenvolvimento.

Nomeámos esses diferentes entendimentos como: a) o desenvolvimento como resultado de um processo de mudança das condições objetivas de uma população, planejado a partir de fora ou a partir de cima; b) o desenvolvimento como alargamento das capacidades coletivas, no sentido do desencadeamento de processos que, em última análise, permitem às populações acessarem oportunidades e transformar a sua condição; e c) o desenvolvimento enquanto processo de aprofundamento democrático, no qual as populações detêm o controle sobre as

mudanças.

A primeira concepção, associada à teoria da modernização, centra-se no crescimento econômico e na institucionalização da democracia representativa, no qual as mudanças são operadas sobre as sociedades a partir de centros de decisão e de execução, políticos e econômicos. Uma concepção criticada, entre outros, pela corrente do pós-desenvolvimento (Arturo Escobar, Wolfgang Sachs, Serge Latouche)¹⁰³ que questiona o sentido de desenvolvimento como progresso unívoco e acima de tudo, baseado num modelo político, econômico e social com uma dada origem histórica e geográfica: o 'ocidente'.

A segunda concebe o desenvolvimento como a expansão das liberdades substantivas e das capacidades dos indivíduos. Liberdades e capacidades que lhes permitem acessar as oportunidades que estão na sociedade (SEN, 2000: 25, 32-33). A tese, formulada primeiramente por Amartya Sen, centra-se no papel dos indivíduos nos processos de mudança da própria vida e da sociedade como um todo. Formulação posteriormente revisitada por Peter Evans, que redefiniu 'alargamento das capacidades' como o “conjunto de escolhas e estratégias de crescimento e de escolhas democráticas” de um coletivo (EVANS, 2002: 55, tradução nossa). Evans deslocou, desse modo, a discussão sobre o desenvolvimento de uma concepção próxima à do liberalismo, de cariz individual, para a terceira concepção acima enunciada.

A expressão do desenvolvimento como alargamento das capacidades coletivas e de aprofundamento democrático dialoga com uma noção que ganhou relevo a partir do estudo de Robert Putnam (1993) sobre comunidade, tradição cívica e democracia, em Itália: o capital social. Ao longo da sua obra, o autor expõe os elementos constituintes da noção de capital social: normas e sistemas da organização baseados no sentimento coletivo de confiança e de compromisso, cuja acumulação depende da reunião de um determinado número de fatores, ou até de um momento fundacional que não é passível de ser (re)produzido.

Esse conjunto de elementos proporciona o nascimento de mecanismos de governo virtuosos que correspondem, segundo o autor, à democracia. Uma espécie de movimento elíptico, histórico, de onde se poderá concluir que a democracia não pode ser nem criada exogenamente, nem aprofundada. Ela só é possível quando já existe um substrato cívico, isto é, uma comunidade que partilha os valores da solidariedade, da reciprocidade, da confiança, da dignidade e da autoestima identitária.

Diversamente, dois outros autores, Carl Offe (1999) e Jonathan Fox (1998), colocam a possibilidade de criação de capital social na soma da organização social histórica, com a ação do Estado e do mercado. Ou seja, para os autores existe no capital social uma dimensão ativa e não apenas uma dimensão reprodutiva *à la* Putnam. Offe e Fox nos alertam para o fato que, ao contrário de visões mais essencialistas sobre o papel da sociedade civil nos processos de mudança social e política, esses são o resultado da articulação das três esferas (Estado, mercado e sociedade civil) e de um sentido de “civildade” que extrapola qualquer uma das três (OFFE, 1999: 130). O desenvolvimento corresponde, desse modo, a um processo desencadeado pela vontade, pela deliberação e pela ação coletiva de toda a “civildade”.

Tendo por base esses três possíveis entendimentos de desenvolvimento e considerando especificamente os espaços rurais, procuraremos nesse capítulo entender os principais valores e direcionamentos postulados pelas propostas de mudança pensadas para esses espaços, na interseção entre o pensamento acadêmico, a ação pública e algumas iniciativas atuais de revitalização rural. Dividimos a nossa exposição em três seções. Na primeira, debruçemo-

¹⁰³ Referimo-nos aqui ao debate crítico do desenvolvimento como um todo e não a obras particulares desses e de outros autores.

nos sobre o desenvolvimento dos espaços rurais acionado fundamentalmente pelos órgãos centrais de governo (abordagem “top-down”). Na segunda, analisaremos o desenvolvimento rural na óptica da parceria entre atores e enquanto categoria de ação aliada particularmente ao desenvolvimento local. E, por fim, os diferentes desdobramentos do desenvolvimento rural na contemporaneidade.

A ilustração segue um norte temporal, uma vez que essas diferentes formas de intervir sobre o (e no) rural têm uma origem histórica. No entanto, não queremos com isso sugerir que o surgimento de uma tenha conduzido à extinção da outra.

2.1. O desenvolvimento do rural numa abordagem “top-down”

Nos séculos XIX e XX, aqueles onde mais facilmente podemos identificar intervenções do Estado português acionadas por uma preocupação com o rural, os governos de diferentes regimes colocaram em ato medidas setoriais (na agricultura e na floresta) e medidas de foro demográfico e social (ou medidas setoriais que surtiram efeitos demográficos e sociais). Faremos, de seguida, uma breve incursão histórica sobre algumas dessas medidas.

2.1.1. Orientações governamentais para os espaços rurais nos séculos XIX-XX

Como observámos no primeiro capítulo, os espaços rurais eram concebidos em moldes distintos por intelectuais e por atores políticos do século XIX. Para os primeiros, a agricultura era a base social, cultural e até moral do país. Para os segundos, o seu atraso secular repercutia na situação económica e política do país. Desde o século XVIII até à implantação do regime republicano, em 1910, foi dos debates liberais e fisiocratas que saíram as indicações políticas de intervenção sobre o país.

As reformas de cunho político-administrativo e económico do início do século XIX foram no sentido da liberação da terra e de aumentar o acesso à mesma pela burguesia; da transformação das tributações feudais em tributações estatais; da abolição de privilégios senhoriais; do aumento da superfície cultivada e da produção agrícola. O aumento da superfície arável foi obtido pela conversão da área florestal, mas também pela vedação das áreas comunitárias (que eram consideradas pelo Estado como terrenos incultos), sobretudo no norte do país.

A segunda metade do século foi palco de contínuas intervenções estatais, que tinham como objetivo o crescimento económico, a modernização do país através do combate às assimetrias regionais e a integração de Portugal no quadro económico europeu. Para tanto os governos apostaram na construção de infraestruturas, nomeadamente de caminhos ferroviários, com vistas ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria nascente (TORGAL; ROQUE, 1993).

As políticas que visaram estimular o capitalismo agrário ao longo do século XIX tiveram impactos patentes, por exemplo, no aumento dos proprietários fundiários e na crescente contratação dos jornaleiros agrícolas (MOTTA, 2007: 95).

O regime republicano, implantado em 1910, encontrava-se imbuído dos ideais positivistas do progresso, da ciência, da indústria e da emancipação político-social, em oposição ao que considerava ser o tradicionalismo da monarquia agrária deposta.

Segundo alguns autores, a República não detinha um programa agrário (CALDAS apud MORENO, 2007: 132, nota de rodapé) e seguiu fundamentalmente as medidas iniciadas no século anterior, como a maximização do uso dos terrenos considerados incultos

(BAPTISTA, 1993: 13). Porém, para além das medidas de continuidade, os governos republicanos encetaram algumas novas medidas. Uma, igualmente direccionadas ao aumento da produtividade dos solos, como a implementação de infraestruturas de irrigação na região portuguesa com menores níveis hídricos, o Alentejo¹⁰⁴. E outras, orientadas para os pequenos agricultores, como a criação de cooperativas mutualistas de crédito (*idem, ibidem*).

O regime político sucessivo – a ditadura salazarista ou Estado Novo (1933-1974) – atribuiu à agricultura e à ruralidade um papel central no quadro produtivo português e na ideologia de cunho nacionalista fundada pelo regime.

O salazarismo sintetizou o ideal nacional no núcleo familiar, religioso e camponês, associando-lhe os valores cultivados pelo regime como moralmente superiores: trabalho, humildade, autenticidade e pobreza material (ROSAS, 1994).

Plasmou-se no ideário nacional um mito de felicidade e de genuinidade em que rural e povo se tornaram sinónimos e em que a condição camponesa se transformou na condição natural do português. Esse ideário encontrou respaldo no empreendimento etnográfico e estético promovido pelo regime. A “estetização do campesinato e do mundo rural” (ALVES apud DOMINGUES, 2011: 124) foi produzida através de propaganda em jornais e em cartazes; de concursos nacionais de eleição da “aldeia mais portuguesa de Portugal”; de exposições de arte popular e do 'mundo português', etc..

A condição camponesa veiculada pelo salazarismo foi decalcada das comunidades rurais das regiões do norte do país (Minho e Trás-os-Montes). Comunidades de pequenos proprietários, cujos traços culturais e de reprodução social foram inseridos por antropólogos da época, como Jorge Dias, no quadro do comunitarismo ou igualitarismo camponês, à semelhança da teorização de Robert Redfield sobre as comunidades rurais¹⁰⁵.

Para além dos mecanismos ideológicos, qual o papel que a agricultura e o espaço rural assumiram nas políticas do regime? A orientação governamental cimeira de Salazar foi o equilíbrio das contas do Estado, diminuindo as importações e aumentando as exportações de matérias-primas. Para atingir esse objetivo, o regime procurou atingir a autarcia produtivo-económica assente na agricultura e na silvicultura.

Algumas das medidas levadas a cabo pelos regimes anteriores foram mantidas e/ou enfatizadas. Como anteriormente referido, a visão de um país assimétrico em termos demográficos e de produtividade económica (agrícola) foi um dos elementos deflagradores dos projetos de colonização interna do país. Esses projetos já tinham sido cogitados ou tentados no século XIX, mas foi durante o Estado Novo que assumiram maior expressão (ROSAS, 1994).

Nos anos 1930-40, o governo instituiu um órgão responsável pela (re)distribuição da população e pela construção de novos povoamentos (constituídos por casas para os pequenos agricultores; por uma igreja, uma escola de ensino fundamental e um posto médico), e por implementar medidas coadjuvantes, conformes aos planos produtivos para as diferentes

¹⁰⁴ O Alentejo, uma das maiores regiões do país, é uma área de culturas tradicionalmente de sequeiro. Porém, dada a extensão dessa região, ela tem sido alvo historicamente de intervenções de hidráulica e de estruturas de rega, de modo a permitir culturas de regadio.

¹⁰⁵ Os elementos do 'comunitarismo rural' português eram o uso de terras comunitárias (os baldios), geralmente para a pastorícia; as relações de entajuda, semelhantes ao mutirão; e uma certa noção de autosuficiência de comunidades relativamente isoladas. Jorge Dias estabeleceu, inclusive, um paralelo entre o comunitarismo rural português e o comunitarismo das sociedades africanas por ele estudadas (os Maconde, em Moçambique). Embora não fosse considerado taxativamente como um intelectual do regime, as suas formulações antropológicas dialogaram com o ideário salazarista mencionado.

regiões do país.

No Alentejo, continuaram as obras de hidráulica, de modo a tornar possíveis as culturas de regadio e o cultivo intensivo do trigo¹⁰⁶. Para além do objetivo económico, a fixação dos camponeses do norte (e também da região centro) foi o mecanismo de engenharia social utilizado pelo regime para misturar uma população, considerada trabalhadora e ordeira, com os trabalhadores agrícolas do Alentejo, onde a ideologia anarco-sindicalista e comunista mais se faziam sentir. Nas palavras de Maria Elisa Silva, a colonização do Alentejo teve uma natureza “desproletarizadora” e “recampesinadora” (SILVA, 2011). Nas regiões a norte, a principal intervenção seguiu sendo a estatização dos terrenos comunitários, a arborização dos solos considerados inaptos para o uso agrícola e o emparcelamento das pequenas propriedades. Intervenções que conduziram à expulsão de algumas comunidades camponesas (MANSINHO *et al.* in JOLLIVET, 1993: 279).

Segundo Medeiros, a valorização do “modelo de sociedade agrícola, rotineira, projectada para além do seu tempo” (MEDEIROS, 2009: 118) foi a resposta ideológica do regime para prevenir e para se proteger da instabilidade sociopolítica que o país conheceu nas décadas anteriores. Acreditamos que o modelo económico e político de autarcia foi igualmente uma forma de se proteger do contexto europeu e mundial no período entre-guerras.

Não obstante a política de neutralidade e de distanciamento no que tange às relações internacionais, o regime de Salazar aderiu ao plano de reconstrução europeia no pós-II Guerra Mundial. Durante dez anos (1948-1958) beneficiou sobretudo da componente de assistência técnica e de produtividade da cooperação americana, nas áreas da agronomia, engenharia e hidráulica, sendo que a maioria dos projetos de assistência técnica foram direccionados à agricultura¹⁰⁷.

Apesar das intervenções na agricultura, da sua mecanização e modernização¹⁰⁸, e do apoio estatal às empresas agrícolas privadas (ROSAS, 1994), o peso da agricultura no PIB diminuiu à medida que o país se industrializou, a partir da década de 1960.

A intervenção estatal fez-se igualmente sentir nas formas de organização sociopolítica e profissional da sociedade. Regime fundado na repressão da associação civil e política, instituiu o seu próprio corporativismo enquanto “forma de regulação adequada ao capitalismo monopolista de Estado” (MORENO, 2007: 131). O corporativismo passou pela tutela de alguns corpos existentes (por exemplo, as referidas mutualidades de Crédito Agrícola, fundadas na República) e pela criação (e tutela) de novas institucionalidades. Nos meios rurais, foram criados os Grémios da Lavoura – lugares onde se “forjavam os trabalhadores rurais” – e as Casas do Povo – lugares da manutenção da tradição (*idem*: 133). Os trabalhadores em geral e os rurais em particular eram mantidos num certo patamar económico-social¹⁰⁹, e eram controlados ideologicamente para dele não quererem ou não

¹⁰⁶ Essa intervenção, denominada Campanha do Trigo, inspirou-se na “Bataglia del Grano” e nas intervenções de hidráulica na Itália de Mussolini. Pelo impacto e pela dimensão da produção cerealífera, o Alentejo ficou conhecido como o ‘celeiro de Portugal’.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/a-assistencia-tecnica-americana-a-portugal-no-pos-guerra/>>. Acesso em: Julho 2013.

¹⁰⁸ A taxa anual média da produtividade agrícola subiu de 0,9% na década de 1950, para 4,5% na década de 1960 (GIRÃO apud ROSAS, 1994: 441).

¹⁰⁹ No que concerne à educação, por exemplo, houve uma expansão da rede de ensino público durante o Estado Novo, mas que abrangia apenas os primeiros quatro anos do ensino fundamental (primeiro ciclo). Desse modo, a taxa real de escolarização (ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos e a população residente do mesmo nível etário) em Portugal, em 1961, era de 80,4% no primeiro ciclo; 7,5% no segundo ciclo; 6,1% no terceiro e de apenas 1,3% no ensino secundário

conseguirem sair. As emergentes políticas assistencialistas (a previdência rural foi instituída em 1969) serviam esse mesmo escopo.

Após o golpe militar de 1974, o novo regime democrático foi disputado no xadrez nacional e internacional entre forças comunistas, socialistas e social-democratas. O período revolucionário inicial (1974-76) tomou um rumo de esquerda. As primeiras disposições governativas visaram a nacionalização de todos os setores econômicos e produtivos; práticas de democracia direta e de gestão coletiva foram experimentadas; e a reforma agrária foi consagrada na Constituição da República Portuguesa (1976)¹¹⁰.

A expropriação e a ocupação de terras começou em 1975, ao abrigo do programa dos primeiros governos provisórios, e foi concretizada pelos trabalhadores assalariados agrícolas, com a retaguarda do Partido Comunista Português (PCP). A reforma agrária aconteceu em especial no Alentejo, onde a concentração fundiária era mais notável. Em Novembro de 1975, já haviam sido expropriados cerca de 1.130.000 hectares, posteriormente entregues a Unidades Colectivas de Produção (UCP) (BAPTISTA, 1993: 69).

Essa dinâmica foi, porém, temporária. Divergências políticas entre as lideranças do PCP e as lideranças dos trabalhadores agrícolas; questões pragmáticas de gestão coletiva das UCP's e a mudança na conjuntura política do país ditaram o fim da reforma agrária no final da década de 1970. E, gradualmente, as terras foram sendo entregues aos proprietários expropriados¹¹¹.

2.1.2. A adesão à União Européia

A década que precedeu a entrada de Portugal na União Européia (que aconteceu em 1986) foi de grande instabilidade governativa e de crise econômica devido ao aumento da inflação e a fatores políticos, como os efeitos da própria mudança de regime e da descolonização.

A entrada no bloco regional europeu concorreu para a estabilização política e econômica, mas representou igualmente um câmbio na soberania do país. As políticas públicas e respectivas dotações orçamentais passaram a ser influenciadas e dirigidas, em maior ou menor medida dependendo do poder negocial do Estado, segundo as diretrizes discutidas e negociadas a nível supranacional.

Enquanto Estado-membro, Portugal passou a acessar os fundos europeus (os fundos europeus dividem-se entre os que têm uma natureza estrutural, aqueles direcionados à coesão territorial da UE, e os fundos ligados a políticas não estruturais, como a política agrícola). Esse acesso esteve sempre associado à definição, por parte dos Estados-membros, de planos plurianuais de ação e de aplicação dos fundos, cujas grandes linhas de orientação estão vinculadas aos objetivos conjunturais definidos para toda a UE a cada sete anos, bem como ao objetivo estruturante da UE: a coesão socioeconômica no interior do bloco regional¹¹².

(www.pordata.pt).

¹¹⁰ Nas sucessivas reformas constitucionais, a Reforma Agrária foi eliminada. No entanto, mantém-se até hoje como “Incumbência prioritária do Estado”: “Eliminar os latifúndios e reordenar o minifúndio” (Constituição da República Portuguesa, art. 81.º, alínea h).

¹¹¹ Em 1990, restavam apenas 50 mil hectares coletivizados (MANSINHO *et al.* in JOLLIVET, 1993: 272).

¹¹² As diretrizes programáticas européias e respectivo orçamento têm uma duração de sete anos (com a possibilidade de revisões intercalares). A cada sete anos, cada Estado-membro negocia com a Comissão Européia – o órgão executivo da União – o plano orçamental e as diretrizes programáticas de aplicação dos fundos a nível nacional, respeitando as diretrizes decididas em sede da Comissão e do Conselho da União Européia – órgão composto pelos governos de todos os Estados-membro. De sublinhar o fato que, para acessar os fundos europeus, os Estados-membros têm de definir e assegurar participação pública e

Uma vez que os indicadores socioeconômicos portugueses (da educação até ao PIB) se encontravam, na década de 1980, muito distantes das médias da União¹¹³, os primeiros quadros de aplicação dos fundos foram amplos no seu raio de intervenção, mas focaram-se essencialmente na construção de infraestruturas que apoiassem o crescimento produtivo do país (MATEUS, 2013).

Aos espaços rurais, como a todo o país, foram dirigidas medidas de natureza diversa. Mas dada a especificidade setorial, há uma política em particular que afetou o presente e o futuro desses territórios: a Política Agrícola Comum (PAC).

A PAC foi instituída em 1962 com o escopo central de aumentar a produtividade das cadeias agroalimentares e de modernizar a agricultura – de modo a garantir a alimentação da população europeia – no quadro de um mercado comum e da livre circulação de mercadorias. Para tanto, a UE tomou medidas de suporte e de garantia dos preços no produtor; definiu cotas de produção e de mercado no interior da União, e atribuiu subsídios relativos à produção e à melhoria das infraestruturas de produção¹¹⁴.

As consequências da PAC, como a geração de excedentes de produção, e de outros fatores como o aumento do custo da tecnologia, foram alguns dos fenômenos que conduziram à diminuição da margem de lucro dos produtores e, no geral, ao que Van der Ploeg e outros atores denominam como o “squeeze” da agricultura europeia da década de 1980 (PLOEG *et al.*, 2000: 395).

O “aperto” da agricultura industrial, bem como a pressão ao nível dos acordos mundiais de comércio para uma maior liberalização do mercado europeu, induziram os Estados-membros a redefinir a PAC em 1992. Nessa reforma da política, foi introduzida uma mudança de fundo para contornar as restrições ao protecionismo europeu: a transposição do sistema de apoio à produção, através do suporte e do controlo dos preços, para um sistema de ajudas aos produtores, na óptica do apoio à renda das explorações agrícolas (apoio compensatório face à diminuição dos preços e dos subsídios à produção).

Para além disso, a UE passou a estimular os produtores a diminuir a área cultivada (medida conhecida como “set aside”), com a justificativa de melhorar a qualidade do solo, e promoveu a aposentadoria antecipada dos produtores com mais de 55 anos, de modo a estimular a renovação geracional dos agricultores e o emparcelamento das explorações. Foram igualmente introduzidas medidas tanto de premiação das boas práticas ambientais quanto de controlo (e penalidade) ambiental.

É no rescaldo da crise da agricultura industrial e no contexto do ajustamento da política agrícola – no sentido da restrição da produção e da ambientalização da agricultura – que Portugal entrou na UE e na PAC. A agricultura portuguesa, até então num quadro de soberania nacional, ingressa num mercado liberalizado ao nível da UE e em abertura paulatina ao mercado mundial. As medidas PAC fomentaram a mecanização da produção agrícola; o alargamento da produção de regadio; e apoiaram sobretudo as culturas mais produtivas e a produção florestal. Como referido no primeiro capítulo, Portugal foi um dos Estados-membros que acionou medidas de incentivo à cessação da atividade agrícola.

privada na implementação desses planos. Isto é, os fundos europeus são fundos que – na sua maioria – implicam cofinanciamento dos Estados e da iniciativa privada.

¹¹³ As tratativas de adesão de Portugal às então Comunidades Europeias começaram em 1977. Nesse momento, os Estados-membros eram nove: França, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Holanda, Bélgica, Reino Unido, Irlanda e Dinamarca. A Grécia aderiu em 1981. Portanto, as médias europeias referiam-se, à data, aos dados desses dez países.

¹¹⁴ Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/cap-history/index_en.htm>. Acesso em: Julho 2014.

Também como já referido, os primeiros efeitos sentidos no país foram a transição das culturas arvenses para a produção animal, provocando em algumas regiões o aumento da superfície forrageira e noutras o aumento da área florestal (ROXO in LOURO, 2004: 125, 126); e o aumento das culturas de regadio (BAPTISTA, 1993). Assistiu-se, assim, à gradual substituição das culturais tradicionais portuguesas, com menor procura nos mercados europeu e mundial, entre as quais os produtos de sequeiro, por produções mais rentáveis.

Na década de 1990, início dos anos 2000, foram vários os autores portugueses que alertaram para o desmantelamento da agricultura nacional e para as suas consequências: o impacto na viabilidade da agricultura de carácter familiar (que era e segue sendo preponderante em termos de explorações e de produtores); o crescimento da dependência alimentar do país (BAPTISTA, 1993; CAVACO, 1994); e, em última análise a migração de “uma parte da população para os mercados de trabalho de outros países da CE” (BAPTISTA, 1994: 920).

Alguns autores sustentam, inclusive, que a flexibilização do protecionismo europeu foi compensada pela manutenção de um mercado interno, onde os países de agricultura considerada como não produtiva foram estimulados a abandonar o setor e a consumir os produtos oriundos dos países mais competitivos do centro e do norte da Europa (SILVA, 2000: 70).

Em 2003, a PAC sofreu uma nova reformulação. As medidas de carácter ambiental foram reforçadas, bem como a transposição para o modelo de apoio à renda dos agricultores. Parte das culturas agrícolas e florestais deixaram de ser elegíveis para os subsídios, passando estes a estar ligados ao histórico da produção (medidas denominadas de “decoupling” ou de apoio desligado)¹¹⁵. Essa medida visou, por um lado, não estimular o crescimento da produção em excesso e por outro, dar algum grau de liberdade aos produtores para decidirem o que produzir.

O desligamento da produção não foi igual em todos os Estados-membros. Portugal manteve os “subsídios ligados” para a produção pecuária; para produtos da agroindústria como o tomate para transformação, e para outros produtos de grande produção, como o azeite.

A PAC é financiada por um fundo próprio, também ele retificado e até renomeado nas últimas décadas. O Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA) foi a versão vigente entre 1962 e 2006, e encontrava-se dividido na seção Garantia – relativa aos apoios aos preços e à produção – e a seção Orientação. A seção Orientação foi aplicada no apoio à construção e modernização das infraestruturas agrícolas nas regiões da UE consideradas como menos desenvolvidas¹¹⁶.

Para além do financiamento às infraestruturas atinentes à produção agrícola, essa seção do FEOGA financiou a instalação de jovens agricultores¹¹⁷ e formação profissional; financiou intervenções de diversificação económica das áreas rurais; de valorização do ambiente e do património e o desenvolvimento e aproveitamento das florestas¹¹⁸. Ou seja, do apoio restrito à agricultura foi-se expandido para o 'desenvolvimento' das regiões rurais como

¹¹⁵ Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/cap-history/index_en.htm>. Acesso em: Julho 2014.

¹¹⁶ Para efeitos de distribuição dos fundos europeus segundo os objetivos de coesão socioeconómica do bloco regional, as regiões no interior de cada Estado são classificadas de acordo com o PIB médio *per capita*. Todo o território português foi classificado como região de prioridade máxima – as regiões onde o PIB *per capita* médio é inferior a 75% do PIB *per capita* médio do conjunto das regiões europeias – até 2006, data em que Lisboa e sua área metropolitana saíram desse limiar (MATEUS, 2013: 473).

¹¹⁷ 'Instalação de jovens agricultores' é um termo técnico utilizado em Portugal, que significa o início de um projeto empresarial de agricultura por pessoas com menos de 40 anos de idade.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.qca.pt/fundos/feoga.asp>>. Acesso em: Julho 2014.

um todo, ou para o que progressivamente foi sendo designado como 'desenvolvimento rural' (MATEUS, 2013: 449).

Em 2006-2007, a PAC foi dividida em dois pilares, com dois fundos correspondentes. O primeiro pilar, relativo aos pagamentos aos produtores e às medidas de mercado, e o segundo pilar, relativo ao desenvolvimento rural¹¹⁹. Em Portugal, como em toda a UE, é o primeiro pilar que recebe maior dotação orçamental, mas o *ratio* entre os dois pilares (recuando à composição do FEOGA) foi-se aproximando. No quadro orçamental 2007-2013, o primeiro pilar recebeu 55% (composto em 43% pelos pagamentos aos produtores e em 10,5% pelas medidas de mercado) do total dos fundos PAC e o segundo pilar, 45% (CORDOVIL, 2010).

Essa aposta no desenvolvimento rural não se traduziu, porém, pelo menos do ponto de vista orçamentário, num apoio significativo às atividades econômicas extra-setor agroflorestal ou às outras dimensões sociais, culturais, dos espaços rurais.

Na realidade, Portugal destinou desde 1989 uma média de 45% do total dos fundos para o desenvolvimento rural às explorações agrícolas¹²⁰, em medidas que visam o equilíbrio entre produção e mercado; a instalação de jovens agricultores; a eficiência nas explorações agrícolas; a transformação e comercialização de produtos agrícolas e florestais; e o associativismo de produtores (MATEUS, 2013: 501). Em segundo lugar, e numa média que se manteve estável (cerca de 20% do total) encontra-se o apoio à construção e à renovação das infraestruturas de suporte (que inclui outros setores para além da agricultura). Cerca de 10 a 14% dos fundos foram destinados à transformação e à comercialização dos produtos agrícolas (*idem, ibidem*). O setor florestal foi igualmente beneficiado pelos fundos de desenvolvimento rural: de 5%, em 1989, o setor recebeu 16% dos fundos no último pacote orçamental.

As medidas de desenvolvimento rural não relacionadas com o setor agro-florestal (onde se incluem programas como o LEADER), obtiveram 12% em 1989. Em 1994, apenas 1%, e desde 2007 contam com 7% do total dos fundos de desenvolvimento rural (*idem, ibidem*).

Essa distribuição dos fundos reverteu, na prática, para o aumento das culturas de regadio (foram criados cerca de 35 mil hectares de regadio e 46 mil hectares com potencial de rega, entre 1989 e 2011); para a florestação (cerca de 200 mil hectares rearbORIZADOS no mesmo período); para a instalação de prados; e para a construção de caminhos rurais e de infraestruturas eléctricas. Isso especialmente nos primeiros quatorze anos. Nos últimos anos, o apoio à construção de infraestruturas diminuiu, ao passo que aumentou o financiamento à instalação de jovens agricultores, com cerca de sete mil novos produtores instalados desde então (MATEUS, 2013: 499; 501).

Parece-nos, assim, que vários dos efeitos que são geralmente atribuídos à PAC como um todo foram financiados pela fração da PAC dedicada ao desenvolvimento rural.

Como já mencionado, os espaços rurais não foram apoiados apenas pela política setorial da UE e pelo seu desdobramento dedicado ao desenvolvimento rural. O Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu (FEDER) foi um dos principais instrumentos de apoio à infraestruturização do país e de suas regiões. Dado o seu caráter regional, o fundo implicou na criação de entidades públicas e de planos de execução, segundo a divisão territorial NUT's II (ver glossário).

¹¹⁹ Ao primeiro pilar corresponde o Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e, ao segundo, o Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER).

¹²⁰ Não temos, no entanto, a informação sobre a distribuição dos fundos, tanto do pilar I quanto do II, agregados pela dimensão das explorações nem pela natureza jurídica dos produtores.

O FEDER financiou (e financia): a construção de infraestruturas (da rede viária e ferroviária; da rede de saneamento básico; da rede de abastecimento de água) e de equipamentos públicos (escolas e centros de formação profissional, hospitais, centros culturais, bibliotecas, centros esportivos, centros de apoio social às comunidades locais, etc.); o apoio às empresas (designadamente às Pequenas e Médias Empresas - PME) e ao investimento empresarial; investimentos no domínio do ambiente e do desenvolvimento sustentável; instrumentos de engenharia financeira e ações dirigidas ao aproveitamento do potencial endógeno e à promoção do desenvolvimento territorial, rural e urbano (MATEUS, 2013: 446).

O apoio à atividade empresarial e à infraestruturação do território obtiveram a maior cota do FEDER desde 1989 até 2007 (cerca de 41% cada). Alguns desses financiamentos foram dirigidos aos espaços rurais, através de medidas como o Programa de Recuperação de Centros Rurais e o Regime de Incentivos às Micro-Empresas, ambos lançados na década de 1990, para apoio às atividades económicas locais, em especial ao turismo, ao pequeno comércio e aos ofícios artesanais, concedendo subsídios sobretudo para investimento em infraestruturas (MORENO, 2007: 172; CAVACO, 1994: 177). As ações relativas à qualidade de vida e à “atratividade” dos territórios representaram apenas 9% do total do Fundo, nesses vinte anos. Essa situação inverteu-se no último quadro orçamental.

A partir de 2007, a distribuição foi alterada: à infraestruturação foram dedicados 25% do Fundo; 32% à atividade empresarial e 40% à qualidade de vida (MATEUS, 2013: 488-489).

Dado que parte das infraestruturas e dos equipamentos construídos foram entregues à gestão local, os municípios foram os maiores beneficiários diretos dos fundos, a par das empresas privadas (*idem, ibidem*).

A assinalar que a distribuição desse fundo não foi equitativa por todo o território nacional. A região da capital e sua área metropolitana foi a que auferiu a maior porção do FEDER nos primeiros 14 anos da adesão portuguesa à UE (cerca de 30%). A que se seguiram as regiões Norte e Centro. Essas são as duas regiões que, juntas, contabilizam atualmente 70% do FEDER. O Alentejo, os dois arquipélagos e o Algarve são, por ordem decrescente, as regiões que menos apoio receberam (e recebem) do Fundo (*idem, ibidem*).

A infraestruturação e o apoio ao desenvolvimento sustentável foram e são igualmente financiadas por um pequeno fundo da UE dirigido à coesão interna do bloco regional.

A qualificação profissional e educacional da população, por seu turno, são apoiadas pelo Fundo Social Europeu (FSE). A distribuição desse Fundo (que visa, no geral, combater a pobreza e as desigualdades sociais e, em particular, a promoção do emprego¹²¹), em Portugal, não sofreu alterações de relevo. A aprendizagem ao longo da vida¹²² e a qualificação dos jovens são os grandes domínios de intervenção visados, com cerca de 45% e 30% de apoio respectivamente. As medidas de apoio à criação de emprego receberam a menor tranche: entre os 2 e os 4% de 1989 a 2007 (MATEUS, 2013: 492-493).

No que tange em particular aos espaços rurais, existiram algumas medidas particulares apoiadas pelo FSE destinadas a aumentar a autoempregabilidade da população, como o Projecto Experimental para o Desenvolvimento de Micro-Regiões Rurais (VAZ, 1997).

Foi no âmbito dos financiamentos do FSE a ações de formação profissional que surgiu, em 1988, uma iniciativa da sociedade civil propondo-se a impulsionar processos de

¹²¹ Disponível em: <<http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=35&langId=pt>>. Acesso em: Julho 2014.

¹²² 'Aprendizagem ao longo da vida' refere-se a todas as ações formativas implementadas fora do sistema formal de educação e que abrangem a totalidade da população.

mudança social, em uma localidade considerada – pelos seus proponentes – como abandonada, isolada e estagnada (VAZ, 1997: 68). Essa foi uma das primeiras experiências (de que temos conhecimento) em Portugal que, partindo de uma estratégia formativa, procurou gerar iniciativas empresariais através da via do autoemprego (*idem, ibidem*). O projeto teve a duração de dois anos e contou com a participação de cerca de cem habitantes da localidade de Messejana (no Alentejo).

A adesão às então Comunidades Europeias representou uma injeção assinalável de fundos no país, para estimular a sua 'modernização' e 'desenvolvimento' nas mais variadas frentes: agrícola, industrial, empresarial, rural, ambiental. Mas representou igualmente um marco no planejamento das políticas públicas: um planejamento focado em regiões, em territórios.

A “alteração das condições estruturais de desenvolvimento” ao nível das regiões foi considerado como um caminho para eliminar as condições de “interioridade” dos territórios (FERRÃO, 1997). No entanto, o planejamento que orientou a aplicação dos fundos seguiu sobretudo uma trajetória do topo da governação (nacional e supranacional) para baixo (regiões, municípios, cidadãos) e obedeceu à tendência macrocéfala a que nos referimos no primeiro capítulo. Um processo implementado sem a participação da população e que gerou uma “distribuição clientelar de bens públicos” (RUIVO apud MORENO, 2007: 135) negociada, a nível interno, sobretudo entre o governo central, os municípios e as entidades governamentais criadas para a gestão desses fundos.

Para mais, uma parte assinalável dos fundos europeus foram concentrados na região metropolitana de Lisboa¹²³ e nos centros urbanos das regiões do 'interior', segundo a lógica da concentração da população¹²⁴ (MORENO, 2007: 135).

Dessa breve e sintética incursão por algumas das principais medidas governativas nos espaços rurais e no país como um todo, depreendemos que o apoio à agricultura, à sua modernização e ao aumento da produtividade têm sido as maiores preocupações e o principal raio de ação das políticas públicas. Uma preocupação extensível ao setor florestal.

O regime ditatorial transformou a ruralidade portuguesa de base camponesa em um ícone ideológico, manteve a população camponesa num determinado estágio sócio-econômico, enquanto o mobilizava para outras regiões do país.

O ingresso de Portugal no espaço comum europeu coincidiu com o momento de viragem na Política Agrícola Comum, no sentido de uma menor regulação dos preços. As medidas da PAC, negociadas pelos governos portugueses, implicaram na redução das culturas e dos produtores menos produtivos e em uma crescente florestação do país. A redução do esforço agrícola em termos de mão-de-obra conduziu à continuação e ao agravamento das migrações da população e à transformação dos espaços rurais em espaços de não-produção.

A PAC incluía, desde o seu surgimento, uma seção de apoio às estruturas produtivas, que evoluiu no sentido do apoio ao espaço rural e à diversificação setorial da economia rural. Essa reorientação, que em Portugal se traduz atualmente num peso quase equitativo dos apoios financeiros entre o pilar I e pilar II, esconde, no interior do segundo pilar, um suporte

¹²³ Na saúde pública, por exemplo, na região da capital existem 5,5 médicos por mil habitantes, enquanto que no Alentejo a média desce para 2 médicos por mil habitantes (dados de 2010) (MATEUS, 2013: 368; 373).

¹²⁴ No que tange às escolas, apesar da expansão e requalificação da rede escolar pública nas últimas duas décadas, as escolas (sobretudo do ensino fundamental) localizadas nas freguesias com menor densidade populacional vão sendo encerradas ano após ano. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1950707>; <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3987528>. Acesso em: Julho 2014.

significativo à atividade agroflorestal.

As mudanças em espaço rural foram sempre norteadas por uma vontade de colmatar as assimetrias entre regiões. Um sentido que ganha contornos mais claros com o ingresso na UE e com a necessidade de convergência socioeconômica do país como um todo, dos fundos de caráter regional e da necessidade de ter um olhar e uma aplicação complementar de políticas e fundos nos territórios. Porém, não obstante uma distribuição dos fundos por todo o país, apenas a capital e a sua região metropolitana saíram do limiar de elegibilidade máxima, isto é, aproximaram-se dos níveis de renda da média europeia. Fato a que não é alheia a concentração de algum modo histórica de investimentos e de população nessas áreas.

As mudanças imprimidas nos espaços rurais foram, em grande medida, acionadas pelos órgãos centrais de governo. Independentemente do regime político vigente, a centralização é uma característica do sistema político-administrativo português. A Constituição democrática de 1976 consagrou maior relevância e autonomia ao poder local municipal, sem instituir um modelo de regionalização ou consagração de níveis intermédios de governação.

O nível de governo local assumiu um papel importante na disputa pela alocação de recursos financeiros, bem como nas trajetórias de desenvolvimento dos espaços rurais. Porém, essas trajetórias nem sempre foram partilhadas e construídas com a população (BAPTISTA apud FIGUEIREDO, 2011: 15).

Uma iniciativa da Comissão Europeia promoveu uma abordagem diferente de planeamento e de gestão do desenvolvimento em espaços rurais, na década de 1990: o programa LEADER. Um programa que contribuiu para a consagração e para a expansão da noção de desenvolvimento rural, especialmente nos Estados-membros como Portugal que, até à adesão europeia, não detinha uma política de desenvolvimento rural (FIGUEIREDO, 2003: 2).

2.2. Desenvolvimento (*do*) rural na óptica das parcerias locais entre atores

O surgimento e a consolidação da noção desenvolvimento rural aconteceram a partir do reconhecimento, por parte de organismos europeus, dos efeitos da crise da agricultura nos espaços rurais. Em 1987, o Conselho da Europa¹²⁵ promoveu a Campanha Europeia para o Mundo Rural e, em 1996, a UE organizou a Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural. A conferência resultou na consagração da Declaração de Cork, que sublinhava como principal componente das políticas de desenvolvimento rural a diversificação das atividades económicas em meio rural (FIGUEIREDO, 2003: 13-14).

A génese do desenvolvimento rural não pode, no entanto, ser imputada estritamente às instituições. Ele foi um campo de disputa e de construção das organizações da sociedade civil ambientalistas que, nos anos 1980, denunciaram os efeitos ambientais da agricultura industrial; das organizações que se debateram pela valorização das identidades endógenas rurais (RAY in CLOKE *et al.* 2006, 2006: 282); das iniciativas de caráter comunitário e de assistência social (MORENO, 2007); e das estratégias postas em prática pelos agricultores face aos constrangimentos que os modelos agroindustrial e pós-produtivista lhes impuseram (MORAGUES-FAUS *et al.* in ORTIZ-MIRANDA *et al.*, 2013: 16-17).

Essas diferentes fontes e diferentes atores fazem do desenvolvimento rural um conceito contestado e ambíguo. Uma ambiguidade que deriva das lutas sociais (incluindo as “lutas classificatórias”) no interior do próprio setor agrícola, da sociedade e das políticas públicas (PLOEG; MARSDEN, 2008: 26, nota 4).

¹²⁵ Organização internacional fundada em 1949 para a proteção e promoção dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://hub.coe.int/>>. Acesso em: Julho 2014.

No que tange às políticas públicas, o debate sobre o desenvolvimento rural desenrolou-se na supracitada reforma da PAC, no início da década de 1990, e consubstanciou-se no lançamento de um dos programas europeus mais conotados com o desenvolvimento rural, o LEADER, em 1991.

2.2.1. O desenrolar do desenvolvimento rural entre a experimentação LEADER e as proposições acadêmicas

O programa LEADER partiu de uma iniciativa da Comissão Europeia cujo objetivo central era encontrar e experimentar soluções inovadoras que servissem de modelo para todas as áreas rurais e que assegurassem a máxima integração entre as medidas setoriais, no sentido de reforçar os programas e financiamentos públicos já existentes (alíneas 3 e 4 do Parecer CE n. 91/C 73/14). O programa requeria e baseava-se na montagem de redes de “grupos de ação de desenvolvimento rural local” (GAL), compostos por entidades públicas e/ou privadas, que potencializassem a experiência organizacional local e agissem em prol da articulação das iniciativas locais já existentes ou a implementar no futuro (*idem*).

Não obstante o uso da expressão desenvolvimento rural no documento legislativo em referência, o acrônimo LEADER coloca a ênfase no “desenvolvimento da economia rural”¹²⁶. Uma ênfase patente no caráter das medidas elegíveis. Para além das medidas relativas ao estabelecimento e ao funcionamento dos grupos de ação responsáveis pela articulação local, o programa previa financiamento para novas iniciativas de “reajustamento e manutenção de um tecido socioeconômico suficientemente diversificado” (artigo 3 do Parecer CE n.º 91/C 73/14, tradução nossa).

Essas medidas diziam respeito à valorização econômica de pequenas e médias empresas; à preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental; à promoção do turismo rural; e à valorização e comercialização da produção agrícola, silvícola e da pesca local (artigos 12 e 13 do Parecer CE n.º 91/C 73/14, tradução nossa).

Para a implementação do programa, os atores locais deveriam articular-se entre eles, no sentido da formação e formalização das parcerias¹²⁷ e da elaboração de planos de ação para áreas que contassem entre os 5000 e 100 000 habitantes e que se encontrassem nas regiões da UE cujo PIB estivesse abaixo dos 75% da média europeia, e/ou em áreas classificadas como predominantemente rurais (artigo 11 do Parecer CE n.º 91/C 73/14, tradução nossa).

O programa teve três edições (denominadas LEADER I, II e LEADER+) que decorreram entre 1991 e 2006. As diretrizes do programa foram sempre definidas pela Comissão Europeia sem alterações de relevo, a não ser na abrangência dos territórios elegíveis, no número de grupos de ação local formados (ou seja, das parcerias locais) e, consequentemente, no número de projetos aprovados e de beneficiários diretos.

Em Portugal, essa evolução traduziu-se no aumento gradual de 20 grupos de ação local, que cobriam apenas 40% do território elegível, na primeira edição do programa, para 52 GALs e 88% de território elegível coberto, no final do LEADER + (tabela 10).

¹²⁶ O acrônimo deriva do nome do programa em francês: “Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale”, ou Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural. Em inglês, são várias as traduções. Do documento oficial europeu (COM 91/C 73/14) consta: “Links between actions for the development of rural economy”, mas fazendo uma rápida busca na internet encontramos: “Links between the rural economy and development actions” ou “Links between actions of rural development”. Nos documentos mais recentes da UE, denotamos a mesma passagem de “desenvolvimento da economia rural” para “desenvolvimento rural” (UE, 2006).

¹²⁷ As parcerias multi-ator tinham que assumir um estatuto jurídico. Em Portugal, constituíram-se legalmente enquanto associações.

Tabela 10 – LEADER em Portugal – Número de projetos, postos de trabalho criados, grupos de ação local e percentagem de cobertura do território elegível

	Período	N.º Projetos executados	N.º Postos de trabalho diretos	N.º GAL existentes	% cobertura do território elegível
LEADER I	1991-1993	2217	2500	20	40%
LEADER II	1994-1999	7000	5000	48	86%
LEADER +	2000-2006	> 7600	8400	52	88%
Abordagem LEADER*	2007-2013	3365	4152	53	90%

* Os dados relativos ao período de 2007-2013 são parciais, uma vez que só estão disponíveis os dados de execução até 2012. Essa informação diz respeito aos eixos 3 e 4 da política de desenvolvimento rural portuguesa (2007-2013) que correspondem *grossa modo* aos mesmos âmbitos das anteriores fases LEADER.

Fonte: FIDALGO, 2012: *passim*; MAMAOT, s/d: 55

A cada nova edição do LEADER, os GAL apresentavam à entidade gestora do programa a nível nacional¹²⁸, os seus planos de ação e linhas estratégicas para os territórios que representam, para aprovação governativa. De seguida, todos os atores dos territórios abrangidos poderiam apresentar projetos aos GAL (desde cidadãos em nome individual, a empresas, associações, ou outros). Como podemos verificar na tabela 10, os projetos aprovados e executados aumentaram substancialmente na segunda fase do LEADER, em correspondência à duplicação do número de GALs e do território abrangido.

No encerramento do ciclo de programação em 2006, a Comissão Europeia avaliou que o período de experimentação LEADER tinha chegado à sua meta e integrou o LEADER no recém-definido segundo pilar da PAC na forma de abordagem metodológica transversal. Os GAL foram mantidos e assumiram, inclusive, um papel mais preponderante na gestão local do desenvolvimento rural.

Entre 1991 e 2006, o LEADER foi financiado pela seção Orientação do FEOGA, mas as instruções da Comissão foram no sentido da coordenação do esforço orçamentário com outros fundos europeus e nacionais. Assim, para além do financiamento estatal português, os planos de ação dos GAL (e respectivos projetos implementados a nível local) foram cofinanciados pelo FEDER e pelo FSE (CARNEIRO, 2005: 13).

A partir de 2007, o funcionamento dos GALs ficou previsto no fundo da política europeia de desenvolvimento rural, bem como aspectos similares aos cobertos anteriormente pelo LEADER, como a diversificação das atividades económicas (e que estão consagrados nos chamados eixo 3 e 4 dessa política).

O financiamento total das ações LEADER cresceu especialmente entre a primeira e a segunda fase e na transposição do programa para a política geral de desenvolvimento rural (tabela 11). No entanto, ele representou apenas 1/15 do total do orçamento europeu para o desenvolvimento rural (quando abrangido no FEOGA-Orientação) (CARNEIRO 2005: 14).

No que concerne às áreas de intervenção dos projetos aprovados em Portugal desde 1991, o LEADER apoiou majoritariamente investimentos em atividades económicas, seguidas pelas iniciativas de preservação do património e de melhoria da qualidade de vida. O que atesta uma forte aposta no reforço do tecido económico.

¹²⁸ Em Portugal, o LEADER foi gerido pelo Ministério da Agricultura.

Tabela 11 – Alocação total dos financiamentos LEADER (soma da contribuição UE e da contribuição nacional) por áreas de intervenção em Portugal (1991-2013)

Áreas	LEADER I	LEADER II	LEADER +	Eixo 3 - Abordagem LEADER	TOTAL
	1991-1993	1994-1999	2000-2006	2007-2013	1991-2013
Apoio Técnico ao Desenvolvimento Rural, animação, acções imateriais	3.457.268 €	14.200.372 €	35.198.267 €	35.636.563 €	88.492.470 €
Apoio ao investimento em actividades económicas	35.443.361 €	59.778.409 €	44.456.860 €	217.475.258 €	357.153.888 €
Preservação e Valorização do Património e Melhoria da Qualidade de Vida	2.551.426 €	30.563.457 €	57.393.164 €	141.462.943 €	231.970.990 €
Cooperação		3.158.698 €	15.199.898 €	13.143.176 €	31.501.772 €
Aquisição de Competência e Funcionamento do GAL	4.081.439 €	29.169.806 €	33.972.012 €	53.454.845 €	120.678.101 €
TOTAL	45.533.494 €	136.870.742 €	186.220.201 €	461.172.785 €	829.797.222 €

Fonte: FIDALGO, 2012: 51

A principal atividade econômica apoiada pelo LEADER foi o turismo rural (MORENO, 2007; ATANCE apud FERREIRA, 2009: 6), que se traduziu tanto na abertura ou na melhoria de infraestruturas de alojamento turístico em espaço rural, como no apoio a empresas de atividades turísticas.

A valorização e a especialização em produtos locais de qualidade foi igualmente uma das estratégias apoiadas em todos os territórios abrangidos pelo LEADER (MORENO, 2007: 144-146), numa tentativa de reproduzir o modelo das pequenas empresas que esteve na base do crescimento econômico das regiões do norte da Itália na década de 1950 (FERREIRA, 2009: 16). Uma valorização econômica que visou atingir especialmente consumidores externos (*idem*: 12)¹²⁹.

Dentro da valorização do património e da melhoria da qualidade de vida foram também apoiados projetos de preservação ambiental, de reconstrução e manutenção arquitetónica de aldeias e vilas.

O apoio ao funcionamento dos GAL, que inclui por exemplo o pagamento de salários e a formação de uma equipe técnica (o braço operacional do GAL), é a terceira área de maior despesa dentro do orçamento total do LEADER. As ações de animação e de dinamização social e cultural do território, atividades culturais, e de formação profissional na área do desenvolvimento rural, foram as que menos peso obtiveram.

O impacto do LEADER na economia rural e na geração de emprego é alvo de críticas ambivalentes. Para alguns analistas do programa, o tecido empresarial rural cresceu e fortaleceu-se (DAS NEVES, 2013). Para outros, a centralização no turismo rural e no património contribuíram para a museificação dos espaços rurais e para a sua transformação em lugares apenas de consumo (FIGUEIREDO, 2003). Outros autores pleiteiam que as

¹²⁹ Segundo o gestor governamental do LEADER II, em Portugal: “(...) o meio rural, que quer vender o seu território, tem de fazer propaganda, chamar pessoas, fazer festas, tornar-se agradável. (...) O Mundo Rural tem de se vender, mas tem de haver mercado. No Mundo Rural não há gente. O mercado do Mundo Rural é o mundo urbano, são as pessoas da cidade que vão lá ou consomem os seus produtos.” JORDÃO, N. O LEADER salvou os valores da ruralidade: depoimento. [Julho, 2011]. Lisboa: *Pessoas e lugares*.

abordagens de desenvolvimento rural assentes em atividades como o turismo, refletem uma “leitura homogeneizada sobre o desenvolvimento dos territórios” e uma forma de nova colonialidade (urbana) sobre o meio rural (SOUSA, 2010).

Vanessa Sousa, tal como Gaston Remmers, defende que programas de desenvolvimento rural como o LEADER tenderam a forçar a formalização dos modos e das relações do fazer econômico nos espaços rurais (VANESSA, 2010; REMMERS, 1998: 3-4). Muitos dos artesãos e proprietários de pequenas atividades de comércio tinham ou ainda têm um caráter informal. Contudo, se desejarem candidatar-se e acessar fundos públicos devem deter natureza jurídica¹³⁰.

Não obstante a importância dessas reflexões, acreditamos que tanto os efeitos positivos como negativos que se fizeram e fazem sentir na economia dos espaços rurais não podem ser imputados exclusivamente ao programa LEADER. Essa não foi nem é a única medida visando o crescimento da economia e da (auto)empregabilidade nas localidades rurais. Para mais, tendo em conta que ao LEADER foi alocada uma parte diminuta do orçamento europeu (da PAC como um todo e mesmo do desenvolvimento rural) e que o programa tinha como objetivo a combinação de diferentes medidas, programas e projetos em ato nas localidades rurais, pensamos que a análise de impacto terá que ser feita a partir da soma articulada de todo o investimento público (europeu e nacional) nos espaços rurais.

Parece-nos, sobretudo, que o programa LEADER contribuiu de forma pragmática e experimental para o debate académico sobre o desenvolvimento (do) rural, abrindo para uma ampla agenda sobre o que é ou o que deve ser o rural, e a economia rural; sobre o que deve ser garantido à população rural; e sobre o papel do rural na sociedade como um todo.

Do ponto de vista da economia, alguns autores apontam como caminhos do desenvolvimento rural a valorização de especificidades produtivas “com forte valor acrescentado” e outras atividades de valor cultural e patrimonial, estimulando a pluriatividade e o plurirrendimento da população rural (CAVACO, 1994: 49). E por desenvolvimento rural a autora entende a equiparação das condições de vida em meio rural “aos novos modelos de conforto e consumo difundidos persistentemente pelos meios de informação / comunicação” (*idem*: 149).

Para a mesma autora, a economia rural deve integrar-se no “mercado”, mas através da manutenção ou da criação de novas formas de “economia monetária de subsistência, semelhantes e complementares das pequenas economias camponesas, com que se conjugam” (*idem*: 94). Opinião semelhante à de Oliveira Baptista, para quem a economia rural passa por “uma adequada interrelação da oferta dos mercados rurais com a procura do mercado e a existência local de um sistema de relações sociais consentâneo com as iniciativas a tomar” (BAPTISTA, 1993: 90), mas que pressupõe a intervenção externa para poder singrar.

Outros autores defendem que o “potencial de desenvolvimento” rural não está apenas em produtos turísticos ou produtos agroalimentares de qualidade. A agricultura – ainda que os autores nem sempre explicitem o tipo de agricultura a que se referem – deverá manter-se central para o desenvolvimento ou para a revitalização do rural (BAPTISTA, 1993: 93; VARELA apud FIGUEIREDO, 2003: 9). Isso porque a agricultura representa o substrato produtivo para as outras atividades econômicas e o substrato cultural que – ao contrário das atividades turísticas, por exemplo – assegura a reprodução e a manutenção de comunidades

¹³⁰ A transferência de verbas públicas para sujeitos públicos ou privados implica, regra geral, que esses últimos detenham uma natureza formal e número fiscal; que tenham a contabilidade registrada legalmente; entre outras exigências fiscais e administrativas. Os autores referem-se igualmente à submissão tácita ou obrigatória das atividades rurais a outras regulações, como por exemplo a regulação sanitária, uma vez beneficiárias de fundos públicos.

rurais vivas (REMMERS, 1998, 18-19).

Autores como Van der Ploeg e Murdoch pleiteiam, inclusive, que o desenvolvimento rural emergiu das “velhas estruturas” agrícolas (MURDOCH, 2000: 414, tradução nossa) e das estratégias levadas a cabo pelos núcleos domésticos rurais¹³¹ para aumentar o painel de dispositivos de (sobre)vivência (PLOEG *et al.*, 2000: 396, tradução nossa).

Mas essa centralidade da agricultura e das unidades familiares agrícolas é colocada em (inter)relação com a sociedade e com diferentes tipos de conhecimento (REMMERS, 1998, 40; BRUNORI, 2008: 6-7). O desenvolvimento rural é “puxado” por “redes rurais”, isto é, por combinações de atores e de processos endógenos e exógenos, não podendo ser induzido apenas por intervenções políticas e por fluxos financeiros a elas associados (PLOEG; MARSDEN: 2008: vii). Murdoch, pelo contrário, postula que em áreas bastante deprimidas em termos demográficos e produtivos, os Estados e as agências de desenvolvimento devem seguir o seu “papel desenvolvimentista tradicional” (MURDOCH, 2000: 416), ao mesmo tempo que apoiam as redes existentes.

Carmina Cavaco defende que na interrelação entre agricultura e sociedade, a primeira deverá assumir diferentes funções (de produção, de conservação e defesa do ambiente e das paisagens, “de povoamento”). Uma agricultura que “deve caminhar sobre duas pernas, a produção e os serviços prestados à sociedade, reconhecidos e remunerados como tais” (FOTTORINO in CAVACO, 1994: 136, tradução nossa).

Van der Ploeg e Marsden, apesar de afirmarem a centralidade da agricultura e de definirem o desenvolvimento rural como fruto de uma interrelação entre o endógeno e o exógeno, posicionam, tal como Carmina Cavaco, o rural numa perspectiva da sua utilidade e dos serviços que esse presta para a sociedade:

“O desenvolvimento rural visa à reposição do rural no interior da sociedade alargada, fazendo o rural mais atraente, mais acessível, com mais valor e mais útil para a sociedade como um todo (incluindo os moradores no espaço rural) (...); é sobre o abrir (ou revitalizar) das amenidades (ou recursos) contidas no rural – amenidades importantes para a sociedade como um todo”. (PLOEG, MARSDEN, 2008: 3-4, tradução nossa)

A diversidade de entendimentos, de posicionamentos e de experimentos que contribuem para a edificação da noção de desenvolvimento rural, reflete-se na discussão que tem lugar igualmente no seio da academia sobre o conteúdo analítico, heurístico e teórico da categoria 'rural'. De categoria assente fundamentalmente numa aceção setorial (agrícola) e acionada no eixo dicotômico rural-urbano que mobiliza a dimensão espacial, social e identitária, a concepção de rural expande-se em todos esses aspectos, esbatendo clivagens do tipo endógeno-exógeno.

O rural enquanto património – apelando às tradições e à história (FIGUEIREDO, 2003) – ou enquanto produto de consumo – expressando uma identidade reportável a uma ideia de ruralidade – aproxima-se das linhas teóricas da sociologia pós-moderna, inspiradas na semiótica, e na “invenção da tradição”. As abordagens pós-modernas (ou do pós-rural) enfatizam o rural como representação simbólica e desterritorializada. A expressão material dessa pós-ruralidade pode estar na roupa, nas encenações rituais, nos *hobbies*, e pode acontecer em qualquer espaço (DE PAULA, 2001).

O rural liberto de caracterizações apriorísticas pode ser analisado como uma construção cognitiva contínua dos atores, a partir do espaço em que vivem e do modo como o vivem (MORMONT, 1989). Ou pode ser considerado numa perspectiva tridimensional: entre as

¹³¹ “Rural household” no original.

representações formais existentes na sociedade; os espaços que originam essas representações simbólicas e as práticas cotidianas dos atores sociais nesses espaços (HALFACREE, 2007: 2-3).

Halfacree é um dos autores que, alicerçados numa perspectiva relacional do espaço, propõem a introdução da noção de 'local' como campo analítico do rural. Uma introdução que pode ser complementar – Halfacree fala de “localidades rurais” (2007) – ou até substitutiva da categoria 'rural' (CARNEIRO, 2012: 42). Local ou localidade abrem para a ideia de espaço físico e material, mas também de tempo e de espaço social (MORMONT: 1989) em perene construção. Um espaço inerente a identidades e não a traçados administrativos, ou arranjos dicotômicos como rural-urbano. A partir da conceptualização durkheimiana de meio interno – que remete para a noção de entidade coletiva coproduzida pelos atores que a compõem, tanto através do conflito como da cooperação – a noção de local/idade é apresentada como uma base que ilumina a “produção de espaço” por atores endógenos, exógenos e por atores em mobilidade entre locais (REMY, 1989: 359; CARNEIRO, 2012: 49) ou ainda enquanto lugar de encontro de redes de atores coletivos (MURDOCH; PRATT, 1993: 421-422).

De modo a abranger a multiplicidade de atores e de significados; o cruzamento de sentidos (interno-externo) que se encontram em espaços e/ou em identidades; e as dimensões processual e relacional, no objeto das ciências sociais que estudam o 'rural' Van der Ploeg e Terry Marsden propõem uma outra categoria analítica: a “rede rural”. Bebendo da teoria ator-rede, o conceito de “rede rural” é definido como o “conjunto complexo de interrelações geradas interna e externamente” entre pessoas, instituições, processos, recursos e redes de coprodução de atores humanos e não humanos (PLOEG; MARSDEN, 2008: vii; 7, tradução nossa).

Esse rural plural e relacional, combinação específica e contingente de relações dos atores reveste-se, segundo João Ferrão (informação verbal)¹³², de uma lógica transformadora e de transição. Uma dimensão política presente na teorização de Maria Nazareth Wanderley (2000), para quem a nova ruralidade surge do autoreconhecimento do rural enquanto ator coletivo.

A dimensão política do desenvolvimento rural é um segundo aspecto do programa LEADER que o associa ao 'local' e ao desenvolvimento local, enquanto abordagens de foro territorial.

2.2.2. O desenvolvimento rural e o 'local'

O programa LEADER, como vimos, tinha como objetivo central estimular a diversificação da economia das áreas rurais. Um escopo econômico que encontrou correspondência na dotação orçamentária definida para a implementação do programa, em Portugal.

Para atingir tal meta, a Comissão Europeia delineou, a partir das experiências de planeamento territorial francesa e de governo descentralizado dos países escandinavos (MORENO, 2007), uma abordagem própria para o programa, com várias componentes.

A primeira componente é o nível de implementação do programa. Como vimos anteriormente, os territórios-alvo eram áreas com menos de 100 mil habitantes, áreas rurais e áreas de baixa renda, áreas essas delimitadas pelos próprios atores locais. Posteriormente, a Comissão afinou os critérios de delimitação dos chamados territórios-LEADER. Um território

¹³² Apresentação proferida na abertura do IX Colóquio Ibérico de Estudos Rurais (Lisboa, 27 de Julho de 2012).

LEADER ou “zona local” é um espaço “homogêneo e socialmente coerente, frequentemente caracterizado por tradições comuns, uma entidade local e um sentimento de pertença ou por necessidades e expectativas comuns” (UE, 2006: 8).

Uma outra componente do programa é a constituição de parcerias locais ou Grupos de Ação Local (GAL), formados por atores representativos do território¹³³ que, a partir de diagnósticos e de processos participativos com a população, formulam planos ou estratégias para esses territórios. Os planos devem incluir o levantamento das iniciativas públicas e privadas existentes; as prioridades de ação que mais se coadunam às necessidades, às capacidades, potencialidades e desejos dos territórios; linhas de ação e respectivos montantes.

Os GALs, após aprovação dos planos de ação pelos governos nacionais, têm a prerrogativa de decidir sobre as candidaturas apresentadas no âmbito desse plano de ação, e de gestão do montante que lhes é atribuído (UE, 2006: 10). Mas têm a função de animação e mobilização contínua dos territórios para a participação no programa. Para tanto, dispõem de financiamento para manter uma equipe técnica.

A última componente é a formativa, que deve decorrer da prática, da ação, mas também da formação, do trabalho em rede e da troca de experiências com outros GALs.

Ou seja, o LEADER assentou no pressuposto que são os atores locais quem melhor resolverá os problemas dos seus territórios. Uma abordagem baseada na endogeneidade das capacidades e das soluções, na governança dos processos de mudança e na gestão autônoma e local de fundos públicos.

O estímulo à criação e à manutenção de parcerias multi-ator e multisetoriais, que estimulem processos de mobilização e de aprendizagem para o devir dos territórios, aproxima o programa LEADER das formulações de desenvolvimento enquanto alargamento das capacidades coletivas e de aprofundamento democrático.

A espacialidade definida – o local, o modo de planeamento e de governação fazem coincidir essa proposta de desenvolvimento rural com a noção de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local pode ser entendido e analisado a partir de diferentes prismas e contextualizações, que nos auxiliam a compreender as interseções e o direcionamento que o programa LEADER representou enquanto proposta de desenvolvimento rural.

- À forma de governo centralizado, direcionista, “top-down”, de modelos exógenos de intervenção sobre os territórios, o desenvolvimento local contrapõe-se como um modelo de governação descentralizado e radicado na identidade dos territórios. Uma forma de atuação que ganhou corpo na França pós-1968, mas que surgiu da confluência de várias experiências e de lutas da sociedade civil (MORENO, 2007: 98)¹³⁴.
- Interligado com o entendimento anterior, os processos de desenvolvimento local podem ser entendidos à luz da noção de cidadania, a partir do “engrossamento” das capacidades individuais e coletivas (FOX, 1998) e de formas de participação política que complementam o modelo representativo de democracia.
- Essas capacidades traduzem-se, por exemplo, na aptidão dos atores locais de adaptarem as oportunidades externas às suas necessidades (LONG e PLOEG apud

¹³³ Na sistematização da abordagem LEADER, a UE estipula que “Os GAL devem associar parceiros públicos e privados, ser equilibrados e representativos dos grupos de interesse locais correspondentes aos vários sectores socioeconómicos da zona. A nível da tomada de decisões, os parceiros e associações do sector privado devem representar, pelo menos, 50% da parceria local.” (UE, 2006: 10)

¹³⁴ Luís Moreno (2007) aponta como outras “fontes” do desenvolvimento local as experiências de desenvolvimento comunitário; as ideias e filosofias de comunidades utópicas; e a ação da Igreja Católica.

REMMERS, 1996: 4), num movimento contrário ao imposto pelo modelo de desenvolvimento “top-down”. O desenvolvimento local exprime-se, desse modo, no nível de controlo dos atores locais sobre os processos de mudança (REMMERS, 1996: 6), ou “capacidade de agency”, que permite inclusive à localidade resistir às forças externas (REMMERS, 1998: 3-4).

- O desenvolvimento local é igualmente considerado como uma alternativa a uma nova dimensão espacial, política, económica e cultural surgida entre os anos 1980-90 – a globalização. Um fenómeno associado tanto à homogeneização das práticas socioculturais e das identidades, como a níveis crescentes de desigualdade económica, em todo o mundo. Nesse sentido, as experiências de desenvolvimento local visam “desencadear mecanismos para inclusão da população “excluída”” (OLIVEIRA, 2001: 12) dos processos de globalização e visam, igualmente, um reforçar ou reavivar das identidades e das tradições locais.

Alguns desses entendimentos remetem para uma certa idealização do microcosmos local. O local assoma-se como um espaço relacional harmonioso, onde tudo é virtuoso (é sustentável, participado, inclusivo). A governança e a coresponsabilização de todos os atores – públicos e privados – pela prossecução do bem comum é naturalizada enquanto evolução normal e necessária da (re)organização do Estado democrático e do Estado do Bem-Estar Social.

Contudo, como nos alerta Francisco Oliveira, os processos de desenvolvimento local devem ser alvo de leitura crítica. Os mecanismos de participação, de cooperação e negociação podem, por um lado, corresponder a uma “cidadania controlada” (*idem*: 12) e por outro, conduzir a um certo escamoteamento dos conflitos (*idem*: 14; 24). Os processos de descentralização, não apenas no interior da máquina estatal, mas sobretudo de “terceirização” ou privatização do público (OLIVEIRA, *idem*: 24) podem fazer do desenvolvimento local “o novo nome do público não-estatal” (*idem*). Ou seja, os processos de desenvolvimento local, ao criarem esferas privadas de gestão do público, poderão estar a apagar o *político* do local.

A implementação do programa LEADER, em Portugal, facilitou a emergência de entidades multi-ator com capacidade para pensar e construir o local numa tentativa de substituir as lógicas de ação setoriais por uma “lógica de território-projeto” (FIDALGO, 2012: 105). Dada a historicidade do centralismo no país, o programa estimulou novos modos de gestão e de articulação dos atores político-administrativos, económicos e sociais, primeiro num nível local, mas também na negociação com o nível nacional de governação (MORENO, 2007; FIDALGO, 2012).

As parcerias locais ou GAL integram, de acordo com dados de 2012, cerca de 2000 sujeitos coletivos e individuais em Portugal. Sendo que 45% são pessoas coletivas de direito privado (associações profissionais, culturais, desportivas, ONGs, empresas, bancos), 34% são membros a título individual e 21% entidades públicas (Municípios, Juntas de Freguesia, escolas, Universidades e órgãos descentralizados dos ministérios) (FIDALGO, 2012: 61).

A combinação desses atores nos atuais 53 GALs é muito diferenciada, mas é marcada pela presença constante dos municípios: 2/3 do número total de municípios portugueses fazem parte de GALs (*idem*). O LEADER representou, assim, uma forma de fortalecimento do poder local (FERREIRA, 2009), mas a participação dos municípios e de outras entidades públicas foi tão expressiva que a Comissão decretou um limiar mínimo de 50% de participação de entes privados (*idem*) (ver nota 133).

O funcionamento dos GALs, o grau de autonomia e as funções que assumiram na gestão do LEADER foram alteradas, em particular na passagem de programa para abordagem transversal à política de desenvolvimento rural. Até aí os GALs geriam o orçamento dos seus planos, avaliavam os projetos financiados ao abrigo desses planos, mas uma parte da gestão administrativa do programa (verificação contábil, etc.), permanecia a cargo de um ente do governo central. A partir de 2007, o governo português decidiu que o gerenciamento de algumas medidas (e respectivo orçamento) da política de desenvolvimento rural – aquelas cujo teor mais se aproxima do que havia sido o programa LEADER – passaria para os GAL (MAMAOT, s/d: 392). Uma mudança que provocou um engessamento administrativo das parcerias e do trabalho das equipes técnicas.

Para alguns autores, a tecnocratização dos GAL é anterior a esse momento e decorreu do fato particular de, em Portugal, os GAL se terem transformado em ONGs de desenvolvimento local (ou de terem sido englobados por organizações da sociedade civil já existentes). Isto é, na prática os GAL ao se formalizarem em entidades fixas, ao assumirem uma equipe técnica para a gestão do LEADER e ao serem eles próprios – enquanto associação ou ONG – candidatos e beneficiários de projetos financiados pelo LEADER, foram crescendo enquanto instituições. De tal modo, que atualmente implementam outros programas públicos dos mais variados âmbitos. O tempo despendido por essas entidades na gestão técnica de programas e projetos provocou uma perda de proximidade dos atores e dos territórios locais, diminuindo a sua função de dinamização e de animação territorial (HESPANHA apud FIDALGO, 2012: 101, 133; ROVER; HENRIQUES, 2006: 129).

O fato de se terem tornado gestoras de programas públicos¹³⁵ colocou-as numa posição de aparente autonomia relativamente ao Estado (RUIVO *et al.* apud FIDALGO, 2012: 109; ROVER; HENRIQUES, 2006: 128). A aparente autonomia refere-se à crescente dependência face aos financiamentos públicos para se manterem em funcionamento, e ao grau de controle a que estão sujeitas por parte dos entes governamentais devido ao seu estatuto gerencial.

Parece-nos, nesse caso, pertinente a pontuação de Oliveira relativamente à possibilidade do desenvolvimento local (rural) enquanto descentralização e abordagem “bottom-up” redundar na privatização das funções do Estado e na cidadania controlada. Por outro lado, ao se burocratizarem e se transformarem em organizações distanciadas ‘do campo’ – algo que não nos parece imputável ao Estado, mas às escolhas e estratégias das próprias entidades – essas entidades foram perdendo legitimidade (democrática) da sua própria atuação.

Das intervenções públicas sobre os territórios pensadas e acionadas a partir dos órgãos governamentais, surgiu – também de cima para baixo – na década de 1990 um programa europeu dirigido aos espaços rurais e/ou espaços de renda inferior à média europeia. Tal como as outras intervenções públicas, a preocupação de fundo do LEADER era a reativação econômica dos territórios rurais face aos efeitos da PAC. Todavia, esse programa propôs uma abordagem de atuação diferente das outras políticas: a constituição de parcerias locais que respondessem da forma mais adequada aos problemas dos seus territórios. Uma abordagem que tentou reproduzir o nexos lógico traçado por Putnam entre capital social e crescimento econômico (e entre capital social, crescimento econômico e democracia) (PUTNAM, 1993; também assim BOSCHMA e BIANCHI apud FERREIRA, 2009).

A implementação do programa em Portugal teve importantes repercussões na articulação de diferentes atores na deliberação sobre o seu futuro, bem como no

¹³⁵ Essas entidades foram reconhecidas pelo governo português, em 2011, como “organismos intermédios de gestão das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural” (FIDALGO, 2012: 99).

fortalecimento dos órgãos públicos locais. Mas teve igualmente como corolário a emergência de entidades especializadas em desenvolvimento local que se foram afastando da natureza primordial da parceria local.

Do ponto de vista da dinamização econômica, ainda que o LEADER, à diferença de outras medidas de desenvolvimento rural, tenha almejado estimular a multisetorialidade e o crescimento de atividades extra-agrícolas, em Portugal, seja porque essa foi a direção emanada dos territórios, seja porque esse foi um setor indicado pelo próprio programa, uma parte significativa dos fundos LEADER financiou projetos ligados ao turismo rural.

O desenvolvimento rural, na óptica do local, exprime a tentativa de superação de fronteiras do tipo endógeno-exógeno. Não enquanto eliminação desses limites, mas enquanto compatibilização e articulação dos mesmos.

A abordagem LEADER ou a abordagem territorializada ao desenvolvimento rural não só foi transversalizada à política europeia (e nacional) de desenvolvimento rural, como inspirou as diretrizes das políticas públicas na atualidade. No entanto, o desenvolvimento rural é palco de outros valores e orientações, tanto na esfera das políticas públicas quanto da sociedade civil.

2.3. Desdobramentos do desenvolvimento rural na atualidade

2.3.1. Valores e orientações das políticas públicas nacionais e europeias

O desenvolvimento rural foi-se autonomizando enquanto política específica no seio da política agrícola da UE. A política de desenvolvimento rural europeia (2007-2013) assenta em três grandes áreas: “economia agro-alimentar, ambiente e (...) economia e população rurais.” (2006/144/CE) e encontra-se repartida em quatro eixos que expressam os principais valores e objetivos dessa política: a competitividade agroflorestal; a sustentabilidade ambiental e social dos espaços rurais; a diversificação econômica e a abordagem de governança à semelhança do LEADER.

As medidas específicas do primeiro eixo são dedicadas ao capital humano e físico (através da promoção da transferência de conhecimentos e da inovação) dos setores da agricultura, dos produtos alimentares e das florestas e à produção de qualidade. O segundo eixo, nomeado de “Melhoria do ambiente e da paisagem rural”, é desdobrado em medidas de proteção dos recursos naturais, de preservação dos sistemas agrícolas e silvícolas de elevado valor natural (as chamadas medidas agroambientais) e as paisagens culturais.

O terceiro eixo, o que mais se aproxima dos objetivos das três versões do programa LEADER, destina-se a promover a qualidade de vida nas zonas rurais e a diversificação da economia rural, através do desenvolvimento de infraestruturas e do capital humano nas zonas rurais, “com vista a melhorar as condições de crescimento e de criação de emprego em todos os sectores, bem como a diversificação da economia” (*idem*). Por último, o eixo 4, ou abordagem LEADER, procura encorajar “possibilidades de governação inovadora por meio de abordagens locais ascendentes” (*idem*).

O governo português definiu a política de desenvolvimento rural nacional para o mesmo período a partir das diretrizes europeias, colocando como desígnio central a promoção da competitividade do setor agroflorestal e dos territórios rurais de forma sustentável¹³⁶

¹³⁶ O documento oficial declara que “A finalidade da Estratégia Nacional [de desenvolvimento rural] assenta num modelo em que o desenvolvimento equilibrado do mundo rural português só será alcançado se as empresas e todos os outros agentes com elas relacionados se tornarem mais eficientes, produzindo mais

(MADRP, 2009: 63).

Os quatro eixos de atuação foram decalcados do documento europeu, com uma particularidade na aplicação dos fundos. Em Portugal, os fundos previstos para os eixos 3 e 4 foram fundidos num só e, como anteriormente citado, a sua gestão foi entregue aos GALs¹³⁷.

Em 2013, foi aprovado o documento de política de desenvolvimento rural para o período sucessivo (2014-2020). As orientações-base são semelhantes às anteriores. Contudo, o apoio ao setor agroflorestal e agroalimentar está agora presente nos quatro eixos, com uma preocupação central na organização da produção. O primeiro eixo é inteiramente dedicado à pesquisa e inovação nesses setores. O segundo, à competitividade e à organização em fileiras e cadeias de valor. Do terceiro constam as medidas agroambientais. No quarto, denominado “desenvolvimento local”, para além das medidas “tipo LEADER”, como a renovação arquitetónica dos povoamentos rurais, os produtos de qualidade e a animação dos territórios, surge um apoio explícito à “viabilidade da pequena agricultura” e aos circuitos de proximidade entre produtores agrícolas e consumidores (GPP, 2013a: 1).

Percebemos assim que o fulcro do desenvolvimento dos espaços rurais, no âmbito das políticas públicas atuais, continua sendo o setor agroflorestal. De acordo com o documento da política de desenvolvimento rural (2007-2013) esse setor assume uma “tripla valência: económica, produtora de bens de mercado; ambiental, produtora de serviços e gestora de recursos e territórios; e social, integradora de actividades e rendimentos.” (MADRP, 2009: 62)¹³⁸.

Uma política que distingue a “agricultura profissionalizada” que desempenha “um importante papel em termos de competitividade da economia portuguesa”, da “pequena agricultura” que é “essencial numa ótica de preservação do ambiente e gestão dos recursos naturais, de preservação da ocupação humana e económica das zonas rurais e de inclusão social, representando ainda uma parte importante da oferta de bens agrícolas” (GPP, 2013b: 10-11). Ainda que considerada essencial, a “pequena agricultura” ou “agricultura familiar”, dada a dimensão das explorações, os baixos níveis de renda que proporciona e o fato de ser a forma de agricultura predominante em termos de população, é apresentada como uma fragilidade do setor e das áreas rurais (*idem*: 11-12).

Para além da política europeia, a política nacional de desenvolvimento rural está vinculada a duas matrizes estruturantes das políticas públicas: um marco igualmente europeu – a estratégia pluriannual europeia; e um marco nacional denominado Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2015). Os principais valores expressos nessa última são, tal como na política de desenvolvimento rural, a competitividade, o crescimento da economia e a proteção ambiental. Aos quais acrescem: a educação da população, a coesão territorial e a articulação das políticas de ordenamento (GOVERNO PT, 2005: 4-6).

Ao nível europeu, a UE decidiu, para o ciclo de programação e de orçamento que se

riqueza, de forma ambientalmente adequada e socialmente harmoniosa, numa perspectiva de desenvolvimento sustentado dos territórios.” (MADRP, 2009: 67)

¹³⁷ Na distribuição nacional do fundo europeu de desenvolvimento rural, ao primeiro eixo foram alocados 43% do total; ao segundo, 39% e ao terceiro e quarto: 18% (CORDOVIL, 2010).

¹³⁸ Uma visão patente nas palavras do atual responsável governativo pela pasta ministerial das “Florestas e do Desenvolvimento Rural”: “Quando falamos em territórios rurais em Portugal estamos essencialmente a falar de uma ocupação do território pela agricultura e pela floresta. Ou seja, não sendo as únicas atividades em espaço rural, são aquelas que formam a malha de sustentação de todos os territórios rurais. (...) não acredito na possibilidade de desenvolvimento dos territórios rurais sem agricultura. Não sendo uma peça suficiente para esse desenvolvimento, é indiscutivelmente uma peça necessária.” DA SILVA, F. A saúde dos territórios rurais contagia o país: depoimento. [Maio, 2013]. Lisboa: *Pessoas e lugares*.

iniciou em 2014 (e que se prolonga até 2020), que os Estados-membros só poderão receber fundos europeus se elaborarem “estratégias de especialização inteligente” (COMISSÃO EUROPEIA, 2014a: 2) a nível nacional e subnacional. O objetivo é que cada país, e/ou cada região no seu interior, descubra a especialização econômica (apresentada como a sua vantagem competitiva) que deverá ser estimulada, especialmente através da inovação e do apoio à iniciativa privada (*idem*)¹³⁹. A partir da delineação de estratégias para os territórios, os vários fundos europeus e os diferentes atores devem confluir para a sua implementação integrada. Essas estratégias são a base atual do planeamento regional europeu.

A mesma natureza multifundos pode ser encontrada nas novas orientações europeias para o desenvolvimento local. Fundada na experiência do programa LEADER em espaços rurais, a abordagem atual para o desenvolvimento de base local estende-se a todo o 'local' (rural e urbano) e reafirma o princípio da governança na definição dos objetivos e das estratégias de desenvolvimento, e na gestão dos fundos europeus (COMISSÃO EUROPEIA, 2014b).

Não obstante a continuação de políticas e de fundos setoriais, a indicação europeia é que a aplicação desses fundos siga uma lógica territorial, de âmbito local e regional. Nesses “processos de territorialização” (HAESBAERT, 2005), o desenvolvimento local está pautado especialmente numa perspectiva identitária e simbólica, no sentido da apropriação dos territórios (HAESBAERT, 2005, baseando-se em Lefebvre). E o desenvolvimento regional, numa perspectiva mais funcional e utilitária dos territórios. No entanto, ambas as dimensões convergem nas abordagens e nos objetivos.

A abordagem territorial local e regional assenta em três pontos. Um, a articulação e parceria entre os atores na definição das estratégias e na implementação das ações. Dois, a multisetorialidade, a inovação (tecnológica, empresarial, social e outras) e a descoberta do potencial específico dos territórios. Três, o uso integrado e complementar dos financiamentos (setoriais e não setoriais) públicos.

Os objetivos a atingir com a aplicação dessa abordagem são o crescimento da economia e do emprego; a coesão territorial; o uso eficiente dos recursos financeiros públicos; a sustentabilidade (econômica, social, ambiental) e a inclusão social.

De notar que a parceria entre atores e a coesão territorial transparecem um posicionamento equitativo dos diferentes atores implicados. No entanto, os atores não detêm o mesmo poder nem no seu nível de atuação, nem na articulação com os outros níveis. Para além disso, olhando para as políticas setoriais, no caso da PAC, constatámos que há uma aposta clara nos atores do setor agroflorestal, mesmo dentro da política de desenvolvimento rural. O que lhes concederá (ou que lhes advém) provavelmente um poder negocial sobre os destinos do rural distinto dos outros atores atuantes no mesmo espaço.

Na relação entre o desenvolvimento territorial (local, regional) e o rural identificamos dois movimentos. Por um lado, o desenvolvimento rural foi um lugar de experimentação da abordagem territorial que inspirou e transbordou para as diretrizes globais de aplicação dos

¹³⁹ Em Portugal, já haviam sido implementados alguns programas públicos que traduziam essas mesmas orientações e objetivos. Em 2008, foi lançado o programa “Estratégias de Eficiência Colectiva”, para apoiar a criação de “projetos-âncora” de carácter empresarial e territorial, que impulsionassem o surgimento e o fortalecimento de empresas adjacentes a esses projetos (OBSERVATÓRIO QREN, 2008: 5-6). Em 2012, surgiu o “Programa Valorizar – Criar Valor com o Território”, cujo objetivo era estimular a “actividade económica produtiva de base regional e local para promover um desenvolvimento regional que favoreça o crescimento económico sustentável, a competitividade e o emprego e o investimento empresarial, numa lógica de coesão territorial” (GOVERNO DE PORTUGAL, *Resolução do Conselho de Ministros*, n. 7/2013).

fundos europeus, seja na dimensão local seja na dimensão regional. Por outro lado, ou de consequência, uma abordagem que se fortaleceu no espaço rural, contribuiu em última análise – quando aplicada à dimensão regional – para o esbater das delimitações administrativas e qualificantes do tipo urbano, rural. O que nos parece colocar o rural e o urbano perante um paradoxo. De um ponto de vista local, rural e urbano são impelidos a descobrir o seu potencial diferenciador, com base numa identidade também ela diferenciadora, financiados por políticas que seguem tendo objetivos setoriais. Mas, quando chamados a concorrer para a coesão territorial regional, nacional, europeia, têm que encontrar pontes e sinergias com os outros lugares rurais e com os lugares urbanos.

Perante a complexidade desse quadro e os desdobramentos epistemológicos atrás assinalados sobre a própria categoria 'rural', quais os caminhos analíticos propostos pela academia para lidar com essa complexidade?

2.3.2. Desenvolvimento rural territorial – abordagem empírica e objeto heurístico

Schneider e Tartaruga (2004), tal como Ploeg e outros (PLOEG *et al.*, 2000), defendem que o desenvolvimento rural de base territorial tem sido construído na empiria, especialmente como abordagem prática e instrumental e menos como objeto analítico e heurístico, mesmo na arena científica.

Destarte, os primeiros elaboraram uma proposta de análise alicerçados em duas dimensões, que correspondem aos dois tipos de processos implícitos ao desenvolvimento rural: a dinâmica das formas sociais de trabalho e de produção e os processos de organização social e de participação política (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004: 17).

A elaboração analítica é desdobrada em três níveis (análise da reprodução social; do ambiente social, económico, institucional, e dos mecanismos de regulação existentes entre os atores; dos processos sociais), aos quais é transversal uma preocupação iminente com as relações de poder. Isto é, a análise do desenvolvimento rural deve contemplar os conflitos e as divergências entre os atores e os agentes envolvidos nesse processo; bem como as disputas pela dominação e pela apropriação dos recursos disponíveis e/ou dos resultados produzidos (*idem, ibidem*).

Para Van der Ploeg e Terry Marsden, como anteriormente referido, o desenvolvimento rural é um processo desencadeado por uma ampla gama de relações de carácter heterogêneo, complexo, multi-escalar e multi-ator, que se está ou se vai revelando e desenrolando¹⁴⁰: as “redes rurais” (PLOEG; MARSDEN, 2008).

A análise dessas redes assenta em seis dimensões: a sustentabilidade e o desenvolvimento rural; a endogeneidade da economia rural; a produção de novidades; o capital social; os arranjos institucionais e a governança dos mercados (*idem*: 7).

Os autores entendem por “endogeneidade das economias rurais” o grau em que essas economias estão enraizadas nos recursos disponíveis localmente. Endogeneidade refere-se à capacidade que a rede rural tem de organizar o espaço, de usá-lo e desenvolvê-lo de acordo com os modelos locais de combinação de recursos (*idem*: 8-9). O que implica num controle local sobre esses recursos; na diminuição da importação de recursos externos; na exportação de produtos finais altamente elaborados – de forma a que o valor acrescentado seja alto – e no reinvestimento da riqueza produzida nos níveis local e regional (OOSTINDIE; VAN BROEKHUIZEN *et al.* in PLOEG; MARSDEN, 2008: 53, 58). A endogeneidade não se traduz na ausência de relações com atores e recursos externos, mas sim na seleção ativa

¹⁴⁰ A noção em inglês é “unfolding”.

dessas ligações (*idem*: 55).

A “produção de novidades” é a capacidade de melhorar continuamente os processos de produção, os produtos, as práticas e os conhecimentos através do “conhecimento contextual” (PLOEG; MARSDEN, 2008: 9). Isto é, as novidades surgem nos mundos e nos processos de produção e de trabalho (combinando conhecimento e técnicas) territorializados e não externamente a eles (OOSTINDIE; VAN BROEKHUIZEN *et al.* in PLOEG; MARSDEN, 2008: 68-70).

A “governança dos mercados”, por seu turno, é a capacidade de controlar e reforçar mercados existentes e de construir novos. Ela exprime-se na organização de cadeias de escoamento; na forma como o valor obtido é partilhado; e nas formas de ação coletiva postas em prática nesses processos (VIHINEN; KROGER in PLOEG; MARSDEN, 2008: 129, 144).

“Capital social” é definido como “a capacidade de fazer coisas coletivamente” e refere-se à existência de relações sociais; aos valores coletivos – que ligam o passado ao futuro –; à confiança entre indivíduos, grupos e instituições – necessária à ação coletiva –; e à partilha de outros valores como a abertura, a reciprocidade, a solidariedade, a construção do bem público e a responsabilidade (TISENKOPFS; LACE; MIERINA in PLOEG; MARSDEN, 2008: 87, 91-93).

Por último, os “arranjos institucionais” dizem respeito às estruturas e aos mecanismos de configuração social e de cooperação, construídos social e historicamente, que regulam as ações dos atores e das organizações. Os arranjos institucionais podem ou não consistir em quadros legais (PLOEG; MARSDEN, 2008: 10).

As cinco dimensões interligam-se na noção de “desenvolvimento rural sustentável”, que quase se sobrepõe à própria noção de desenvolvimento rural, mas que coloca maior ênfase na “eco-economia”, enquanto uso sustentável dos recursos naturais; e na produção de alimentos enquanto traço fundamental desse desenvolvimento (SONNINO; KANEMASU; MARSDEN in PLOEG; MARSDEN, 2008: 31).

Essas duas construções analíticas parecem-nos ser complementares. A primeira, mais abrangente e mais sociológica, alertando para um olhar desperto à multidimensionalidade das relações entre atores e para as formas sociais de trabalho. A segunda, mesmo ressaltando a possibilidade de competição por oportunidades e recursos (PLOEG *et al.*, 2000: 393-394) e abrangendo dimensões sociológicas, está mais focada na economia e no uso dos recursos. Todavia atenta, por um lado, para o grau de endogeneidade e de controle dos processos de desenvolvimento rural (que corresponde, em nossa opinião, à capacidade de agência postulada por Remmers, e à territorialidade desses processos) e, por outro, para a importância da análise das relações entre humanos e não humanos.

Uma agenda de análise tão multidimensional quanto a natureza do fenômeno que se propõe adentrar.

Na produção acadêmica portuguesa sobre o desenvolvimento rural de base territorial, encontrámos uma perspectiva mais prática e prescritiva do que analítica.

A abordagem territorial ao desenvolvimento rural é apresentada como uma resposta aos problemas do 'interior', através da articulação dos espaços rurais com as cidades, e da articulação entre sistemas produtivos (REIS, 1997).

Essa mesma perspectiva de interações, de fluxos e de interdependências entre espaços urbanos e rurais é complementada por uma visão que vai além da produção. Assim, a complementariedade interespaçial deve ser considerada a partir de aspectos naturais, humanos, físicos e imateriais (FERRÃO, 2012: 10).

Uma terceira proposta assenta nesses mesmos pressupostos, mas acrescenta e enfatiza a

necessidade de formar uma “institucionalidade dedicada” e de atrair população, para que uma “segunda ruralidade” possa nascer e perseverar (COVAS; COVAS, 2012: 25). Por segunda ruralidade, os autores entendem o sucedâneo à ruralidade agrícola.

Esse segundo momento da ruralidade deve fundar-se em “sistemas territoriais”, isto é, “sistemas complexos compostos de unidades de paisagem, sistemas produtivos locais, sistemas culturais e sistemas de governança local ou institucionalidade dedicada” (*idem, ibidem*). Os sistemas territoriais serão construídos por “estruturas de missão e de projeto dedicadas”, a saber: “laboratórios ou incubadoras de construção de novas territorialidades, onde pouco a pouco se recupera o capital natural e o capital social e se desperta a inteligência territorial” (*idem, ibidem*) que não reproduzirão o sistema de poder e de influências existentes ao nível local. Essas estruturas de missão assemelham-se, na nossa leitura, aos GAL. Porém, está implícita na proposição de António Covas uma crítica às relações e ao sistema de valores subjacentes à lógica da administração pública local (partidarismo, favoritismo, rigidez administrativa, etc.), em Portugal (*idem*: 175-184), que subsiste mesmo dentro dessas parcerias.

A segunda ruralidade emergirá da conjugação de uma panóplia de vetores: da agrobiodiversidade, da multifuncionalidade da agricultura e da agroecologia, por um lado; e da promoção de “bens públicos rurais de segunda geração” (como as atividades de recreação), por outro. Para além disso, será necessário atrair “neo-rurais e rurbanos” para os territórios rurais (*idem*: 25).

É importante frisar que esse é o amplo programa científico em que se baseou o Projeto Querença – objeto do nosso estudo de caso – dado que o autor foi o coordenador científico dessa iniciativa.

2.3.3. De baixo para cima – desenvolvimento como revitalização do rural

A atração de população, a formação de 'estruturas de missão' e a articulação (e ação) dos municípios são três aspectos patentes nas propostas de revitalização e de desenvolvimento rural que surgem da sociedade civil.

Se nas políticas públicas dificilmente encontramos menção à atração de população – a preocupação mais apontada é a de fixar e de fortalecer quem está, uma visão pautada numa perspectiva da população e dos recursos endógenos – as iniciativas ('projetos') da sociedade civil, bem como algumas ações de municípios frisam o aspecto vital: trazer pessoas. Algumas das expressões que empregam para adjetivar essas pessoas e esses processos são: “novos povoadores”, “êxodo urbano”, “reocupação”, “repovoação”, “nova migração”.

“Novos Povoadores” é o nome – sintomático – de um projeto iniciado em 2005 por três pessoas, no norte de Portugal. Partiram de um diagnóstico sobre o 'interior' do país, no qual salientam a falta de empreendedores e de jovens; a falta de oportunidades de trabalho por conta de outrem; a existência de infraestruturas e equipamentos públicos inativos; o fato dos subsídios para a instalação de empresas e de pessoas serem insignificantes; e do repovoamento não estar na agenda dos territórios rurais¹⁴¹. Daí que os objetivos a que se propuseram foram: promover o “êxodo metropolitano em nome do incremento da qualidade de vida para a população e a redinamização dos territórios de baixa densidade

¹⁴¹ Disponível em: <http://cafeportugal.net/pages/iniciativa_artigo.aspx?id=4097> Acesso em: Fevereiro 2012.

populacional”¹⁴² e converter “aldeias despovoadas em centros empresariais para PMEs”¹⁴³. Para alcançar esses objetivos, a equipe do projeto (os três idealizadores) busca parcerias com os municípios, para que esses apoiem (apoio financeiro, logístico ou outro) a instalação de novos habitantes.

A iniciativa tem uma página na Internet onde indica o perfil dos candidatos a novos povoadores e os critérios que devem reunir para se poderem candidatar. O projeto dirige-se substancialmente a pessoas com “espírito empreendedor”, que possam (e queiram) exercer a sua profissão fora das cidades e que sejam “capazes de induzir DINÂMICAS significativas a nível económico, artístico-cultural, e também intelectual na óptica do incremento de actividades relacionadas com I&D em contextos de disseminação de pólos de conhecimento”¹⁴⁴. Isso implica que criem o seu próprio emprego e, se possível, que estimulem novos postos de trabalho. Aliás, o trabalho é apresentado como o ponto basilar para a migração da cidade para o espaço rural.

A seleção dos candidatos; os estudos de viabilidade económica das propostas empresariais; e o acompanhamento da instalação dos seleccionados é feita pela equipe. Existem cerca de mil casais inscritos e segundo as últimas notícias do projeto nas redes sociais¹⁴⁵, foram cinquenta as famílias que migraram até ao momento.

O projeto firmou recentemente um convênio com uma organização espanhola – que partilha dos mesmos objetivos e que foi criada em 2004, no âmbito do programa LEADER¹⁴⁶ – para a fundação de “uma rede europeia para o repovoamento rural”. Sobre o financiamento do projeto “Novos Povoadores” e da equipe que lhe dá corpo, encontramos poucos dados. Do site constam apenas a Associação Portuguesa de Marketing Rural e Agronegócio e a empresa Infoex – Inovação Territorial, criada por um dos membros do projeto Novos Povoadores.

Em 2011, uma arquitecta e artista portuguesa, sediada na Inglaterra, trouxe para Portugal, nomeadamente para as áreas na fronteira com Espanha, uma proposta de “regeneração rural”: o projeto “Design para a desertificação”¹⁴⁷. A estratégia da iniciativa segue, por um lado, uma metodologia desenvolvida na Inglaterra – o “Village Statement Strategy” – que visa a revalorização cultural do rural, numa abordagem artística contemporânea; e por outro, visa a criação de “pólos de escritórios mais baratos para jovens empreendedores”¹⁴⁸, buscando envolver (e trazer) artistas, designers, arquitetos e escritores para os espaços rurais. O projeto tem parcerias com dois municípios e é apoiado, segundo o seu website, por uma universidade e por um centro cultural britânico.

Na senda do projeto Novos Povoadores surgiu em 2013 a iniciativa “Escola d’Empreendedorismo Rural”, no centro de Portugal. O projeto tem como “missão”: “repovoar o meio rural com pessoas empreendedoras e realizadas, através de um programa de acompanhamento personalizado, que apoia a mudança pessoal e profissional das famílias da

¹⁴² Disponível em: <<http://www.novospovoadores.pt/projecto/objectivos/index.html>> Acesso em: Fevereiro 2014.

¹⁴³ Disponível em: <<http://greensavers.sapo.pt/2011/06/09/eles-querem-repovoar-portugal-uma-entrevista-exclusiva-do-green-savers-aos-novos-povoadores/>> Acesso em: Fevereiro 2012.

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://novospovoadores.pt/projecto/publico/index.html>>. Acesso em: Fevereiro 2014. Maiúsculas no texto original.

¹⁴⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/novospovoadores>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

¹⁴⁶ A organização Abrazo la tierra. Disponível em: <<http://www.abrazalatierra.com/inicio.shtml>>. Acesso em: Julho 2014.

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://creativeruralcommunities.wordpress.com/>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

¹⁴⁸ Disponível em: <http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=25879>. Acesso em: Fevereiro 2014.

cidade para o campo.”¹⁴⁹

A equipe do projeto promove cursos e atividades de formação, pagos pelos interessados, para “ensinar a fazer negócios no campo”. O projeto conta com o apoio do município em que se localiza, por um Instituto de Empreendedorismo Social, por uma cooperativa de economia social (que gere o programa nacional de economia social) e por várias associações locais.

Com os mesmos apoios, nasceu em 2014 um outro projeto no mesmo formato, localizado no norte litoral do país: o projeto “Reabilitar Total”. A nuance dessa iniciativa é que procura “reverter o êxodo rural” conduzindo para os espaços rurais a população socialmente excluída dos meios urbanos¹⁵⁰.

Essas iniciativas começadas por uma ou mais pessoas a partir de suas preocupações sociais ou no âmbito das suas profissões, têm como objetivo central incentivar a migração urbano-rural, pautadas principalmente na criação de autoemprego e nas capacidades empreendedoras e dinâmicas da população urbana¹⁵¹.

O incentivo à migração urbano-rural acarreta, assim, duas problemáticas: quem atrair e como sustentar essa mudança?

Empreendedorismo, qualificações acadêmicas e situação de exclusão social são três perfis apontados pelas iniciativas mencionadas, e que identificamos igualmente no discurso de outros atores. Mas existem outras propostas diferentes ou mais específicas. Para o diretor-geral da Associação de Jovens Agricultores Portugueses, é fundamental fixar “jovens empresários rurais”, que se dediquem não apenas à agricultura como a atividades diversificadas (FIRMINO, 2011). Aos empreendedores “com predisposição para correr riscos”, um ex-diretor de uma ONG de desenvolvimento local junta os aposentados, “mesmo os menos autônomos”¹⁵². Para um pesquisador de desenvolvimento regional, é importante atrair sobretudo os aposentados europeus para captar a sua renda (isto é, as suas pensões de aposentadoria)¹⁵³.

Na opinião de outra pesquisadora, a população a atrair para os meios rurais é a população urbana desempregada; os aposentados (incluindo aqueles que foram conduzidos a processos de aposentadoria antecipada, tanto no setor público como privado); e, no geral, a população das cidades que não oferecem qualidade de vida (CAVACO, 1994: 166).

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://eesrural.wordpress.com/>>. Acesso em: Julho 2014.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://www.reabilitacaototal.pt/projecto.html/>>. Acesso em: Julho 2014.

¹⁵¹ Existem, no entanto, projetos que postulam valores e abordagens um pouco distintos. Uma dessas iniciativas foi implementada no Alentejo entre 2009 e 2013, no seguimento de uma campanha contra a desertificação física de uma ONG ambiental: o “Aldeia das Amoreiras Sustentável”. O projeto assenta numa proposta de “alternativas sustentáveis e criativas para o desenvolvimento rural, eficazes no combate à desertificação física e ao despovoamento, apoiando e valorizando a comunidade local, fomentando a deslocação de pessoas da urbe para o campo e facilitando a comunicação entre os dois meios.” Fazendo uso dos princípios e dos métodos da Permacultura, a equipe do projeto buscou, junto com a população local, solucionar os problemas levantados pela população e criar uma aldeia sustentável (social, económica e ambientalmente) à imagem da “aldeia de sonho” de seus moradores. Disponível em: <<http://aldeiasustentavel.net/site/index.php/projecto/porque>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

¹⁵² MELO, A. É possível viver na terra e da terra: depoimento. [Abril, 2012]. *VIVER. Vidas e Veredas da Raia*.

¹⁵³ CASTRO, E. Despovoamento do interior - O problema é de uma tal dimensão que exige uma estratégia nacional: depoimento. [11 de março, 2014]. *Café Portugal*. Entrevista concedida a Sara Pelicano. Disponível em: <http://www.cafeportugal.pt/pages/dossier_artigo.aspx?id=7381>. Acesso em: Março 2014.

Relativamente aos estímulos e às condições de suporte a essa migração, as iniciativas centram-se no trabalho e no emprego. Emprego esse que deve ser criado pelos próprios migrantes. Daí o imperativo do empreendedorismo empresarial e/ou social.

Os autores acima mencionados referem que, para além do apoio à constituição de atividades empresariais, é necessário que entidades públicas e privadas promovam “empregos atractivos”, empregos à medida das expectativas das pessoas, que não sejam nem no comércio nem na agricultura¹⁵⁴. Referem igualmente que devem ser proporcionadas casas de qualidade e boas infraestruturas sociais (escolas, centros de saúde), culturais e esportivas.

Os municípios têm um papel fulcral nesses processos. Por um lado, como vimos, apoiam as iniciativas que emergem da sociedade. Por outro lado, tomam eles mesmos medidas de atração e de repovoamento. Algumas dessas medidas assumiram um carácter mais imediato (e midiático), como o caso de um município do centro do país que estabeleceu um protocolo com um município paranaense para encorajar a ida de emigrantes voluntários para Portugal¹⁵⁵. E existem municípios que promovem campanhas de sensibilização para toda a população portuguesa (fig. 14).



Fig. 14 – Cartaz da campanha “Migra” do município de Idanha-a-Nova

Fonte: <http://www.cm-idanha.pt/investimento/migra-para-idanha.aspx>

Contudo, de forma geral, municípios e juntas de freguesia acionam incentivos de outra natureza dirigidos principalmente a casais jovens. Incentivos no que tange ao alojamento, que vão desde a isenção fiscal sobre a propriedade predial; à venda ou aluguer de imóveis a baixo custo; à agilização dos processos administrativos para construção de novas casas; ou à habitação social. Na vertente económica, dão apoio à instalação de empresas (criando, por exemplo, incubadoras de empresas¹⁵⁶); disponibilizam terras aráveis, hortas sociais e dão formação em agricultura; e promovem dinamização associativa e cultural de modo a gerar

¹⁵⁴ O autor refere a propósito: “As pessoas não vão trabalhar na mercearia de esquina ou para a agricultura. (...) Voltar a aumentar significativamente a população agrícola, seria voltar para a miséria.” (*idem*).

¹⁵⁵ CORAGEM, V. Cidade em Portugal convida brasileiros para repovoá-la. *Folha de São Paulo*, 21 Mai. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/f2105200618.htm>>. Acesso em: Janeiro 2014. Outros municípios, por exemplo, ponderam a possibilidade de acolher refugiados ambientais de Fukushima. Disponível em: <<http://www.publico.pt/local/noticia/camara-de-idanhaa-nova-quer-que-os-portugueses-migrem-em-vez-de-emigrarem-1569552>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

¹⁵⁶ Um município promove juntamente com uma universidade pública “laboratórios rurais vivos e inteligentes”. Ou seja, incubadoras que agreguem “comunidades de actores envolvidos no processo de inovação, incluindo empresas, investigadores, consumidores e instituições públicas (...) de modo a obter uma integração dos territórios menos populosos num mundo global competitivo, permitindo o aparecimento de novos serviços/produtos e oportunidades de negócio e promover a participação dos cidadãos.” Disponível em: <<http://www.smartrural.pt/index.php/pt/>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

novos postos de trabalho¹⁵⁷.

No que concerne aos benefícios sociais, esses podem constituir-se na oferta de bolsas de estudo; no pagamento de creches para bebês; em descontos para jovens e idosos; em incentivos a casais que se casem ou tenham filhos na localidade; ou em transportes gratuitos para idosos¹⁵⁸. De referir que, também aqui, se tratam de casos e não de iniciativas de todos os municípios¹⁵⁹.

Apesar de não termos efetuado uma análise extensiva (nem de caráter amostral) das políticas públicas, iniciativas e teorizações ligadas ao desenvolvimento rural, acreditamos ter levantado alguns elementos ilustrativos das tensões que permeiam o campo de ação, de nomeação e de interpretação do rural e de seu 'desenvolvimento'. Através desse aporte fomos percebendo que rural e desenvolvimento rural são noções e práticas em disputa entre atores, políticas públicas e pesquisadores (PLOEG; MARSDEN, 2008: 26, nota 4).

Recuando aos séculos XVIII e XIX, identificámos como respostas estatais aos problemas do rural, o incentivo ao aumento da produtividade de culturas e solos, por um lado; e o estímulo à florestação dos solos não produtivos, por outro. Essas intervenções, aliadas a outros fatores, conduziram, como vimos no primeiro capítulo, a migrações internas e sobretudo externas por parte da população.

Os desequilíbrios regionais demográficos e produtivos estiveram na base de uma operação de engenharia social, cogitada no final do século XIX mas posta em prática apenas durante o regime ditatorial na primeira metade do século XX: a colonização interna. Regime esse que colocou a agricultura camponesa como modelo da identidade e da conduta nacionais, enquanto apoiava o crescimento da agricultura latifundiária no sul do país. Enquanto país soberano, colonial e com um controlo rígido sobre a economia (e a população) nacional, Portugal conseguiu manter a sua balança económica estável, fundada na agricultura e numa indústria crescente.

Após a revolução democrática, houve no final da década de 1970 uma tentativa - de curta duração - de reforma agrária nos moldes soviéticos. Tal experiência não evitou que a agricultura fosse perdendo peso na economia e na ocupação profissional dos portugueses.

Com a adesão às Comunidades Europeias o país entrou no mercado comum europeu, ao mesmo tempo que ganhou acesso aos fundos disponibilizados pelo bloco regional. Portugal entrou na UE na década marcada pela crise da agricultura industrial e da revisão, por parte dos Estados-membros, da política agrícola comum. As orientações seguiram, assim, diferentes caminhos: o apoio à agricultura mais produtiva e especializada e ao emparcelamento; e o desincentivo à agricultura não produtiva, compensada pela ambientalização e pela diversificação setorial dos espaços rurais.

Ainda antes da adesão à UE, Portugal já beneficiara de fundos internacionais para a promoção da criação de empresas e de emprego direcionados à população rural. A partir de 1986-1989, com o acesso aos vários fundos europeus, multiplicaram-se as medidas de

¹⁵⁷ Disponível em: <<http://www.mundoportugues.org/content/1/10260/miranda-douro-casas-tradicoes-atraem-jovens-aldeia-atenor/>> Acesso em: Fevereiro 2014.

¹⁵⁸ Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/agueda-agricultura-desempregados-tvi24/1345113-4071.html>>; <http://www.brigantia.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=6923&Itemid=43> Acesso em: Fevereiro 2014.

¹⁵⁹ Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/por_arranjar/analisesdecoproteste/detalhe/incentivo_das_cacircmaras_um_paiacutes_a_cair_para_o_mar.html>. Acesso em: Fevereiro 2012.

desenvolvimento do país em geral e do rural em particular.

Os fundos de desenvolvimento regional foram canalizados principalmente para a construção de infraestruturas (desde estradas e escolas, às infraestruturas da agroindústria, por exemplo); os fundos sociais para a formação da população e apoio ao (auto)emprego, ao passo que a PAC apoiou, primeiro a produção, e gradualmente, a renda dos agricultores. A mesma PAC destinava uma pequena parte do seu fundo operacional para apoio à infraestrutura agrícola e para medidas de desenvolvimento rural. Uma dessas medidas consubstanciou-se no programa-piloto LEADER.

O LEADER visou, primordialmente, amenizar os efeitos da crise da agricultura, do rural e da própria PAC, promovendo a diversificação setorial em meio rural. A proposta do programa era apoiar ações inovadoras e articuladas entre si, e que conformassem estratégias de mudança delineadas pelos atores locais. A articulação entre ações, setores e atores pressupõe, por um lado, um modo de dar coerência e complementariedade às várias medidas, fundos e programas já em ato nos espaços rurais, e por outro, experimentar novas formas de planejamento e de gerenciamento do desenvolvimento: um modo de governança horizontal, participada, na lógica da subsidiariedade e assente na identidade dos territórios.

Foi sobretudo na dimensão da governança e da identidade que o LEADER contribuiu, por um lado, para a consolidação de uma política de desenvolvimento rural (a nível europeu e, de consequência, ao nível nacional), e por outro para a configuração dessa política no molde territorial, expresso na dimensão local. O contributo para o fortalecimento do local foi particularmente importante, em Portugal, considerando o centralismo histórico característico do modo de governo nacional.

A experiência do LEADER, enquanto abordagem de governança ao desenvolvimento, reverberou igualmente para as estratégias mais recentes de alocação dos fundos europeus. A UE, enquanto bloco regional, sempre buscou a coesão interna como forma de assegurar o mercado interno e o bem-estar social. Isso significa que os Estados-membros devem caminhar e confluir para graus semelhantes de 'desenvolvimento'. Desenvolvimento expresso, em primeiro lugar, no PIB e em outros indicadores como o nível de emprego, de educação, etc.. Assim, as diretrizes da UE, especialmente as mais recentes, sublinham a necessidade de maior competitividade, de crescimento económico e de eficiência no uso dos recursos. É nesse sentido que a União incentiva a definição de estratégias que emanem dos territórios (a nível local e/ou regional).

O raciocínio subjacente a essa orientação é que são os territórios e seus atores quem melhor poderá identificar a sua vantagem competitiva a nível económico, e gerenciar os diferentes fundos colocados à disposição pela UE e pelos Estados, de modo complementar, eficaz e direcionado. Desenvolvimento pressupõe, desse modo, a existência de um território, com algum nível de identidade interna, redes de atores corresponsabilizados pela governação dos territórios (articulando a atuação horizontal com a vertical); especialização económica; a que se junta o aumento da formação da população e a procura da sustentabilidade ambiental. Esses fatores reunidos desencadearão crescimento económico, emprego, bem-estar e logo: desenvolvimento.

'Território', 'local', 'integrado', 'sustentável', entraram na discursividade das políticas públicas, refletindo ressignificações de espaço, de intencionalidades sobre o mesmo e de relações que nele tomam lugar. E o rural? O rural é colocado em relação com o urbano, na mesma lógica de parceria, de complementariedade e de multisetorialidade. Porém, ao nível operacional e financeiro, os dois pilares da PAC, particularmente na transposição das diretrizes europeias atuais para o quadro português, estão centrados na agricultura como

motor do desenvolvimento dos espaços rurais. O setor agroflorestal e a promoção de cadeias produtivas são a grande aposta do governo nacional, para quem a agricultura produtiva é a base da economia rural, e a agricultura familiar, a estrutura sociocultural do rural. Ambas são apresentadas como o substrato da multifuncionalidade do rural, um substrato fundamental na óptica dos serviços e das amenidades que o rural 'presta' à sociedade.

A agenda do desenvolvimento rural na esfera das políticas públicas, mas que encontra respaldo nas proposições de alguns pesquisadores, multiplica-se quanto às estratégias a seguir:

- o rural agrícola – no qual se reafirma a centralidade da agricultura na economia e na cultura rural;
- o rural turístico e patrimonial – um rural dirigido especialmente ao consumo da população não-rural, aliando identidade, tradição, história e lazer;
- o rural ambiental – o rural enquanto 'paisagem' e reserva natural, a ser conservado e/ou usufruído pelo turismo; e pago enquanto bem comum;
- o rural multifuncional – o rural enquanto espaço passível de conjugar todos os anteriores elementos (agricultura, floresta, turismo histórico, turismo de natureza, caça, cultura, entre outros).

Essas estratégias (que se podem sobrepor, cruzar e/ou excluir) indicam diferentes centralidades dos atores no desenrolar dos processos de desenvolvimento. A ênfase pode ser colocada:

- nos atores locais – os agricultores; as instituições públicas; associações; empresas e outros;
- nos atores urbanos – os consumidores e as instituições públicas e privadas;
- em redes de atores – atores humanos e não-humanos; locais e não locais.

A opção por uma estratégia tem implicações noutras dimensões e nos atores, e são mais ou menos potencializadas conforme a conjuntura política e econômica.

Em Portugal, os apoios concedidos aos espaços e aos atores rurais, no âmbito da políticas públicas, centraram-se, para além da agricultura especializada, no aumento das pastagens e da área florestal (para uso industrial, mas também na óptica da conservação da natureza) e no turismo. E os apoios foram dirigidos em especial para a construção de estradas; para a edificação de infraestruturas desses setores; e para equipamentos sociais, educativos e outros concentrados nos povoamentos com maior densidade populacional. Equipamentos esses entregues aos municípios que, se confrontam, na atualidade com dificuldades financeiras para a sua manutenção.

Assim, parece-nos que o 'desenvolvimento' dos espaços rurais encontra-se no cruzamento de políticas que adjetivamos como de sinal contrário, particularmente quanto à preocupação mais recorrente nesses espaços: o êxodo demográfico. Essa é precisamente a crítica mais apontada às medidas de desenvolvimento, incluindo o LEADER (FIGUEIREDO, 2012; DOMINGUES, 2011): não obstante o investimento, a abordagem territorial e de governança, as pessoas continuam saindo dos espaços rurais.

É nesse quadro que surgem algumas iniciativas da sociedade civil, em sentido lato, centradas no problema da 'desertificação', ao qual respondem com estratégias de 'repovoamento'. Se as políticas públicas focam na endogeneidade (dos recursos, das pessoas, dos atores) para atrair o exógeno (consumidores, capital, etc.), para essas iniciativas a solução para a desertificação está na atração de pessoas de fora, não apenas para consumir mas principalmente para viver. No entanto, existem paralelismos entre esses projetos e as políticas

públicas, tanto nas estratégias como no léxico que empregam: o foco na criação de autoemprego, na especialização territorial, na inovação e no empreendedorismo, e as parcerias multi-atores que procuram montar para garantir o sucesso dos projetos empresariais desses novos povoadores.

Os idealizadores dessas iniciativas procuram em especial os órgãos de poder local para implementarem suas propostas. Isso porque, na nossa visão, são os municípios mais afetados pelo decrescimento demográfico quem, apesar dos conflitos de poder partidário e das disputas de recursos entre si e entre eles e o poder central, mais se empenha, na esfera da governação, em atrair população.

Para além dessas iniciativas, existem experiências de caráter mais comunitário, holístico que não abordámos, mas que representam, a nosso ver, uma expressão do “rural radical” (HALFACREE, 2007: 132, tradução nossa). “Rural radical” é uma das “espécies” ou expressões do pós-produtivismo (noção que Halfacree toma de Marsden) nos espaços rurais na contemporaneidade. O rural radical emana, segundo o autor, de formas de viver críticas dos valores capitalistas. Radicadas no ambiente e em padrões de vida de auto-suficiência relativa, essas formas de vida social e económica colocam-se na perspectiva do desenvolvimento de baixo impacto ou até do decrescimento (*idem, ibidem*).

Para além do rural radical, Halfacree indica três outras formas de pós-produtivismo. O “super-produtivismo”, que visa a maximização dos lucros retirados da terra, sendo a agricultura apenas mais uma área dominada pela reforma neoliberal. O rural “idílio de consumo”, no qual as práticas espaciais estão orientadas para o consumo, não só na perspectiva do lazer mas também residencial (contraurbanização, residências de férias, etc.). E o terceiro, o “rural apagado”: os espaços que desaparecem da ordem do vivido e que transmutam para a memória popular (*idem*: 131, tradução nossa).

Acreditamos que essas quatro formas coexistem em Portugal. Para além das “pequenas ilhas de agricultura intensiva [que] se encontram rodeadas por um mar de áreas florestadas, abandonadas ou aproveitadas de muito extensivo” (BAPTISTA, 1993: 90), encontramos no espaço rural segundas residências, alojamentos e atividades de turismo, experiências comunitárias, incentivos à contraurbanização, entre outros.

Essas iniciativas de estímulo ao repovoamento, ou à contraurbanização, as intervenções das políticas públicas e os apontamentos de caráter prescritivo da academia portuguesa, têm quatro aspectos em comum. O primeiro, um discurso sobre o rural pautado nos problemas perenes do mesmo. O segundo, fundado nesse primeiro aspecto, aponta para uma visão linear e teleológica de mudança, no qual o rural deve aproximar-se dos níveis indicados de desenvolvimento.

O terceiro, o desenvolvimento passa pela articulação entre as esferas política, económica, social, ambiental, e pelos atores que circulam entre elas, num movimento de alargamento das capacidades individuais e coletivas. Em última análise, esse movimento culmina no fortalecimento do nível local e da participação enquanto aprofundamento do Estado democrático.

Por último, dessas esferas é a económica que prevalece como central e instrumental para o desenvolvimento. Crescimento económico, competitividade e especialização, criação de empresas e emprego são as expressões e as soluções prevalecentes. E dependem do uso inovador e inteligente dos recursos, colocados à disposição e ao consumo da população não rural. Subjacente a esse raciocínio segue a mesma noção de 'atraso' do rural. O rural tem de mostrar-se atrativo aos gostos não rurais para se poder 'vender'.

O desenvolvimento rural parece-nos assim traduzir o esforço de trazer e de incluir os espaços 'marginalizados', excluídos da modernização, “perdedores no processo de globalização”¹⁶⁰ nesses processos. O rural local centrado nas potencialidades dos recursos endógenos, não parece colocar-se em oposição (radical) ao sistema do capitalismo global, mas ser uma peça desse sistema. Nas palavras de C. Ray:

“a neo-endogeneidade não significa necessariamente sair do capitalismo moderno e não se confina às ideias da economia social (non-profit, etc.). (...) O mercado é uma componente explícita do desenvolvimento neo-endógeno. As iniciativas territoriais raramente, se alguma vez, estão desengajadas da sociedade capitalista. Pelo contrário, têm como objetivo o cultivo de um modo de produção que responderia à sua situação atual desvantajada, e ao mesmo tempo fixar a definição e métodos de regeneração económica num dado quadro sócio-cultural.” (RAY in CLOKE; MARSDEN; MOONEY, 2006: 280, tradução nossa).

Outros autores sublinham que os efeitos da globalização sobre os espaços rurais são múltiplos. A integração do rural na globalização não passa necessariamente por uma condição de subordinação e de dominação. Ela acontece igualmente através da articulação com as oportunidades que a globalização gera. A integração assume, assim, diferentes roupagens e chega de diferentes direções:

“(...) não apenas do capital global à procura de novos mercados, de recursos e lugares de produção mais baratos e novas oportunidades de investimento; de turistas globais à procura de novos destinos e experiências; e de trabalhadores migrantes; mas também de iniciativas locais e de empreendedorismo que se esforçam por conetar-se a redes globais e às oportunidades que elas acarretam.” (WOODS, 2007: 500, tradução nossa).

Assim, para Woods, baseando-se no entendimento relacional de espaço de D. Massey, a globalização “refaz” os espaços globais não através de uma “política de subordinação e de dominação”, mas pela “micro-política de negociação e de hibridização” (WOODS, 2007: 502). Na qual, em última análise os atores locais (humanos e não humanos) conservam poder de “agência” na definição das circunstâncias e do caráter dos processos globais em que se veem envolvidos (*idem, ibidem*).

Opinião partilhada por Remmers (1998) para quem a endogeneidade pode corresponder à capacidade das comunidades locais rurais de utilizarem e adaptarem os dispositivos discursivos e financeiros do desenvolvimento às suas necessidades e às suas narrativas. Remmers, porém, apresenta a capacidade de agência como uma forma explícita de resistência dessas comunidades à globalização.

Esses são alguns dados que nos ajudam a contextualizar, em termos das políticas públicas, das ideias e das narrativas, as iniciativas de revitalização dos espaços rurais e, em particular, o nosso estudo de caso. Como o problema da desertificação e a solução do desenvolvimento são articulados no discurso e na prática de um projeto concreto? Como o projeto se posiciona nessa disputa sobre o que deve ser o desenvolvimento (do) rural? E qual a relação nascida entre um projeto de revitalização de um local e as pessoas desse local? Essas são as questões de fundo que nos orientaram na análise do Projecto Querença.

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://culturaesustentabilidade.org/objectivos/>> Acesso em: Julho 2013.

CAPÍTULO 3

'DESERTIFICAÇÃO' E 'DESENVOLVIMENTO' – ENTRE OS DISCURSOS E AS PRÁTICAS

“Mas algo de incompleto nestas transformações parece deixar um resíduo de saberes e de referências que torna indeciso distinguir entre o que acaba e o que apenas se reduz. Cada final enunciado parece ocultar a expectativa prudente de um retorno futuro.” (MONTEIRO in BAPTISTA *et al.*, 1996: 575)

“Tínhamos que saber o passado, viver o presente e tentar imaginar o futuro.” (Jovem 1)

O ponto de partida de nossa pesquisa foi a constatação que, apesar de não assumir relevância estatística, o 'regresso ao campo' está presente na sociedade portuguesa. Ao nos aproximarmos dessa realidade, fomos compreendendo que estamos perante uma pluralidade de significados, de atores e de trajetórias propostas e vivenciadas por esses atores. Perante tal pluralidade, trouxemos para o foco da nossa análise apenas aquelas iniciativas que declaram como seu propósito central resgatar, revitalizar e/ou desenvolver lugares geralmente denominados de rurais; e que são portadoras de propostas de mudança e de fixação de população nesses lugares.

Nos capítulos anteriores tentámos puxar o fio das narrativas que nos parecem relevantes para compreender o denso pano de fundo com que tais iniciativas estão dialogando. Nesse capítulo, buscaremos as respostas possíveis para algumas das questões que nos colocámos ao iniciar essa caminhada. Quais os atores que protagonizam essas iniciativas? Que valores expressam? O que os mobiliza: repovoar o país, fazer renascer o rural, procurar/criar emprego...? Como e a que outros atores se ligam? São iniciativas pensadas por um grupo de atores para atingir mudanças na vida de outros grupos de atores? Que oportunidades (programas, fundos, patrocínios, apoios informais, redes, instituições públicas) são acionadas por esses projetos? Como são identificadas – ou escolhidas – as localidades em que essas iniciativas são implementadas? Em que moldes se propõem a reativá-las? Como falam dessas localidades? Como são vistos pelos atores que lá residem? Como se dá a interação entre eles e com outros atores exteriores à localidade?

Para encontrar pistas para essas respostas debruçámo-nos sobre uma iniciativa específica, denominada por seus criadores de “Projecto Querença – Da teoria à acção. Empreender o mundo rural”. Essa iniciativa teve lugar na freguesia¹⁶¹ de Querença – que sita no município de Loulé, região do Algarve (fig. 15) – entre 2010 e 2012. Em Novembro de 2013 foi anunciada uma segunda fase do Projecto¹⁶², cujo início se deu em Julho de 2014. Assim, o principal foco da nossa análise será a sua primeira fase.

O interesse suscitado por essa iniciativa deve-se ao fato de ter congregado os dois

¹⁶¹ Ver glossário.

¹⁶² Ao longo do texto, referiremo-nos ao Projecto Querença, como Projecto Querença ou apenas como Projecto.

elementos que procurávamos compreender: ela representou uma proposta de revitalização de um lugar rural, caracterizado por seus proponentes como 'desertificado' ou em vias de desertificação; e, para tanto, propôs-se trazer população – nesse caso, jovens – para esse local.

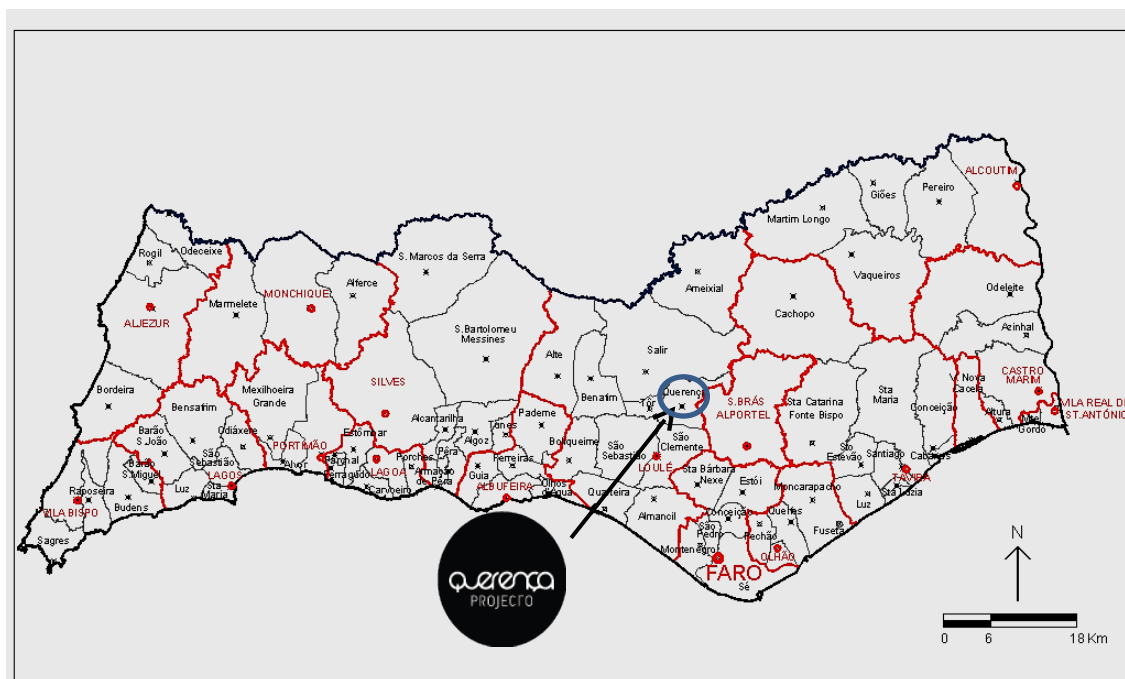


Fig. 15 - Localização da freguesia de Querença no município de Loulé e na região Algarve e logomarca do Projecto Querença

Fonte: MAOTDR, 2004: 6 (elaboração nossa)

Procuraremos condensar, ao longo do texto, as impressões levantadas pelo material empírico, pelas fontes documentais e pela bibliografia conexas, através de um percurso analítico que foi sendo construído a partir do desafio primeiro e principal que nos colocámos: explicitar e qualificar os *enlaces tecidos entre visões e práticas de diferentes atores sobre o passado, presente e o futuro do espaço em que se cruzam*.

O contato com o Projecto Querença, com os habitantes da freguesia de Querença, com outros atores ligados ao Projecto, e com a bibliografia consultada, foi-nos conduzindo por um caminho que alargou o nosso propósito inicial. A nossa análise desdobrou-se assim em dois planos, nos quais tentámos cruzar as duas dimensões que quisemos privilegiar: a das visões, no domínio do discursivo e do ideário; e a das práticas, no domínio do concreto e das vivências, onde visões e discursos ganham materialidade. Contudo, como aventado na introdução, dado que o Projecto Querença se encontra num período de reativação, e dado que não nos propusemos elaborar uma etnografia, essa segunda dimensão não pôde ser apreendida se não em modo parcial.

Os dois planos a que nos referimos são: primeiro, o do próprio Projecto Querença e segundo, um plano mais amplo com o qual o Projecto interagiu. O Projecto Querença em si mesmo é expressão da combinação de um determinado discurso e de uma determinada prática. Ele cria uma narrativa própria e exprime uma proposta de mudança para uma localidade e para a vida de nove jovens, através de múltiplas ações. Essa proposta é, a nosso ver, passível de ser apreendida através do *corpus* teórico ligado à noção de “rede rural” elaborado por Van der Ploeg e por Terry Marsden (2008).

Importa nesse primeiro plano entender o surgimento do Projecto Querença – quem o

criou, que elementos discursivos são acionados e que representações sobre a localidade (seu passado, presente e futuro) manuseia – estabelecendo ligações com as narrativas da desertificação e do desenvolvimento rural. E, de consequência, cruzar tais elementos com as visões dos outros atores implicados e com o contexto local.

Ainda nesse plano, será importante explicitar como o Projecto Querença ganhou materialidade; de que atividades se constituiu; com que atores se relacionou e, sobretudo compreender que proposta de rural, de revitalização e de fortalecimento do rural pleiteia. Para tanto, iremo-nos socorrer do instrumento interpretativo construído pelos autores acima citados e do conceito referido no segundo capítulo: “rede rural”.

Rede rural encerra em si elementos que encontramos no Projecto Querença: um “conjunto complexo de interrelações geradas interna e externamente” entre pessoas, instituições, processos, recursos e redes de coprodução entre atores-rede humanos e não humanos (PLOEG; MARSDEN, 2008: vii; 7, tradução nossa). A rede rural é expressão de processos de desenvolvimento que passam pela reconstrução dos recursos locais (*idem*: 45) e pela revitalização e pelo fortalecimento do rural (*idem*: 3).

Ainda que o foco da rede rural seja a escala regional, os autores ao conceptualizá-la como um “todo mais ou menos coerente de atores-rede que existem no rural” (*idem*: 7), concedem-lhe um carácter multi-nível. Analisando o Projecto Querença, constatamos que esse se focou no nível local, mas que foi tecendo conexões que atingem outros níveis. Foi, de fato, da reconstrução das conexões multi-nível, tanto espaciais como temporais, que percebemos que a iniciativa dialoga com outras tentativas de reconstituição da localidade.

Alargando ainda mais o nosso espectro de análise, realizamos que o Projecto aciona discursos e práticas que não encontramos na literatura sobre desenvolvimento rural. Outras narrativas, com outras problematizações teóricas e outras implicações sociais, políticas e econômicas. Desse modo, na última parte do capítulo buscaremos dar conta desse segundo plano em que o Projecto se insere, não aprofundando a análise mas pontuando a necessidade de cruzar os quadros teóricos específicos do debate do rural com outros quadros mais alargados.

3.1. Surgimento e estruturação do Projecto Querença

“O Projecto Querença está orientado para as áreas rurais de baixa densidade, aldeias, grupos de aldeias ou mesmo de municípios, de geometria variável e de acordo com uma análise de pertinência dos recursos existentes, potenciais e disponíveis. Este tem um propósito fundamental, qual seja, o de alargar o campo de possibilidades desses territórios em estado crítico e, ao mesmo tempo, promover o emprego de jovens licenciados¹⁶³ em situação profissional precária, usando, para o efeito, uma abordagem territorial inovadora, criatividade dinâmica que visa fixar no interior aquela população universitária recém-licenciada. (...) é uma iniciativa ou missão de resgate territorial (*territorial rescue*), de territórios em estado crítico, gravemente atingidos por processos de desertificação e abandono dos seus capitais, natural, produtivo e social, e cada vez mais próximos de limiares perigosos de irreversibilidade de desenvolvimento.” (PROJECTO QUERENÇA)¹⁶⁴

“Como minimizar o intenso processo de despovoamento do interior do País? Como valorizar os diversos recursos deste território, cada vez mais submetido ao esquecimento e ao abandono? Como imprimir uma mudança na compreensão deste mundo e, especialmente, na forma de intervir no mesmo, mais eficiente e produtiva? Como incorporar-lhe conhecimento, criatividade e inovação? O

¹⁶³ “Licenciados” equivale ao termo graduado em português brasileiro.

¹⁶⁴ Disponível em: <<http://www.projectoquerenca.com/pt/projecto.html>> Acesso em: Fevereiro 2013 (grifo no original).

Projecto Querença pretende contribuir para as respostas a estas questões.” (MINISTRO, 2012: 1).

O Projecto Querença, como podemos inferir do texto presente na sua página oficial na Internet e do trecho de um artigo do seu coordenador técnico (MINISTRO, 2012), apresenta-se como uma resposta para os problemas que assolam o “interior” do país. Essa resposta vai no sentido da valorização dos seus recursos e dos “seus capitais”, e da mudança na “compreensão” desse mundo. O projeto fala assim de uma localidade, Querença, mas está prenhe de uma intencionalidade mais vasta. Um 'projeto' de “resgate territorial” para localidades classificadas como “áreas rurais de baixa densidade” ou “territórios em estado crítico”, comunidades esquecidas, “sem expectativas e sem futuro” (COVAS, 2013b: 45).

Como surgiu essa ideia e esse “Projecto” de intervenção em tais espaços? A ideia, segundo as duas pessoas que assumiram a coordenação do Projecto Querença, partiu de uma delas e da sua experiência profissional em entidades públicas e privadas ligadas ao ambiente, na região do Algarve. Durante a sua colaboração com uma organização não-governamental ambiental operante na região, teve em mãos a coordenação de projetos de conservação da natureza, de combate à desertificação, de ecoturismo, e de desenvolvimento regional sustentável, financiados por alguns dos programas públicos (nacionais e europeus) que assinalámos no segundo capítulo.

Também nessa qualidade incorporou um dos Grupos de Ação Local da região algarvia, no qual conheceu um professor de economia e de desenvolvimento regional da Universidade do Algarve¹⁶⁵. Para além de ex-assessor do ministro da agricultura na década de 1990, o professor é autor de uma extensa bibliografia sobre ruralidade, seu presente, seu passado e futuro (entre outros, COVAS; COVAS, 2012). Dialogando, os dois descobriram ter uma visão crítica comum sobre a política pública de desenvolvimento rural: ambos consideram que apesar do investimento público realizado, os problemas do rural e do interior algarvio persistem. Foi no quadro dessa postura crítica que o primeiro elaborou um projeto destinado a jovens e o candidatou às linhas de financiamento da política de desenvolvimento rural em vigor entre 2007-2013. Entretanto, a candidatura não foi aprovada.

No seguimento do seu percurso profissional, saiu da organização não-governamental e criou uma empresa de ecoturismo. Conhecedor das instituições presentes no espaço rural algarvio, em especial em Loulé, procurou uma fundação privada situada em Querença – a Fundação Manuel Viegas Guerreiro –, para estabelecer uma parceria no sentido da implementação de iniciativas conjuntas, e também para aí poder instalar a sua empresa.

A Fundação Manuel Viegas Guerreiro foi criada legalmente em 2000 enquanto “pessoa colectiva de direito privado”, e foi reconhecida pelo governo português em 2004 como entidade que visa “fins de utilidade pública” (Portaria n.º 1334/2004). A fundação toma o nome de Manuel Viegas Guerreiro, antropólogo português natural de Querença (falecido em 1997), atuante na área da tradição oral portuguesa e sobretudo da etnografia africana, nos anos 1960¹⁶⁶. Segundo os seus estatutos, a finalidade da Fundação é a promoção de “todos os níveis de desenvolvimento cultural, social e económico do Algarve, através de grandes eventos culturais e artísticos, bem como dinamizar e promover a investigação, com particular relevo para as áreas de natureza social e ambiental.”¹⁶⁷

As infraestruturas da Fundação foram construídas recentemente (em 2009) com o

¹⁶⁵ A Universidade do Algarve é a universidade pública da região.

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/seculo-xx/manuel-viegas-guerreiro.html#U2pcgsdL9q0>>. Acesso em: Maio 2014.

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://empresa.sulempresas.com/empresa.php?id=4088>> Acesso em: Janeiro 2014.

apoio financeiro do Programa Operacional Regional do Algarve¹⁶⁸ e da Prefeitura de Loulé. São três edifícios com várias valências: um auditório, uma biblioteca, um refeitório e um espaço onde será instalado o espólio etnográfico do patrono. A Fundação tem uma direção e um reduzido quadro de colaboradores¹⁶⁹.

Foi no âmbito dessa parceria que o primeiro ator propôs a execução do projeto que havia idealizado anteriormente à direção da Fundação e, simultaneamente, ao professor da Universidade do Algarve.

A definição do projeto, dirigido especificamente à freguesia de Querença, no que tange ao diagnóstico inicial, à enunciação dos princípios e dos valores, e à abordagem metodológica a ser aplicada, ocorreu durante o ano de 2010.

O Projecto conjugou, em nossa opinião, o diagnóstico empírico do seu idealizador sobre as áreas rurais da região algarvia, com o diagnóstico e o programa científico do professor universitário (ver p. 107). Juntos, os diagnósticos foram sintetizados em dois tipos de problemas: territoriais e geracionais. Os primeiros dizem respeito à “desertificação do interior algarvio; ao abandono do espaço rural; ao envelhecimento das populações; ao isolamento, insegurança e solidão; à perda de valores culturais ancestrais e ao empobrecimento; e à degradação da paisagem, solos e património construído”. Os segundos consubstanciam-se na “falta de oportunidades que jovens licenciados enfrentam para demonstrar suas capacidades e seus conhecimentos; nas escassas oportunidades de inovação e criação de emprego no interior; e no desligamento profundo entre o mundo rural e as universidades e as gerações mais novas” (FMVG, 2011).

A Fundação Manuel Viegas Guerreiro assumiu a liderança oficial da iniciativa e atribuiu a coordenação operacional à empresa do proponente, mediante um contrato de prestação de serviços (FMVG, 2012: 3). O professor da Universidade do Algarve ficou responsável pela coordenação científica e pela articulação entre o projeto e essa entidade.

O Projecto Querença foi apresentado como uma “experiência piloto” – de duração de um ano, entre 2011 e 2012 – “com o objectivo de testar uma nova abordagem de dinamização do espaço rural, na qual se envolve jovens universitários como propulsores de iniciativas inovadoras, estruturadas e sustentáveis” (*idem, ibidem*). Os dois pressupostos principais da iniciativa eram a existência de um território rural com numerosos recursos naturais e culturais, que podem ser valorizados e que podem “gerar oportunidades sustentáveis de emprego”; e a necessidade de envolver “massa crítica qualificada, jovem, criativa, empreendedora e, especialmente, externa ao “sistema” (sem dependência de subsídios, de relações políticas, etc.)” para explorar as potencialidades desse território (MINISTRO, 2012: 1).

Dado que o Projecto iria ser implementado em Querença, os dois mentores realizaram um levantamento específico sobre as potencialidades e as fragilidades desse território. Segundo documentação do Projecto, Querença apresenta como potencialidades:

“elevado valor cénico (...); um espaço maioritariamente rural e florestal, possuidor de uma rica biodiversidade; com rico património cultural construído (...); parte do território [encontra-se] inserido em Rede Natura 2000¹⁷⁰, devido à sua importância ecológica; [é] possuidor de um Sítio Classificado; espaço bastante conhecido em termos turísticos, devido à natureza, à arquitectura tradicional da aldeia, o artesanato, a gastronomia local e eventos culturais; existência de vales agrícolas férteis,

¹⁶⁸ O Programa Operacional Regional do Algarve é o instrumento de política que define as linhas programáticas e de aplicação dos fundos estruturais europeus no Algarve (OBSERVATÓRIO QREN, 2008).

¹⁶⁹ Quando nos deslocámos a Querença, para além da secretária, conhecemos apenas duas estagiárias (temporárias) que estavam organizando a biblioteca da Fundação.

¹⁷⁰ Querença está inserida no Sítio Caldeirão, classificado como Rede Natura desde o ano 2000. Disponível em: <<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000>>. Acesso em: Abril 2014. Ver pp. 59-60.

disponíveis para exploração; existência de produtos locais bem conhecidos regionalmente (...); existência de vários Turismos Rurais na zona; existência de excelentes infraestruturas de apoio à dinamização local (...).” (FMVG, 2011)

E apresenta algumas fragilidades:

“falta de dinâmica empresarial; desertificação humana; envelhecimento da população residente e reduzida capacidade de iniciativa; abandono do espaço agrícola; deterioração do espaço rural (exemplo: invasão dos vales ribeirinhos por canavial) e da paisagem tradicional.” (FMVG, 2011)

A partir desse quadro, o Projecto Querença propôs-se a:

- “- Constituir um grupo de missão, com jovens universitários de diferentes áreas de formação e deslocá-los nove meses para aldeia no interior com o objectivo de desenvolverem projectos pragmáticos e viáveis do ponto de vista empresarial;
- Dar vida a uma aldeia, dinamizá-la, valorizar seus recursos naturais, culturais e sociais, inovar, empreender e criar oportunidades de emprego para jovens universitários, em meio rural.
- Provar que é possível gerar emprego, economia e sustentabilidade e, sobretudo, trazer pessoas para o interior.” (FMVG, 2011)

Para operacionalizar o Projecto, os dois coordenadores montaram uma “institucionalidade dedicada” (COVAS, 2011b: 2) – prevista na teorização do professor Covas sobre sistemas territoriais (COVAS; COVAS, 2012: 25) – juntando atores de variada natureza. Nas entrevistas com os coordenadores e nas fontes documentais identificámos como elementos centrais dessa estrutura:

- A coordenação geral do Projecto que agregava os dois proponentes iniciais. Um assumiu a coordenação técnica no local, ou seja, a coordenação das atividades dos jovens; a relação com os habitantes de Querença; a relação com as entidades públicas e privadas agregadas à iniciativa. O outro assumiu a coordenação científica da iniciativa – sua sistematização e teorização; e a coordenação do grupo de professores da Universidade do Algarve que deu apoio ao Projecto.
- Um triângulo institucional composto por três entidades que partilhavam a responsabilidade da execução da iniciativa (COVAS, 2011a: 1): a Universidade do Algarve, que auxiliou na divulgação do Projecto, no recrutamento e no apoio científico aos jovens; a Prefeitura de Loulé, que contribuiu com recursos financeiros e logísticos; e a entidade privada – a Fundação Manuel Viegas Guerreiro – que deu o respaldo institucional, e cedeu as infraestruturas à equipe do Projecto.
- Uma Comissão Técnica composta pelos professores universitários que deram suporte acadêmico aos jovens nas suas áreas de competência, e por técnicos da Prefeitura.
- Um Fórum da Aldeia composto por pessoas destacadas da aldeia, o Presidente da Junta de Freguesia e membros das associações existentes na localidade, cuja função era permitir aos jovens do Projecto “receber os conhecimentos e conselhos de quem conhece e vive na terra de Querença” (FMVG, 2011a).
- Patrocinadores privados: empresas que contribuíram financeiramente para o Projecto.
- A “equipe de missão” (FMVG, 2011), ou seja, os jovens.

Encontramos essa estrutura organizativa num diagrama ilustrativo do funcionamento e

da filosofia do Projecto, elaborado pela coordenação:

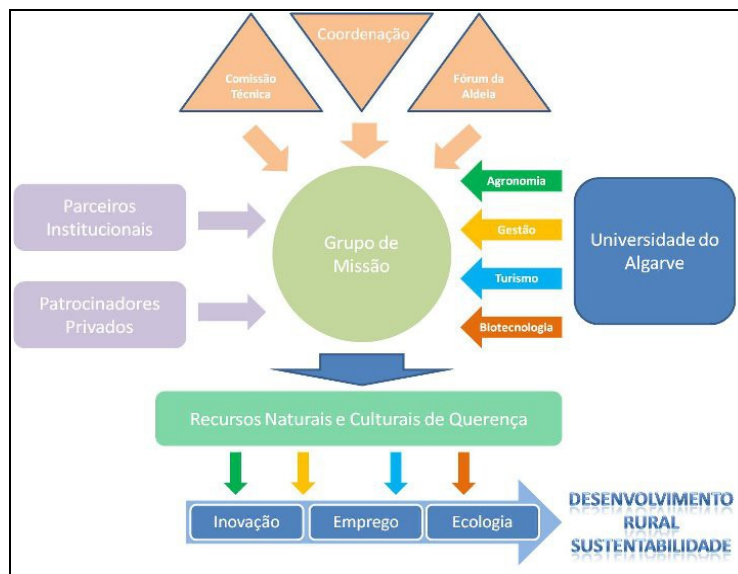


Fig. 16 – Diagrama do Projecto Querença

Fonte: FMVG, 2011b

Podemos sintetizar a formação dessa institucionalidade dedicada da seguinte forma: o primeiro ator foi procurando estabelecer vínculos com outros atores – o professor universitário e a fundação privada –, formando um núcleo duro. A partir desse núcleo, um segundo anel de ligações foi sendo estabelecido: as entidades públicas locais (a Prefeitura, que não tem ações específicas para as freguesias do 'interior' nem medidas de incentivo à fixação de pessoas; e a Junta de Freguesia) e a Universidade do Algarve. Essa última foi um ator fundamental no recrutamento daquela que os coordenadores chamam de “equipe de missão”: os jovens universitários.

Para esse efeito, a Fundação lançou no início de 2011 um edital de seleção oferecendo vagas para “estágio profissional” no âmbito do Projecto Querença (FMVG, 2011a). A figura de “estágio profissional” é prevista e financiada por medidas públicas de incentivo à formação profissional e à inserção no mercado de trabalho. De acordo com a legislação vigente no período em que a primeira fase do Projecto Querença foi implementada (Portaria n.º 92/2011 de 28 de Fevereiro), essas medidas destinam-se a pessoas até aos 30 anos, com qualificação universitária¹⁷¹ (artigo 3.º). As entidades que oferecem os estágios responsabilizam-se pela formação e por parte da remuneração dos estagiários (bolsas de estágio)¹⁷², mediante apresentação de candidatura ao Instituto do Emprego e de Formação Profissional¹⁷³.

No caso do Projecto Querença, foi a Fundação Manuel Viegas Guerreiro quem apresentou a candidatura e a Prefeitura de Loulé quem custeou a percentual de

¹⁷¹ Ou com mais de 30 anos, caso não detenham curso universitário (*idem*).

¹⁷² O Estado português e o Fundo Social Europeu financiam o restante. Os montantes de cofinanciamento variam de acordo com a natureza da entidade proponente (empresa, ONG, associação, ou outro).

¹⁷³ O Instituto do Emprego e de Formação Profissional é o órgão público nacional, atualmente sob a alçada do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que acolhe os desempregados e as pessoas em busca de emprego, e os apoia tanto nessa busca (ou na criação do próprio emprego), como no aprofundamento de formação vocacionada para a inserção no mercado de trabalho. Disponível em: <<http://www.iefp.pt/>>. Acesso em: Maio 2014.

cofinanciamento das bolsas de estágio.

Relativamente ao perfil dos candidatos, o edital indica como público-alvo jovens entre os 22 e os 27 anos, estudantes de graduação ou de mestrado, já formados ou prestes a terminar a formação na Universidade do Algarve. Jovens em busca de uma “saída profissional”, em “situação profissional precária” e/ou que tivessem pouca ou nenhuma experiência profissional prévia (COVAS, 2011a); que fossem residentes no município de Loulé ou em municípios vizinhos (FMVG, 2011c) e que estivessem dispostos a residir na freguesia de Querença durante o período de estágio (FMVG, 2011a).

O processo de seleção decorreu entre Maio e Junho desse ano. Candidataram-se 75 jovens e foram selecionados nove. Três desses jovens são do município de Loulé (um é da freguesia de Querença); dois são de outros municípios do Algarve; dois são da região a norte do Algarve (Alentejo) e dois são da capital do país – Lisboa.

Quando lhes perguntámos o lugar de origem, dois deles identificaram-se como sendo de espaços rurais (de um “ambiente mais rural” (Jovem 7)). Outros referiram a ligação a esse 'ambiente' através da família: os avós que moravam no campo ou em aldeias onde eles iam nas férias. Uma jovem disse que nunca teve ligação com o campo, apesar de ser de uma região geralmente conotada com o rural e a agricultura. Outro referiu-se a “nós da cidade” dando a entender que é também ele “da cidade” (Jovem 4). Todos nos referiram que já moraram em vários lugares, tanto em Portugal (seja para estudar, seja para trabalhar) como no estrangeiro (em ambas as situações).

Para todos a candidatura ao Projecto significou uma oportunidade profissional, “de emprego”, de “arranjar trabalho”. Para três deles essa foi a primeira experiência de trabalho e para dois, a primeira na área de formação. Apontaram como outras motivações para a candidatura: a natureza da iniciativa (ser diferente, ser inovadora); o lugar onde decorreria o Projecto (apelativo pela sua biodiversidade e pela “a qualidade de vida” que oferece); e o fato de ser perto de casa. Apenas um referiu como motivação poder trabalhar com população rural.

Em Julho de 2011, o grupo dos jovens selecionados juntou-se pela primeira vez em Querença, momento registado pela imprensa escrita e televisiva¹⁷⁴. Essas notícias falam de um projeto que “pretende fixar jovens licenciados e dinamizar a economia numa freguesia do interior algarvio” (informação verbal)¹⁷⁵, um lugar com “tendência para o despovoamento”. E sublinham que os jovens iriam “pôr em prática ideias que poderão gerar emprego e riqueza”, para “combater a desertificação” (*idem*)¹⁷⁶.

Os dois coordenadores e os jovens foram entrevistados nessas matérias. O coordenador científico realça que se trata de “um ensaio” e o coordenador técnico explicita os objetivos: a resolução do problema do abandono do mundo rural e a criação de projetos – micro-negócios – “capazes de gerar economia” (*idem*)¹⁷⁷. Os jovens apresentam-se, falam das suas primeiras impressões sobre Querença e dizem-se abertos para aprender com as pessoas do lugar. Sobre o Projecto falam pouco, até porque, como nos disseram durante as entrevistas, ao início ainda não tinham uma noção clara sobre o mesmo.

¹⁷⁴ Esse momento fez manchete no jornal de tiragem nacional “Público”, de 14 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.publico.pt/local/noticia/nove-licenciados-e-uma-missao-inventar-futuro-para-querenca-1502908>>. E foi apresentado na abertura do programa noticioso “Primeiro Jornal”, do Canal SIC (canal televisivo com cobertura nacional), em 13 de Julho de 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=HVqYWL2PPQo>. Acesso em: Setembro 2013.

¹⁷⁵ Reportagem do programa “Jornal da Noite” do Canal SIC, em 13 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=b41Ak9CUtrQ&list=PLC4843116FB05658E>>. Acesso em: Setembro 2013.

¹⁷⁶ Intervenções no programa “Primeiro Jornal”, do Canal SIC, em 13 de Julho de 2011. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=HVqYWL2PPQo>> Acesso em: Setembro 2013.

¹⁷⁷ *Idem*.

Esse conhecimento veio nos primeiros momentos do estágio iniciado em Setembro de 2011. Período no qual receberam muita informação (Jovem 3) e onde surgiram muitas ideias de ações a concretizar, seja durante as reuniões entre eles e a coordenação, seja da população local com quem conversavam.

Essa primeira fase é vista, por um lado, como um momento confuso, muito amplo (Jovem 6), onde perceberam que as metas eram altas para os recursos logísticos e financeiros disponíveis (*idem*). Mas, por outro lado, foi o momento de descoberta do potencial da iniciativa (Jovem 7) e de progressiva identificação com o Projecto e com a localidade.

Olhando retrospectivamente, dizem-nos que o objetivo do Projeto era “atrair pessoas a Querença, para residir, para trabalhar, e para comprar, dinamizar a economia local” (Jovem 5). E, para eles, tornou-se importante “querer desenvolver a aldeia” (Jovem 2) – um “território que precisa de ajuda” e que tem “recursos que não estão a ser aproveitados” (Jovem 8).

A vida dos nove jovens em Querença durante o período de estágio (nove meses) foi seguida regularmente pelos meios de comunicação. De acordo com a contabilização fornecida pelo Projecto (FMVG, 2012: 7) foram nove as reportagens nas três principais televisões nacionais; sete os artigos em jornais de tiragem nacional, para além de notícias em jornais regionais e na mídia online (teve acompanhamento regular nos websites de um canal televisivo e de um jornal nacional e existem várias notícias noutros sites). Teve igualmente cobertura em duas rádios nacionais e na rádio da Universidade do Algarve.

Essa forte presença midiática, facilitada e promovida por um dos membros da direção da Fundação Manuel Viegas Guerreiro, transformou a mídia num ator relevante do e para o Projecto. Segundo alguns jovens, a estratégia midiática foi importante para angariar apoios (Jovem 6). Nas palavras de uma jovem, soube-se “vender muito bem a imagem do projeto” (Jovem 8). Mas para quase todos a mediatização foi excessiva: “perdia-se um dia de trabalho” (Jovem 7) cada vez que era necessário falar com os jornalistas e mostrar as ações do Projecto.

As atividades implementadas no âmbito do Projecto estão intimamente relacionadas com a abordagem metodológica, as áreas de formação dos jovens e com os resultados concretos a que a iniciativa almejava.

No edital de seleção encontram-se identificadas as áreas que deveriam estar presentes na equipe formada pelos jovens: agronomia; arquitetura paisagística; biologia ou ecoturismo; biotecnologia; engenharia ambiental; design; marketing e gestão de empresas (FMGV, 2011a). Foi selecionado um jovem por cada uma dessas áreas, à exceção da agronomia para a qual foram selecionados dois.

Na primeira etapa do Projecto Querença, cada jovem levantou, através de trabalho de campo e no diálogo com a população, os recursos e os potenciais que Querença oferece em cada uma dessas áreas. Com essa base, e a partir de uma lista de propostas pré-definidas pela coordenação (*idem*: 3-4), foram pensando em formas de transformar esses recursos em “projectos empresariais numa perspectiva sustentável e de longo prazo” (*idem, ibidem*). Num segundo momento, começaram a organizar atividades para os habitantes e para o público em geral, entre elas, um mercado mensal de venda de produtos locais. Essas atividades tinham um duplo fim: eram experiências para os projetos empresariais e simultaneamente dinamizavam a localidade.

No desenrolar do Projecto, os jovens foram, por um lado dividindo-se em grupos de trabalho e por outro, envolvendo-se nas áreas de trabalho de todos. Os três jovens das áreas de design, marketing e de gestão de empresas formaram o núcleo de apoio às atividades dos outros seis. Os de agronomia juntaram-se e pensaram em criar um negócio em conjunto, mas

separam-se posteriormente. Os três jovens das áreas de biologia/ecoturismo, arquitetura paisagística e engenharia ambiental também delinearam projetos conjuntos. Apenas a jovem de biotecnologia foi construindo um projeto separado. E na prática, todos se entreadajavam mesmo nas atividades específicas de cada um deles.

Para além do trabalho em equipe, segundo o coordenador técnico, foram relevantes para o desenvolvimento do Projecto a criatividade, a experimentação, o envolvimento com a população local, a inovação e a capacidade de trabalho árduo demonstrados pelos jovens (MINISTRO, 2012).

Na fase final, após diagnóstico, idealização e experimentação, os jovens deveriam estar em condições de formular projetos que se consubstanciassem em “oportunidades de emprego” (2011b) e que contribuíssem, de consequência, para o desenvolvimento rural sustentável (fig. 16) da localidade. O resultado esperado era que, separados ou em conjunto, criassem “micro-empresas locais” de serviços e produtos em Querença. Ou que formassem, segundo o coordenador científico, uma incubadora de empresas ou uma cooperativa. Caso os jovens não permanecessem em Querença, tais entidades poderiam ser continuadas pelos atores locais (COVAS, 2011a) ou por novos jovens universitários, uma vez que “todos os anos há alunos licenciados a sair da universidade” (informação verbal)¹⁷⁸.

Esses argumentos demonstram uma conexão automática entre o desenvolvimento dos projetos de negócios dos jovens e a transformação dos territórios rurais de uma condição “carenciada” para uma condição “dinamizada” (fig. 17). Ou numa formulação mais detalhada: se jovens recém-graduados – que constituem, segundo os mentores do Projecto, massa crítica e inovadora – juntarem os conhecimentos adquiridos na formação universitária com os conhecimentos da população local, através de um processo de aprendizagem em grupo, ficam em condições de criar emprego para eles mesmos. Emprego esse baseado no uso sustentável dos recursos disponíveis na localidade, e que contribuirá não só para a fixação dos jovens em Querença como se poderá traduzir numa *“mais-valia para a aldeia de Querença e potenciar os seus recursos, cultura e tradições”* (FMGV, 2011a, grifo nosso).

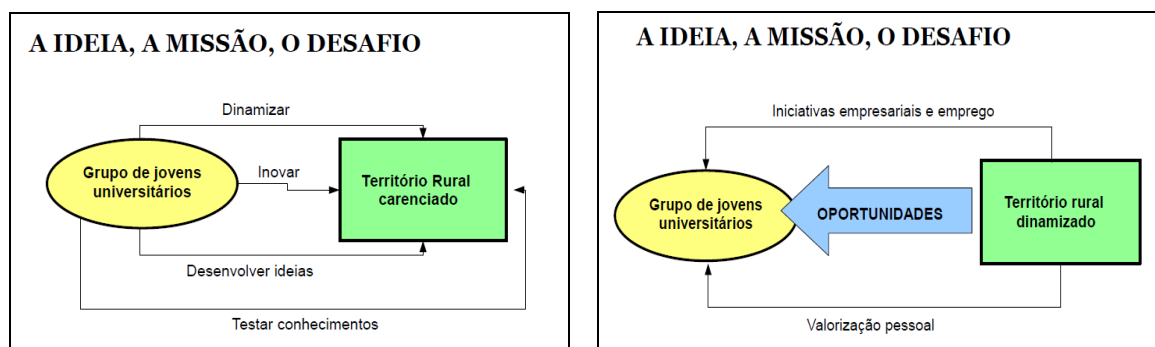


Fig. 17 – Diagramas explicativos da filosofia do Projecto Querença

Fonte: PROJECTO QUERENÇA, 2013

O Projecto Querença foi-se assim configurando como um artefato constituído de ideias, de princípios próprios e com uma intencionalidade expressa. Elementos que no seu conjunto criaram um “campo de ação” (ARCE, 2008: 24) e contribuíram para que o Projecto

¹⁷⁸ Depoimento no programa “A Minha Aldeia é o Mundo” da rádio TSF, em 31 de Maio de 2012. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=917979&audio_id=2561937> Acesso em: Setembro 2013.

ganhasse uma dimensão ontológica e semiótica. Ao reunir e colocar em relação diferentes atores, o Projecto ganhou autonomia e agência, tornando-se num sujeito que subsome no seu interior esses atores. De tal modo, que é por vezes difícil identificar locutores e locução. Porque é o Projecto 'quem fala'. E fala de Querença em particular, e do rural em geral.

Vamos, de seguida, tentar confrontar diferentes formas de nomear e de 'falar' sobre a localidade em que o Projecto operou, enquadrando-a na sua região envolvente.

3.2. Querença – Entre o Barrocal e a Serra

“Nove licenciados vão inventar futuro para aldeia desertificada” (...) “Está em marcha um projecto para combater a desertificação do interior do Algarve. São nove licenciados que durante nove meses vão viver e trabalhar na aldeia de Querença, uma das mais envelhecidas.” (informação verbal)¹⁷⁹

“Não me parecia uma aldeia, era tudo demasiado arranjadinho, achei que estava muito deserto, a Fundação enorme, tudo tão perfeito mas depois não vi pessoas.” (Jovem 8)

Entrevistador: “Querença é assim tão deserta?” “Isso é um mito, a imprensa gosta disso.” (Jovem 7)

No primeiro capítulo, fomos em busca dos diferentes significados que a palavra desertificação pode representar; dos dados e fenómenos que a fundamentam; e dos lugares a que está geralmente associada.

Querença é enunciada na documentação do Projecto e por seus mentores como um lugar desertificado e carenciado, especialmente no que diz respeito ao fator humano. Ao envelhecimento e à diminuição da população é relacionado o abandono dos seus recursos naturais ou a sua desvalorização. Uma população que não apresenta capacidade de iniciativa, empresarial em particular. Mas à qual são atribuídos conhecimentos e práticas ancestrais que estão se perdendo e com os quais os jovens podem e devem interagir. Essa Querença é nomeada de diversas formas: enquanto território rural, enquanto aldeia, enquanto freguesia, enquanto interior.

E os outros atores, como falam dela e como dialogam com essas representações? Os jovens, os habitantes, mas também os investigadores e os dados oficiais?

3.2.1. Dinâmicas demográficas

Da análise efetuada no primeiro capítulo, percebemos que destrinçar os significados da desertificação implica em cruzar informações sobre a população, suas dinâmicas no tempo e no espaço; e sobre a forma como a população se relaciona com o espaço ao longo do tempo.

Querença foi elevada a freguesia no século XVI (GLOBALGARVE *et al.*, 2003). Considerando os dados demográficos históricos disponíveis ao nível da freguesia, é notório o crescimento da população desde a segunda metade do século XIX até 1940 (tabela 12), acompanhando a evolução demográfica do próprio país (fig. 6). O pico de crescimento regista-se na década de 1940. Fato associado ao aumento da atividade agrícola no Alentejo e no Algarve, especialmente durante a Campanha do Trigo (MONTEIRO, 1993: 45).

¹⁷⁹ Intervenção de um jornalista no programa “Primeiro Jornal”, do Canal SIC, em 13 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HVqYWL2PPQo>>. Acesso em: Setembro 2013.

Tabela 12 – População residente, em números absolutos, na freguesia de Querença (1864 - 2011)*

	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2001	2011
Querença	1338	1584	1837	2267	2563	2712	2625	3229	2858	2641	1975	1974	1744	788	759
Tôr	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(875)	887	886

* Em 1997, Querença foi desagregada em duas freguesias: Querença e Tôr.

Fonte: INE, 1960; 1981, www.ine.pt (elaboração nossa)

No entanto, enquanto que a nível nacional a população cresceu até às décadas de 1960-70, a população de Querença começou a regredir na década de 1950 devido à emigração, principalmente para a França e para o Canadá¹⁸⁰. A partir dessa data o decréscimo vem sendo paulatino. Todavia, os dados estatísticos mais recentes devem ser lidos à luz do fato que até 1997 Querença englobava o território de outra localidade (Tôr). Assim, a diminuição de população entre as décadas de 1990 e 2001 é explicável, em parte por essa divisão. Outros motivos são, como para o resto do país, a diminuição da natalidade e o envelhecimento da população.

Segundo o último recenseamento populacional, a população residente em Querença é de 758 pessoas, das quais 386 são homens e 373 são mulheres (www.ine.pt). A população com mais de 65 anos representa 37% da população e a população abaixo dos 25 anos, cerca de 15% (tabela 13). Daí o elevado índice de envelhecimento¹⁸¹ (357) quando comparado com a média do município: 132,50 (www.ine.pt).

Tabela 13 – Distribuição da população da freguesia de Querença por escalão etário (Censos 2011)

Faixa etária	População	%
0 - 14 anos	79	10,41
15 - 24 anos	37	4,87
25 - 64 anos	361	47,56
65 - 74 anos	130	17,13
75 e mais anos	152	20,03

Fonte: www.ine.pt (elaboração nossa)

Contextualizando Querença na sua envolvente geográfica, verificamos que é a segunda freguesia com menor população e a quinta com menor densidade populacional do município a que pertence (tabela 14).

Tendo por base a tipologia da OCDE (ver p. 31), Querença é segundo o INE uma freguesia predominantemente rural (2004: 141). Se considerarmos as tipologias apresentadas no primeiro capítulo, no estudo cuja escala de análise são as freguesias, Querença recai na classe de “país tranquilo” (fig. 2) ou de território de “urbanização moderada” (fig. 3)¹⁸², dependendo do número de classes das tipologias (três na primeira e seis na segunda).

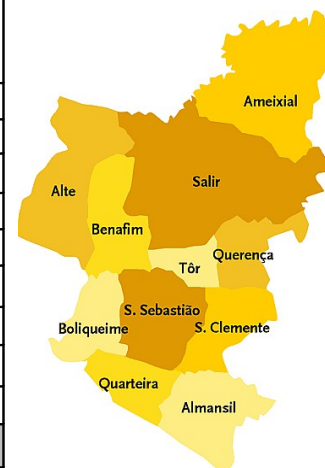
¹⁸⁰ Informação disponível no site do Município de Loulé. Disponível em: <<http://www.cm-loule.pt/menu/25/demografia.aspx>> Acesso em: Abril 2014.

¹⁸¹ O índice de envelhecimento corresponde à relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (INE, 2012: 548).

¹⁸² “País tranquilo” corresponde à situação de transição entre o “país sonolento” e o “país sobre pressão”, isto é, aqueles lugares onde as evoluções sociais, económicas, culturais do século XX se encontram num nível intermédio de realização (FERRÃO, 2003). “Áreas de urbanização moderada” são a “segunda ou terceira auréola em torno das principais aglomerações urbanas” (*idem*).

Tabela 14 – População total das freguesias do Município de Loulé entre 1991-2011, ordenada segundo a população dos Censos 2011; Densidade Populacional em 2011; e Área das Freguesias.

Freguesias Município de Loulé	1991	2001	2011	Densidade populacional (2011)	Área (ha)
Quarteira	10275	16129	21583	571,3	3790,53
São Clemente	10978	14406	17325	375,8	4620,32
Almancil	6012	8799	11101	176,7	6302,16
São Sebastião	5292	6734	7380	118,6	6269,62
Boliqueime	4387	4473	4974	107,6	4621,29
Salir	3385	3023	2763	14,8	18776,14
Alte	2349	2176	1987	21,1	9434,13
Benafim	1271	1141	1063	20,3	5268,9
Tôr	875	887	886	55,9	1582,6
Querença	869	788	759	22,6	3365,96
Ameixial	892	604	439	3,5	12384,63



Fonte: www.inec.pt (elaboração nossa)

Fig. 18 – Freguesias do Município de Loulé

Fonte: cfp.es-loule.edu.pt

Para os dois estudos cuja escala de análise são os municípios, o estudo focado nas dinâmicas de ocupação do solo considera o município de Loulé como um território “peri-urbano dinâmico”¹⁸³ (fig. 5); e o estudo focado na exclusão social, considera-o como “território de contrastes e base turística”¹⁸⁴ (fig. 4).

Essas caracterizações da freguesia e do município indicam a probabilidade de existência de diferentes formas de olhar para uma mesma realidade e/ou de diferentes realidades no interior de uma mesma unidade geográfica. Os dados demográficos sobre as freguesias de Loulé evidenciam uma maior concentração populacional no litoral (mas devemos ter em conta que as freguesias litorâneas têm menor área) e nas freguesias que formam o centro histórico e administrativo do município (São Clemente e São Sebastião). Seguidas por uma faixa intermédia composta por Querença, Tôr e Benafim; e mais a norte, pelas freguesias com áreas maiores e com menor população.

3.2.2. Serra e Barrocal – Morfologia e Povoamento

Pelo fato de abranger toda a faixa da região algarvia no sentido Norte-Sul, Loulé ilustra as diferenciações naturais, sociais e culturais, seja entre litoral e interior, seja entre diferentes interiores, existentes no Algarve (fig. 19).

¹⁸³ As principais características dessa classe são: o aumento da população; um peso relativamente alto da população jovem; aumento da população economicamente ativa e com menos desemprego relativamente às outras classes da mesma tipologia. Os índices de poder de compra *per capita* e de envelhecimento apresentam posições médias (CORREIA, 2006: 132).

¹⁸⁴ De acordo com esse estudo, “territórios de contrastes e base turística” têm níveis de inclusão social elevados, no âmbito da educação e do emprego, este último especialmente no setor do turismo. Por outro lado, apresentam uma elevada taxa de criminalidade e condições de alojamento deficientes. Apresentam igualmente uma parcela elevada de população estrangeira (ISS, 2005: 46).

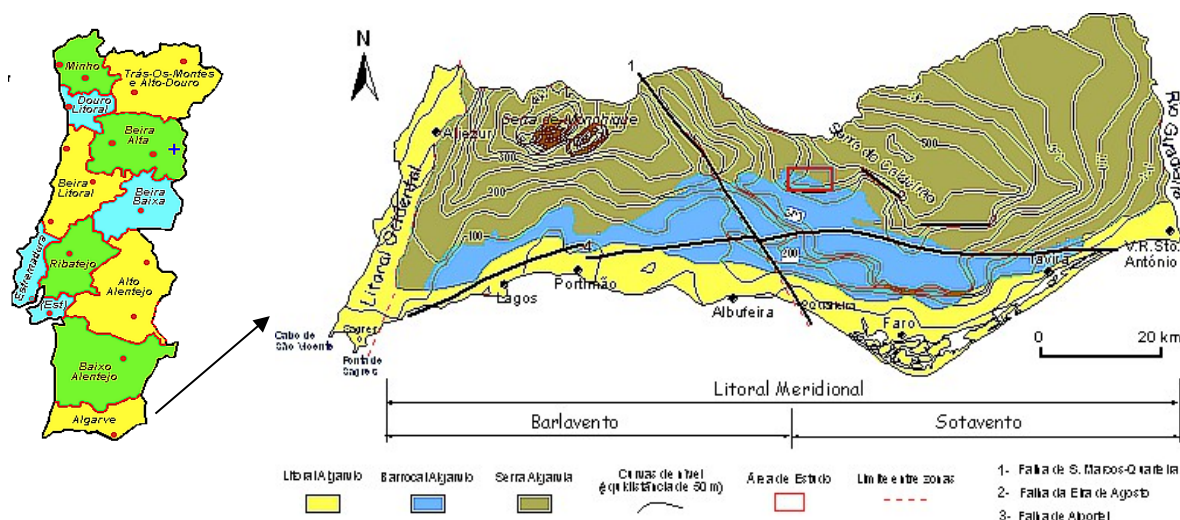


Fig. 19 – As três sub-regiões morfológicas da região do Algarve

Fonte: http://rochadapena.no.sapo.pt/pages/enquad_geog_geomorf_rp.htm

Considerando as características naturais, o município abrange as três sub-regiões morfológicas identificáveis na região algarvia: o Litoral, o Barrocal e a Serra. O Litoral é composto por solos arenosos. Na Serra (um conjunto montanhoso composto por duas serras: Serra do Monchique e Serra do Caldeirão), os solos são xistosos e pouco produtivos, mas a sua baixa permeabilidade produz uma rede hidrográfica densa (ALHO, 2014: 5). Entre o litoral e as serras encontra-se uma área de transição denominada Barrocal. O substrato geológico dessa área é calcário e é mais alcalino (*idem*: 4).

As condições edafoclimáticas variam nas três sub-regiões e, juntamente com o tipo de solo, a presença de água e a orografia, condicionam o coberto vegetal, os usos do solo e a presença humana.

Para além da divisória natural representada pelo conjunto montanhoso, fatores histórico-culturais como a presença islâmica mais prolongada no Algarve do que no resto do país, construíram no imaginário coletivo nacional a visão de uma região isolada natural e culturalmente (MONTEIRO, 1993: 44; MATTOSO *et al.*, 2013). E no interior da própria região subsiste, de acordo com dois antropólogos portugueses (MONTEIRO, 1993; BASTOS in BAPTISTA *et al.*, 1996), a mesma conotação relativamente às áreas serranas e ao Barrocal.

A Serra, em particular, é vista como um lugar deserto; social e economicamente irrelevante (MONTEIRO, 1993: 27-28; 30); atrasado (BASTOS in BAPTISTA *et al.*, 1996: 561); onde (sobre)vivem comunidades organizadas em sistemas autonómicos agropastoris¹⁸⁵. Comunidades conotadas com a pobreza e com um certo “arcaísmo rebelde” (MONTEIRO, 1993: 28), derivado do fato da Serra ter sido ao longo dos séculos um entreposto de contrabando entre o litoral, o norte de África e a Espanha. Apesar dessa conotação negativa, era para a Serra que os habitantes do litoral se viravam ou se refugiavam em tempos de crise e de guerra, sobretudo para acessar alimentos e combustível (madeira).

Para Cristiana Bastos, a serra algarvia é retratada sobretudo pelo viés do despovoamento, do êxodo rural e da desertificação humana e ecológica, da “vida rural à beira da extinção”, devido a um misto de opinião estereotipada e de leituras superficiais (ou seja, não considerando as particularidades etnográficas) das estatísticas demográficas (BASTOS in

¹⁸⁵ Outrora apelidados de “montanheiros” ou “serrenhos” (MATTOSO *et al.*, 2013: 670).

BAPTISTA *et al.*, 1996: 564).

Através de suas pesquisas, Bastos na Serra, Monteiro numa área que abrange a Serra e o Barrocal (em Querença precisamente) constataram, em primeiro lugar, que as baixas densidades demográficas dessas áreas são “crônicas”, apesar de alguns períodos de crescimento, e estão ligadas a uma “tradição migratória” estrutural. Em segundo lugar, encontraram em ambas as sub-regiões formas de povoamento disperso (MONTEIRO, 1993: 9; 26), uma espécie de “constelação de montes”¹⁸⁶ (BASTOS apud MONTEIRO, 1993: 8). É essa forma dispersa de povoamento que se assombra, ao olhar de quem vem de fora, como uma ausência, como um não-lugar (MONTEIRO, 1993: 28).

Dialogando com a etnografia portuguesa, francesa e americana, Monteiro vai demonstrando que tomar a dispersão pela ausência não é apenas um estereótipo cultural como foi também um problema epistemológico da antropologia e da geografia social e humana. Os estudos de comunidade americanos, bem como a antropologia portuguesa emersa durante o período ditatorial, buscavam abarcar a totalidade das comunidades. Em Portugal, essa totalidade, por exemplo, é expressa na antropologia portuguesa da década de 1960 na noção de “aldeia” (*idem*: 81).

A dispersão é difícil de apreender, de padronizar. Ela dificulta inclusive a determinação do que é 'local', porque as fronteiras se tornam infinitas. Para lidar no campo com essa realidade o autor optou pela abordagem maussiana da morfologia social, enquanto processo dialógico entre ecologia e sociologia (*idem*: 55; 77-78), entendendo a intersecção dos fatos sociais e naturais como um processo de adaptação contínua. Adaptação igualmente operada pela população relativamente às ausências, às idas e vindas provocadas pela emigração e pelas migrações internas, movimento que ele denomina de “estável precariedade” (*idem*: 7-8).

Dispersão e adaptação representam, desse modo, a forma de reprodução social e não necessariamente o “prenúncio do abandono total” dos territórios entre a Serra e o Barrocal (MONTEIRO, 1993: 37).

“Com relevo característico do modelado xistoso, a noroeste, sul e sudeste, com inflexões variantes na morfologia e na orientação das encostas e variações nos pendentes, passando frequentemente de situações de declive moderado a muito acentuado, Querença localiza-se num "enclave" de relevo complexo de fronteira geológica. (...) Os calcários pedregosos e os declives envolventes condicionaram a ocupação das encostas quer por construções quer pela agricultura.” (FREITAS, 2003: 32)

A freguesia de Querença encontra-se, como acima referido, numa área particular: na transição entre o Barrocal e a Serra, transição denominada de Beira Serra ou de Alto Barrocal (MONTEIRO, 1993: 16). Em poucos minutos de carro podemos estar na Serra do Caldeirão ou na costa (o litoral dista 22 km). A paisagem ondula por pequenos montes, que não atingem mais do que 400 metros de altitude (“cerros” no vernáculo local), e pequenas planícies onde os solos xistosos da Serra se misturam com os calcários do Barrocal. As áreas mais elevadas são geralmente ocupadas por florestas de azinheira¹⁸⁷ e por pomares de sequeiro como a amendoeira, a alfarrobeira¹⁸⁸, a figueira e a oliveira. Nos vales, fazem-se culturas de regadio –

¹⁸⁶ 'Monte' significa, de forma geral, a casa, no sul do país. É uma expressão mais recorrente no Alentejo, onde a planície predominante é entrecortada por pequenas elevações, no cimo das quais se construíam as casas.

¹⁸⁷ A azinheira (*Quercus rotundifolia*) é uma árvore endêmica das regiões mediterrânicas. Disponível em: <<http://www.florestar.net/>>. Acesso em: Maio 2014.

¹⁸⁸ A alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*) é também originária da região mediterrânica. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$alfarrobeira,2](http://www.infopedia.pt/$alfarrobeira,2)>. Acesso em: Maio 2014.

de hortícolas e de árvores de citrinos (em especial, a laranjeira).



Figura 20 – Querença

Fonte: acervo da pesquisa 2013; 2014.

É uma área de grande riqueza hidrológica: possui uma rede de aquíferos, nascentes e ecossistemas ribeirinhos, onde sobressaem duas grandes ribeiras, uma das quais considerada oficialmente paisagem ecológica protegida. Aliás, todo o território da freguesia é classificado, como anteriormente assinalado, como Rede Natura 2000 (GLOBALGARVE, 2003).

A nossa primeira impressão quando chegámos pela primeira vez a Querença foi precisamente visual: um verde luxuriante, acompanhado pela presença nem sempre visível mas sempre passível de ser sentida da água. Nessa primeira incursão, visitámos o mercado mensal, iniciativa nascida pela mão do Projecto Querença. O mercado tem lugar no último domingo do mês, naquele que mais tarde compreendermos ser o centro da localidade. Ao redor de um pátio largo surgem a Igreja, a Junta de Freguesia, um pólo museológico sobre a água, um auditório a ar aberto, um dos restaurantes da freguesia e um café¹⁸⁹. Explorando um pouco mais os arredores, descobrimos a escola de ensino fundamental, uma casa de repouso para idosos, a Casa do Povo¹⁹⁰, as instalações da Fundação Manuel Viegas Guerreiro e algumas casas.

Na segunda ida a Querença, permanecemos alguns dias e alojámo-nos numa casa particular, numa área mais abaixo do centro da freguesia. Ainda sem uma noção espacial de Querença, fomos falando com as pessoas e, percorrendo tanto os documentos do Projecto Querença como outras fontes documentais (FREITAS, 2003; GLOBALGARVE, 2003), percebemos a existência de diferentes formas de se reportarem a Querença.

O Projecto refere-se de modo geral à “aldeia de Querença”. As fontes, os materiais promocionais da Prefeitura sobre Querença (CML, s/d), mostram fotografias dos espaços naturais e do centro da freguesia, dando a sensação que Querença é composta apenas por esses elementos.

Conversando com as pessoas, calhando perguntar de onde eram, muitos nos

¹⁸⁹ “Café” ou cafetaria é um estabelecimento de restauração muito comum em Portugal. Uma espécie de bar, por vezes mais associado a pastelaria, outras mais a cervejaria. É o lugar onde os portugueses cultivam uma prática nacional: beber um café de manhã, após o almoço, a meio da tarde e/ ou à noite. Lugar de encontro e de conversa com amigos e vizinhos, ou apenas lugar de rápida passagem para tragar a bebida.

¹⁹⁰ As Casas do Povo constituíam um dos elementos-base da organização corporativa da sociedade portuguesa durante o regime ditatorial (ver p. 77). As Casas do Povo que permaneceram ativas após a queda do regime, transformaram-se em associações com fins sociais e culturais.

respondiam que não são de Querença mas de um “sítio mais além” (geralmente, acrescentando que nesse “sítio” já não mora mais ninguém). O mesmo sucedeu com o único jovem participante do Projeto que é oriundo da freguesia: embora os outros jovens, seus colegas, o identifiquem como sendo de Querença, quando lhe colocámos essa questão, logo nos disse que não, que é de outro “sítio”.

Fomos, assim, compreendendo que existe um Povo de Querença, topônimo do centro administrativo da freguesia, quase sem habitantes (FREITAS, 2003: 38); a freguesia de Querença – correspondente aos limites administrativos –; uma Querença, espaço de identidade e de referência coletiva; e os “sítios” mais específicos onde os querentinos¹⁹¹ nasceram e moram. Nesses sítios – “nome vago destes locais habitados no barrocal” (MONTEIRO, 1993: 101) – encontramos pequenos aglomerados de cinco, seis casas, ou apenas uma casa aqui e ali, ligadas por estreitas estradas curvilíneas de constantes subidas e descidas. Sítios onde mora o *povo* de Querença.

E, em Julho de 2011, qual foi a primeira impressão dos jovens sobre Querença? Uma das jovens referiu que quando chegou “[o centro] estava tão arranjadinho” (Jovem 8) que parecia que não morava lá ninguém. Mas, vivendo num dos sítios de Querença (um dos mais próximos do centro da freguesia) e ao percepcionarem a existência de vários núcleos, obtiveram uma outra visão sobre o lugar. Um dos jovens, comparando Querença com a sua aldeia natal no Alentejo explicou-nos que Querença é uma “aldeia muito dispersa” (Jovem 6).

Foram também percebendo que Querença não corresponde à “ruralidade profunda” (Jovem 1). Segundo um deles, mesmo não existindo supermercados nem caixa de multibanco¹⁹², não se sentiram isolados (Jovem 7). Todos tinham carro: em dez minutos estavam no centro do município, que dista apenas onze quilómetros¹⁹³, ou no espaço de vinte a trinta minutos chegavam em qualquer uma das cidades do litoral (Jovem 8).

Foi também um jovem quem nos referiu que ‘deserto’ é uma figura de estilo usada pela mídia, que não corresponde à realidade local. Opinião corroborada pela atual Presidente da Junta de Freguesia. Outra jovem disse-nos: “Os jornalistas perguntavam-nos se nos sentíamos sozinhos por causa da desertificação... Claro que não! Querença está perto de tudo.” (Jovem 2).

Por seu turno, para os habitantes de Querença com quem conversámos o que mais falta na localidade é de fato gente. Contaram-nos dos tempos em que as serras estavam cheias de pessoas trabalhando e cantando, “quando tudo era mais alegre”.

Eram os tempos em que as principais atividades económicas da população estavam ligadas à exploração agro-silvo-pastoril, complementadas por outras atividades de transformação de matérias-primas de origem agrícola e silvícola: moagem de farinha; destilarias de aguardente; cestaria; e ainda por outras atividades como a produção de cal.

A prática agrícola era realizada nos lugares mais férteis, onde se fazia chegar a água através de mecanismos de rega artesanal¹⁹⁴, para produção de hortícolas e de pequenos pomares (FREITAS, 2003: 32). A densidade e a forma de ocupação do território foram

¹⁹¹ “Querentino” é a pessoa natural de Querença.

¹⁹² Em Portugal, há uma rede extensa e capilar de caixas eletrónicas onde é possível realizar operações bancárias de qualquer Banco, denominada Rede Multibanco.

¹⁹³ O mesmo jovem usa o sinal de celular (telemóvel) como indicador de interioridade e de isolamento: “O Algarve não é como o Norte, onde o interior é mesmo interior, onde não há sinal de telemóvel.”

¹⁹⁴ A riqueza hídrica da área foi aproveitada por um complexo sistema de rega, de origem árabe, constituído por azenhas e noras - para retirar a água dos lençóis freáticos; por pequenas barragens; por canais de distribuição da água e de irrigação (“levadas”) ligando as áreas de várzea e as ribeiras às áreas de cultivo; e moinhos - ou “azenhas” - movidos a água (FREITAS, 2003: 32).

variando de acordo com a própria variedade e a descontinuidade da paisagem natural (MONTEIRO, 1993: 276). Os terrenos usados para fins agrícolas ficavam, tanto à volta das residências, como mais afastados (de preferência nas áreas mais planas), com a particularidade de serem de propriedade de quem os cultivava. Situação que até hoje se mantém. De acordo com um dos jovens “aqui cada um tem a sua parcela de terreno” (Jovem 3) e, pelo que constatámos, os habitantes possuem até mais do que uma parcela de terreno, inclusive nas freguesias limítrofes.

Encontramos em Querença a estrutura fundiária predominante no Algarve: parcelas de pequena e muito pequena dimensão (ROLO, COELHO apud COELHO, 2004: 5). Contudo, historicamente a propriedade dessas parcelas foi gerida de forma diferente no interior da região. Tomando como exemplo Querença e a freguesia vizinha (Tôr), enquanto que a primeira se encontrava fragmentada em minifúndios de propriedade das famílias locais, a segunda, estava dividida em morgados¹⁹⁵. Os morgados permitiam o uso de seus terrenos pelos camponeses contra o pagamento do dízimo, mas esses não podiam aceder à propriedade das terras. Assim, em Querença deu-se uma maior dispersão das propriedades familiares e respectivas residências – formando mais “sítios” com menos moradias –, e em Tôr deu-se uma maior concentração de casas em apenas alguns “sítios” (MONTEIRO, 1993), onde moravam os camponeses que trabalhavam nos morgados.

A paisagem de Querença reflete, desse modo, o diálogo entre seres humanos e natureza. Uma íntima ligação entre os habitantes, seus movimentos, suas moradias, seus regimes de propriedade, suas atividades, seus engenhos, seu moldar da terra cultivando-a, mas também estruturando-a em muros e socacos (ROLO, COELHO apud COELHO, 2004: 37); e a ecologia, os solos, a orografia e as redes hídricas.

3.2.3. Dinâmicas socioeconômicas e culturais

Como mencionado anteriormente, Querença assistiu a partir das décadas de 1950-60 a uma acentuada regressão demográfica. Uma parte considerável da população emigrou para outros países europeus, onde se empregou sobretudo no setor da construção civil (MONTEIRO, 1993: 125)¹⁹⁶. Foi também nesse setor que os que procuraram trabalho no litoral da região algarvia, se empregaram.

A diminuição da população repercutiu-se na agricultura e na distribuição dos povoamentos. Reduziu-se a produção agrícola e quem ficou passou a habitar e a trabalhar apenas os terrenos com mais água e com maior acesso à rede viária (*idem*: 124).

Com a adesão de Portugal à UE, a agricultura seguiu perdendo peso na economia local. As principais culturas locais (os citrinos e a horticultura) não conseguiram acompanhar a economia competitiva do bloco europeu (COELHO, 2004: 5).

Percebemos, desse modo, que entre as décadas de 1950 e 1980 Querença foi sendo inserida em contextos econômicos, sociais e políticos mais vastos. Enquanto que uma parte da população foi atraída para os centros econômicos mundiais (França, Alemanha, Estados

¹⁹⁵ O morgadio foi um regime de sucessão existente em Portugal entre o século XVII e o início do século XX, pelo qual os bens constituintes de uma família com essa titulação nobiliástica eram transmitidos ao descendente varão aquando da morte do seu titular, não sendo passíveis de partilhas familiares (MOTTA, 2014).

¹⁹⁶ Embora não represente uma amostra de cariz estatístico, podemos afirmar que a maioria dos habitantes – quase todos já aposentados – com quem falámos nos disse ter sido emigrante, principalmente na França, Alemanha e nos Estados Unidos da América. Em termos estatísticos, existem apenas dados sobre a população atual que residiu no estrangeiro por um período de pelo menos um ano, e que representam 40% da população total da freguesia (sendo que 258 pessoas residiram na Europa; 30, no continente americano; 10 no africano; e as restantes 11 na Ásia e Oceânia (www.ine.pt)).

Unidos da América), onde constituiu mão-de-obra a baixo preço em empresas e indústrias (FERRÃO apud ROLO in BARROS, 2005: 18-19), os que ficaram viram-se perante os efeitos da entrada do país num bloco económico regional. Ambos os fenómenos explicitam o lugar periférico, dentro da divisão internacional do trabalho (WALLERSTEIN, 2005), que o país como um todo assumiu no xadrez político-económico global, e demonstram igualmente que Querença, como o Barrocal e a Serra, se encontram conectados às dinâmicas mundiais (ainda que, claramente, numa posição de subalternidade).

Nos anos 1980-90, a terceirização do país aumentou e, no Algarve, ela consistiu especialmente no crescimento da atividade turística e da construção civil (OBSERVATÓRIO QREN, 2008: 30).

Foi igualmente nessas décadas que parte dos querentinos que haviam emigrado há vinte, trinta anos, regressaram à sua terra natal. Seus filhos, porém, ou permaneceram nos países onde nasceram, ou após o regresso a Portugal, migraram para as áreas do litoral algarvio.

Com as poupanças trazidas dos anos de trabalho no exterior, os ex-emigrantes compraram casas em Querença, no centro urbano de Loulé ou nas cidades litorâneas. Casas para seus filhos morarem ou, como alguns nos disseram, como um investimento “para o futuro”. Os que não se aposentaram, abriram pequenas atividades comerciais (em Querença ou em Loulé). Independentemente de terem ou não uma ocupação profissional, o espaço circundante de suas casas foi sempre trabalhado e transformado... em hortas (MONTEIRO, 1993).

A concatenação dessas mudanças reflete-se na estrutura produtiva e económica atual da freguesia. Apenas 39% dos residentes são considerados como população ativa e a taxa de desemprego encontrava-se no último trimestre de 2013 nos 15% (www.ine.pt)¹⁹⁷. A principal ocupação da população empregada são as atividades relacionadas com o comércio, alojamento, transportes e comunicações (42,4%); a que seguem outras atividades de serviços (23,3%) e a construção civil (20,8%) (INE, 2004: 143). A agricultura e a silvicultura representam apenas 1,1% da ocupação da população ativa.

A quase totalidade dos habitantes que trabalha na agricultura fá-lo na freguesia (*idem*, *ibidem*). No entanto, a percentagem de população ativa (com mais de 15 anos) que trabalha e estuda em Querença é de apenas 27,1%. A maioria da população (58,8%) desloca-se diariamente para outras freguesias do mesmo município para trabalhar ou estudar e 13,3% dirige-se para outros municípios do Algarve (INE, 2004: 141)¹⁹⁸. O que, em conjunto com a elevada percentagem de população desempregada, parece indiciar que a população não encontra trabalho na localidade.

A falta de emprego é percecionada como um problema pela população. Mas a saída dos filhos e/ou a não fixação de população é também relacionada à impossibilidade de construção de novas residências¹⁹⁹. A questão está na classificação de Querença como área de

¹⁹⁷ De acordo com os Censos de 2011, o principal meio de vida da população com mais de 15 anos é, por ordem decrescente: 45% oriundo de pensões de aposentadoria; 36% do trabalho; 11% das pessoas estão a cargo da família; 4,5% de subsídios e apoios sociais; 3% do seguro de desemprego; e as rendas fundiárias e de empresa representam 0,29% do total (www.ine.pt).

¹⁹⁸ A maioria população que se desloca diariamente para fora de Querença para trabalhar, fá-lo nos setores dos serviços e da construção civil (INE, 2004: 143).

¹⁹⁹ Para além dos relatos escutados, acrescentamos os resultados de um inquérito elaborado em 2008, onde a população de Querença apontou como principais problemas da localidade: em 36%, a proibição de construir; em 12%, a falta de emprego e em 12%, a falta de infraestruturas para a população (SOUSA, 2009: 128). (A amostra do estudo foi de 50 pessoas, para uma população total de 727 residentes, obtendo um grau de 6,7% de representação da população (*idem*: 25-26)). Do ponto de vista antropológico, Monteiro assinala que a

proteção ambiental, o que implica em restrições ao alargamento das áreas construídas.

O coordenador técnico do Projeto Querença e alguns jovens apontaram, de fato, dificuldades em encontrar alojamento para o período de estágio (visto que a residência em Querença era obrigatória), apesar da existência de casas vazias na freguesia. Algumas delas encontravam-se em mau estado. Para outras, porém, os proprietários pediam preços de aluguer muito elevados ou preferiam mesmo não alugar. As opiniões dividem-se relativamente a essa opção dos proprietários. Uma jovem refere que, em Querença, “não é normal as pessoas alugarem casas, não pensam nisso” (Jovem 2), um outro jovem e o coordenador disseram-nos que os proprietários cultivam a esperança que algum “estrangeiro rico” pague um bom preço por elas.

Conversando com outros interlocutores, fomos reunindo mais opiniões. A Presidente da Junta da Freguesia alertou-nos para o fato que há uma forte ligação à terra e à propriedade. Um outro jovem relatou-nos que as pessoas, dada a crise econômica atual, demonstravam receio que pessoas de fora viessem “ficar com o que é deles” (Jovem 4)²⁰⁰.

O acesso à habitação e o controle da posse da terra são duas questões que se colocam nas relações entre quem chega e quem mora nas localidades. Porém, a não cedência das casas através de aluguel, poderá significar tanto uma resistência e uma proteção face a quem vem de fora, como uma estratégia de foro econômico²⁰¹ ou de foro familiar e cultural. Os querentinos procuram uma continuidade do vínculo com “a terra”, mantendo as casas e propriedades para um eventual regresso de seus filhos²⁰². Mas, mesmo que não regressem, os filhos mantêm laços estreitos com Querença.

Perguntámos aos jovens do Projecto Querença se viam ou se conheciam jovens querentinos, dado que apenas nos falavam dos “velhotes”, dos “idosos”. Alguns responderam que são muito poucos e que não os viam. “Havia crianças, vinte e poucas, mas havia um fosso etário, porque não se via ninguém entre os 18 e os 30, trinta para cima” (Jovem 1)²⁰³. Viam apenas dois ou três casais “mais jovens”. Mas viam, tal como nós os vimos, sobretudo os jovens – filhos de residentes querentinos que moram no centro de Loulé ou nos municípios circundantes – que vão regularmente a Querença levar os seus filhos à escola (do primeiro ciclo do ensino fundamental); que vão usufruir dos serviços do centro de saúde; que vão aos mercados mensais, às festas, ou simplesmente à casa dos pais, comer e levar para suas casas o que a terra dá.

A única escola local foi-nos referida por alguns habitantes como sendo de grande qualidade. Pela qualidade, pela preocupação em mantê-la a funcionar face às notícias recorrentes de encerramento de escolas com poucos alunos, e também pela praticidade – os avós moram lá e vão buscar os netos à escola – o número de crianças inscritas na escola tem

construção de casa própria é um fator importante para a condição masculina (MONTEIRO, 1993:197-198).

²⁰⁰ O receio relativamente a quem vem de fora refletiu-se sobre os jovens participantes no Projecto, na sua chegada a Querença. Numa reportagem do Canal SIC em Setembro de 2011, uma senhora de Querença conta à jornalista que quando os avistou pela primeira vez foi procurar saber quem eles eram: “como a coisa está, a gente tem medo”. Disponível em: <<http://videos.sapo.pt/A9feBSJF6PbFlaZj2sJq>>. Acesso em: Maio 2014.

²⁰¹ Se considerarmos o argumento que os querentinos preferem vender suas casas a estrangeiros, o fato da população estrangeira a fixar residência na freguesia ter aumentado consideravelmente (de 2,42% em 1991 passou para 12,12% em 2011 (www.ine.pt)) poderá ser equacionado pelos proprietários das casas na decisão de alugar, vender ou deixar vagas as casas.

²⁰² A ligação à terra e à família parecem ser importantes para os querentinos e seus familiares. De acordo com um inquérito realizado pelo INE em Querença no ano de 2001, a maioria dos inquiridos (52%) afirma residir em Querença por motivos de ordem familiar: para estar junto da família ou porque Querença é a terra de origem de um dos elementos do casal (INE, 2004: 287).

²⁰³ Apenas um dos jovens afirmou que conhecia jovens querentinos. Mas frequentavam lugares diferentes e tinham outros hábitos, daí que pouco se cruzassem (Jovem 4).

aumentado.

Também o centro de saúde é acessado por filhos dos residentes. Apesar de só oferecer atendimento dois dias por semana, é mais fácil marcar e conseguir consulta em Querença do que nas cidades onde moram.

E os jovens vão também às festas e aos bailes! Como nos disse a Presidente da Junta, apesar de terem diminuído, Querença sempre foi terra de muitas festas. Uma delas é a festa dos “filhos e amigos de Querença”, expressão adaptada de outra bastante recorrente em Portugal: os “filhos da terra” – aqueles que mesmo partindo continuam ligados “à terra”, ao lugar onde nasceram e onde têm suas raízes.

Para além da festa dos filhos de Querença em Agosto, existem duas outras de cadência anual: a Festa de São Luís, em Janeiro; e a Festa dos Foliares, após o domingo de Páscoa. Ambas aliam o culto religioso aos produtos alimentares. A Festa de São Luís está ligada aos “enchidos” de carne de porco e a Festa dos Foliares aos doces tradicionais da época de Páscoa com esse nome. Esses alimentos são primeiramente oferecidos às figuras religiosas e são depois leiloados pela população.

As festas religiosas são organizadas pela Comissão de Festas da Paróquia de Querença. Na Casa do Povo organizam-se os bailes da terra. O mais famoso é o do Carnaval. É geralmente chamado de “baile da cueca”, mas vai mudando de tema ao longo dos anos (e é um dos eventos contados com maior entusiasmo pelos jovens do Projecto). Os querentinos contaram-nos também de outros eventos que a população organiza regularmente: um almoço mensal num dos cafés-restaurantes, seguido de baile; e o “baile das mulheres”, aos domingos.

Em termos de associativismo existem, para além da já mencionada Comissão de Festas da Paróquia e da Casa do Povo (onde decorrem atividades de esporte), a Associação de Bem Estar aos Amigos de Querença (a partir da qual nasceu a casa de repouso dos idosos), a Associação de Agricultores; a Associação de Caçadores de Querença e a Associação de Caçadores da Amendoeira. Para uns, Querença apresenta um tecido associativo dinâmico (FREITAS, 2003: 44), mas alguns moradores disseram-nos que “faz-se cada vez menos”, especialmente na Casa do Povo.

Querença é também palco de eventos organizados pela Junta de Freguesia e por entidades que não são da localidade²⁰⁴, aos quais a população adere com alguma facilidade. Uma abertura testemunhada pelos jovens do Projecto Querença: “As pessoas têm vontade de fazer as coisas e eles próprios já fazem, estão abertos. Sempre que havia alguma coisa nova, participavam.” (Jovem 1). E enfatizam a energia sobretudo dos “mais velhos”: “eles davam-nos dez a zero em energia” (Jovem 1). Mas essa não é uma opinião consensual. Para alguns, “as pessoas não estavam habituadas a ter iniciativas [em Querença]” (Jovem 9). Outros pensavam o mesmo, mas mudaram de opinião: “A primeira impressão foi a de um interior mais fechado. Mas foi só ao início.” (Jovem 4).

As festas, os almoços e os restaurantes de Querença são bastante famosos um pouco por todo o Algarve, devido à tradição gastronômica da localidade. Entre os pratos mais renomados está o galo de cabidela (GLOBALGARVE, 2003: 84).

A par da notoriedade das festas e da gastronomia local, existem alguns “filhos da terra” que fazem com que o nome Querença seja bastante conhecido (fato que nos foi testemunhado pelos jovens do Projecto oriundos do Algarve: mesmo os que nunca tinham lá ido, já tinham ouvido falar da localidade). Uma dessas personalidades é Manuel Viegas Guerreiro, o antropólogo português, patrono da Fundação que promoveu o Projecto Querença,

²⁰⁴ Por exemplo, uma associação nacional organizou em 2009 e 2010, um festival de danças tradicionais de todo o mundo. Disponível em: <<http://www.cm-loule.pt/noticias/1249/ritmos-em-querenca-aldeia-recebe-festival-de-dancas-do-mundo.aspx>> Acesso em: Fevereiro 2014.

e seu primo, Gomes Guerreiro, primeiro reitor da Universidade do Algarve.

Esse é um conjunto de elementos que faz com que os habitantes de Querença afirmem que “Querença é especial”.

Ao caminharmos pelas encruzilhadas dos discursos e das visões sobre Querença deparámo-nos com imagens contrastantes. Olhando para trás no tempo, temos a sensação que a localidade está trilhando um percurso de declínio, pelo menos demográfico. É assim que é adjetivada pelo Projecto que a pretendeu revitalizar e é também assim que é retratada pelos habitantes com quem tivemos oportunidade de conversar. Curioso fato que os jovens, chegados de várias origens, tenham tido percepção contrária e que vejam na caracterização de Querença como lugar deserto um exagero midiático. Querença, para eles, não é um “deserto”, porque não está isolada (“é tudo já ali”²⁰⁵) e a população, idosa sim mas bastante dinâmica e aberta.

No presente (mas projetando passado e futuro) os problemas relatados pela população são a falta de pessoas, mas também a proibição de construir casas e a falta de emprego que, em conjunto, contribuem para que os “filhos da terra” continuem indo embora ou pelo menos, a terem que trabalhar fora de Querença.

Vamos agora ver como o Projecto Querença se propôs responder a esses problemas.

3.3. “Uma nova abordagem ao desenvolvimento do mundo rural”²⁰⁶

“Querença foi, outrora, um local bastante conhecido pela excelência gastronómica oferecida por vários estabelecimentos ali existentes. Entretanto, devido ao encerramento dos mesmos e a um conjunto de circunstâncias comuns ao território interior do Algarve, esta localidade - e respectiva freguesia - tem vindo a definhir, sofrendo actualmente de um processo de desertificação, estagnação económica e falta de iniciativa privada e comercial.

Contudo, a aldeia e os espaços envolventes albergam um conjunto de recursos de elevado potencial que podem ser motor de um desenvolvimento dito sustentado, com repercussões económicas, sociais, culturais de âmbito local, podendo contribuir para a criação de emprego, melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem e até, para a preservação dos ricos valores ambientais e culturais ali presentes.” (FMVG, 2011b)

No segundo capítulo procurámos identificar as discussões teórico-analíticas, bem como algumas dimensões de políticas públicas e de iniciativas ligadas ao 'desenvolvimento' rural. Percebemos que rural é uma noção em discussão, agregada, sobreposta ou definida a partir de outras noções e abordagens como a noção de local e de território. Não obstante o surgimento de diferentes prismas e entendimentos do rural, quando aliado à perspectiva do desenvolvimento ele implica em visões de mudança para um espaço, com agendas e valores por vezes coincidentes por vezes diferenciadores, mas que, sobretudo na literatura portuguesa, surgem como resposta aos problemas diagnosticados nesses lugares (CAVACO, 1994; FERRÃO, 1997; COVAS; COVAS, 2012).

No nosso estudo de caso as noções mais acionadas são “rural”, “interior” e “aldeia”, enquanto expressões do lugar Querença mas também de um “mundo” mais lato que o Projecto se propõe a “revitalizar”, “dinamizar”, “desenvolver” e “empreender”.

Tendo por base uma visão desse mundo como em vias de desertificação humana e de abandono, os promotores do Projecto Querença foram agregando atores, no sentido de pôr em

²⁰⁵ Intervenção de uma jovem no programa “A Minha Aldeia é o Mundo” da rádio TSF, em 31 de Maio de 2012. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=917979&audio_id=2561937> Acesso em: Setembro 2013.

²⁰⁶ Título do já citado artigo do coordenador técnico do Projecto Querença (MINISTRO, 2012: 1).

marcha uma intervenção assente no pressuposto do potencial dos recursos naturais e culturais que esses territórios reúnem. Os recursos locais 'abandonados', desde que usados na óptica de sua preservação, são considerados a base de uma nova economia local e logo, do desenvolvimento sustentável do mundo rural. O fato de serem jovens qualificados a pensarem usos inovadores desses recursos faz da filosofia do Projecto Querença uma “nova abordagem de dinamização do espaço rural” (FMVG, 2011b).

3.3.1. O Projecto Querença na óptica da “Rede Rural”

O uso sustentável dos recursos naturais enquanto base da economia rural é um dos aspectos diferenciadores do paradigma de desenvolvimento rural (PLOEG *et al.*, 2000). Na conceptualização de Van der Ploeg e de outros autores, o desenvolvimento rural implica o uso, a reprodução e o desenvolvimento dos recursos existentes, traduzidos em novas atividades econômicas e na produção associada de valor acrescentado (PLOEG; VAN BROEKHUIZEN *et al.* in PLOEG; MARSDEN, 2008: 4).

A agricultura é uma atividade nuclear desse paradigma, mas não só se repropõe noutros modos de produção (por exemplo, a agricultura orgânica) como está aliada e em sinergia com outras atividades no meio rural (por exemplo, o turismo). O desenvolvimento rural caracteriza-se precisamente pela criação de “benefícios mútuos” entre a agricultura e outras atividades rurais, na forma da pluriatividade e da multifuncionalidade, de modo a diminuir o grau de dependência face a recursos e atores exógenos e a criar economias de escopo (SACCOMANDI in PLOEG *et al.*, 2000: 403).

As conexões com outras dimensões (nacionais, globais) não são, todavia, cortadas. Elas existem e subsistem, mas as “redes rurais” – expressão desse desenvolvimento rural – exercem um certo grau de controle sobre essas interrelações.

A rede rural pode surgir de forma não intencional ou ser criada. De uma forma ou de outra, o seu surgimento está ligado a uma sensação comum aos atores que a constituem de “que as coisas podiam ser feitas de modo melhor” (VENTURA; MILONE; PLOEG in MILONE; VENTURA, 2010: 11, tradução nossa). E o seu traço distintivo é a re-padronização de partes do mundo natural e social rural segundo as características acima enunciadas.

A conceptualização de rede rural é um dispositivo analítico, a nosso ver, pertinente para compreender a *praxis* do Projecto Querença. Por um lado, porque percebemos semelhanças entre a proposta do Projecto e os elementos que os autores em questão definem como caracterizadores do paradigma de desenvolvimento rural: a sensação dos coordenadores que as coisas podem ser feitas de outro modo; a valorização dos recursos endógenos como base de um renascer da economia rural e a conexão entre vários atores e vários níveis.

Por outro lado, as seis dimensões postuladas pelos autores para explorar a rede rural prestam-se a uma leitura mais analítica da conexão entre os princípios enunciados pelo Projecto e as suas práticas. Desse modo, tentaremos articular os postulados dessas dimensões – a endogeneidade da economia rural; a produção de novidades; o capital social; os arranjos institucionais; a governança dos mercados; a sustentabilidade e o desenvolvimento rural (PLOEG; MARSDEN, 2008: 7) – com os elementos emersos da análise empírica.

A prática do Projecto Querença concretizou-se nas atividades levadas a cabo pelos jovens. Atividades a um tempo de dinamização de Querença e de experimentação de possíveis “negócios” futuros para cada um deles. Iremos, de seguida, descrever as atividades principais dos jovens e sua articulação com outros atores e com a dinâmica social de Querença, tendo como base as dimensões da rede rural.

A atividade em que foi colocado maior esforço foi a agricultura – em particular a horticultura –, porque essa foi historicamente uma das atividades principais na localidade e porque os coordenadores, no seu diagnóstico inicial, perceberam que poderiam contar com a disponibilização de terrenos por parte da população. O propósito da iniciativa era, assim, revitalizar a prática das hortas tradicionais, recuperando o sistema de rega tradicional; criar um “banco de terras”²⁰⁷ para possíveis interessados, incluindo os dois jovens agrônomos; aumentar a produção local e articulá-la em redes de circuitos curtos (FMVG, 2011b).

Uma das primeiras ações nesse âmbito foi uma reunião com os agricultores locais - que são em grande medida as pessoas já aposentadas que continuam fazendo horta -, para partilha de ideias, necessidades, etc.. Os maiores problemas apontados por quem participou nesse encontro foram o escoamento dos produtos e o roubo das suas culturas²⁰⁸. Paralelamente, os jovens andaram “de café em café” para conhecer as pessoas e para “ver quem tinha propriedades que cedesse de forma gratuita” (Jovem 7).

A cedência de terrenos – de carácter temporário – foi, segundo os jovens, fácil. Poucas foram as pessoas com terrenos não cultivados que não os quiseram ceder, para que eles ou para que outras pessoas os trabalhassem. Começaram, então, a limpar essas terras e chamaram a população. A adesão surpreendeu-os. Os querentinos não só os foram ajudar, como levaram seus tratores. Segundo um dos jovens, lavrar os terrenos era importante para demonstrar que eles estavam mesmo interessados em trabalhar, em se engajar e em aprender com a população que inicialmente se mostrara desconfiante²⁰⁹.

Os dois agrônomos cultivaram principalmente produtos hortícolas, ou seja, produções com ciclos curtos, devido à duração do estágio e à natureza experimental da ação. Simultaneamente, fizeram um levantamento dos produtos agrícolas tradicionais da Beira Serra e recolheram e semearam variedades locais.

A atividade agrícola foi uma das ações que mais atores envolveu: os nove estagiários; parte da população de Querença; voluntários de fora²¹⁰; a casa de repouso – os jovens fizeram e mantiveram uma horta para a entidade; duas empresas – uma empresa ofereceu uma motocultivadora, uma moto-enxada, bombas de água e outra forneceu composto orgânico para a fertilização das hortas – e a Universidade do Algarve, que permitiu o uso das estufas existentes no *campus* universitário.

Pelo que percebemos das entrevistas com os jovens e das conversas com a população, foi a agricultura que mais aproximou o Projecto, e especialmente os jovens agrônomos, às pessoas de Querença.

A relação entre os agrônomos e os “agricultores” locais tem algumas peculiaridades. Por um lado, os jovens reconhecem que procuraram os ensinamentos da população, considerando que face ao conhecimento deles, apenas teórico, os querentinos sabem muito mais sobre a atividade agrícola e sobre a natureza. Os querentinos transmitiram-lhes o gosto pela terra, por trabalhá-la. Um gosto que eles (bem como os outros jovens não agrônomos)

²⁰⁷ “Banco de terras” significa, regra geral, um mapeamento e uma listagem de terrenos disponíveis, para empréstimo, aluguel ou venda a potenciais interessados, num determinado lugar.

²⁰⁸ PROJECTO QUERENÇA. Reunião com os Agricultores - Um momento decisivo para o futuro do projecto. *Newsletter*, n.º 1, set. 2011.

²⁰⁹ Também assim, o depoimento do coordenador técnico no programa “A Minha Aldeia é o Mundo”, da rádio TSF, em 31 de Maio de 2012: “Quando começámos a falar nisto, começaram a rir: 'ah, nem sabem segurar numa enxada!' Queremos mostrar que estamos dispostos a aprender e que isto é a sério.” Disponível em: <http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=917979&audio_id=2561937>. Acesso em: Setembro 2013.

²¹⁰ Alguns dos voluntários eram pessoas conhecidas da equipe, outros chegaram através da semana do voluntariado, organizada em Março de 2012. Alguns começaram as suas próprias hortas nos terrenos cedidos. Entretanto, quando fomos a Querença, em 2013, essas hortas já estavam desativadas.

foram interiorizando. E sublinham ainda a relação de entreajuda que nasceu dos dois lados. Mas nem sempre se colocavam no lugar de aprendizes. Por vezes, tinham opiniões diferentes e segundo um deles, às vezes cediam, mas sem dar razão aos “mais velhos”.

O principal diferencial entre a agricultura deles e a agricultura dos querentinos estava precisamente na dimensão sustentável que queriam imprimir à atividade. Enquanto a população, de acordo com os agrônomos, utiliza agrotóxicos, eles optaram pelo modo de produção orgânico.

“(…) em tempos, o Mercado de Querença foi um espaço de venda de gado e produtos agrícolas (...). Hoje, assume-se como um evento diferenciado, personalizado e dinâmico, com actividades e produtos turísticos, artesanais e agrícolas.”²¹¹

No terceiro mês de implementação da iniciativa, lançaram aquela que, segundo todos os jovens, é a maior marca do projeto em Querença: um mercado mensal que acontece na manhã de cada último domingo do mês, no largo principal da freguesia, para venda de produtos agrícolas e artesanais locais.



Fig. 19 – Mercado de Querença durante a primeira fase do Projecto Querença

Fonte: FMVG, 2012: 11

Existem divergências quanto ao caráter de 'renascimento' de uma prática antiga entre jovens e coordenação, e os habitantes. Os primeiros dizem que o mercado não se fazia há cerca de 30 anos. Os habitantes com quem falámos disseram-nos que nunca existiu, que “isso foi invenção dos moços”. Não sabemos quem terá razão. Mas percebemos que através dessa

²¹¹ PROJECTO QUERENÇA. Mercado (re)anima Querença. *Newsletter*, n.º 3, nov. 2011.

(re)criação o Projecto, por um lado revestiu de carácter histórico e particular o que poderia ser um mercado local comum, e por outro, reapresentou-o como moderno e dinâmico, especialmente porque cada mercado é dedicado a uma temática diferente.

A organização estava a cargo da equipe do projeto. A Junta de Freguesia e a Prefeitura davam o apoio logístico (mesas, cadeiras, toldos). E todos os produtores e artesãos locais podiam participar. Os jovens vendiam os produtos agrícolas que cultivavam, bem como os de outros agricultores locais. 10% do lucro de todos os vendedores revertia para o Projecto. Os produtos agrícolas eram apresentados em embalagens e etiquetas elaboradas pelo jovem da área de design e com a logomarca do Projecto.

Após o término da primeira fase, a organização do mercado manteve-se regular, mas a responsabilidade passou para a Junta de Freguesia, com o apoio contínuo do coordenador técnico do Projecto Querença. Dado que, em 2014, a geografia da freguesia se alargou é possível a produtores e artesãos das outras localidades participarem do mercado. Atualmente, quem vende os produtos agrícolas são os próprios produtores (três produtores, regra geral). O número de pessoas que vende no mercado é mais ou menos regular, cerca de doze. A Junta de Freguesia continua recolhendo 10% do lucro das vendas, lucro que reverte agora a favor da casa de repouso de Querença.

Mantém-se também a escolha de uma temática diferente a cada mês, geralmente relacionada a um alimento, um doce ou outro produto local. Por exemplo, no mercado de Novembro de 2013, o tema era a bolota – fruto seco da azinheira e do sobreiro²¹². A bolota, outrora parte da alimentação humana, cozinhada ou em forma de farinha, foi paulatinamente desaparecendo da gastronomia local e passou a ser dada apenas aos animais. Nesse mês, encontrámos várias senhoras de Querença entretidas a inventar receitas de bolos com bolota, algo que nunca tinham feito antes. Observámos o mesmo com o tema dos citrinos. O mercado vai estimulando a criatividade dos querentinos – que se foram apropriando desse espaço – em novos usos das matérias-primas locais.

Relativamente à repercussão nos produtores locais, segundo os jovens e a coordenação, a partir do momento em que começaram a organizar o mercado, quem tinha horta aumentou a sua produção para poder vender mais. Duas das pessoas de Querença que vendem regularmente no mercado, deram-nos outra visão sobre o que para elas representa aquele espaço: mais do que o lucro, que não é significativo, o mercado passou a significar um lugar de encontro, “de convívio”, onde veem e podem falar com outras pessoas.

Para além do mercado, ainda durante a primeira fase do Projecto a equipe tentou estabelecer outros canais de escoamento junto de cadeias de hotéis e de dois restaurantes “tipo gourmet” (Jovem 7), no centro urbano de Loulé. O coordenador técnico era quem, modo geral, iniciava os contatos institucionais, seguidos posteriormente pela jovem da área de marketing. “Conseguimos vender facilmente os nossos produtos. Tinham qualidade, o que ajudou.” (Jovem 7).

O objetivo era criar uma cadeia desde a produção, passando pelo marketing e por uma imagem de marca, até chegar à venda, não só dos produtos agrícolas do Projecto como os da população. Ou seja, não apenas assegurar a venda, como agregar vários setores trabalhando em sinergia e alargar esses benefícios à população. De fato, alguns produtores passaram a contactar diretamente os restaurantes de Loulé para venderem seus produtos²¹³.

O mercado mensal também representava essa confluência de atividades e de setores. A

²¹² O sobreiro (*Quercus suber*), tal como a azinheira, é uma árvore endêmica do Mediterrâneo, existente na Serra e no Barrocal algarvios, mas menos recorrente em Querença. Disponível em: <<http://www.florestar.net/>> Acesso em: Maio 2014.

²¹³ O que alguns jovens veem como uma estratégia dos querentinos a meio caminho entre o pragmatismo e o passar por cima das diligências do Projecto.

cada mês, as duas jovens da área ambiental (de biologia e de engenharia ambiental) organizavam atividades ligadas ao ecoturismo e à educação ambiental. Para isso, primeiro realizaram um levantamento das principais espécies de fauna e flora existentes em Querença. E perceberam que, dada a presença abundante de água, Querença e suas ribeiras são locais onde é fácil encontrar e observar uma grande diversidade de insetos. No diálogo com o professor da Universidade do Algarve que dava apoio nesse campo do conhecimento, foram orientando sua atenção para uma espécie em particular: as libélulas e libelinhas.

Para saberem mais sobre essa riqueza natural, aproximaram-se de algumas pessoas da freguesia, as quais, segundo uma das jovens, “sabem coisas que “nos põem a um canto”” (Jovem 2). Diz-nos que adquiriu com os querentinos um “conhecimento mais real” do que o saber académico. A junção desses dois tipos de conhecimento foi importante não só para as atividades organizadas em torno do património natural de Querença como nas atividades educativas: campos de férias para jovens e atividades com a escola local e com outras escolas do município.

As duas jovens promoveram cerca de sessenta atividades na localidade nas quais participaram muitas pessoas de Querença e de fora – de Loulé e até de Lisboa. O que, no parecer de alguns jovens e dos coordenadores, trouxe benefícios económicos para os estabelecimentos locais – especialmente para os “cafés” e os restaurantes.

O fato das paisagens de Querença, mesmo sendo áreas modificadas pelos seres humanos (ALHO, 2014), sugerirem um certo grau de naturalidade e de “vida selvagem” tornam-nas atrativas para um segmento de turismo que o Projecto quis implementar na localidade: o ecoturismo. Na dissertação de mestrado de uma das jovens, encontramos a definição desse setor como “um segmento de mercado do turismo” que “se distingue das restantes formas de turismo sustentável por agrupar um conjunto de princípios que visam a educação, a preservação dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais e a sensibilização do visitante” (CEBALLOS-LASCURAIN in ALHO, *idem*: 11).

No seguimento das atividades promovidas e nesse entendimento de ecoturismo, as jovens desenvolveram a sua ideia de negócio: produção de roteiros para caminhadas pedestres de observação de libélulas, ligadas a atividades pedagógicas paralelas. Para além disso, elaboraram juntamente com o jovem da área de arquitetura paisagística, um mapa com vários roteiros, assinalando todos os pontos de interesse patrimonial e os pontos de comércio local da freguesia. O jovem arquitecto contribuiu com o levantamento cartográfico de parte do sistema tradicional de rega (para o qual contou com o suporte técnico da Prefeitura).

Uma das principais atividades desse jovem, porém, foi a criação de um “jardim sensorial”²¹⁴ na sede da Fundação, que contou com o apoio financeiro da Junta de Freguesia. O jardim é composto por plantas autóctones do Barrocal, em contraposição ao que, em sua opinião, tem sido a prática paisagística no Algarve: jardins públicos e privados “artificiais”, com florestação tropical. Uma prática pouco sustentável em termos de uso da água e logo da conservação do solo.

Esse foi o projeto experimental que o levou a idealizar como plano de negócio – em conjunto com um dos agrónomos – a criação de um viveiro de plantas autóctones e de árvores de sequeiro mediterrânicas. O objetivo seria, por um lado, fornecer espaços de jardinagem públicos e privados, bem como ações de reflorestação; e por outro, preservar as variedades locais que, segundo o agrónomo, “têm muito potencial, estão por explorar”. Em particular as

²¹⁴ “(...) um jardim de plantas da região, tanto do barrocal como da serra (...) uma área de plantas aromáticas que desperta as sensações (...). Trata-se de uma intervenção com uma componente pedagógica acentuada, tendo também o objectivo de ser acessível a pessoas com mobilidade reduzida.” In: PROJECTO QUERENÇA. Jardim sensorial na Fundação Manuel Viegas Guerreiro. *Newsletter*, n.º 3, nov. 2011.

de Querença, onde “existe uma grande variedade genética, um património que é importante não cair no esquecimento” (Jovem 7).

Esse projeto assentava, a nosso ver, na valorização de recursos endógenos, mas com menor envolvimento e retorno para a população local. Aliás, o próprio jovem sentiu que foi um dos que trabalhou em menor articulação com os querentinos, o “mais isolado”, nas suas palavras.

Esse sentimento de maior isolamento na criação do próprio projeto e no envolvimento com a população foi igualmente mencionado pela jovem da área de biotecnologia. Ela tinha a seu cargo o desenvolvimento “de novas utilizações para os produtos locais, como a alfarroba²¹⁵, o medronho²¹⁶ ou o figo” (MINISTRO, 2012: 3).

A partir das ideias iniciais que constavam no edital de seleção e das sugestões dos professores universitários, encetou dois projetos: um na área da biotecnologia e outro numa área nova para ela, a engenharia alimentar. No primeiro caso, procurou melhorar uma patente já existente na Universidade: o processo de extração de coagulante de uma planta – a flor do cardo²¹⁷ – para comercialização junto de produtores de queijo de Denominação de Origem Protegida²¹⁸. O segundo projeto visava o desenvolvimento de uma “barra energética”²¹⁹ elaborada à base de produtos agrícolas produzidos em Querença: figos, amêndoas, mel e alfarroba.

A jovem recolhia os materiais na localidade e conduzia a investigação laboratorial na Universidade. Apesar de falar do contato e dos conhecimentos adquiridos com a população, incluindo com um dos produtores locais de queijo, considera-se como um dos jovens que trabalhou em maior isolamento, uma vez que passava muito tempo na Universidade. E que, apesar de utilizar matérias-primas locais, “era uma relação mais teórica do que prática” (Jovem 8).

Relação mais prática e articulada com o saber local foi buscada pelo outro agrônomo. Paralelamente às atividades agrícolas, o jovem foi-se interessando pelas artes e ofícios locais, desde o fabrico artesanal de sorvetes à cestaria em vime, e esboçou como projeto a realização de passeios temáticos mostrando e explicando as propriedades das plantas espontâneas. Conduziu um desses passeios por ocasião de um mercado mensal. Paralelamente, experimentou receitas com essas plantas com o auxílio de uma das habitantes de Querença, conhecida localmente por suas receitas tanto de pratos, como de doces e misturas de plantas para infusões.

O suporte às atividades e ao desenvolvimento das ideias desses seis jovens era dado pelos três jovens da área do design, da gestão financeira e do marketing. Para que o Projecto Querença tivesse uma “comunicação eficaz”, elaboraram uma “marca distintiva que credibilize os produtos e serviços de Querença e lhes acrescente valor” (MINISTRO, 2012:

²¹⁵ Dá-se o nome de alfarroba à vagem que acolhe o fruto da árvore alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*). Ver nota 188.

²¹⁶ O medronho é o fruto do medronheiro (*Arbutus unedo*) – árvore frutífera nativa da região mediterrânica e da Europa Ocidental, com forte ocorrência nas duas serras algarvias. Disponível em: <<http://www.florestar.net/>>. Acesso em: Maio 2014.

²¹⁷ A flor do cardo (*Cynara cardunculus*) é uma planta espontânea tradicional e utilizada artesanalmente para coagular o leite e fazer queijo. Disponível em: <http://jb.utad.pt/especie/cynara_cardunculus>. Acesso em: Maio 2014.

²¹⁸ A Denominação de Origem Protegida é uma das três classificações de certificação da qualidade de produtos agroalimentares na União Europeia, seja demarcação de variedade seja de localidade de produção. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/quality/schemes/index_en.htm>. Acesso em: Maio 2014.

²¹⁹ As barras são suplementos alimentares industrializados: um conjunto compactado de frutos, cereais e outros, de alto valor energético, para consumo rápido, geralmente de esportistas.

4). Uma marca que exprimia “a verdadeira essência da comunidade” (Jovem 1), através de um logotipo próprio e de uma série de produtos associados, por exemplo, rótulos para os produtos agrícolas e para a barra energética.

A par da “marca” do Projecto, o jovem designer construiu as interfaces de comunicação do mesmo: o website, as “newsletters” mensais, entre outros. E elaborou também um novo logotipo e produtos associados para um dos restaurantes querentinos. A jovem de gestão financeira deu igualmente apoio a duas empresas locais na sua área de formação. Segundo o coordenador técnico, esse foi um modo de apresentar o trabalho deles para uma possível colaboração futura, remunerada, com essas (ou outras) empresas locais.

A mesma jovem assistiu os colegas na estruturação dos respectivos “planos de negócios” (Jovem 5) e na preparação dos processos de candidatura aos financiamentos públicos para o desenvolvimento rural. O projeto de futuro pensado pelos três era montar uma empresa que oferecesse serviços nas suas áreas profissionais a pequenas empresas que não podem empregar técnicos de cada uma delas em tempo integral. A empresa teria sede em Querença, mas os jovens acreditavam que só teria hipóteses de singrar caso obtivesse clientes fora da localidade (Jovem 6).

A jovem da área de marketing, que assumiu a organização do mercado mensal e de alguns eventos de divulgação, aponta que o empenho e o envolvimento da Junta de Freguesia e da Prefeitura foram essenciais para o desenrolar do Projecto. Em sua opinião, “todos estavam envolvidos para um objetivo comum” (Jovem 1). Para além dessas entidades, o Projecto Querença foi reunindo o apoio de várias outras, nomeadamente através de candidaturas a prémios e/ou buscando diretamente apoios financeiros e patrocínios de carácter institucional. A iniciativa foi galardoada com quatro prémios, dois deles na área ambiental, da Fundação Calouste Gulbenkian²²⁰ e da Confederação Nacional de Associações de Defesa do Ambiente. Ganhou igualmente um prémio de um banco privado e da empresa pública de energia. Para além de ter como “Patrocinador financeiro principal”²²¹ o único banco comercial português de capitais exclusivamente públicos.

O uso dos prémios de valor pecuniário é um ponto velado do Projecto. Tanto os coordenadores como os jovens disseram-nos que uma fragilidade da iniciativa foi a falta de insumos (criticando implicitamente as entidades parceiras por não terem investido nele). Segundo um dos jovens, alguns habitantes querentinos percebiam as dificuldades do Projecto, e como tal questionaram o uso do dinheiro dos prémios, que aparentemente não foi aplicado na iniciativa. Não temos outros dados sobre essa situação, mas percebemos que a questão financeira foi um dos pontos de fragilidade nos arranjos institucionais do Projecto.

Ao nível político-institucional nacional, o Projecto Querença teve o patrocínio da Secretaria de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território²²² que se traduziu na participação em momentos relevantes e no acompanhamento da iniciativa, “procurando, dentro da sua capacidade, suscitar o interesse e o apoio ao projeto-piloto”²²³.

O coordenador técnico foi central nesses contatos. Apesar de ter sido também importante no contato e no envolvimento da Junta de Freguesia, da Casa do Povo e da própria

²²⁰ A Fundação Calouste Gulbenkian é uma das mais renomadas fundações privadas portuguesas. Atua nas áreas das artes, educação, ciência e desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.gulbenkian.pt/Institucional/pt/Homepage>>. Acesso em: Maio 2014.

²²¹ Disponível em: <<http://www.projectoquerenca.com/pt/apoios.html>>. Acesso em: Maio 2014.

²²² Em 2012, essa Secretaria de Estado integrava o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Em Portugal, de forma geral as secretarias de Estado são desdobramentos dos ministérios, sendo que cada uma tem uma sub-pasta ministerial específica.

²²³ Disponível em: <<http://www.projectoquerenca.com/pt/apoios.html>>. Acesso em: Maio 2014.

população, uma vez que já trabalhava em Querença, o elo principal com a população e com os entes locais foi criado pelos jovens, coadjuvado pelo fato de terem residido na localidade durante o estágio. Morando lá, “não podes ser visto como um estrangeiro” (Jovem 2).

Como acima descrito, a chegada dos jovens criou tanto desconfiança como expectativas por parte da população. O único jovem do Projecto natural da freguesia contou-nos uma conversa que havia escutado num café local pouco tempo antes do lançamento da iniciativa: “vêm aí uns engenheiros ensinar-nos a plantar batatas” (Jovem 3).

Para além do clima de medo que se tem instalado nos meios rurais devido a assaltos à população idosa, no caso do Projecto esse medo era acompanhado por outro tipo de desconfiança: o que viriam esses jovens saídos da universidade, com “seus computadores”²²⁴, fazer em Querença? E existia também a sensação que eles estariam ali de passagem: “as pessoas da aldeia disseram-nos 'Vocês irão-se embora e virão outros. Vai-se tornar um ciclo.' E nós dizíamos que não, que não.” (Jovem 7).

O fato de terem vivido lá, de conversarem, de se interessarem pelo saber das pessoas, de participarem no cotidiano delas, das festas, dos bailes, de irem ao café e sobretudo por demonstrarem vontade de trabalhar, foi alimentando a confiança dos querentinos neles e no próprio Projecto. Ainda que “tivessem sempre o pé atrás” (Jovem 9) e que nem todos se tivessem interessado ou envolvido na iniciativa.

Dos depoimentos dos jovens sobre a interação com a população emergem dois tipos de substratos relacionais: uma interação originada e mantida pelo trabalho, pela necessidade e pela vontade da troca de conhecimentos; e uma interação alimentada pelo reconhecimento e pelo afeto, dois sentimentos que sublinham como uma das melhores partes dessa experiência (a outra foi a interação e espírito de grupo que nasceu entre os próprios jovens).

Os jovens autodistinguem-se entre os que tinham maior ou menor relação com as pessoas por meio do trabalho. Procurar saber, interessar-se, cavar, colher com a população e envolvê-la nas atividades que organizavam, fazia parte do “trabalho” deles. Mas almoçar e jantar nas casas dos querentinos, é igualmente um relato comum a todos os jovens, relato que usam para ilustrar os vínculos que estreitaram com a população.

Mais pelo trabalho ou mais pela vivência cotidiana (ou na intersecção dos dois), o que percebemos é que quase todos se sentiam integrados: “Sentia-me mais do que moradora, completamente integrada, as pessoas gostavam genuinamente de nós” (Jovem 8), “Receberam-nos como se fossemos filhos da terra” (Jovem 1). Para além dos ensinamentos, eram presenteados com flores, com alfaces, com tudo o que sobrava dos mercados mensais. Um “dar sem receber” (Jovem 5), um cuidado e atenção que lhes fazia sentir que os vizinhos estariam ali para eles “em caso de algo correr mal” (*idem*).

Na sua vivência em Querença, Pedro Monteiro percebeu que os querentinos tinham dois tipos de tratamento para os forasteiros, de acordo com a abertura e predisposição que estes demonstravam. Os forasteiros que se deixavam “contaminar”, que falavam de si e que entregavam confiança, recebiam confiança (1993: 254). Os que não o faziam, não eram integrados na esfera da hospitalidade local. Parece-nos que o grupo de jovens se enquadre no primeiro grupo: entregaram confiança, quiseram ser parte de Querença e receberam dos querentinos um tratamento de “filhos da terra”.

²²⁴ Depoimento de um senhor querentino no programa “A Minha Aldeia é o Mundo” da rádio TSF, em 31 de Maio de 2012: “Vocês sabem no computador. Eu não sei nada. Mas viramos ao contrário. E eu ensino-os a eles.” Disponível em: http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=917979&audio_id=2561937. Acesso em: Setembro 2013.

No diálogo com alguns querentinos, percebemos essa relação de afeto e de preocupação com os jovens. Tê-los em Querença foi bom “para animar” o local, mas acima de tudo “foi bom para os jovens”, como experiência profissional e para o futuro deles.

Criou-se um elo intergeracional que, para alguns jovens, contribuiu não apenas para um saber estar e se relacionar com pessoas mais velhas, como para mudar a sua visão sobre o “mundo rural”. Descobriram um mundo dinâmico, aberto, com um outro olhar sobre a vida, mais genuíno e mais puro (Jovem 1). Um dos jovens repetiu-nos várias vezes que os “velhotes” não são muito ambiciosos, não estão preocupados com tantos “projetos” (Jovem 4). Para ele, a genuinidade local não se expressa em relações sociais idílicas, mas na ausência de máscaras entre os querentinos.

Alguns dos jovens descobriram em Querença um mundo social complexo, com suas dinâmicas de poder, seus conflitos e seus grupos. Os três cafés são frequentados por pessoas diferentes. Café, partido político e time de futebol são dimensões sobrepostas que dividem a localidade. Existem hierarquias, mas são “difíceis de captar” (Jovem 4), sobretudo captar a base dessa diferenciação. Porque a diferenciação não está tanto na riqueza, uma vez que “ali toda a gente tem alguma coisa, mesmo que não seja muito” (*idem*). Cada um tem a sua parcela de terreno, sua casa, seu trator (Jovem 3). Para o jovem natural de Querença isso representa um certo individualismo dos querentinos. Algumas pessoas de Querença notam que o sentido de comunidade e de entreajuda outrora existente, diminuiu.

Procurámos perceber melhor os contornos desse individualismo. Como é possível que os jovens enfatizem tanto a entreajuda, a ajuda desinteressada, que até nós experimentámos e presenciámos em Querença, e a percepção dos locais seja a de perda de sentido de comunidade? Teria o Projecto contribuído para contrariar esse sentimento?

A tensão entre a entreajuda, o sentido de comunidade, e o individualismo enquanto expressão da autonomia dos núcleos familiares e habitacionais, é uma constante nas relações sociais querentinas. Tendo como exemplo o sistema tradicional de rega, Monteiro (1993) demonstra que, apesar desse sistema estar assente num princípio de uso coletivo, as pessoas procuravam ter acesso preferencial a esse recurso. No museu da água em Querença, encontrámos relatos de intervenção administrativa que datam do século XIX, regulamentando o uso coletivo da água dadas as desavenças que aconteciam entre os habitantes.

O mesmo autor encontrou testemunhos de momentos coletivos na literatura histórica: as ajudadas e a festa da adiafa²²⁵ (MONTEIRO, 1993: 278). Formas de cooperação mencionadas pelo técnico da Prefeitura (oriundo da freguesia) das quais não tem memória pessoal, mas tem memória coletiva. Tal como as festividades religiosas, esses eram momentos coletivos. Mas para o antropólogo a reciprocidade e a entreajuda têm lugar, acima de tudo, no interior dos núcleos familiares, no sentido de manter a sua autonomia (*idem*: 277). Uma “autonomia das casas” que cresceu com a entrada dos electrodomésticos, dos carros e de outros artefatos da modernidade na vida sociofamiliar (*idem*: 278).

A delimitação da ajuda e até da abertura ao “forasteiro” foi experimentada por alguns jovens. Perante a demonstração de interesse de um dos jovens em dar continuidade à loja e à técnica artesanal de produção de sorvetes de uma senhora já idosa, a família dela foi colocando obstáculos até ele desistir²²⁶. Também a colaboração entre a jovem de gestão e uma empresa local sofreu alguns reveses. Apesar de não nos explicar os exatos contornos do problema surgido, a jovem diz que após o seu diagnóstico sobre os problemas financeiros, a

²²⁵ A ajudada é uma forma de cooperação entre agricultores nos trabalhos do campo. A adiafa ou festa da adiafa é o dia de festa no último dia dos trabalhos coletivos agrícolas (a vindima, a ceifa, etc.) (MONTEIRO, 1993).

²²⁶ Atualmente, a loja está fechada. A família, de acordo com o jovem, não deixou que ele prosseguisse o ofício e também não lhe deu continuidade.

colaboração não foi avante por “dificuldade de implementação de algumas mudanças” (Jovem 5). Nas palavras do coordenador técnico, faltou vontade de mudar as práticas para uma gestão mais inovadora e eficiente, usando o caso dessa empresa como exemplo da “mentalidade” das pessoas da terra.

A “mentalidade” das pessoas é esgrimida por alguns querentinos relativamente aos seus concidadãos, por não participarem nos momentos de discussão e apresentação do Projecto Querença, nomeadamente no Fórum da Aldeia.

Esse Fórum com os habitantes e as associações locais foi convocado uma vez, mas poucos compareceram. Para o técnico da Prefeitura a questão está na formalidade e na solenidade criada por esses “órgãos”, que afasta as pessoas. Elas não se aproximam, não por que não discutam ou não queiram discutir seus desejos, suas críticas, suas observações sociais e políticas, mas por que o fazem nos lugares do cotidiano: no café e na conversa com os vizinhos.

Segundo o coordenador científico foi precisamente no cotidiano que os jovens foram ouvindo a população. Mas a articulação entre Projecto e população num sentido que fosse além da convivência cotidiana e dos laços criados, isto é, que atingisse a esfera da deliberação conjunta de presentes e de futuros, a governança do processo de desenvolvimento, não foi cultivada pela iniciativa após o malogro do Fórum da Aldeia.

Na realidade, a própria governança da iniciativa sofreu vicissitudes, tanto no interior da coordenação (“meio bicéfala” (Jovem 3)), como no interior da parceria. As diferenças “em relação aos objetivos ou pelo menos na forma como atingir alguns objetivos” (*idem*) fizeram-se sentir ao longo do Projecto, especialmente na etapa final: a finalização e a concretização dos planos de negócio.

Primeiro surgiram problemas práticos. Na agricultura, os dois jovens agrônomos foram percebendo que seria difícil formalizar a cedência dos terrenos. As sucessivas partilhas e a emigração levam a que seja, por vezes, impossível encontrar os verdadeiros proprietários das terras. Terras essas, na sua maioria de pequena dimensão. Essas duas razões, acrescidas da carga burocrática inerente à atividade agrícola, fizeram com que os próprios habitantes “agricultores” lhes tivessem desaconselhado a prosseguir. “Aqui não dá para ninguém”, escutámos de um querentino a propósito da agricultura. O que dá então? Apenas a agricultura de subsistência. Opinião inversa têm os coordenadores e os outros jovens, para quem os agrônomos eram os únicos que reuniam todas as condições para conseguirem “montar o seu negócio”: terra, água, maquinaria e compradores.

O projeto de biotecnologia tinha também várias condições reunidas: o cardo é uma planta que aparece facilmente nos campos; os laboratórios da Universidade estavam disponíveis; e o projeto daria empregos a outras pessoas (na apanha da flor, por exemplo). Mas segundo a jovem dessa área a coordenação deu mais impulso ao projeto de engenharia alimentar. A barra energética representava um produto mais mediático, com probabilidade de ter mais consumidores, e de acordo com o relatório do Projecto, já contava com “entidades privadas com interesse em comercializar” (FMVG, 2012: 4). Todavia, exigia muito “mais dinheiro” (Jovem 8) do que os projetos dos colegas.

O capital inicial foi outro aspecto controvertido dessa fase. Se por um lado, ambos os coordenadores sublinham que o diferencial do Projecto Querença foi o fato de não contar com “fundos comunitários” (ou seja, fundos da UE) (MINISTRO, 2012: 6) e de quererem jovens “fora do sistema” de influências políticas e “sem dependência de subsídios”; por outro lado, no final do estágio os projetos dos jovens deveriam estar “prontos a candidatar a diferentes

programas financeiros, nomeadamente o PRODER ou PO Algarve” (FMGV, 2011b)²²⁷; ou aos “sistemas de incentivos em vigor” (COVAS, 2011b: 4; 7). Contudo, todos os sistemas em vigor, pelo menos os públicos, em Portugal são cofinanciados por fundos da União Europeia. Existem, porém, outros sistemas de incentivo ao arranque de atividades empresariais, que foram igualmente aconselhados aos jovens, como o micro-crédito e o “crowdfunding”²²⁸.

A ambivalência nas orientações gerou alguma confusão entre os jovens. Eles criticam igualmente a dependência de subsídios públicos, mas alguns dizem que o importante não é a origem do “capital”, mas o que se faz com ele (Jovem 8). A verdadeira questão com que se defrontaram foi ter esse capital. Até porque, pelo menos os sistemas de incentivos públicos requerem cofinanciamento. Sem essa verba disponível, os jovens acabaram por nem se candidatar aos programas em vigor.

As jovens que conceberam o projeto na área de ecoturismo prepararam a candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural mas, visto que não tinham os 40% de cofinanciamento, não formalizaram a candidatura. O jovem de arquitetura paisagística e um dos agrónomos não apresentaram a ideia de criação de uma empresa de jardinagem sustentável, pela mesma razão. Os três jovens de gestão, marketing e design, procuraram clientes e conseguiram duas propostas de trabalho *ad-hoc*. Uma não se concretizou, a outra foi realizada por dois deles, sem que no entanto tenham formado uma empresa. Os outros dois jovens não formalizaram nenhum tipo de projeto ou de candidatura.

Cinco jovens permaneceram algum tempo na localidade após a conclusão do estágio. Três colaboraram com a empresa do coordenador técnico em atividades esporádicas (na área do ecoturismo, do design e da arquitetura paisagística). Os dois agrónomos também foram ficando, na expectativa que surgisse alguma oportunidade. Para todos, porém, a incerteza laboral e a dificuldade em encontrar um alojamento em boas condições e a preço acessível, pesaram na partida definitiva.

O jovem de design, após algumas prestações de serviço conseguidas através de contatos realizados durante o Projecto Querença, formou a sua empresa em 2014. O mesmo aconteceu com o jovem arquiteto. Os restantes buscaram emprego na sua área de formação. Todos conseguiram emprego, à exceção de um dos agrónomos.

Apesar de não terem surgido de imediato novas empresas, todos defendem que o Mercado de Querença ficou como legado principal do Projecto, bem como algumas ideias (a barra energética e a rota das libélulas) que eles ou porventura outras pessoas poderão prosseguir no futuro.

Olhando para o Projecto Querença através da lente da rede rural, a endogeneidade é porventura a dimensão mais patente. O projeto ambicionou e pôs em prática alguns mecanismos para valorizar os recursos de Querença e criar empresas que os explorem de forma inovadora e sustentável. Ou seja, visou traduzir o uso dos recursos locais em novas atividades económicas (PLOEG; VAN BROEKHUIZEN, *et al.* in PLOEG; MARSDEN, 2008: 4) que gerassem insumos na localidade.

²²⁷ O PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural - foi o instrumento operacional da política de desenvolvimento rural a nível nacional, entre 2007 e 2013. A dotação financeira do PRODER era constituída em 78% pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (MADRP, 2009). Relativamente ao Programa Operacional do Algarve, ver nota 168.

²²⁸ O “crowdfunding” é uma modalidade de angariação de fundos, geralmente através da internet. Os interessados apresentam o seu projeto numa plataforma online gerida por terceiros, indicando a verba necessária. Quem deseja apoiar, faz uma doação, até que o projeto atinja o valor total necessário à sua execução. Disponível em <<http://ppl.com.pt/pt/crowdfunding>>. Acesso em: Maio 2014.

Os projetos ligados à produção dirigiam-se, segundo o coordenador técnico, a “nichos de mercado e não a grande escala” (AR, 2012: 6). Na agricultura e na silvicultura, a produção era feita em modo orgânico, procurando recuperar as variedades nativas e buscando criar canais de escoamento desde o nível local (no mercado mensal) até o nível regional. Um dos projetos visou criar produtos altamente elaborados (a barra energética) a partir dos recursos endógenos. No ecoturismo, o patrimônio natural e cultural (produto das “velhas estruturas” agrícolas) estava no centro de rotas de fruição e de lazer turístico, que agregavam uma dimensão pedagógica, de aprendizagem e de reconhecimento desse patrimônio.

Usos inovadores – segundo os jovens e a coordenação – que buscaram interação, diálogo e integração dos usos passados, criando pontes entre os querentinos e atores externos (a Universidade, os visitantes, os voluntários, as empresas, as entidades públicas apoiantes): “aliar tradição com inovação”²²⁹. Um processo mediado por uma imagem “de marca”, diferenciadora, que transmite uma mensagem de qualidade e de produtos “gourmet”.

Porém, aliar tradição à inovação à luz da teorização das redes rurais, coloca-nos perante uma questão. Falando de “produção de novidades”, os autores estabelecem diferenças entre “inovação” e “novidade”. Por novidade entendem a busca de melhoramento dos produtos e dos processos produtivos, inscrita nos mundos e nos processos de produção locais. As novidades não são elaboradas em termos de conhecimento codificado (ou conhecimento científico) e não podem ser facilmente transportadas do contexto em que foram elaboradas para outros contextos (OOSTINDIE; VAN BROEKHUIZEN, in PLOEG; MARSDEN, 2008: 68). A inovação, pelo contrário, é expressão de um conhecimento codificado, que pode viajar globalmente.

No mercado de Querença, os habitantes eram e continuam sendo convidados a vender seus produtos, seus doces, seus chás e esses parecem-nos incrustados no território. Mas e os produtos que surgem no cruzamento entre o saber acadêmico e a contextualização num território?

O fato de se fazer corresponder ao saber acadêmico o valor acrescentado dos produtos parece-nos mais próximo do domínio da inovação que do da novidade. Para além disso, apesar de procurarem nichos e de não buscarem a larga escala, os produtos e os serviços pensados no âmbito do Projecto obedecem a uma lógica de criação de artefatos globalizados, atraentes para o maior número possível de pessoas. A nosso ver, mesmo o “gourmet” representa, paradoxalmente, um nicho particularizado mas pensado para atingir sempre mais “públicos”. E como tal é embalado segundo ditames estéticos que não são endógenos. Em Querença, vimos arranjos florais, bordados, bolos, bonecas de trapos, transpirando dedicação, vivências e afetos. À lógica “gourmet” ou de “aliar modernidade à tradição” fica implícito que os produtos endógenos para serem vendáveis, têm que ter uma imagem, uma embalagem que os mostre de outro modo a quem os não valoriza. Ou seja, esses produtos têm um valor intrínseco que só por si não vende.

Por outro lado, o paradoxo sita no fato que a fabricação de produtos de qualidade diferenciados e com uma imagem diferenciada, mas que seguem ditames semelhantes, foi-se alargando como estratégia para todos os lugares rurais, conduzindo a uma certa standardização e cristalização das diversidades locais (MCMICHAEL e HARDT; NEGRI apud WOODS, 2007: 489).

Dessa perspectiva, na relação dialéctica entre endógeno e exógeno, é esse último que prevalece enquanto denominador e expressão do valor acrescentado.

A ligação entre quem é do local e quem chega é passível de diferentes leituras. A

²²⁹ Tema do mercado mensal de Fevereiro de 2012.

iniciativa buscou estabelecer ligações seja com as pessoas seja com os 'recursos' naturais e o substrato cultural local. O que fez com que jovens e população se tenham encontrado numa teia de valores comuns, de reciprocidade e de responsabilidade. Porém, a partilha de objetivos não surge de forma explícita e unívoca nos discursos dos atores. Para a coordenação, o objetivo do Projecto Querença era o “desenvolvimento” do mundo rural, advindo da conjugação e do sucesso dos projetos individuais dos jovens. Os querentinos, por seu turno, referem-se aos benefícios da iniciativa apenas no que concerne ao futuro dos jovens. O que transparece das falas das pessoas com quem falámos é que entenderam o projeto como um processo de desenvolvimento pessoal e sobretudo profissional dos jovens. Reconhecem que o Projecto trouxe dinamização à localidade e que promoveu um ponto de encontro mensal (o mercado), mas eles já tinham as suas esferas de lazer e de encontro.

Estabelecer elos e conexões entre atores foi importante, mas a partilha dos objetivos dessas conexões e o controle sobre os mesmos não parece ter sido alvo de espaços e processos próprios. As deliberações aconteciam especialmente entre alguns atores: os coordenadores, e em alguma medida os jovens, e a Fundação, o ente mais conectado ao local. No entanto, a Fundação é, a nosso ver, uma entidade distante da população em geral²³⁰. A outra entidade local que tinha lugar na “institucionalidade dedicada”, a Junta de Freguesia, surge nos discursos dos entrevistados enquanto apoio logístico, mas não enquanto partícipe das decisões sobre os rumos do Projecto. O mesmo sucedendo com a Prefeitura.

Para o técnico da Prefeitura, a iniciativa poderia ter promovido um maior envolvimento das entidades locais. Contudo, afirma que em “em meios pequenos” colocar essas entidades a trabalhar em conjunto nem sempre é fácil, porque por vezes “estão de costas voltadas umas contra outras”.

Estabelecer fronteiras entre endógeno e exógeno pode não representar um método heurístico na exploração dos fenômenos sociais, principalmente quando nos propomos a analisar redes de conexões. Mas ao analisarmos o Projecto Querença, e percebendo, por exemplo, a repercussão que teve a nível midiático, essa fronteira é latente. Quem vem de fora, quem tem “ideias”, tem a possibilidade de mobilizar recursos, entre eles os de natureza semiótica: poder falar de um certo modo sobre uma localidade. E esse poder, por sua vez, alimenta a possibilidade de acessar recursos de outra natureza.

3.3.2. Uma visão de desenvolvimento entre o público e o privado

Ao longo das entrevistas, fomos compreendendo que a natureza dos recursos financeiros, essenciais tanto para o próprio desenvolvimento da iniciativa como para os projetos de negócio dos jovens, se revestia de argumento legitimador da iniciativa.

A proposta do Projecto surge, como já indicado, da sensação por parte dos seus dois coordenadores que as políticas públicas de desenvolvimento rural não têm surtido o efeito desejado: contrariar o êxodo rural, o abandono e a desvalorização do mundo rural.

A crítica de ambos é dirigida às ações financiadas por programas como o LEADER, por terem focado principalmente na animação sociocultural; na formação para desempregados e pessoas mais velhas locais; na assistência social; e no turismo rural. Isto é, investiram no “que já existia”²³¹ ou apoiaram de tal forma setores como o turismo rural que, atualmente, esse não tem mais para onde se expandir. E tudo isso foi realizado sem que se operasse, nas

²³⁰ Pareceu-nos que não é habitual as pessoas frequentarem o espaço da Fundação, apesar dos vários eventos que esta promove. A distância é patente, inclusive, na forma como os querentinos se referem à instituição.

²³¹ Essas é uma das críticas apontadas à política europeia de desenvolvimento rural: um foco excessivo no capital social local em áreas onde o capital humano escasseia (MURDOCH, 2000: 416), em detrimento da dinamização econômica dos espaços rurais.

palavras do coordenador científico, a “empresarialização” do rural: a criação de um tecido de micro-empresas ancoradas nos territórios. O coordenador técnico critica igualmente a aplicação de fundos públicos na construção de grandes infraestruturas nos espaços rurais, que se transformaram em “elefantes brancos”, sem utilidade ou utilização.

É nesse sentido que afirmam que é necessário “mudar a abordagem do investimento no interior”²³² e de estratégia de desenvolvimento rural: é da implantação de micro-atividades comerciais – baseadas nos princípios acima mencionados como a sustentabilidade, a proteção e a valorização dos recursos endógenos (FMGV, 2012: 9) – que decorrerá a dinamização social e demográfica dos espaços rurais.

Mas a crítica dos dois coordenadores não se refere apenas à política de desenvolvimento rural como também à noção de “subsídio” público em geral. O argumento que subjaz a essa crítica é que os financiamentos públicos criaram um círculo vicioso de “dependência” dos cidadãos face ao Estado.

Para o coordenador científico, o caminho é “dar autonomia e liberdade às pessoas para não dependerem dos subsídios”. Quando lhe perguntámos qual era o percurso para inverter esse círculo, disse-nos que os projetos de negócios “com mérito”, primeiro devem procurar parceiros empresariais para se concretizarem e só procurar – eventualmente – subsídios, quando o projeto já estiver implantado. Por isso, advoga que iniciativas como a do Projecto Querença devem ter na sua base, para além das entidades locais, empresas: para “não repetir o ciclo de dependências”.

Apesar dos apoios financeiros ao Projecto serem um aspecto pouco acessível e dos quais os intervenientes preferem não falar, não podemos deixar de notar que a iniciativa recebeu apoio financeiro público. No que tange à remuneração dos estágios dos nove jovens, as duas entidades que garantiram as bolsas, a Prefeitura e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), são entidades públicas que funcionam com dinheiro público e que, inclusive, (re)distribuem fundos públicos nacionais e europeus. Por exemplo, as medidas de fomento ao emprego gerenciadas pelo IEFP, como os estágios profissionais, são cofinanciadas pelo Fundo Social Europeu. E a entidade promotora da iniciativa, a Fundação Manuel Viegas Guerreiro, enquanto “pessoa colectiva de direito privado, visando fins de utilidade pública”, é financiada pelo Estado português²³³.

Essas contradições estão no âmago das críticas implícitas de alguns dos jovens às propostas de busca de financiamento que lhes foram apresentadas. O Projecto reuniu vários apoios públicos e privados, mas não existiu um apoio específico para aquele que se foi assomando como o grande desígnio da iniciativa: a criação de empresas.

O que constatamos é que, apesar da esfera pública ser acionada enquanto elo necessário, tanto a nível institucional como financeiro, para a prossecução do Projecto, a ênfase – embora não a total prerrogativa – da proposta de desenvolvimento rural é colocada na virtuosidade da esfera privada, enquanto meio e enquanto fim.

²³² MINISTRO, J. Querença de novo no mapa: depoimento. [6 de junho, 2012]. *Jornal Algarve*. Entrevista concedida a Bruno Pires. Disponível em: <http://www.algarve123.com/pt/Artigos/2-1697/Querenca_de_novo_no_mapa>. Acesso em: Fevereiro 2014.

²³³ No ano 2012, o governo português procedeu a uma avaliação das fundações com estatuto de “utilidade pública” com o objetivo de reduzir esses financiamentos. Como resultado desse escrutínio, algumas fundações perderam esse estatuto, outras viram reduzidos os apoios estatais. A Fundação Manuel Viegas Guerreiro viu reduzido em 30% o total de apoios financeiros públicos (GOVERNO DE PORTUGAL. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013*).

3.4. Inserção de Querença noutras trajetórias de desenvolvimento

“(…) o turista como forasteiro, dificilmente surpreenderá sociedades que são historicamente marcadas pela mobilidade, pela articulação às cidades e pela experiência migratória (...) tanto mais quanto no Mediterrâneo os maiores destinos turísticos são também os maiores exportadores de mão-de-obra para os mesmos países donde lhes vêm os turistas.” (MONTEIRO, 1993: 213).

Partindo do pressuposto que os promotores do Projecto Querença estão contrapondo a sua proposta à prática e à política de desenvolvimento rural, tentámos identificar a existência de iniciativas de desenvolvimento presentes, passadas ou futuras, em Querença.

3.4.1. Políticas e outros projetos de desenvolvimento

Em conversa com alguns habitantes de Querença tomámos conhecimento que o centro da localidade, o Povo de Querença, tinha sido renovado recentemente. Uma intervenção arquitetónica feita contra a vontade da população e que levou inclusive ao encerramento do restaurante aí localizado (SOUSA, 2009).

Essa intervenção enquadrou-se no Programa Operacional do Algarve acima referido, no período de 2000-2006. Esse programa incluía um plano específico para áreas de baixa densidade demográfica, cujo objetivo era o “desenvolvimento rural e local com vista à sustentabilidade da economia e à melhoria da qualidade de vida das populações” (*idem*: 48-49). Esse plano específico, por seu turno, previa, entre outros, intervenções de “revitalização das aldeias do Algarve” (*idem*: 52) onde se incluía Querença.

O plano de intervenção em Querença (FREITAS, 2003: 31-60) identifica na localidade um manancial de recursos paisagísticos, de património cultural e identitário, com grande potencial turístico. E aponta como eixos de intervenção: “a qualificação da estrutura urbana, reforçando a imagem e o sentimento de pertença a Querença; a prioridade a projectos de animação e de dinamização local (social e económica) baseados nos recursos locais, na experiência e no saber-fazer” (*idem*: 44). São elencadas uma série de medidas nesse sentido, contudo as intervenções consideradas prioritárias são a renovação arquitetónica do Povo de Querença²³⁴, incluindo a renovação das fachadas dos edifícios desse centro; a construção de um museu público sobre a água; a construção da Fundação Manuel Viegas Guerreiro e de um auditório ao ar livre; a pavimentação do largo da igreja; a deslocação do parque de estacionamento desse largo para uma outra parte do Povo e a intervenção arquitetónica e paisagística nas duas principais ribeiras da freguesia. O mesmo plano refere como segunda prioridade a promoção de feiras; a elaboração de roteiros turísticos e a promoção de produtos locais.

Em 2008, foi elaborada uma avaliação dessas intervenções junto dos habitantes, de atores-chave da administração pública e das organizações de desenvolvimento local (SOUSA, 2009), com o objetivo de aferir o grau de satisfação das pessoas e a ligação entre essas e outras ações, nomeadamente as ações promovidas pela política de desenvolvimento rural. Em Querença, a equipe avaliadora constatou que, apesar de ser a localidade com maior investimento por habitante²³⁵, a população não aprovou a intervenção²³⁶, considerando que não

²³⁴ Isso porque, de acordo como o documento analisado, a equipe responsável pelo plano apercebeu-se que a “aldeia” é dispersa e que o “núcleo urbano” com as principais valências encontra-se no centro (FREITAS, 2003: 44).

²³⁵ 3.200 € *per capita*, comparado a uma média de 645,30 € em todas as freguesias intervencionadas.

²³⁶ Já na década de 1990, Monteiro refere resistências da população relativamente à remodelação do largo da igreja (1993: 267). E, na sua opinião, os primeiros planos de beneficiação desse espaço, por parte das entidades municipais, só aconteceram a partir do momento em que a afluência de turistas aos restaurantes

iria trazer benefícios, e que não foi envolvida de forma participativa no processo de planejamento. Quanto ao impacto da política de desenvolvimento rural, os atores locais entrevistados consideram que, no cômputo geral, as ações melhor sucedidas foram a comercialização e a promoção dos produtos tradicionais (*idem*).

A atual Presidente da Junta de Querença indicou-nos que as principais ações levadas a cabo no âmbito dessa política na localidade, foram a promoção das atividades artesanais, em especialmente de mulheres; a animação social, através de atividades culturais; a promoção de um boletim informativo local; o apoio aos pequenos agricultores no acesso aos subsídios disponíveis (que muitos desconhecem) e o apoio às pequenas indústrias tradicionais de fabrico de aguardente nos pedidos de legalização²³⁷. Para além da rede de feiras e mercados criadas no âmbito do LEADER que, mesmo não ocorrendo em Querença, beneficiou os produtores em termos de canais de escoamento.

Para os atores-chave locais, os efeitos da política de desenvolvimento rural no tecido produtivo são coarctados pelas exigências burocráticas em constante mutação que conduzem, em muitos casos, ao encerramento das empresas – na sua maioria empresas de pequena escala (*idem*: 142). A malha da regulação atinge desde os modos de produção, às infraestruturas, à carga fiscal, até aos canais de escoamento (*idem, ibidem*). Querença é, entre as freguesias avaliadas nesse documento, a que maior número de casos de encerramento de indústrias produtivas apresenta. A necessidade de ter uma área industrial é identificada pelos inquiridos, mas não consta do marco legislativo que ordena e define os usos do território²³⁸ a nível local (*idem*: 155).

O plano de desenvolvimento local (2007-2013) para o “território-LEADER” que engloba a freguesia de Querença refere precisamente a legislação restritiva à produção local e aos processos de transformação, como um dos principais problemas desse território (IN LOCO, s/d: 2).

Como aventámos no segundo capítulo, esses planos concebidos pelos GALs definem as linhas estratégias para cada território. Assim, esse plano afirma como estratégia global:

“A par da associação da capacidade de iniciativa interna e da capacidade de iniciativa vinda do exterior, vai ser preciso aliar tradição e modernidade: valorizando as produções artesanais através dos contributos da ciência e tecnologia e introduzindo a produção inovadora de bens e de serviços, nomeadamente na área das energias alternativas e das soluções tecnológicas sustentáveis. O mesmo será dizer que a tradição tem de ser encarada como ponto de partida, imprescindível e diferenciador, mas não como ponto de chegada.” (IN LOCO, s/d: 5)

O documento define como linhas de ação: a mobilização e a capacitação de agentes internos e externos para implantação de atividades económicas, mas também nas áreas social e recreativo-cultural; o apoio a iniciativas empresariais, de modo a assegurar a sua viabilidade

locais se fez sentir (*idem*: 272).

²³⁷ Segundo nos explicou, as destilarias são atualmente obrigadas a pedir novos licenciamentos devido a alterações legislativas. Esses processos são complexos e demorados, tanto que muitos proprietários acabam por desistir. Conhecemos no Mercado de Querença a única pessoa da localidade, proprietária de uma destilaria, que conseguiu o alvará para poder funcionar legalmente.

²³⁸ Em Portugal, cada município é responsável por definir o seu Plano Director Municipal. Um instrumento de base cartográfica, de duração de dez anos, que explicita e regulamenta o ordenamento e os usos do território. Esse instrumento engloba as diretrizes de políticas e planos de foro nacional, europeu e internacional, como as ambientais, por exemplo. Após a sua execução, é submetido, primeiro, ao escrutínio da população, depois, da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - organismo público nacional responsável pela prossecução da política de ordenamento do território e de urbanismo; e é finalmente remetido para aprovação no Parlamento nacional. Disponível em: <<http://www.dgotdu.pt/>>. Acesso em: Maio 2014.

econômica e enraizamento territorial; e a promoção da melhoria do quadro de vida, “com benefício directo para residentes e visitantes e criação de condições mais propícias ao desenvolvimento de actividades económicas” (IN LOCO, s/d: 5-6). E aponta ainda para a necessidade dos municípios continuarem a proporcionar habitação a preços controlados para os jovens.

Os objetivos específicos e operacionais cobrem especialmente o apoio e o estímulo às atividades económicas, entre elas a multifuncionalidade das empresas agrícolas, mas as orientações orçamentárias definem uma distribuição equitativa entre as medidas ligadas à economia e as medidas respeitantes à melhoria da qualidade de vida (*idem*: 11).

Mesmo reconhecendo a existência de entraves legais à instalação de atividades produtivas, o técnico da Prefeitura de Loulé explicou-nos que esses obstáculos são contornados pela administração pública quando estão em causa grandes projetos económicos.

O caso mais conhecido em Querença é a construção de um empreendimento turístico por um grupo empresarial finlandês. Os contornos dessa situação são complexos, envolvendo a população, associações ambientalistas, a Prefeitura e o governo português. Em 2004, a empresa pediu licenciamento para a construção de um hotel e de um campo de golfe em área protegida: a Quinta da Ombria²³⁹. O governo português aprovou, mas a Comissão Europeia vetou o empreendimento²⁴⁰. Passados nove anos, passadas várias modificações nos marcos reguladores dos usos do território, e alguns processos legais, em 2013 a empresa conseguiu licenciamento para um projeto agrícola de instalação de olival intensivo numa outra área, mas ainda em área protegida²⁴¹. A situação foi denunciada por associações ambientais, mas em Março de 2014 verificámos que havia obras sendo realizadas no local²⁴².

Alguns habitantes de Querença e da freguesia vizinha abarcada pelo mesmo projeto estão reclamando a propriedade de terrenos onde a empresa está implantando o olival²⁴³. Todavia, alguns querentinos com quem falámos concordam com a construção desses empreendimentos, pois poderão criar postos de trabalho e trazer mais população para a localidade.

Dessa curta retrospectiva pelas orientações e ações de 'desenvolvimento' que têm sido

²³⁹ O empreendimento apresenta-se como “um projecto único em todo o Algarve que tem como objectivo principal promover o que de mais genuíno há na região. A Quinta da Ombria pretende ser um empreendimento turístico único, assente no conceito de saúde e bem-estar em plena harmonia com a natureza. Com um hotel de cinco estrelas, aldeamentos turísticos, moradias individuais e um campo de Golfe, a Quinta da Ombria é um projecto apostado em preservar e potenciar as características do Barrocal Algarvio.” Disponível em: <<http://www.quintadaombria.pt/content.php?ID=79>>. Acesso em: Janeiro 2014.

²⁴⁰ Afinal A Quinta Da Umbria Viola As Leis Do Ordenamento Do Território Ou Não? Disponível em: <http://macloule.blogspot.pt/2013_01_01_archive.html>. Acesso em: Janeiro 2014.

²⁴¹ Atentado no Vale Benémola: Megaprojeto turístico escondido com olival de fora? *Naturlink*, set. 2013. Disponível em: <<http://naturlink.sapo.pt/Noticias/Opiniao/content/Atentado-no-Vale-Benemola-Megaprojeto-turistico-escondido-com-olival-de-fora?viewall=true&print=true>>; RODRIGUES, H. PS quer que Governo garanta que «olival intensivo» em Querença respeita o ambiente. *Sul Informação*, set. 2013. Disponível em: <<http://www.sulinformacao.pt/2013/09/governo-tem-de-garantir-respeito-ambiente-querenca/>>. Acesso em: Janeiro 2014.

²⁴² Para além desse caso, recentemente um finlandês que se desvinculou da Quinta da Ombria apresentou um projeto de turismo científico também em Querença, à Prefeitura de Loulé. REVEZ, I. Finlandeses investem dez milhões na criação de centro de investigação científica em Querença. *Público*, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/local/noticia/finlandeses-investem-dez-milhoes-na-criacao-de-centro-de-investigacao-cientifica-em-querenca-1627743>>. Acesso em: Março 2014.

²⁴³ RODRIGUES, H. Mais de cem proprietários disputam terrenos com empresa na Fonte da Benémola. *Sul Informação*, ago. 2013 Disponível em: <<http://www.sulinformacao.pt/2013/08/mais-de-cem-proprietarios-disputam-terrenos-com-empresa-na-fonte-da-benemola/>>. Acesso em: Janeiro 2014.

pensadas e executadas por atores públicos e privados na localidade de Querença, identificamos alguns elementos.

O modelo de desenvolvimento para o rural algarvio em geral, proposto pelas políticas públicas, foca-se no turismo como complemento e/ou alternativa ao turismo litorâneo e no uso dos recursos naturais e patrimoniais. Em Querença, o investimento público foi dirigido para a recuperação de fachadas e de monumentos, para a construção de infraestruturas museológicas, entre outras. A agricultura, por ser um dos setores económicos com menor expressão na região, e por ser considerada como uma atividade em regressão (OBSERVATÓRIO QREN, 2008: 37) não entrou nas prioridades de incentivo.

As ações promovidas no âmbito do programa LEADER centraram-se na animação do território, mas também no apoio às atividades produtivas tradicionais. Porém, os instrumentos de definição dos usos do território, que contemplam as áreas de proteção ambiental demarcadas a nível europeu, coarctam as possibilidades de construção tanto de residências, como vimos acima, como de unidades de produção, mesmo as de menor escala.

O 'projeto' de desenvolvimento para Querença, no cruzamento entre diferentes políticas, parece corresponder ao paradigma pós-produtivista de desenvolvimento rural, ou seja, o rural como uma reserva ambiental e patrimonial a ser mantida para fruição de uma população que lá não vive. Um potencial disputado entre propostas de turismo sustentável (que aliam conservação com fruição, como o Projecto Querença) e empreendimentos de turismo (que se reconfigurou em empreendimento agrícola) de grande escala, como a Quinta da Ombria.

Comparando o Projecto Querença com as políticas públicas de desenvolvimento regional e rural, percebemos três pontos. Primeiro: diagnósticos e modos 'de falar' sobre o rural são coincidentes. Segundo, o Projecto pretendeu resgatar, enquanto modelo de desenvolvimento, a atividade produtiva e em especial a atividade agrícola. A diferença relativamente às ações de desenvolvimento rural é que a proposta produtiva passa por usos inovadores e não pelos usos tradicionais. No entanto, é notório que o plano mais recente de desenvolvimento local-rural ligado à abordagem LEADER sublinha, tal como o Projecto Querença, a necessidade de aliar modernidade à tradição e de injetar inovação nas produções artesanais. Terceiro, o Projecto fez mão das infraestruturas²⁴⁴ e articulou-se com os recursos e as entidades ligadas ou derivantes das políticas públicas de desenvolvimento regional. Ou seja, apesar de se colocar em contraponto à ação das políticas públicas, a iniciativa, tal como constatámos na seção anterior relativamente aos financiamentos, socorreu-se e fez uso direta ou indiretamente de recursos públicos. Parece-nos, assim, que ela dialoga, complementa e complementa-se com as políticas públicas de desenvolvimento rural e regional.

Tal coincidência entre discursos e estratégias é visível no seguinte trecho do plano de desenvolvimento local-rural:

“A estratégia [local de desenvolvimento] não repousará, apenas, na existência de portadores de projectos com ideias claras e decisões tomadas, apostará, igualmente, na sua “produção”, ou melhor na sua “revelação”, através de processos formativos concebidos e organizados especificamente para atingir esse resultado, a desenvolver com o contributo da Universidade do Algarve.” (IN LOCO, s/d: 7).

E a população de Querença? Aparentemente não envolvida e até crítica das ações de reabilitação arquitetónica na sua localidade, refém das restrições de uso do território em que habita, como se posiciona, que estratégias leva a cabo para contornar esses obstáculos ou, em geral, para permanecer e 'desenvolver' a sua terra?

²⁴⁴ O diagnóstico inicial dos coordenadores identificava como ponto positivo da localidade as “excelentes infraestruturas de apoio à dinamização local” (FMVG, 2011b).

3.4.2. Trajetórias de desenvolvimento 'cotidianas'

“(…) as comunidades rurais têm sabido encontrar, ao longo da sua história, mecanismos de escape e segurança que lhes permitiram sobreviver até hoje.” (RAIMUNDO, 2006)

Perguntámos a um dos habitantes de Querença se o Projecto correspondeu às ideias e aos desejos dos querentinos para sua localidade. A sua resposta foi contundente: as pessoas não tinham ideias para a aldeia, se não já as teriam posto em prática.

Pedro Monteiro fez o seu trabalho etnográfico em Querença no final da década de 1980, início da de 1990. Momento em que, devido à construção de acessos viários e à procura de roteiros alternativos ao litoral, as agências de turismo começaram a procurar o 'interior' do Algarve. Encontramos descritas na tese do autor as suas impressões sobre o contato entre querentinos e os primeiros “turistas de massa” que chegaram à localidade.

Até essa altura, sempre existiram “estranhos” (visitantes esporádicos, frequentadores das festas, entre outros) passando por Querença. Mas, segundo o antropólogo, esses “estranhos” eram geralmente introduzidos no sistema local de relacionamentos²⁴⁵, “esgotando o seu anonimato”. A chegada dos turistas “de massa” provocou, primeiramente, estranhamento e surpresa pela dimensão dos grupos e pelo carácter rápido e anónimo da sua passagem (MONTEIRO, 1993: 246-247). Num segundo momento, o turismo industrial foi modificando o relacionamento local com a figura do “estranho”. Realizando que o turista procura um produto comercial, uma relação mercantil com um lugar – no caso de Querença uma experiência das tradições rurais, nomeadamente gastronómicas – a relação entre querentinos e forasteiros deslocou-se da dimensão pessoal e da hospitalidade, para a dimensão da “produção de mercadoria”, sendo a mercadoria a “expressividade do local” (*idem, ibidem*).

Na opinião do autor, o turismo provocou nos querentinos precisamente um empenho crescente na produção de mercadorias para esse fim. Mas um empenho que, por passar pela autovalorização das “excelências locais”, proporcionou o “restauro de algum amor próprio”²⁴⁶ (*idem*: 142). Os produtos domésticos foram revalorizados enquanto produtos “caseiros” (*idem*: 146). As festas anuais, apesar de manterem sua natureza religiosa, foram rebatizadas com títulos que enfatizam a gastronomia (por exemplo, a Festa de São Luís é atualmente mais conhecida como Festa das Chouriças). Nasceram dois restaurantes, um posto de turismo, e um empreendimento de turismo rural, que estimularam a produção nas hortas e contribuíram para aumentar ainda mais o turismo.

No início da década de 2000, as associações locais lançaram outra festa de cariz gastronómico, a Festa dos Petiscos²⁴⁷. E os restaurantes locais foram ganhando sempre maior notoriedade. Por vezes, fecha um, mas logo abre outro²⁴⁸.

Parece-nos estar perante um certo dinamismo económico de que dá conta a já referida avaliação do plano de revitalização das aldeias algarvias (SOUZA, 2009). No período de 2003-2006, contabilizaram a criação de seis novas empresas (empresas do ramo do alojamento e restauração; da saúde e ação social; e das indústrias transformadoras²⁴⁹) e de nove postos de trabalho, em Querença. No cômputo das sete aldeias estudadas, os autores constataram que, ao contrário da “imagem de uma monofuncionalidade” dos territórios rurais,

²⁴⁵ Mas diferenciando entre dois tipos inserção nesse sistema, como vimos acima.

²⁴⁶ “Restauro do amor próprio” relativamente aos efeitos sentidos pelo êxodo rural e pela redução das atividades agrícolas, como referimos anteriormente.

²⁴⁷ Disponível em: <<http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=2027>>. Acesso em: Janeiro 2014.

²⁴⁸ Em Março de 2014, reparámos que um novo restaurante tinha sido inaugurado na localidade.

²⁴⁹ Esse fato parece um pouco contraditório com as dificuldades de edificação e legalização registradas anteriormente, mas não tivemos como verificá-lo.

baseados numa agricultura tradicional, esses territórios demonstram “amplitude de possibilidades já efectivadas pelos agentes empresariais locais” (SOUSA, 2009: 172).

Paralelamente à economia formal, existem mecanismos de venda informal. Quando encerram suas lojas, ou deixam de vender nos mercados do município, os querentinos continuam distribuindo seus produtos agrícolas (“encomendas”) por clientes particulares. Como nos disse um dos jovens, as pessoas “viram-se” (Jovem 4). Se veem uma oportunidade, agarram-na. Isso porque possuem “uma visão mais prática, de economia rural, estão habituados a viver do que há” (Jovem 4). Uma economia muito prática e concreta, baseada nas relações interpessoais e sem a formalização que os projetos de negócios supõem. Para além disso, persistem mecanismos de economia da reciprocidade (as trocas e a dádiva), relações de intercâmbio não-mercantil que, segundo Ploeg e outros autores (PLOEG *et al.*, in PLOEG; MARSDEN, 2008: 20), alimentam a resiliência das comunidades.

A expansão da rede viária não trouxe apenas mais turistas, ela possibilitou idas e vindas regulares, tanto no sentido: residência em Querença para emprego fora de Querença, como no sentido: residência fora de Querença para fruição de serviços e de sociabilidades em Querença. A tentativa dos querentinos de manter as ligações dos filhos e dos netos com “a terra”, leva a que a “qualidade” de querentino não se baseie apenas na residência, mas num elo identitário que faz com que mesmo quem não more em Querença, continue de algum modo “estando” lá.

Face às mutações sociais, econômicas, institucionais e legais, os querentinos vão-se adaptando e recriando o “que há” uma vez que, nas palavras de Pedro Monteiro “a experiência dos futuros aconselha a estar vivo” (MONTEIRO in BAPTISTA *et al.*, 1996: 575).

3.5. “Empreender” o mundo rural

Recuperando o entendimento de desenvolvimento rural enquanto revitalização dos espaços rurais (PLOEG; MARSDEN, 2008) e, sobretudo considerando que, a nosso ver, o desenvolvimento do rural em Portugal está fortemente conectado com o sentido literal da palavra 'revitalizar' – trazer vida, trazer gente – parece-nos fundamental compreender em que moldes os promotores do Projecto Querença pensaram a vinda e a fixação dos jovens na localidade.

O Projecto dirigiu-se a jovens universitários, sem emprego e/ou em busca do primeiro emprego. Isso porque o Projecto almejava solucionar dois tipos de problemas de forma entrelaçada: problemas territoriais e geracionais, baseando-se no pressuposto que uma “massa crítica qualificada, jovem, criativa, empreendedora e, especialmente, externa ao “sistema”” (MINISTRO, 2012: 1) estaria em condições de potencializar, de modo sustentável, os recursos dos espaços rurais. Isto é, de “empreender o mundo rural”²⁵⁰, na óptica da sua empresarialização. E assim: “provar que é possível gerar emprego, economia e sustentabilidade e, sobretudo trazer pessoas para o interior” (FMVG, 2011b). A relação entre trazer jovens universitários e os efeitos solucionadores dos problemas territoriais é, deste modo, mediada pela ideia de “emprego”.

No final do estágio, os jovens selecionados deveriam apresentar projetos “prontos a ser absorvidos pelos agentes locais e/ou a gerar oportunidades de negócio aos próprios elementos, contribuindo para a criação de emprego e para a dinamização do espaço rural” (*idem*). Num outro documento do Projecto, é referido que um dos resultados esperados do Projecto

²⁵⁰ “Empreender o mundo rural” é o subtítulo do Projecto Querença.

Querença seria a capacitação dos jovens para o “mercado de trabalho” (FMVG, 2010).

As expressões “criação de oportunidades de negócio”, “criação de empresas”, “criação de emprego”, capacitação para o “mercado de trabalho” surgem nos documentos do Projecto e nos discursos dos coordenadores como sinônimos ou, pelo menos, como termos correlatos. Para poder destrinçar esses discursos parece-nos necessário lê-los à luz das problematizações sobre o mundo, presente e passado, do trabalho.

3.5.1. Mutações no mundo do trabalho

Segundo Robert Castel (2010: 127) por “emprego clássico” entende-se uma relação salarial que implica um contrato a tempo indeterminado, um horário de trabalho completo, no quadro do direito ao trabalho e à proteção social. Emprego é uma construção histórica, iniciada no capitalismo industrial e modificada com o advento do Estado Social. O capitalismo industrial moldou um contínuo de posições salariais desiguais, mas relacionadas entre si: uma sociedade salarial formada por categorias socioprofissionais homogêneas, em intercompetição, mas que se conformam internamente como coletivos (*idem*: 19).

Com a criação dos sistemas de proteção social nacionais e o fortalecimento do Estado redistributivo no pós-II Guerra Mundial, na Europa, a sociedade salarial transformou-se numa lógica de “compromisso social” (*idem*: 21), onde o conflito e as desigualdades subsistem, e onde o assalariado não só trabalha para o seu empregador, como passa a financiar parte da sua proteção social (*idem, ibidem*).

Na década de 1980 novas transformações ocorrem no mundo do trabalho. Para além da sua reorganização – com a crescente individualização das tarefas – e do aumento do “trabalho imaterial”, as taxas de desemprego aumentam bem como a descontinuidade das carreiras profissionais, dando azo ao que Castel denomina de “retórica do fim do trabalho” (*idem*: 24). No novo regime do capitalismo pós-industrial declara-se o fim do trabalho assalariado inscrito em contratos coletivos de trabalho e em regimes de proteção social garantidos. A reindividualização do trabalho implica na descoletivização, e em última análise, no desmantelamento da condição salarial (*idem*: 25). Cada pessoa torna-se autossuficiente, livre das regras e dos controles burocrático-estatais. Criam-se “zonas cinzentas” entre trabalho e não-trabalho, entre integração e desafiliação (*idem*: 28). Interstícios nos quais – dado o espectro do fim do trabalho – se sente uma coerção moral forte para aceitar qualquer trabalho (*idem*: 134) e onde todos passam a ser responsabilizados, a nível individual, pelo seu trabalho, e a nível coletivo, pelo Estado.

As sucessivas crises econômicas mundiais (nos anos 1970-80 e, mais recentemente, nos anos 2008-2009) justificam o discurso neoliberal de diminuição da intervenção estatal. Todos são agora chamados a contribuir para a manutenção e o crescimento do Estado. O Estado, de Social transforma-se num “Estado ativo”. É nesse quadro que o discurso gerencial vai ganhando cada vez mais espaço, celebrando o espírito “de empresa” e o desempenho do indivíduo “libertado” (*idem*: 25).

3.5.2. Trabalho, empreendedorismo e desenvolvimento

Encontramos essa ligação entre a esfera do indivíduo, a esfera empresarial e a esfera mais ampla da economia e da sociedade, no pensamento de Joseph Schumpeter. Para o autor, os indivíduos com perfil inovador criam novas combinações nos padrões de produção (novos bens; novos métodos de produção; novos mercados; novas fontes de suprimento; novas formas de organização). Realiza essa que o autor denomina de “empreendimento” e os indivíduos que a realizam, “empreendedores” (SCHUMPETER apud COSTA *et al.*, 2011:

104; 186). A contínua reorganização dos processos de produção contribui, por sua vez, para a contínua reorganização e desenvolvimento do sistema econômico (*idem*).

O empreendedorismo foi sendo teorizado e mobilizado em diferentes modos, passíveis de serem categorizados segundo Costa *et al.* em três abordagens: uma de base comportamental, centrada nos perfis e nos comportamentos do empreendedor; uma segunda, de âmbito gerencial, centrada nas habilidades e nas competências do empreendedor e na sua relação com o espaço organizacional, enquanto capacidade de relacionamento em rede, de gestão e de identificação de oportunidades; e uma terceira, baseada na relação do empreendedor com a inovação, o risco e o desenvolvimento (COSTA *et al.*, 2011: 183).

Dentro da primeira abordagem – do perfil do empreendedor –, as perspectivas foram-se alterando historicamente. Se no início do século XX empreendedor era o empresário de perfil raro, com o desenvolvimento do sistema capitalista pós-industrial e com a modificação do mundo do trabalho, é exigido a todos os indivíduos que se apresentem socialmente como empreendedores. Empreendedorismo converte-se numa atitude recomendada para os povos que buscam o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico (*idem*: 190). Ele transforma-se num “fenômeno de massa”, fundamental ao desenvolvimento do sistema capitalista (LÓPEZ-RUIZ apud COSTA *et al.*, 2011: 30).

Ao nível do trabalho, os sujeitos – tornados “indivíduos” – transformam-se numa unidade econômica autônoma, que possui o seu próprio meio de produção (a infraestrutura e os instrumentos de trabalho), cujo “emprego” e salário dependem de sua própria iniciativa e de suas capacidades (de identificar oportunidades, de racionalizar os meios de produção, de criatividade, de trabalho árduo, de se adaptar ao risco, à insegurança e à incerteza), dissociando-se do paradigma de trabalho formal ou de “emprego” (COLBARI apud COSTA *et al.*, 2011: 100). O “emprego clássico” vai-se extinguindo enquanto expectativa a que os sujeitos possam aspirar. Não só porque se propaga a ideia que essa condição deixou de existir, como se condena moralmente quem possui essa esperança (ou seja, não se deve esperar por um “emprego”, mas criá-lo).

A capacidade de identificar oportunidades e de convertê-las em valores econômicos assume, numa sociedade que busca produzir incessantemente mais riqueza, uma “inequívoca função social” (COSTA *et al.*, 2011: 183).

Esse conjunto de pressupostos, que interseccionam atitudes, valores e comportamentos dos indivíduos no mundo do trabalho com o modelo de sociedade capitalista pós-industrial, orbitam no seio do que Boltanski e Chiapello denominam de “novo espírito do capitalismo”. Um *ethos* que “dirige, justifica e legitima o comprometimento dos indivíduos com o sistema” (BOLTANSKI; CHIAPELLO apud COSTA *et al.*, 2011: 183).

Para os coordenadores e idealizadores do Projecto Querença, a predisposição à inovação, à criatividade e ao empreendedorismo correlaciona-se com a faixa etária (juventude) e a qualificação acadêmica dos sujeitos (graduação e/ou mestrado). Desses jovens “empreendedores” esperavam que tivessem “garra”, “vontade de fazer”, que tivessem “veia de trabalhadores” e intuição para perceberem os melhores usos dos recursos que a localidade oferece; que gostassem do desafio que o Projecto representava e que assumissem o risco inerente a um Projecto experimental, bem como o risco de formarem suas próprias empresas.

Para além dos traços relativos ao perfil do empreendedor, reconhecemos no Projecto Querença a formulação schumpeteriana de empreendedorismo: a capacidade de identificar recursos e oportunidades; a capacidade de transformar esses recursos em novas atividades econômicas; e a inovação (e não a novidade, na óptica da endogeneidade dos processos de produção), como elementos centrais na geração de riqueza e de desenvolvimento para a sociedade.

Existem, porém, algumas especificidades. No caso do Projecto Querença trata-se do desenvolvimento de uma localidade, e a ação empreendedora não era esperada de um indivíduo apenas, mas deveria emergir da colaboração e do trabalho em rede entre vários jovens “empreendedores”, e entre eles e outros atores incluindo a comunidade. O que, em nossa opinião, o faz corresponder às correntes teóricas que Costa *et al.* classificam de “empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentável, por meio do desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas (COSTA *et al.*, 2011: 182-183)²⁵¹. Correntes que deslocam a ênfase do indivíduo e das suas capacidades individuais para processos interativos e cooperativos de aprendizagem, e para a “capacitação local de forma coletiva e sistêmica” (*idem*: 190). Ou, como nos foi explicado pelo coordenador da Divisão de Empreendedorismo da Universidade do Algarve²⁵² relativamente ao empreendedorismo defendido e impulsionado por esse departamento, trata-se do empreendedorismo na óptica do desenvolvimento regional por oposição ao modelo restrito vocacionado para o sucesso das empresas.

Para explicar o fato que no final do estágio nenhum dos jovens, sozinho ou em conjunto, concretizou (ou tentou concretizar) a criação de uma empresa, os coordenadores apontam o perfil e a atitude dos nove jovens. Acreditam que os jovens não foram ambiciosos, que eram “demasiado jovens”²⁵³, sem “veia empreendedora”, que não pensaram na sua vida profissional e que não quiseram arriscar. Críticas extensíveis à universidade: o meio acadêmico não prepara os jovens para serem empreendedores, uma vez que “empreendedor não se nasce”.

Para os jovens, empreendedor também não se nasce e a universidade também não prepara os estudantes para serem empreendedores. Os jovens relacionam o empreendedorismo à experiência, à prática, à aprendizagem de “truques” e às formas de “dar a volta ao sistema” (Jovem 6). Empreender não passa necessariamente pela formalização da atividade profissional em empresas, mas por encontrar formas de sobrevivência “no sistema”.

Quando falam da sua experiência no Projecto, alguns afirmam que esperavam que o Projecto lhes tivesse dado mais condições, que “as coisas fossem mais facilitadas”, seja no processo de idealização e experimentação seja na criação das empresas. Relatam que trabalharam muito durante os nove meses – já de si, um período curto de estágio – e como tal, não tiveram tempo suficiente para preparar a constituição de uma empresa (no que concerne tanto os processos burocráticos como as candidaturas aos supracitados sistemas de incentivo), e que sem um capital inicial (um financiamento público ou privado, ou capital próprio) não lhes era possível dar esse passo.

Alguns dizem que o “modelo do empreendedorismo” não dá para eles, jovens (Jovem 2). Juventude, imaturidade, inexperiência são alguns dos fatores que pleiteiam (reconhecendo-se a si mesmos como demasiado jovens ou projetando nos outros colegas essa condição) como obstáculos para enfrentar esse “passo” empreendedor; e para enfrentar problemas

²⁵¹ Entre essas correntes teóricas, encontram-se a corrente do “empreendedorismo social”, do “empreendedorismo coletivo e sustentável” e do “intraempreendedorismo” (COSTA *et al.*, 2011:183).

²⁵² Entidade parceira da segunda fase do Projecto Querença, que acompanhou a seleção dos novos candidatos e que os apoiará na concretização de seus projetos de negócio. O departamento dá suporte aos jovens universitários, mas também a qualquer pessoa que o contate, na criação de negócios, na aproximação com entidades públicas e privadas, a nível nacional e internacional. A par de departamentos específicos para apoio ao empreendedorismo, o que observamos nas universidades públicas portuguesas que frequentamos é uma entrada significativa do empreendedorismo, em cursos e oficinas, programas de “coaching” (treino), incubadoras de empresas, etc., oferecidos à comunidade académica.

²⁵³ Mas reconhecem que o grupo era heterogêneo em termos de “maturidade” e no entendimento dos objetivos do Projecto, principalmente a criação de empresas.

práticos na gestão de um negócio próprio (Jovem 3).

Esses obstáculos são reconhecidos também por outros atores envolvidos no Projecto²⁵⁴. Confrontados com essa questão, os dois coordenadores afirmam que criar burocraticamente uma empresa é fácil²⁵⁵ e que aos jovens foram dadas as condições de suporte²⁵⁶: uma rede de contatos institucionais e empresariais, o apoio nas áreas de marketing, gestão e design e que, caso tivessem começado seus projetos empresariais, a coordenação seguiria apoiando-os.

Na realidade, mais do que criticarem o modelo do empreendedorismo, parece-nos que os jovens sentiram que não foram suficientemente apoiados nesse empreendimento. As condições da nova fase do Projecto proporcionarão, segundo eles, melhores resultados. As exigências etária e académica e a obrigação de residência em Querença desapareceram. E a avaliação centra-se mais na viabilidade dos projetos de carácter empresarial que devem ser apresentados no processo de candidatura (PROJECTO QUERENÇA, 2013), e menos no perfil dos candidatos.

Para os primeiros jovens, ter projetos mais estruturados à partida para posteriormente adaptá-los à localidade significará uma poupança de tempo na formatação do negócio e uma maior motivação, porque os candidatos irão montar as suas próprias ideias (Jovem 6). Ou seja, a maioria dos jovens não questiona a formação de empresas enquanto premissa do desenvolvimento local-rural e da criação de emprego, mas sim as condições necessárias à sua prossecução.

Acima de tudo, o que entendemos dos seus depoimentos é que eles buscaram um “emprego”, uma experiência profissional, mas não necessariamente constituir uma empresa. É enquanto experiência profissional (na sua área, mas que também lhes deu competências noutras áreas, incluindo na área gerencial), importante para o *curriculum* e para buscar empregos futuros, que qualificam o estágio de nove meses.

No período pós-estágio, alguns procuraram “trabalho” (formal e informal) em Querença, outros foram colaborando, através de prestação de serviços, com a empresa do coordenador técnico. Mas a maioria procurou um emprego assalariado. Atualmente, dois formaram suas empresas, quatro consideram-se como “estando trabalhando”²⁵⁷ (uns são assalariados, outros têm “emprego precário” com bolsas de pesquisa), um vai fazendo “trabalhos” e um outro está desempregado. As novas ocupações levaram-nos a deslocar-se para outros lugares do país que não a sua localidade de origem.²⁵⁸

²⁵⁴ Como a Presidente da Junta de Freguesia e até o coordenador da Divisão de Empreendedorismo da Universidade do Algarve, que dá como exemplo dessa dificuldade o fato da Divisão ter demorado sete anos a ser constituída.

²⁵⁵ Referem-se concretamente a um serviço público online criado em 2005-2006 no âmbito do processo de modernização e simplificação da administração pública. O governo português lançou serviços unificados, céleres e remotos, nos mais variados âmbitos. Um desses serviços é a “Empresa na hora”. O processo de pedido de abertura de empresa é feito integralmente na internet, com um emolumento de 360 euros (cerca de 1.000 reais). Disponível em: <http://www.empresanahora.pt/ENH/sections/PT_inicio>. Acesso em: Maio 2014.

²⁵⁶ E, como vimos anteriormente, alguns dos jovens também referem que as condições estavam reunidas, mas apenas para os agrónomos. Já os próprios acham que não tinham todas as condições necessárias.

²⁵⁷ Alguns ressaltaram que a experiência em Querença foi importante na obtenção desses trabalhos.

²⁵⁸ No final do Projecto, uma das jovens afirma no programa Portugal em Direto, da Rádio Antena 1, em 28 de Fevereiro de 2012: “Nós saímos da universidade e procuramos a melhor alternativa para o nosso futuro. Hoje em dia, os jovens estão cientes que o trabalho não surge ao lado da sua casa. Procuram onde quer que seja o melhor para a sua profissão e futuro.” Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1Z_dYsCZ9l0>. Acesso em: Março 2014.

3.5.3. Juventude e precariedade

Esses jovens (que em 2011 se encontravam na faixa etária entre os 22 e os 27 anos) vão caminhando nessa “zona cinzenta” de que nos fala Robert Castel. Antes de começarem o estágio no Projecto, quatro estavam terminando o percurso académico; um estava desempregado; um outro, trabalhando sem contrato; um outro trabalhava como “free-lance”, o que ele qualifica como “uma vida muito complicada, com muito trabalho e sem retorno financeiro” (Jovem 3). Apenas um considera que tinha “um trabalho” de fato. Deslocam-se onde há trabalho (não enjeitando a possibilidade de ir para o exterior) e adaptam-se às condições “salariais” oferecidas.

No Projecto Querença, foram recrutados e mantidos através de um “estágio profissional”, um limbo entre a formação profissional e o trabalho. O estágio profissional é uma das várias medidas de promoção da empregabilidade, previstas na política pública de emprego, especialmente dirigidas aos jovens que saem da universidade e que não encontram trabalho²⁵⁹. A figura do “estágio profissional” refere-se, segundo o artigo 1.º, alínea 2 da Portaria n.º 92/2011 de 28 de Fevereiro, emanada do governo português, como uma “etapa de transição para a vida activa que visa complementar uma qualificação preexistente através de formação e experiência prática em contexto laboral e promover a inserção de jovens ou a reconversão profissional de desempregados”²⁶⁰.

Outra forma de “emprego” que tem vindo a ganhar espaço nas políticas públicas é precisamente o empreendedorismo. Analisando os discursos governativos e os programas nacionais de emprego, entre 2004 e 2011, dois investigadores portugueses verificaram que a entrada dessa noção deu-se, não apenas na dimensão semiótica das políticas e dos discursos, como na alocação financeira que lhe é conferida: 34% do orçamento público para a promoção do emprego foi aplicado, nesse período, em medidas de empreendedorismo. Para os autores, o empreendedorismo está-se configurando como o “novo modelo de regulação laboral” em Portugal (informação verbal)²⁶¹.

No que tange aos moldes de fixação dos jovens em Querença, encontramos no Projecto Querença uma vez mais uma crítica implícita à esfera pública-estatal e uma proposta de desenvolvimento que visa, em certa medida, autonomizar-se dessa arena de atuação. Os jovens deveriam criar seus próprios empregos e fazê-lo de forma autónoma, “livre de dependências”. Todavia, os jovens foram (e os novos candidatos seguirão sendo) mantidos no

²⁵⁹ Em 2013, em Portugal, a percentagem de desemprego juvenil situava-se nos 38,1% e nos 19% na população entre os 15-24 anos e os 25-34 anos, respectivamente. Os jovens desempregados com graduação representavam 37,5% dos jovens desempregados entre os 15-24 anos e 17,8% dos jovens desempregados entre os 25-34 anos. Na região do Algarve, os jovens desempregados representavam, também em 2013, 39,5% e 19,8%, nas mesmas faixas etárias (www.ine.pt). Isto é, são os jovens na faixa etária mais baixa, entre os 15 e 24 que menos acesso têm ao emprego. De notar, porém, que segundo o INE, o conceito de “população empregada” é bastante abrangente e não toma o vínculo contratual ou o horário de trabalho como critérios. Aliás, abrange situações tão diversas como pessoas que trabalham “durante pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros”; “os trabalhadores familiares não remunerados se trabalharem, pelo menos, 15 horas na semana de referência”; “as pessoas a frequentar formação profissional e que mantêm um vínculo com a entidade empregadora”; “aprendizes e estagiários que recebem uma remuneração em dinheiro ou em géneros” (INE, 2012a: 552-553).

²⁶⁰ Essa Portaria diz respeito ao Programa de Estágios Profissionais vigente entre 2011 e 2012. Entretanto, esse programa foi substituído pelo Programa Passaporte Emprego, regulado pela Portaria n.º 225A/2012, de 31 de julho, por sua vez alterada pela Portaria n.º 65B/2013, de 13 de fevereiro.

²⁶¹ SOEIRO, J.; CAMPOS, A. O “empreendedorismo” como política pública? Apropriações e narrativas no campo político e institucional: comunicação oral apresentada ao VIII Congresso Português de Sociologia. Évora. 2014.

Projecto através de financiamento público. Financiamento e políticas públicas de emprego que subsidiam trabalho – na nossa avaliação, de natureza precária – na esfera do mercado e da sociedade civil²⁶².

No lugar do emprego que ensejavam, aos jovens foi proporcionada uma “etapa de transição” para o emprego. A emprego o Projecto fez corresponder a noção de empresa e ao sujeito, a noção de “empreendedor”.

A problemática do emprego e de suas novas configurações não se restringe ao “mundo rural”, mas assume nesses espaços particular relevância uma vez que a escassez de “trabalho” é um dos elementos mais esgrimidos sobre esses lugares. Tanto os promotores do Projecto Querença como a própria população afirmam que não há emprego na localidade, sendo essa uma das razões que leva à saída de pessoas.

Os discursos dos habitantes ilustram a complexidade da questão, que se coloca nas dimensões da economia, da sociedade, mas também da identidade e da cultura. Para os querentinos, os filhos saem da localidade porque não há trabalho, mas também relacionam essa saída ao fato de não quererem dedicar-se ao trabalho agrícola²⁶³. Mas foram os próprios querentinos quem desaconselhou o prosseguimento dos projetos dos jovens agrônomos: “Ali não dá”, “da agricultura ninguém vive”.

O “fim do trabalho” cruza-se, no meio rural português, com o estigma negativo que a profissão de agricultor e que a agricultura “de subsistência” foram assumindo após a queda do regime ditatorial e as mudanças introduzidas no setor com a adesão do país à UE. “Trabalho” em Querença até existe. Um dos jovens agrônomos disse-nos que inclusive falta mão-de-obra. Ao que acrescentou: “há trabalho na agricultura”, mas só os estrangeiros os aceitam, os portugueses não (Jovem 7). Um colaborador do Projecto Querença também acredita que é possível encontrar “trabalho” na área agrícola, por exemplo, na limpeza dos matos, porque a população mais idosa está disposta a pagar pela execução dessas tarefas. Da sua opinião fica implícito que, querendo e adaptando-se “ao que há”, pode-se encontrar “trabalho”.

O Projecto Querença também se propôs a trabalhar com o “que há”, mas para gerar riqueza e para dar resposta ao desemprego de jovens com qualificação académica, a sua proposta assenta em usos inovadores e modernos, mesmo os que tangem à produção. Desenvolver o “interior” passa pela formalização de atividades económicas altamente qualificadas, que agreguem valor... ao “que há”. Um modelo que, segundo um dos jovens poderá não ser o que melhor se adequa à localidade. Da sua convivência com a população foi percebendo que a forma de estar, e de seguir estando, em Querença é ir “improvisando negócios” práticos e, sobretudo ligados às pessoas. “Ali, à diferença das cidades, cada caso é um caso. Não há problemas sociais, há pessoas. É tudo mais pessoal.” (Jovem 4).

3.6. Projecto Querença e o Futuro

Tal modelo, porém, suscitou interesse em Portugal e no exterior. O Projecto Querença foi convidado a integrar o projeto ASAS – Aldeias Sustentáveis e Activas – cujo objetivo era identificar e potencializar estratégias de revitalização de “aldeias isoladas ou em risco de

²⁶² De acordo com o artigo 4.º da Portaria n.º 92/2011 de 28 de Fevereiro, podem oferecer estágios profissionais: todas as “pessoas singulares ou colectivas, de direito privado, com ou sem fins lucrativos”.

²⁶³ “(...) não quiseram saber das terras. Estudaram. E quem se pode safar do campo, safou-se. O campo faz suar mais.” Depoimento de um senhor querentino no programa “A Minha Aldeia é o Mundo” da rádio TSF, em 31 de Maio de 2012. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=917979&audio_id=2561937>. Acesso em: Setembro 2013.

despovoamento”²⁶⁴. A nível internacional, estabeleceu parcerias com uma ONG que visa a promoção da “liderança para o desenvolvimento sustentável”²⁶⁵ e com uma universidade de Santa Catarina²⁶⁶.

Segundo os coordenadores, o maior interesse veio de outras Prefeituras do país. Às que contataram diretamente a coordenação da iniciativa somam-se os municípios procurados pelo coordenador científico para propor a replicação do Projecto Querença (o coordenador buscou principalmente aqueles que ele considerava como mais desertificados, os das regiões de fronteira, por exemplo). Desse modo, foi-se desvinculando do projeto original e dedicou-se à implementação do que ele denomina de “Rede Nacional de Projectos Querença”.

Entre 2012 e 2014 foram implementados sete projetos (ver Anexo 3), dois na região algarvia e cinco em outras regiões do país. Com a particularidade de alguns projetos abrangerem mais do que uma freguesia ou até em mais do que um município (FMVG, 2012: 6) e de cada projeto se focar na vocação económica dos distintos territórios.

De acordo com o coordenador científico, os projetos têm em comum um “triângulo institucional de base” formado por uma universidade pública, uma Prefeitura e uma entidade privada (uma associação, uma organização de desenvolvimento local ou uma fundação), essa última necessária à apresentação das candidaturas ao programa nacional de estágios profissionais. Para além desse elemento institucional, todas as iniciativas agregam uma “estrutura de missão” (os jovens selecionados); um “pivot” (o coordenador técnico, que opera no campo); empresas privadas e têm uma boa articulação com a mídia e com as redes sociais.

Os jovens são selecionados de acordo com algumas áreas de formação comuns (agroalimentar, turismo, design e comunicação, gestão e biologia) e de acordo com a principal “vocação” económica a valorizar em cada localidade. Esses são alguns dos principais elementos do “Método Querença” (COVAS, 2011b: 3).

E o que ficou do Projecto Querença original, em Querença? Para os jovens e os coordenadores, como já referido, ficou o Mercado de Querença. A sua continuidade no tempo; a apropriação desse espaço pela população; o fato da população ter passado a vender o que cultiva e de tal contribuir para a sua renda; e as relações sociais que o espaço proporciona. E a reanimação de um espaço esvaziado por conta da requalificação arquitetónica de que foi alvo nos anos 2000.

Para os coordenadores, ficam as ideias que foram criadas e que serão, no seu parecer, continuadas na segunda fase do Projecto. Para um dos jovens ficou a “estrutura” do Projecto (Jovem 3), ou seja, o coordenador técnico que, na opinião de todas as pessoas com quem falámos, é quem acredita e quem faz com que o Projecto aconteça. Para alguns dos jovens e para outros atores locais (o membro da Fundação, o técnico da Prefeitura), o Projecto contribuiu para aumentar a autoestima da população, a esperança, e para esbater o clima de medo e desconfiança que as populações rurais têm vivido.

Para todos os jovens fica a experiência profissional, que para alguns foi relevante para a ocupação atual; fica o conhecimento adquirido; mas ficam, acima de tudo, as relações. As relações criadas entre eles, a relação com o coordenador técnico e a relação com as pessoas de Querença. Para os querentinos com quem falámos, apesar de sentirmos alguma reticência ou

²⁶⁴ Disponível em: <http://www.animar-dl.pt/index/projectos/asas/asas_1>. Acesso em: Janeiro 2014.

²⁶⁵ Disponível em: <<http://www.lead.org/>>. Acesso em: Maio 2014.

²⁶⁶ Em 2014, o Projecto Querença estabeleceu uma parceria com a UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí, para intercâmbio e trabalho de campo de professores e alunos doutorandos do Programa de Turismo e Hotelaria dessa Universidade. A parceria estende-se a um projeto ao qual a Universidade está ligada, o Projeto Acolhida na Colônia, também em Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.acolhida.com.br/>>. Acesso em: Março 2014.

até distanciamento face ao Projecto, dizem que foi bom ver “gente”, ver dinamismo e que sobretudo foi bom para os jovens como experiência profissional.

O encontro entre os “jovens” e os “idosos” parece-nos o que de mais peculiar e rico resulta dessa iniciativa. Jovens que se dizem surpreendidos com o vigor e a energia das pessoas e de um lugar que se dizia deserto, e com o afeto com que foram acolhidos. Idosos que se mostraram primeiro surpreendidos pela vontade de trabalhar desses jovens e depois tristes por sua partida e preocupados com o seu futuro. Um encontro permeado pelo afeto, pela vontade de ajudar, mas também pela troca e pela construção de saberes sobre e com a natureza, misturando olhares e modos de fazer, entre o passado, o presente e o futuro.

Já a ligação entre os projetos dos jovens e o presente e o futuro da localidade é considerado, pelo menos pelo membro da Fundação e pelo técnico da Prefeitura, como o aspecto menos conseguido. Apesar de, como sublinhado pela Presidente da Junta, o Projecto Querença se diferenciar da maioria dos projetos de desenvolvimento rural por se focar numa localidade apenas, a governança local do Projecto e a deliberação conjunta de um futuro para a localidade não parece ter sido prosseguida. No entanto, segundo os jovens os habitantes contribuíram para as suas “ideias de negócios” e eles acreditam que o Projecto contribuiu para melhorar Querença.

Parece-nos que houve de fato uma apropriação do mercado, pelo menos por uma parte da população (fazendo chuva ou fazendo sol, vimos sempre querentinos no mercado, das quatro vezes que lá estivemos), mas não do Projecto. Poderemos hipotizar que, para os querentinos, o Projecto Querença foi mais um “acontecimento” na freguesia. Nas palavras de um jovem: “tal como nos viram chegar, também se dão bem com a nossa ausência” (Jovem 4). Ou até que, embora falem em desenvolvimento, que “é preciso desenvolver isto”, não dirijam o seu destino, o seu devir, pela lógica de projetos. Não deixam, porém de ter expectativas e de se entristecerem pela não permanência dos jovens. Da primeira vez que fomos a Querença, em 2013, escutámos um senhor querentino perguntando aos jovens onde estavam as empresas e os bebês. Um ano depois, presenciámos a despedida de um jovem que não estando no Projecto, colaborava através da empresa do coordenador. Nessa ocasião, uma senhora disse-nos: “a gente afeiçoa-se a eles e depois eles vão-se embora.”

O jovem arquiteto, natural e morador de Querença, diz que as pessoas ainda alimentam a expectativa que eles voltem. E que, se tivessem ficado pelo menos três ou quatro jovens, o “retorno” para Querença teria sido melhor (Jovem 3).

Mas nenhum jovem, para além dele, ficou. Quase todos dizem que em Querença “há tudo” ou que “está perto de tudo”, e que até lá ficariam. A todos os entrevistados perguntámos porque é que os jovens não ficam ou o que fixaria as pessoas em Querença. Num primeiro momento, a maioria diz que não sabe. Depois, as respostas são quase consensuais: ter trabalho e habitação. A maioria dos jovens e os coordenadores dizem que primeiro há que criar dinâmica económica e comercial. Criando empresas, as pessoas ficam; quem já tem seus negócios na localidade é beneficiado; e as localidades desenvolvem-se.

Apenas a Presidente da Junta diz que não basta criar empresas e dá como exemplo o coordenador técnico do Projecto Querença, que tem sua empresa em Querença, mas que não mora lá. Para ela, existem fatores que dificultam, outros que facilitam a fixação. Entre os primeiros: os problemas burocráticos, tanto de construção de casas como de pequenas indústrias; e a resistência da população, que por vezes “não facilita a vida aos que chegam”, principalmente no que concerne à propriedade da terra. Entre os fatores que facilitam estão a ligação à terra, aquela em que os moradores procuram manter seus filhos e netos; e a crise económica, que faz com que os jovens voltem “à terra” (mas regressam, ressalva, porque voltam para morar na casa dos pais). Entre uns e outros, identifica as “modas sociais” que, nas

décadas de 1990-2000, levaram a que as pessoas procurassem as áreas litorâneas para viver, situação que se está invertendo porque atualmente “está na moda morar no campo”.

Da sua experiência, os jovens apontam ainda outros fatores importantes para se fixarem em Querença: os valores (as relações de vizinhança, o cuidado e o afeto), a qualidade de vida e a paisagem. E para não ficar: a falta de condições para concretizarem seus projetos pessoais e estar distante da família.

Encontramos algumas coincidências com o estudo de Vanessa Sousa (2008) citado no primeiro capítulo. A decisão de sair ou ficar (no caso, de uma freguesia a noroeste de Querença) não é apenas uma escolha de cariz económico, mas é fruto de uma série de ponderações, de fatores pessoais, sociais e económicos. Os relacionamentos afetivos e familiares são importantes nessa decisão. O trabalho também. Os jovens saem, porque, à semelhança do diagnóstico do Projecto Querença, não encontram trabalho à altura de suas expectativas profissionais (derivadas da sua elevada escolaridade). Mas a pesquisa de Sousa revela ainda outros elementos: os jovens saem para escapar à atividade agrícola ou à possível conotação entre eles e esse tipo de atividade e porque, “contaminados” culturalmente pela cidade, passam a olhar para a sua localidade como um lugar onde tudo falta.

Vemos na proposta do Projecto Querença um desejo de contornar essa imagem. Contudo, questionamo-nos se, pelo fato de seguir se referindo ao interior, ao rural, a Querença, como um lugar desertificado, e de colocar como via para a sua revitalização a “injeção” de capital humano, qualificado, como o único capaz de criar novos usos para “o que ainda não foi estragado pela modernidade”²⁶⁷, irá contribuir para uma nova imagem coletiva desses espaços e para um verdadeiro reacender da autoestima das pessoas, até hoje, guardiãs desse património.

Repovoar um lugar, apelando à fixação de pessoas jovens, parece também pressupor que um 'projeto' para uma localidade mais do que se constituir de 'projetos de negócios' talvez tenha que abraçar 'projetos de vida' desses jovens.

Parece-nos que a coordenação do Projecto tentou aglutinar os jovens, comunidade e entidades parceiras para uma visão comum de um futuro para Querença, mas na intersecção entre um 'projeto' para Querença e os 'projetos de negócios individuais', o peso maior foi dado aos últimos. E essa segue sendo a aposta do Projecto²⁶⁸.

²⁶⁷ Expressão do coordenador da Divisão de Empreendedorismo da Universidade do Algarve.

²⁶⁸ Estivemos, em Março de 2014, na primeira reunião dos participantes da segunda fase do Projecto Querença. Sem a exigência de morar em Querença, os projetos dos novos participantes focam-se estritamente nos recursos a valorizar: agricultura biológica, valorização patrimonial das antigas fábricas de cal, atividades de esporte na natureza, e promoção de eventos ligados às danças tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) a tradição de encarar modernidades e mudanças terá criado o sentido de que os apegos, fundiários, tecnológicos e pessoais são vãos e a experiência dos futuros aconselha a estar vivo.” (MONTEIRO in BAPTISTA *et al.*, 1996: 575)

O rural e a ruralidade contemporâneos são objeto de leituras variadas no que concerne à sua essência e dinâmica. Em Portugal, os estudos rurais retratam sobretudo um percurso de declínio e de desaparecimento do rural, na sequência da desvinculação entre espaço, atividade produtiva e população. O declínio é assim, a um tempo, econômico, demográfico e cultural.

A entrada do país numa outra escala econômica e espacial, o espaço comum europeu, apontou novos caminhos para o rural: uma progressiva ambientalização e patrimonialização. Dois caminhos que significaram valorização cultural e ambiental do rural, mas que não produziram efeitos significativos em termos demográficos e produtivos. Pelo contrário, contribuíram para a transformação gradual do rural num lugar e numa representação a consumir e não para viver, restando a presença e a atividade humana no espaço rural.

Desse modo, fenômenos como o renascimento do rural ou a contraurbanização, identificados na França e no Reino Unido, por exemplo, nas últimas décadas do século XX, não encontram expressão estatística nem académica, em Portugal. Os estudos que encontramos nesse sentido são poucos, mas dão conta de alguma heterogeneidade dos casos analisados. Os perfis e as motivações para a migração urbano-rural são variados seja em termos etários; na origem (estrangeiros, portugueses oriundos da mesma região ou de outras); nas motivações (desde razões ideológicas, à vontade de mudar de vida ou apenas de dedicar-se integralmente à agricultura); ou na atividade econômica a que se dedicam (agricultura, turismo ou sem atividade – aposentados).

Casos que se referem a trajetórias individuais, mas também a iniciativas de amigos, de grupos de pessoas, de comunidades e/ou de associações, que a mídia nacional e a internet projetam com algum destaque. Atores de processos autodenominados de “êxodo urbano”, de “resgate territorial”, de “reocupação”, de “repovoação”, de “nova migração”; que pretendem “voltar à terra”, “retornar ao rural”, “ter uma vida simples”, ou ainda proteger os valores culturais, combater o preconceito sobre o “interior” e “pôr o rural no mapa”. Imbuídos dessa intenção, alguns grupos e organizações da sociedade civil, por vezes em parceria com universidades ou com prefeituras, elaboram 'projetos' com um foco específico na revitalização dos espaços rurais, com maior ou menor acento na atração de população das cidades para esses lugares. As estratégias e os valores acionados são também diversificados: desde o empreendedorismo, à sustentabilidade, à participação comunitária, etc..

Perante a pluralidade de situações, de percursos e motivações, centrámos a nossa atenção apenas em iniciativas que assumem a forma de projetos visando a revitalização de lugares que diagnosticam como estando sobre o efeito de um fenómeno identificado com o rural: a 'desertificação' humana. Ou seja, iniciativas que se apresentam enquanto artefatos estruturados, com temporalidade, intencionalidade, conteúdo e métodos de ação relativamente definidos; que se propõem intervir de forma multisetorial e multidimensional (económica, ecológica, social, etc.), buscando direta ou indiretamente fixar novos residentes nesses locais.

Guiámo-nos pelo intuito de compreender os principais elementos que subjazem a essas

propostas e de explicitar as relações que se tecem entre diversos atores, bem como os (des)encontros entre as suas visões de passado, presente e futuro relativamente ao espaço em que se cruzam. Procurámos deslindar esses enlaces no diálogo com as principais narrativas presentes na sociedade, com os processos socioeconômicos e as políticas públicas ligados aos espaços rurais.

Detivemo-nos, em particular, sobre um projeto implementado na freguesia de Querença, na região mais a sul de Portugal, entre Outubro de 2010 e Junho 2012: o Projecto Querença. Uma iniciativa que teve algum destaque a nível regional e nacional, tendo sido inclusive replicada em outras localidades e regiões do país.

O ponto de partida do Projecto Querença consistiu em um diagnóstico sobre essa localidade, mas que é extensível a uma espacialidade mais vasta. O diagnóstico e os espaços-alvo da iniciativa sobrepõem-se assim nas formulações: “territórios em estado crítico”, “gravemente atingidos por processos de desertificação”, e cujos “capitais” – natural, produtivo e social – se encontram abandonados e esquecidos.

'Desertificação' sintetiza uma ideia do que aconteceu e/ou está a acontecer a um mundo e a um espaço classificados, em modo coincidente, como rural e interior, em Portugal. A população saiu dos campos e concentrou-se nas cidades do litoral. Saiu, porque a atividade económica da qual vivia passou a ser vista como uma atividade atrasada e pouco produtiva, seja pelas condições naturais adversas seja pelo baixo nível de escolarização e formação da própria população.

Processos de modernização e de industrialização rápidos e condensados temporalmente conduziram os que desejavam melhores condições de vida a buscar empregos nas indústrias e nos serviços, nas cidades do país ou no estrangeiro. Quem ficou, envelheceu e abandonou a atividade agrícola. O tempo parou, os espaços esvaziaram-se e parecem condenados a desaparecer. O rural tornou-se abandonado, marginal, remoto, de baixa densidade e não-qualificado (ou desqualificado).

Vetados ao abandono e à exclusão dos processos de modernização, só sobrevivem no espaço rural as pessoas e as atividades económicas mantidas pelos dinheiros estatais: as pensões de aposentadoria, no primeiro caso, e os subsídios à agricultura ou a outras atividades, como o turismo, no segundo.

À excepção do regime ditatorial salazarista, parece-nos que essa não é uma imagem do rural distintiva da contemporaneidade mas uma representação presente ao longo da história do país. O rural aparece associado à imobilidade e à escassez (de produção económica, de literacia, de condições de vida, de criatividade, de iniciativa empresarial, de capital social) e, de consequência, ao atraso que imprime na condição social e económica de todo o país. Isto é, os 'problemas' do rural repercutem nos equilíbrios territoriais, demográficos e económicos nacionais.

Não questionando a diminuição de população nos espaços rurais, nem classificando a preocupação com os desequilíbrios de ordenamento ou com a vida das populações rurais como vã, procurámos perceber a 'desertificação' e as narrativas sobre o rural enquanto universos simbólicos, produzidos social e historicamente (BERGER; LUCKMMAN, 1999: 106), que impactam na materialidade do quotidiano social.

Navegando no universo quantitativo e qualitativo gerado por diversos campos de conhecimento, coletámos algumas impressões. No que toca ao povoamento, percebemos que cedo a concentração demográfica na capital foi-se combinando com distintos modos de povoar o país. Estrutura fundiária, atividades económicas, condições edafoclimáticas e regimes políticos foram alguns dos fatores que contribuíram para a modelação espacial da população ao longo do território nacional. Fatores que concorreram igualmente para os

deslocamentos internos e externos da população portuguesa e que, entrelaçados com as dinâmicas do crescimento natural, seguem produzindo flutuações na população total residente.

Migrações e emigração são fenômenos a que as populações rurais se foram adaptando. As modificações na estrutura produtiva e econômica do país e as disposições, especialmente durante as quatro décadas de regime ditatorial, de manutenção do *status quo* da maioria da população como forma de controle político e social, fomentaram na população rural-agrícola um maior recurso à pluriatividade.

A agricultura a tempo parcial continua sendo a que maior expressão obtém em termos da população agrícola total e do número de explorações. Uma agricultura considerada pelas políticas e pelos atores governativos atuais como um substracto cultural importante, mas que pela sua baixa produtividade, pela dispersão e/ou pequenez da terra cultivada, não constitui um elemento econômico de remonta.

A ligação à terra e à família são dois elos importantes no que tange à fixação da população nos meios rurais. Já as expectativas profissionais e o trabalho podem conduzir tanto à permanência (por exemplo, os produtores agrícolas familiares afirmam não deixar a atividade porque não têm outra alternativa), quanto à saída para outras localidades. A desvalorização econômica e social da agricultura – que alguns atores denominam de “agricultura de subsistência”, outros “agricultura tradicional”, embora o mais comum seja o uso do termo “agricultura” no geral – pesam na decisão de se dedicar à atividade ou mesmo de permanecer em lugares conotados com ela. A inviabilidade econômica é esgrimida inclusive pelos “mais velhos” para desmotivar os jovens a trabalharem no setor. Se, por um lado, lamentam o abandono da atividade pelas novas gerações, por outro, também eles incentivaram os filhos a “mudar de vida”.

Focando-nos no microcosmos local, em Querença concretamente, essas diferentes dinâmicas e formas de ver o rural ganham concretude. Quem vem de fora, uns qualificam Querença como desertificada, interior, envelhecida e sem dinamismo; outros, vindos de vários lugares da região e do país, descobrem que afinal não é “assim tão deserta” nem isolada. Comparando com outras realidades rurais, a diferença do povoamento no Barrocal está no seu caráter disperso por montes e vales e não concentrado num centro ou aldeia. Diz-se de Querença que é uma aldeia, mas ... sem forma de aldeia. Descobrem igualmente que é lugar de gente envelhecida, onde os jovens, a havê-los, mal se veem. Mas envelhecimento não é sinónimo de imobilidade, mas sim de dinamismo e de abertura (relativa) para o que chega de fora. Para quem lá mora, porém, é a falta de “gente” que sublinham como um dos problemas da localidade. No passado, havia muita população pelos montes, trabalhando os campos e as hortas. Os querentinos gostam de ver gente chegando, mas gente que fique. E sobretudo, gostariam que os “filhos da terra” ficassem. Que tivessem trabalho e que pudessem construir as suas próprias casas, como no passado (MONTEIRO, 1993).

Percebemos assim que os números e as vivências se cruzam e resultam em diferentes modos de sentir e de falar sobre o que acontece no rural. Desfocando do plano micro, a 'realidade' nacional oferece-nos outras leituras. À semelhança do que ocorre na Europa, o crescimento natural da população em Portugal atingiu picos negativos. A 'desertificação', a 'interioridade' e o envelhecimento constituem-se de população que sai de todo o país, das escolhas reprodutivas, e das perspectivas econômicas e de trabalho da sociedade em geral. Esses 'problemas' colocam as localidades rurais, as regiões ou o país numa posição periférica, conforme a lente aplicada. Histórica e geograficamente, parece-nos que a qualificação e classificação desses vários lugares permanecem centradas em défices, desequilíbrios e em indicadores que ganham maior ênfase quando colocados em pares dicotômicos (rural-urbano,

interior-litoral, norte-sul, Europa do Sul-Europa do Norte, subdesenvolvido-desenvolvido) e que, acima de tudo, apelam à necessidade de intervir.

As intervenções são levadas a cabo pelo Estado, seus organismos e instrumentos de política pública, mas também pelas outras esferas, o mercado e a sociedade civil. No que tange à ação do Estado sobre os espaços rurais, as medidas dirigem-se primordialmente à esfera econômica. A maior produtividade da agricultura e dos solos, a construção de infraestruturas (desde a rede ferroviária às obras de hidráulica), a florestação de terrenos menos produtivos e a desapropriação de terrenos florestais comunais, foram algumas das principais medidas iniciadas no final do século XIX e patentes ao longo do século XX. A par dessas intervenções, a estrutura fundiária foi libertada dos ditames feudais, a população foi impulsionada (por efeito das medidas estatais) a mover-se no interior do país e/ou a trabalhar no setor industrial nascente.

Essas medidas e os efeitos que têm sobre os espaços e as pessoas não são, porém, imunes às conjunturas europeias e internacionais. Durante vários séculos, mas com maior ênfase nos séculos XIX e XX, Portugal 'exporta' legal e clandestinamente mão-de-obra barata para os centros do mundo: França, Alemanha, Reino Unido, Suíça, Estados Unidos da América.

É no final do século XX, após um período de fechamento político e em certa medida econômico, que os processos de intervenção governativa nacional mais se interseccionam (ou que são mais evidentes) com outro nível de governação: o nível europeu. Portugal ingressa no espaço comum europeu após um volte-face político interno. O período revolucionário foi um momento de inspiração socialista, que incluiu a nacionalização da economia e a reforma agrária nos campos. Processos combatidos interna e externamente, e que culminaram numa reorientação do regime democrático para os moldes da democracia social-democrata europeia e para o modelo de desenvolvimento pleiteado pelo bloco regional.

Esse foi um período não apenas de redefinição política em Portugal como de discussão das orientações da UE. O bloco protecionista europeu, fruto das relações de poder internas e externas, reorienta-se para um maior liberalismo econômico. Um percurso notório no redirecionamento de uma das políticas centrais de UE: a política agrícola comum (PAC).

A entrada de Portugal na União traduziu-se na formulação de um grande desígnio para o país: convergir social e economicamente para os padrões europeus. O país acessa, assim, os vários fundos europeus, entre os quais os fundos de desenvolvimento regional, social, agrícola, etc.. A grande aposta do governo nacional, nesse momento, foi a construção das infraestruturas que pudessem impulsionar a economia e a sociedade.

Fundos públicos foram aplicados direta ou indiretamente pelo Estado na edificação e/ou melhoramento das redes viária e de saneamento; no parque escolar; em infraestruturas médicas e culturais. Obras que aproximaram as diferentes regiões e localidades, mas que se concentraram na região metropolitana da capital e nas áreas com maior densidade populacional.

Nos espaços rurais as diretrizes da PAC, mediadas e adoptadas pelo governo português, são, por um lado, de especialização nas culturas agroflorestais produtivas, de concentração fundiária e de rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, e por outro, de controle ambiental da atividade, de aumento das áreas não cultivadas e do fomento a outros usos do espaço rural.

A par da PAC, a atividade agrícola e agroalimentar é exposta a uma malha reguladora cada vez mais fina, que vai desde os licenciamentos das atividades de transformação, até ao controle sanitário e fiscal. Regulações que desmotivam e coíbem a continuidade de atividades de pequena dimensão, geralmente familiares.

A política de ambiente surte igualmente efeitos sobre o espaço rural. Por um lado, contribui para a manutenção dos recursos naturais endógenos, por outro delimita a vivência e a atividade humana nesses lugares (mas limites passíveis de ser contornados quando estão em causa grandes empreendimentos, como o caso da Quinta da Ombria, no Barrocal algarvio), convertendo o rural em paisagem a consumir e a fruir para lazer e/ou conhecimento da natureza. A delimitação de espaços de conservação e de respectivas inibições ou interdições acontece em lugares que se encontravam habitados. É o caso de Querença que, em 2000, viu a totalidade do seu território ser abrangida pela rede de conservação europeia, a Rede Natura 2000.

Paralelamente, no interior da PAC foi-se definindo um segundo pilar: o desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural foi, primeiramente, vocacionado para a infraestruturação das atividades agroflorestais mas ganhou, paulatinamente, uma outra vocação e conotação: a promoção da multisetorialidade no espaço rural e a melhoria das condições de vida da população que habita esses espaços.

Para contornar os efeitos da agricultura industrial e da sua crise é lançado na década de 1990, a nível europeu e, de consequência a nível nacional, um programa-piloto de desenvolvimento económico dos espaços rurais, o programa LEADER. Os territórios abrangidos eram aqueles que apresentavam menor densidade populacional e menor PIB *per capita*.

A promoção de atividades económicas e de criação de emprego já havia sido realizada por outros programas e fundos. Face às várias medidas e políticas em ato sobre os espaços rurais, o objetivo desse novo programa era articulá-las, ao nível local, para que fossem mais eficazes e respondessem às necessidades dos territórios. Foi, por isso, um programa de parca dotação orçamentária, que colocou grande ênfase na articulação dos atores locais e na sua capacitação para gerir o desenvolvimento *in loco*.

Não deixou, no entanto, de apoiar financeiramente atividades económicas em espaço rural. Na realidade, apesar do LEADER ter almejado estimular a multisetorialidade e o crescimento de atividades extra-agrícolas, seja porque essa foi a direção emanada dos territórios, seja porque esse foi um setor indicado pelo próprio programa, uma parte significativa dos fundos LEADER financiou projetos ligados ao turismo rural, em Portugal.

O LEADER contribuiu, acima de tudo, para demarcar duas componentes de desenvolvimento: a necessidade e a importância de valorizar os recursos (naturais, culturais, humanos) endógenos; e a articulação das três esferas da sociedade para a prossecução desse desenvolvimento. Esses são dois aspectos que iremos encontrar nas abordagens, nas políticas e nas iniciativas de desenvolvimento territorial, em geral, e no desenvolvimento do rural, em particular, pós-LEADER. Acreditamos, por isso, que o programa foi uma peça-chave na passagem (ou no alargamento) do entendimento do desenvolvimento como processo estritamente económico emanado de cima para baixo, para uma concepção de expansão das capacidades coletivas e de apropriação das trajetórias de desenvolvimento.

A abordagem de natureza territorial do programa pressupunha a existência de um território, com algum nível de identidade interna, redes de atores corresponsabilizados pela governação dos territórios (articulando a atuação horizontal com a vertical); especialização económica; agregada à formação da população – baseando-se na ideia que conhecimento e inovação conduzem a maior desenvolvimento – e na procura da sustentabilidade social e ambiental. A aproximação do modelo territorial ao desenvolvimento rural traduziu-se, desse modo, na promoção de processos de transformação produtiva e institucional. Os primeiros, visando articular de forma competitiva e sustentável a economia dos territórios aos mercados dinâmicos. Os segundos, implicando a interação dos atores locais entre si e com agentes

externos (SCHEJTMAN e BERDEGUÉ apud SCHNEIDER; TARTARUGA: 2004: 14). Um modelo inspirado na “Terceira Itália”, que interligou a criação de capital social e cultural, com crescimento econômico e aprofundamento democrático.

Em Portugal, o programa teve importante repercussão na articulação de diferentes atores, e em especial no fortalecimento dos órgãos públicos locais. Tendo o país uma matriz de governação centralizada, os municípios dependem, em grande medida, do financiamento do Estado central. Com a entrada na UE, porém, passaram a pleitear alguns fundos diretamente a nível europeu, e os mecanismos de descentralização impulsionados pelo LEADER contribuíram para algum grau de autonomização desses órgãos. São, no entanto, criticados por seguirem também eles uma lógica centralizadora e, especialmente de favoritismo partidário, na sua atuação a nível local.

A articulação entre entes públicos e privados fomentada pelo LEADER também acarretou várias críticas: o peso que as autarquias locais assumiram no seu interior; e a formalização de organizações especializadas em desenvolvimento local-rural, proporcionada pela criação de equipas de suporte operacional aos Grupos de Ação Local. Essas organizações foram recebendo e gerindo outras medidas e programas nacionais e europeus, afastando-se gradualmente da base de sua legitimidade. De *locus* de articulação de esferas e de animação dos territórios, as parcerias multi-ator derivaram em organizações da sociedade civil, do 'terceiro setor', que assumiram algumas das funções do Estado. O desenvolvimento rural de base local passa assim a ser alvo de críticas díspares: por um lado, por traduzir a privatização do público; por outro, por ser uma forma de instrumentalização e de controlo da sociedade civil por parte do Estado.

Não obstante essas críticas às ações de desenvolvimento rural (e outras, como a ineficiência no uso dos financiamentos públicos ou de um apoio demasiado centrado nos recursos endógenos), essa noção é progressivamente consolidada nos dois elementos atrás assinalados: na competitividade e no dinamismo econômico dos territórios; e na parceria entre atores locais e entre eles e outras escalas (nacional, europeia, mundial) e, de consequência na integração de medidas e programas públicos. E foi sendo incorporada nas abordagens de desenvolvimento territorial, a par com a preocupação da sustentabilidade ambiental, do aumento do emprego e da eficiência.

Território, local, integrado, sustentável, entram na discursividade das políticas públicas, refletindo ressignificações de espaço, de intencionalidades sobre o mesmo e das relações que nele tomam lugar. Quando orientadas para o rural, colocam-no em relação com o urbano, na mesma lógica de parceria, de complementariedade e de multisetorialidade.

Todavia, ao nível operacional e financeiro, os dois pilares da PAC, particularmente na transposição das diretrizes europeias atuais para o quadro português, continuam focados na agricultura como motor do desenvolvimento dos espaços rurais. O setor agroflorestal e a promoção de cadeias produtivas é a grande aposta atual do governo nacional, para o qual a agricultura produtiva é a base da economia rural, e a agricultura familiar, a estrutura sociocultural do rural. Ambas são apresentadas como o substrato da multifuncionalidade do rural, um substrato fundamental na óptica dos serviços e das amenidades que o rural “presta” à sociedade.

Os territórios rurais encontram-se, assim, perante sinais controvertidos. Têm estradas para chegar aos centros urbanos, onde podem usufruir de infraestruturas de saúde, educação, cultura, consumo e para escoar os seus produtos. Na sua maioria, têm luz e água, e sinal de celular. Porém, para produzirem têm que se coadunar a uma legislação crescente em número e em abrangência setorial que coarcta, entre outros, a ação produtiva.

Se programas como o LEADER difundiram o valor do endógeno, das artes e dos ofícios artesanais, e apostaram na formação da população local; e as políticas públicas fortaleceram a conexão entre rural e ambiente, essas orientações não foram suficientes para atrair pessoas e para “vender” as amenidades e potencialidades do rural. Os jovens continuam saindo, especialmente face às expectativas criadas pela qualificação e pelos percursos educativos e, como no caso de Querença, pelas dificuldades encontradas ao nível da habitação.

Face aos aspectos positivos e negativos provocados pelas políticas públicas, algumas pessoas, grupos de amigos, e inclusive alguns municípios, delineiam programas de ação e de intervenção em espaços em mãos com a 'desertificação' humana. Programas que ambicionam combinar recursos endógenos com exógenos; cruzar conhecimentos e interseccionar atores humanos (locais e externos) com atores não humanos. Nesses programas, a ênfase é colocada na migração, em especial de urbanos, e na repovoação como mecanismos de revitalização rural. Assim, torna-se importante atrair pessoas não só enquanto consumidores mas também como habitantes. Porém, converter o rural num espaço de vida não assenta necessariamente em atividades produtivas e o retorno ao espaço rural pode ou não ligar-se ao retorno à agricultura.

Apesar de esgrimirem críticas à ação pública, encontramos nos discursos e nos programas de ação de algumas dessas iniciativas paralelos com as políticas públicas, tanto nas estratégias como no léxico que empregam. Centram-se na criação de autoemprego e de empresas, na especialização territorial, na inovação e no empreendedorismo; e para garantir o sucesso dos projetos empresariais dos “novos povoadores”, procuram montar parcerias multi-atores, bem como acessar aos sistemas de incentivo em vigor.

O fortalecimento de sinergias entre atores, recursos e práticas, na perspectiva da sustentabilidade, da valorização e da reativação do rural, induzido não apenas por intervenções políticas e por fluxos financeiros, conforma o que Van der Ploeg, Terry Marsden e outros autores denominam de novo paradigma de desenvolvimento rural. Uma formulação esboçada por esses autores para colmatar o vazio teórico-analítico que diagnosticaram nesse campo.

Na nossa incursão pela produção académica portuguesa e estrangeira, podemos constatar que, de fato, o desenvolvimento rural tem sido campo de elaborações normativas e prescritivas, sem que delas erga um arcabouço analítico nítido. Esse apoio pode, no entanto, ser encontrado nas discussões epistemológicas sobre a validade heurística do conceito 'rural' para explicar fenômenos sociais.

Acompanhando os desdobramentos teóricos das várias ciências sociais e naturais, esse conceito é não só 'ressemantizado' como alvo de propostas alternativas enquanto objeto de estudo das relações sociais. Local e território espelham (ou dialogam) no debate epistemológico algumas das construções e dos conteúdos das políticas públicas. 'Local' é apresentado como uma noção de base espacial, que permite focar nas construções e nas representações identitárias que fluem das interrelações entre atores, e cuja origem nem sempre é passível de remeter para o endógeno ou para o exógeno.

Acrescentando à ideia de hibridização dos atores elementos não humanos, alguns autores propõem a noção de “rede rural”. Rede rural exprime os processos de (re)criação constante de relações não padronizáveis ou classificáveis *a priori*, mas que têm em comum o desencadeamento de trajetórias de desenvolvimento rural tal como acima definidas. Para explorá-la, os já citados Van der Ploeg, Marsden e outros, conceberam um quadro analítico fundado em seis dimensões: a endogeneidade da economia rural; a produção de novidades; o capital social; os arranjos institucionais; a governança dos mercados; a sustentabilidade e o

desenvolvimento rural.

Ao percebermos a afinidade entre a formulação desses autores e a proposta do Projecto Querença, tentámos aplicar a proposta teórica das “redes rurais” à análise dessa iniciativa.

O Projecto Querença foi idealizado por uma pessoa com percurso profissional na área do ambiente, do desenvolvimento e do ecoturismo. Nessa trajetória, participou de um Grupo de Ação Local na região algarvia, no qual conheceu um professor universitário ligado igualmente ao campo do desenvolvimento, especialmente regional e rural.

Baseados na ideia do primeiro, articularam-se para a implementação de um 'projeto' que interviesse nos espaços rurais – desertificados – em modo diferente, mais eficiente, do que as políticas postas em prática até então. Para tanto, procuraram parcerias estratégicas a vários níveis e em vários setores. E direcionaram o projeto para uma determinada localidade: Querença.

A escolha da localidade derivou de elementos práticos como a parceria entre a empresa de ecoturismo do primeiro e uma fundação privada de Querença, que oferecia um respaldo institucional e boas infraestruturas de trabalho. Essas e outras infraestruturas locais – construídas na sua maioria com fundos públicos europeus e nacionais –; os recursos naturais; o fato de ser um sítio natural classificado; a notoriedade gastronômica do local; e a tradição hortícola eram alguns dos aspectos positivos (recursos potenciais ou amenidades) reunidos pela localidade.

Para a implantação da iniciativa, o nó central constituído pelos dois coordenadores e pela Fundação foi puxando outras ligações: os órgãos de poder local, a Universidade e nove jovens diplomados nessa mesma Universidade. Simultaneamente, foi procurando elos com os habitantes e as associações locais, com estabelecimentos comerciais, com apoiadores públicos (empresas públicas, mas também instituições governamentais) e privados (empresas ligadas à agricultura, por exemplo), e com a mídia, a nível local, regional e nacional.

O projeto assentou no pressuposto que jovens com qualificação universitária e com poucas perspectivas de encontrar emprego, se colocados num espaço que oferece uma ampla gama de recursos endógenos, poderão criar os seus próprios empregos (na forma de empresas, de cooperativas ou outros), concorrendo para um uso sustentável e inovador desses recursos e assim provocar o desenvolvimento desse espaço.

Sendo que a agricultura (horticultura e silvicultura) foi durante séculos a principal atividade dos querentinos, à qual está agregado um relevante património paisagístico e arquitetónico (por exemplo, a rede de mecanismos hidráulicos), essa representou o ponto de confluência dos vários “projetos empresariais” que os nove jovens desenvolveram. Desse modo, as atividades do Projecto Querença (que entrelaçavam uma componente experimental dos projetos empresariais dos jovens com uma componente de animação da localidade) focaram nos recursos hortícolas e florestais autóctones; na produção agrícola em modo orgânico; na produção de alimentos a partir de matérias-primas locais, e na fruição pedagógica das paisagens naturais. Buscando, para tanto, a complementariedade entre as ações e o cruzamento entre os saberes locais e os saberes académicos.

Para escoarem esses produtos e os produtos dos agricultores querentinos, os membros do Projecto organizaram mercados mensais no largo principal da freguesia e tentaram criar uma rede de compradores (restaurantes e hotéis) do centro urbano do município e das localidades litorâneas. Apostaram na divulgação e na elaboração de uma imagem de marca: um logotipo, embalagens, etiquetas, etc.. A equipe tentou, assim, criar simultaneamente produtos e mercados para esses produtos, especialmente de nichos de mercado, de modo a conseguir controlá-los, e a garantir a sustentabilidade da produção e retorno económico para a

localidade.

Notámos nesse ponto, uma divergência entre a teoria das redes rurais e a prática desta iniciativa: apesar do diálogo com os usos passados e da integração dos habitantes da aldeia nas atividades do projeto e no mercado mensal, nem todos os processos de produção ou os outros usos dos recursos, seguiram os modelos locais de combinação desses recursos, nem surgiram de processos de produção e de trabalho territorializados e contextuais.

O valor acrescentado dos novos produtos, como a barra energética, encontra-se conectado à agregação de conhecimento académico e a uma imagem dirigida aos gostos e aos mercados exógenos. Isto porque, tal como na óptica de alguns académicos portugueses e inclusive de um ex-gestor governamental do programa LEADER, o rural tem que se integrar nos “mercados”. E esses mercados não existem localmente: os mercados do rural são urbanos. Assim, na hibridização entre exógeno e endógeno, é o primeiro que adiciona valor (mesmo quando os jovens reconhecem que o saber académico deles próximo do conhecimento prático dos querentinos é muito relativo). E é o estilo exógeno que tem que ser seguido para que as matérias-primas e os produtos de raiz endógena ganhem valor e possam vender.

É igualmente notório que, tratando-se de uma iniciativa que não surge do local, ela procurou ligar quem veio de fora com quem vive em Querença. Uma ligação que procedeu do fato dos jovens terem morado temporariamente na freguesia, mas sobretudo do trabalho. As atividades coletivas foram promovidas de modo a aproximar o Projecto da localidade e a possibilitar a transmissão de saberes. A partir dessa base, e apesar de alguma desconfiança inicial da população face à chegada desses jovens “forasteiros”, foram construindo elos de solidariedade, de afeto e de abertura de parte a parte.

Passados quase dois anos do seu término, todos concordam num ponto: a iniciativa trouxe movimento a Querença e criou um ponto de encontro mensal para venda dos produtos locais. Houve, porém, algum desencontro de perspectivas ao longo do Projecto entre coordenadores, jovens e querentinos. Para os coordenadores e para os jovens, o principal intuito da iniciativa era “desenvolver a aldeia”. Com o aproximar do final do estágio, os jovens foram realizando de forma mais objetiva que a finalidade mais tangível era a criação de empresas. Para os querentinos com quem falámos, o Projecto era bom para dar emprego e proporcionar formação àqueles jovens.

Contudo, as diferenças nas visões sobre o teor e as orientações do Projecto surgiram especialmente no interior do núcleo inicial. De modo que, finalizados os nove meses de estágio dos jovens, a parceria foi desmontada e o Projecto ressurgiu no final de 2013 com novas entidades promotoras. Ainda que algumas das restantes parcerias se mantenham: a Junta de Freguesia, a Casa do Povo e a Câmara Municipal. Essenciais no apoio logístico e financeiro, essas entidades tiveram, aparentemente, um lugar instrumental na rede montada pelo Projecto. Os espaços de deliberação sobre o presente e o futuro da localidade não se alargaram de forma clara a todos os atores envolvidos na iniciativa. Por exemplo, perante a falta de adesão dos habitantes ao órgão criado pelo Projecto para ouvi-los, a participação desses foi remetida para o eventual diálogo cotidiano entre eles e os jovens.

O que indicia que, apesar de se colocar como uma alternativa de desenvolvimento de uma localidade, ela centrou-se nos jovens e nos seus projetos de negócio, ou seja, entre a resposta aos problemas territoriais e aos problemas geracionais, foi aos segundos que o Projecto deu maior ênfase. O que se explica precisamente pela natureza “alternativa” do Projecto. A inovação dessa iniciativa, segundo os seus coordenadores, era a “importação” de capital humano, qualificado, que “empreendesse” o meio rural. Esse pressuposto-base cruzou-se com o programa científico do professor universitário, na busca de testar soluções

integradas, e diríamos quase integrais, para o desenvolvimento dos espaços rurais. Em suma, o Projecto Querença conformou-se como um 'projeto' para o rural (fato patente na constituição da “Rede Nacional de Projectos Querença”).

A iniciativa acionou e conectou atores de natureza, geografias e escalas diferentes, através da criação de um élan e de elementos discursivos comuns. Através dos meios de comunicação (artigos de jornal, matérias na rádio, na internet e na televisão) alimentou uma narrativa sobre o rural-interior como um lugar no limiar do isolamento e do abandono, mas abundante em recursos, uma reserva de recursos: um “rural não irreversível”, que pode ser recuperado por jovens empreendedores.

Dialoga, desse modo, com universos simbólicos já existentes, ora reconfigurando narrativas já existentes como a do “fim do rural”; ora se ajustando e adoptando narrativas mais atuais como a do empreendedorismo; ora se contrapondo ao desenvolvimento rural na aceção das políticas públicas. Nesse diálogo, não só se posiciona na disputa sobre o que deve ser o desenvolvimento e a revitalização rural, como justifica e legitima a sua ação. E, a despeito dos desencontros nas visões, o encontro entre atores permitiu a expressão de anseios semelhantes, que apontam para uma mesma direção de 'desenvolvimento' e expectativa de futuro: mais trabalho e mais pessoas.

Porém, a expectativa de futuro proporcionada pelo Projecto rapidamente se transformou em passado. Tempo foi justamente o elemento que mais afetou o rumo da iniciativa.

Comparando o Projecto Querença com outras iniciativas que se dispõem a revitalizar o rural percebemos que existem quatro elementos subjacentes à ideia de “revitalização”: a migração urbano-rural, o trabalho, o crescimento económico local e a valorização ou a visão do rural como uma “reserva” potencial.

Quanto à componente humana, as propostas variam: desde jovens a famílias; pessoas com qualificação, mas sem emprego; a pessoas “excluídas” socialmente. As propostas da academia acrescentam os aposentados do norte da Europa; e os municípios, os refugiados ambientais e imigrantes de outros países.

A essas famílias ou jovens é pedida, facilitada ou apoiada a criação de seu próprio emprego em diferentes setores: desde os serviços e tecnologia até à agricultura. Os seus 'projetos migratórios' e de trabalho são mediados por outros 'projetos' de empresas, de parcerias de natureza diversa, ligadas ou não à iniciativa dos municípios que, na prática, procuram (ou incentivam) potenciais migrantes e prestam assessoria à sua instalação nas localidades rurais.

Tais iniciativas assentam na premissa que a constituição de empresas e a “empresarialização” contribuirão para o desenvolvimento rural, para diminuir o desemprego ou simplesmente para apoiar pessoas que querem mudar de vida. Tais empresas irão potencializar e reavivar os recursos inexplorados, inertes ou “não tocados pela globalização” existentes no rural-interior. A esfera económica parece prevalecer assim como meio e fim do desenvolvimento e como *locus* potencializador das outras dimensões: cultural, ambiental, social.

Nesse sentido, fomentam uma perspectiva do rural como um espaço para trabalhar e para viver, diferentemente da visão de consumo e de conservação que alguns autores identificam como predominante em Portugal (FIGUEIREDO, 2011: 18).

O rural transforma-se, em alguma medida, em sinónimo do que a modernização associou ao urbano: emprego, boas condições de vida, emancipação individual e social. A diferença entre os processos de urbanização, ligados à modernização, e esses processos de impulso à migração para o rural, é que se nos primeiros o trabalho, ou a sua promessa, estava

assegurado, na migração urbano-rural o trabalho tem que ser criado pelos próprios migrantes. O que é garantido aos migrantes são os recursos para criar o seu trabalho. Algo que não pensamos ser uma novidade no espaço rural em Portugal. Excluindo os assalariados agrícolas, os agricultores familiares e os artesãos, por exemplo, criam o seu próprio emprego.

O trabalho avulta-se, desse modo, como uma questão importante nas discussões sobre o rural contemporâneo. Aqui, não no prisma do trabalho rural ou do trabalho como forma de luta pela terra, mas no prisma do trabalho em espaço rural enquanto resposta ao “fim do trabalho” e da condição salarial, e como uma autonomização dos indivíduos na esfera laboral (CASTEL, 2010). Uma discussão que está no âmago do debate sobre o papel do Estado e dos cidadãos.

A autocriação de emprego insere-se na questão do fim do trabalho em geral e, em particular, da diminuição do emprego público e da intervenção do Estado como componentes do desmantelamento da estrutura estatal. Nesse quadro, os indivíduos são responsabilizados pela geração do seu trabalho e pela manutenção e crescimento da sociedade e da economia. E, se incluídos na óptica do rural, também pelo desenvolvimento do rural. É nesse ponto que o discurso do empreendedorismo ganha pertinência.

O perfil inovador e empreendedor é sublinhado pelos promotores do Projecto Querença, e de outras iniciativas que ilustrámos no segundo capítulo, como o carácter essencial dos atores de desenvolvimento. A inovação e a reorganização dos padrões de produção por eles promovida são os elementos fulcrais do desenvolvimento (SCHUMPETER apud COSTA *et al.*, 2011). No entanto, no caso do Projecto Querença, a ação empreendedora não era esperada de um indivíduo apenas, mas da colaboração e do trabalho em rede entre vários jovens, e entre eles e outros atores, incluindo a comunidade. O que coloca, em nossa opinião, a abordagem da iniciativa na perspectiva do empreendedorismo enquanto estratégia de desenvolvimento local, integrado e sustentável (COSTA *et al.*, 2011).

Não obstante essa perspectiva se afastar da concepção estrita schumpeteriana, os valores que exprime, as críticas que elabora, a proposta de desenvolvimento que pôs em marcha, parecem inclui-la no sistema político-económico vigente. Iniciativas como o Projecto Querença podem representar “contraestruturas” ao nível do desenvolvimento do rural, porque se contrapõem ao modelo agroindustrial e à falta de vontade dos entes governativos de reorientar processos de marginalização (PLOEG; MARSDEN, 2008). Mas parecem dialogar com os valores, metas e processos expressos pelo sistema económico capitalista e pelas concepções neoliberais de Estado.

Para além da autonomização dos indivíduos no mundo do trabalho, está implícita nos posicionamentos dos coordenadores do Projecto Querença e nas orientações dadas aos jovens, uma defesa da autonomização das esferas do mercado e da sociedade civil face à esfera estatal no que tange aos recursos e à capacidade de iniciativa.

Entendimento que encontra paralelo em algumas das já citadas críticas à política atual de desenvolvimento rural. Outras análises apontam em uma direção diferente: ao delegar a implementação de políticas em atores híbridos, o Estado está-se desvinculando das suas funções, deslocando-se para o domínio do “público não-estatal” (OLIVEIRA, 2001: 24).

A 'realidade', porém, parece-nos mais complexa. Programas como o LEADER estenderam a noção de parceria entre esferas às estratégias de desenvolvimento. Nessas redes híbridas a natureza dos atores e dos recursos que acionam esbate-se, privilegiando-se a natureza das relações e dos processos estabelecidos entre eles.

A presença do Estado multiplicada (e delegada) em medidas, programas, contratos e subcontratos, empresas e outras entidades; e cruzada com fundos que advêm da UE, torna-se quase indiscernível (REIS apud ROVER; HENRIQUES, 2006). Por exemplo, no que tange ao

Projecto Querença percebemos que beneficiou de recursos financeiros públicos e o apoio institucional do governo é apresentado com algum destaque. Mas esses recursos surgem, na sua maioria, de forma indireta e subsumida no Projeto.

A fina fronteira entre a delegação de funções, e a descentralização e a governança vai abrindo para caminhos contestados, onde o que é 'público' e 'privado' se mistura e onde atores e recursos circulam entre esferas e identidades. Contudo essa hibridização não impede que os atores sigam individualizando as esferas e apontando críticas à ação de umas e de outras. Reprovam a ação do Estado quando fomenta a “subsídio-dependência” em detrimento do espírito empreendedor e colocam a virtuosidade do privado nas trajetórias de desenvolvimento, enquanto se apóiam em recursos públicos para lançar seus projetos. (O que contrasta com a visão de autores que defendem que as iniciativas visando a produção de novidades e a governança de mercados se apoiam menos em intervenções estatais do que as iniciativas centradas na sustentabilidade e no capital social (KANEMASU in PLOEG; MARSDEN, 2008: 220)).

Parece-nos que, por um lado, os processos tangíveis de desenvolvimento continuam se alicerçando no Estado, mesmo quando aparentam não serem por ele estimulados. Porém, a narrativa de desenvolvimento (alimentada pelo próprio Estado) aproxima-se da caracterização efetuada por Alberto Arce relativamente ao desenvolvimento local na América Latina, na década de 1980. Um campo de ação focado na mobilização de valores intangíveis (como o capital social) e na agência de atores individuais (empresas) para a reconstrução das economias locais “latentes”, no sentido da autonomização cívica e política face ao Estado (ARCE, 2008).

O desenvolvimento rural concebido nesses termos prossegue os mesmos objetivos delineados para o desenvolvimento nacional e europeu: a competitividade, a especialização territorial, a inovação tecnológica e empresarial, a racionalização e eficiência no uso dos recursos públicos, metas pontilhadas por elementos do “welfare” social e da sustentabilidade ambiental. Ou seja, o desenvolvimento rural, tanto na concepção das políticas públicas como na concepção de algumas iniciativas que emergem de outras esferas, alinha-se com a macro-narrativa europeia do crescimento económico e da redução do Estado.

O rural é assim chamado a caminhar e a contribuir para o desenvolvimento do país e da Europa (para além do seu próprio), colocando à disposição dos processos de desenvolvimento os recursos que foram “excluídos” dos processos pretéritos da mesma natureza. O que até há pouco tempo era considerado sem valor (económico ou cultural, como as tradições), ou “atrasado”, é hoje fonte de futuro. É por essa razão que acreditamos que esse entendimento de desenvolvimento rural está imbricado no sistema político, cultural e económico mais vasto: o sistema capitalista global. Não só pela reconfiguração dos valores que opera (como a aliança entre a tradição e a modernidade, na autocriação de emprego), mas também por se predispor (e perceber vantagens nisso) a identificar a “vocação” económica dos lugares (ou no discurso europeu, buscar uma “especialização territorial inteligente” (CE, 2014a)), pondo a criatividade ao serviço da descoberta de novos bens de consumo e de atividades económicas que poderão, eventualmente, sobrevir à fina malha de regulação que cobre os espaços rurais.

Essas narrativas de desenvolvimento rural parecem indiciar no campo das representações uma permanência ou reformulação da produção de espacialidade capitalista (HALFACREE in CLOKE; MARSDEN; MOONEY, 2006) que tenta entrar nas práticas e nas vivências do espaço rural.

Nessa espacialidade, encontram-se atores cuja natureza pública ou privada, como afirmámos anteriormente, se esbate. O mesmo acontecendo à posição endógena ou exógena relativamente ao espaço e aos valores que carregam.

O carácter exógeno do desenvolvimento é um dos pontos mais criticados da proposta desenvolvimentista ligada à modernização. A exportação de modelos que, em muitos casos, aniquilaram as culturas existentes foi sendo substituída pelo respeito e pela valorização da “endogeneidade”. Daí que formulações como a de rede rural se centrem no endógeno como o motor do desenvolvimento rural, mas o concebam na articulação entre atores de diferentes naturezas e atuantes em vários níveis. A revitalização e o fortalecimento do rural resultam de processos conjuntos de deliberação, nos quais se pressupõe que todos os atores implicados têm igual voz e/ou que os atores endógenos detêm algum controle sobre eles. Desse modo, compreender a micro-política de negociação do desenvolvimento rural-local (WOODS, 2007: 502) implica na análise da capacidade de agência que cada ator dispõe no interior dessas interrelações.

Olhando para o Projecto Querença percebemos que, não obstante a partilha *grosso modo* dos fins da iniciativa, uns atores (precisamente os exógenos) tiveram o poder de projetar narrativas ao nível local, nacional e até internacional, e de acionar recursos (materiais e humanos) para por em prática uma concepção de desenvolvimento não necessariamente deliberada em conjunto com os outros atores envolvidos.

Esses últimos, uns manejarão o seu poder de agência ao nível local nos interstícios das ligações partidárias, familiares, patrimoniais e institucionais. Outros (ou porventura, os mesmos), perante os quadros passados e presentes traçados pelos sistemas mundiais em que se viram abraçados, foram conduzindo seus percursos de vida relativamente abertos e adaptáveis aos novos mundos que vão surgindo. À chamada da emigração para outros países, às mudanças nas políticas agrícolas, à chegada do turismo na década de 1990, tal como às mudanças impostas pela natureza, pelas regras e pelos limites²⁶⁹ advindos da administração estatal, responderam com fronteiras espaciais fluídas, transpondo suas casas, suas atividades, suas mobilidades, tentando manter um equilíbrio entre o que está dentro e o que vem de fora, entre a individualização e o coletivo, mas sempre ligados à terra. Uma ligação cultural, familiar e patrimonial.

Para quem se ausentou em terras longínquas, voltar à terra não é apenas um projeto profissional, económico ou de estilo de vida. A terra não é apenas uma marca distintiva. Voltar à terra, é voltar a uma *forma de estar na vida*. Do lado concreto e material, voltar à terra, para alguns querentinos, só foi possível porque possuíam uma fonte de renda assegurada (pensões, poupanças, património fundiário ou imobiliário). Mas voltar significa estar, sentir e trabalhar a terra (“eles gostam daquilo”, como nos disse um dos jovens).

Face a novos atores e a novos valores, mantêm-se atentos aos prenúncios de grandes transformações. Perante orientações que visam mudar as suas formas de fazer economia, e agricultura, vão respondendo, integrando, rejeitando ou ignorando-as. Abertura e fechamento. Dois movimentos essenciais a quem quer permanecer vivo.

Ao nos debruçarmos sobre uma iniciativa, aparentemente traçada em linhas retas, fomos-nos apercebendo que muitos eram os elos que a teciam e que a ligavam a outros pontos. Daí termos estendido o olhar do âmago e da gênese do Projecto Querença para (algumas das) estratégias passadas e atuais patentes nas políticas e em ações de desenvolvimento; e para (alguns) percursos dos querentinos. No desembaraçar de tais pontos e linhas, conscientes das narrativas em que estão embebidas, entre o detalhe e a trama, realizámos que redes não têm gênese nem fim.

O Projecto Querença assentou nas experiências passadas e nas visões de

²⁶⁹ Referimo-nos, por exemplo às mudanças nos limites da freguesia. Querença foi desmembrada em duas freguesias em 1997. Em 2013-2014, passou a incorporar uma freguesia composta por mais duas ex-freguesias.

desenvolvimento rural das pessoas que o idealizaram e dos atores que buscaram, como a Fundação Manuel Viegas Guerreiro. Durante a sua implementação, dialogou com outros atores, ideias e ações de desenvolvimento (local, rural, regional) já existentes. E encontrou-se com percursos, porventura atomizados e não concertados, não fruto de planeamentos ou de estratégias de desenvolvimento, mas que são costurados nos espaços do cotidiano por quem vive ou está ligado a Querença. Ou seja, o Projecto Querença integrou uma rede rural formada por uma ampla gama de atores e de trajetórias, incluindo atores e trajetórias ligados à ação estatal e às políticas públicas de desenvolvimento.

Desertificação, (sub)desenvolvimento, agricultura, negócios, gente, projeto, empreendedorismo, recursos, são algumas das narrativas objetivadas e institucionalizadas conjunturalmente, e que reconfiguram valores mais ou menos presentes no olhar passado, presente e futuro sobre o rural. Os atores vão retalhando ou disputando, objetiva ou subjetivamente, os significados representacionais e materiais das narrativas que circulam na sociedade, experimentando fórmulas e soluções e construindo múltiplas trajetórias de vida. Para compreendê-las, parece-nos assim necessário manusear múltiplos níveis de análise e cruzar um largo espectro de fatores. Tendo sempre presente que qualquer leitura de 'dados' é, por seu turno, também uma representação da 'realidade'.

No desenvolvimento rural, por sua natureza relativamente recente, a disputa de recursos materiais, de entendimentos pragmáticos e científicos é particularmente evidente, ainda que não nítida nos seus contornos. Onde parece emergir consonância, cedo percebemos distinções. Cada palavra encerra significados múltiplos, mas também velados. Ao que se soma o fato de nos termos focado apenas em algumas formas de desenvolvimento rural. No entanto, percebemos, com nitidez, que estão acontecendo muitas outras coisas no rural, em Portugal e que, de modo cruzado, constituem trajetórias não lineares de algo que se pode nomear como desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALHO, J. *Valorização dos recursos naturais pelo ecoturismo numa zona rural de baixa densidade – Conceção de uma rota de libélulas e libelinhas*. 182 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Conservação de Recursos Naturais) – Escola de Ciências e Tecnologia, Universidade de Évora, Évora; Instituto Superior de Agronomia, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2014.

ALMEIDA, J. Structures agraires et migrations pendulaires. Une région du Nord-Ouest du Portugal. In GODELIER, M. (dir.), *Transitions et subordinations au capitalisme*, Paris: Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991, pp. 147-178.

ARCE, A. Imaginando el objeto del desarrollo social. Un campo de acción entre la vida social y el proceso político. In: ARCE, A.; BLANCO, G.; HURTADO, M. (ed.) *Políticas públicas como objeto social. Imaginando el bien público en el desarrollo rural latinoamericano*. Guatemala: FLACSO, 2008, pp. 23-56.

Assembleia da República (AR). Comissão de Educação, Ciência e Cultura. *Relatório da visita ao Projecto Querença – Loulé – no âmbito do Programa da Ciência*. Lisboa: AR, Abril 2013.

AZEVEDO, N., RAMOS, L., A desruralização nas regiões interiores de Portugal: o caso de Trás-os-Montes e Alto Douro. In: II CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 2006, Braga.

BARROS, A. Modalidades de pequena agricultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 7/8, pp. 111-134, 1981.

BARROS, V.; RAMOS, J. (coord.). *Evolução da Família Agrícola*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, 2005.

BARROSO, F.; MENEZES, H., CORREIA, T., Conservar ou reinventar as paisagens agrícolas tradicionais? Impacto dos “neo-rurais” e pessoas com 2.^a habitação na paisagem rural. In: XI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 2008, Alcalá de Hanares.

BAPTISTA, F. A agricultura e a questão da terra – do Estado Novo à Comunidade Europeia. *Análise Social*, Lisboa, vol. XXIX (4.^o), n. 128, pp. 907-921, 1991.

BAPTISTA, F. *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*. Lisboa: Fora de Texto, 1993.

BASTOS, C. A escala da mudança: o tempo da Serra Algarvia. In: BAPTISTA, F.; BRITO, J.; PEREIRA, B. (coord.) *O Voo do Arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, 1996, pp. 561-567.

BERGER, P.; LUCKMMAN, T., *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro. 1999

BRUNORI, G. *et al.* *Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies*. Strengthening Innovation Processes for Growth and Development Project Report. 2008

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ (CML). *Querença. Um lugar diferente no interior algarvio*. s/d, 12 p.

CAMARERO, L. (coord.) *La población rural de España. De los desequilibrios a la sostenibilidad social*. Barcelona: Fundación “la Caixa”, 2009.

CARMO, R. Visões do território português: a emergência da sociedade dualista organizada em rede. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2004, Coimbra.

_____. M. As desigualdades sociais nos campos: O Alentejo entre as décadas de 30 e de 60 do século XX. *Análise Social*, Lisboa, vol. XLII, n.º 184, pp. 811-835, 2007.

_____. Da escala ao território: para uma reflexão crítica do policentrismo. *Análise Social*, Lisboa, vol. XLIII, pp. 775-793, 2008.

_____. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, pp. 252-280, jan./jun. 2009.

_____. (org.). *Entre as cidades e a serra. Mobilidades, capital social e associativismo no interior algarvio*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2011.

CARNEIRO, I. O Desenvolvimento Rural em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer... A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal. In: CONFERÊNCIA POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005, Lisboa.

CARNEIRO, M. (org.). *Ruralidades Contemporâneas. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

CASTEL, R. *El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

CAVACO, C. (dir.). *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local*. Programa das Artes e Ofícios Tradicionais. Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1994.

CICOUREL, A. Notes on the integration of micro and macro-levels of analysis. In: KNORR-CETINA, K. *Advances in social theory and methodology: toward an integration of micro-and macro-sociologies*. Boston/London/Henley: Routledge and Kegan Paul, 1981, pp. 51-79.

COELHO, I. Dinâmicas sócio-económicas dos espaços rurais em Portugal. Entre o mar e a serra: Tôr, uma aldeia do Barrocal. In: II COLÓQUIO DE ESTUDOS RURAIS, 2004. Angra do Heroísmo.

COMISSÃO EUROPEIA (CE). *Comunicação aos Estados-membros que estabelece as orientações para as subvenções globais integradas para as quais os Estados-membros são convidados a apresentar propostas no âmbito de uma iniciativa comunitária relativa ao desenvolvimento rural* (91/C 73/14). Lex: Diário Oficial das Comunidades Europeias, n. C73, ano 34, 19 de Março de 1991. Legislação Européia.

_____. *Estratégias de inovação regionais/nacionais para a especialização inteligente (RIS3)*, 2014a, 8 p.

_____. *Community-led Local Development*. 2014b, 6 p.

COMISSÃO NACIONAL DO PAN – UNCCD. *Combate à desertificação: Orientações para os Planos Regionais de Ordenamento do Território – Documentos de Orientação 02/2007*. Lisboa, 2007.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. *Decisão do Conselho relativa às orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (Período de programação 2007-2013)* (2006/144/CE). Lex: Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 55/20, 25 de Fevereiro de 2006. Legislação Européia.

CORDOVIL, F. O Desenvolvimento Rural na PAC pós 2013. In: CONFERÊNCIA A PAC PÓS-2013, 2010, Lisboa, 21 slides.

CORREIA, E., *Êxodo Rural e Desertificação humana. A morte de uma freguesia do Alentejo Central: S. Bento de Ana Loura*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

CORREIA, T. (coord.) *Estudo sobre o Abandono em Portugal Continental. Análise das dinâmicas da Ocupação do Solo, do Sector Agrícola e da Comunidade Rural. Tipologia de Áreas Rurais. Relatório*. Universidade de Évora, 2006.

COSTA, A., BARROS, D., CARVALHO, J. A Dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 2, art.1, pp. 179-197, Mar./Abr. 2011.

COVAS, A. Projecto Querença 2011/2012. A Filosofia geral do projecto. 2011a, 2 p.

_____. O Projecto Querença Sumário Executivo, 2011b, 8 p.

COVAS, A.; COVAS, M. *A caminho da 2.ª ruralidade. Uma introdução à temática dos sistemas territoriais*. Lisboa: Edições Colibri. 2012

_____. A construção social dos territórios-rede da 2.ª ruralidade Dos territórios-zona aos territórios-rede. Construir um território de múltiplas territorialidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Lisboa, n. 3, pp. 43-66, Junho 2013.

DINIS, I., MALTA, M. Da desvitalização à nova ruralidade: identidades e destinos do território na Serra da Lousã. In: I COLÓQUIO DE ESTUDOS RURAIS. 2001, Vila Real.

DELGADO, N. *et al. Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos*

internacionais seleccionados. Relatório de Pesquisa. IICA, OPPA, 2012.

DOMINGUES, A. *Vida no campo*. Porto: Dafne Editora. 2011.

EVANS, P. Collective capabilities, culture, and Amartya Sen's Development as Freedom, *Studies in Comparative International Development*, n.º 37(2), pp. 54-60, 2002.

FERNANDES, A. Do envelhecimento demográfico às políticas públicas de protecção social. In PORTELA, J., CALDAS, J. (org.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta, 2003.

FERRÃO, J. Reconstruir o Interior destruindo a Interioridade: para uma estratégia activa de inclusão de actores. In: JORNADA DA INTERIORIDADE. 1997, Idanha-a-Nova. Disponível em: <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_2.html> Acesso em: Junho 2013.

_____. Dinâmicas Territoriais e Trajectórias de Desenvolvimento. Portugal 1991-2001. *Revista de Estudos Demográficos*, Lisboa, n. 34, pp. 17-25, 2003.

_____. (coord.). *Regiões funcionais, relações urbano-rurais e política de coesão pós-2013*. Relatório Final. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. 2012.

FERREIRA, J. Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. 2009, São Paulo.

FIDALGO, J. *A (re)invenção do Local: o papel das Associações de Desenvolvimento Local e do programa LEADER*. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia: "Políticas Locais e Descentralização") – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra. 2012.

FIGUEIREDO, E., SILVA, D. Da modernização agrícola ao rural não agrícola – o Rural no Discurso Governativo em Portugal (1985-2011). In: ENCONTRO EM ECONOMIA, SOCIOLOGIA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL. 2013, Évora.

FIGUEIREDO, E. Sol na Eira e Chuva no Nabal. Que rural propõem as políticas de desenvolvimento? In: V COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTUDOS RURAIS, 2003, Bragança.

_____. Imagine there's no rural. The transformation of rural spaces into places of nature conservation in Portugal. *European Urban and Regional Studies*, n.º 15 (2), pp. 159 – 171, 2008.

_____. (coord.). *O Rural Plural. Olhar o presente, imaginar o futuro*. Castro Verde: 100Luz, 2011.

FIRMINO, J. Jovem Agricultor / Jovem Empresário Rural. In: SEMINÁRIO IBÉRICO DESERTIFICAÇÃO, ABANDONO RURAL E DESPOVOAMENTO. 2011, Idanha-a-Nova.

FONSECA, M. (coord.) *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*. Lisboa: CEG-UL, 2006.

FOX, J. *How does civil society thicken? Lessons from rural Mexico*, Latin American Studies Program, 1998.

FRANCISCO, M. A Ecoimigração: uma dinâmica migratória para espaço rural. In: II COLÓQUIO DE ESTUDOS RURAIS, 2004. Angra do Heroísmo.

FREITAS, M. (coord.) *Estói, Querença, Paderne – Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve*. Vol. 03. Faro: CCR Algarve, 2003.

FUNDAÇÃO MANUEL VIEGAS GUERREIRO (FMVG). *Da Teoria à Acção. Empreender o mundo rural. Proposta*. Querença, 2010. 12 slides.

_____. *Editais Projecto-piloto “Da Teoria À Acção-Empreender o Mundo Rural”*. 2011a.

_____. *Da Teoria à Acção. Empreender o mundo rural. Proposta*. Querença, 2011b, 34 slides.

_____. *Da Teoria à Acção. Empreender o mundo rural. Sumário Executivo*. 2011c

_____. *Projecto Querença. Balanço da 1.ª Fase*, Querença, 2012.

GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR (GPP). *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 Continente*. Documento Síntese. 2013a.

_____. *Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2010. Diagnóstico*. Versão Preliminar. 2013b.

_____. O novo ciclo de Fundos Comunitários 2014/2020. In: SEMINÁRIO FUNDOS COMUNITÁRIOS, 2013c, Lisboa.

GLOBALGARVE *et al.* (ed.). *Vilas e Aldeias do Algarve Rural*. Algarve: Globalgarve, 2013.

GOVERNO DE PORTUGAL. *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2015*. 2005.

_____. *Resolução do Conselho de Ministros n. 7/2013*. Lex: Diário da República, I.ª série, n.º 20, 29 de Janeiro de 2013. Legislação Nacional.

_____. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013*. Lex: Diário da República, 1.ª série, n.º 48, 8 de Março de 2013. Legislação Nacional.

_____. - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural I. P. *Estatísticas Emprego Imigração até 2010*. Relatório. s/d. 26 p.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo: USP, 2005, pp. 6774-6792.

HALFACREE, K. Rural space: constructing a three-fold architecture. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (ed.) *Handbook of rural studies*, Londres: Sage Publications, 2006, pp. 44-61.

_____. Trial by space for a 'radical rural': Introducing alternative localities, representations and lives. *Journal of Rural Studies*, n. 23, pp. 125-141, 2007.

_____. To Revitalise Counterurbanisation Research? Recognising an international and fuller picture. *Population, Space and Place*, n. 14, pp. 479-495, 2008.

HELEN, J.; JONES, L. Relational rurals: Some thoughts on relating things and theory in rural studies, *Journal of Rural Studies*, n. 28, pp. 208-217, 2012.

HESPANHA, P. *O abandono rural e a desertificação*, s/d. Disponível em: <<https://woc.uc.pt/feuc/getFile.do?tipo=2&id=3151>>. Acesso em: Junho 2013.†

HOGGART, K., PANIAGUA, A. What rural restructuring? *Journal of Rural Studies*, n. 17, pp. 41-62, 2001.

HOLANDA, S., *Raízes do Brasil*. 16.^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IN LOCO, *Estratégia Local de Desenvolvimento para o Interior do Algarve Central*. PRODER. Sub-Programa 3 - "Dinamização das Zonas Rurais", s/d.

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (ICN). *Rede Natura 2000*. ICN, 2006, 16 p.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *X Recenseamento Geral da População*. Tomo I. Volume I. Lisboa: INE, 1960.

_____. *Recenseamentos da População e da Habitação 1981. Distrito de Faro*. Lisboa: INCM, 1981.

_____. *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Vol. I. Lisboa: INE, 2001.

_____. *Sócio-demografia das áreas de baixa densidade do Algarve*. Faro: INE, 2004.

_____. *Portugal Agrícola 1980-2006*. Lisboa: INE, 2007.

_____. *Recenseamento Agrícola 2009 – Análise dos principais resultados*. Lisboa: INE, 2011.

_____. *Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal*. Lisboa: INE, 2012a.

_____. *Estatísticas Agrícolas 2011*. Lisboa: INE, 2012b.

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL (ISS). *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*. Lisboa: ISS, 2005.

- KAYSER, B. *La renaissance rurale*, Paris: A. Colin, 1990.
- LATOUR, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, A. *Tramas da Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004, pp. 39-63.
- LOURO, V. *Desertificação. Sinais, dinâmicas e sociedade*, Lisboa: Instituto Piaget, 2004.
- MANSINHO, M. I.; SCHMIDT, L. Réinventer le rural par l'environnement (Portugal). In: JOLLIVET, M. (dir.) *Vers um rural postindustriel*. Paris: L'Harmattan, 1997, pp. 263-307.
- MARSDEN, T. Beyond Agriculture: regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, v. 11, n. 3, pp. 285-296, 1995.
- MATEUS, A. (coord.). *25 Anos de Portugal europeu. A economia, a sociedade e os fundos estruturais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.
- MATHIEU, N. La notion de rural et les rapports ville-campagne em France. Les années quatre-vingt-dix. *Économie rurale*, Paris, n.º 247, pp. 11-20, 1988.
- MATTOSO, J.; DAVEAU, S.; BELO, D. *Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Maia: Círculo de Leitores / Temas e Debates, 2013.
- MEDEIROS, C., *Geografia de Portugal. Ambiente natural e ocupação humana. Uma introdução*. Lisboa: Edições Estampa, 2009.
- MILBOURNE, P. Re-populating rural studies: Migrations, movements and mobilities. *Journal of Rural Studies*, n. 23, pp. 381-386, 2007.
- MILIONE, P.; VENTURA, F. *Networking the rural. The future of green regions in Europe*. Assem: Royal Van Gorcum, 2010.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS (MADRP). *Plano Estratégico Nacional. Desenvolvimento Rural 2007 – 2013*. Revisão Novembro 2009. 2009.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (MAMAOT). *Programa de Desenvolvimento Rural. Relatório de Execução 2012*. s/d
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MAOTDR). *Plano Regional de Ordenamento Territorial Algarve. Um território com futuro*. Volume II – Caracterização e Diagnóstico. Anexo N – Dinâmicas Demográficas. Faro: MAOTDR/CCDR Algarve, 2004.
- MINISTRO, J. *Projecto Querença – Uma nova abordagem ao desenvolvimento do mundo rural*. 2012. Disponível em: <<http://natura.link.sapo.pt/Natureza-e-Ambiente/Interessante/content/Projecto-Querenca-Uma-nova-abordagem-ao-desenvolvimento-do-mundo-rural?bl=1>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

MONTEIRO, P. *Sítios de Querença: morfologias e processos sociais no Alto Barrocal Algarvio*. 372 f. Tese (Doutoramento em Antropologia) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 1993.

_____. No Barrocal. In: BAPTISTA, F.; BRITO, J.; PEREIRA, B. (coord.) *O Vão do Arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia/Instituto Português de Museus/Ministério da Cultura, 1996, pp. 568-577.

MORAGUES-FAUS, A.; ORTIZ-MIRANDA, D.; MARSDEN, T., Bringing Mediterranean agriculture into the theoretical debates. In: ORTIZ-MIRANDA, D.; ALEGRE, E.; MORAGUES-FAUS, A. (ed.) *Agriculture in Mediterranean Europe: Between old and new paradigms*, Bingley: Emerald Group Publishing, 2013.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. (org.). *Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar: recortes no Brasil, em Portugal e na África*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, Ministério do Meio Ambiente, 2010.

MORENO, L. O LEADER em Portugal Continental: contexto e elementos de uma análise geográfica de conteúdos. In: V COLÓQUIO HISPANO-PORTUGUÊS DE ESTUDOS RURAIS, 2003, Bragança.

_____. *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*. E-book, 2007. Disponível em: <<http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/default.aspx?Module=Files/FileDescription&ID=557&lang=pt>>. Acesso em: Janeiro 2014.

MORMONT, M. Vers une redéfinition du rural. *Recherches Sociologiques*, vol. XX, n. 3, pp. 331-350, 1989.

MOTTA, M. (org.) *Terras Lusas. A questão agrária em Portugal*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007.

_____. Morgadio. In: SERRÃO, J., MOTTA, M., MIRANDA, M. (ed.) *Da Terra e do Território no Império Português*. E-Dicionário. Disponível em: <<http://edittip.wordpress.com/category/morgadio/>>. Acesso em: Abril 2014.

MURDOCH, J. Networks – A new paradigm for rural development? *Journal of Rural Studies*, n. 16, pp. 407-419, 2000.

MURDOCH, J.; PRATT, A. Rural studies: Modernism, Postmodernism and the “Post-rural”, *Journal of Rural Studies*, vol. 9, n. 4, pp. 411-427, 1993.

NEVES, B., ROXO, M. J. A percepção de desertificação em Portugal: análise comparativa de inquéritos e notícias. XII COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 2010, Porto. *Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia*. Porto: Universidade do Porto, 2010, pp. 1-18.

DAS NEVES, O. Heranças e Desafios da Abordagem LEADER. In: I ENCONTRO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2013, Lisboa.

NOBRE, S.; BAPTISTA, A.; PORTELA, J. Idosos agricultores em Trás-os-Montes: modos de vida, razões de permanência em meio rural. In: PORTELA, J., CALDAS, J., (org.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta, 2003, pp. 323-336.

NUNES, A. Portugal, sociedade dualista em evolução, *Análise Social*, Lisboa, vol. II, n. 7-8, pp. 407-462, 1964.

OBSERVATÓRIO DO QREN. *Programa Operacional Regional do Algarve 2007-2013*. Lisboa: Observatório do QREN, 2008.

OFFE, C. A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, L.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (org.). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/Enap, 1999, pp. 119-145.

OLIVEIRA, F. *Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?*. São Paulo: Instituto Polis, 2001.

DE PAULA, S. Quando o campo se torna uma experiência urbana. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 17, pp. 33-53, 2001.

PESSOAS E LUGARES. Lisboa: Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, Julho 2011; Maio 2013; Julho 2013; Fevereiro 2014.

PLOEG, J. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J.; MARSDEN, T. *Unfolding webs: the dynamics of regional rural development*. Assen: Royal Var Gorcum, 2008.

PLOEG, J.; RENTING, H.; BRUNORI, G., *et al.*, Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. *Sociologia Ruralis*, vol. 40, n. 4, pp. 391–408, 2000.

PORTELA, J. O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, vol. 39, n. 1-2, pp. 45-65, 1999.

PORTELA, J. Portugal Chão. Que futuro futurível? In: PORTELA, J., CALDAS, J. (org.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta, 2003, pp. 3-36.

PORTUGAL, *Constituição da República Portuguesa*: promulgada em 1976, revisão de 2005. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em: Fevereiro 2014.

_____. Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna. *Portaria n. 1334*, de 30 de Novembro de 2004. Lex: Diário da República, Lisboa, p. 19061, Dezembro de 2004, 2.^a Série, n. 299. Legislação nacional.

_____. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. Regula o Programa de Estágios

Profissionais. *Portaria n. 92*, de 28 de Fevereiro de 2011. Lex: Diário da República, Lisboa, pp. 1217-1221, Fevereiro 2011, 1.ª Série, n. 41. Legislação nacional.

PRADO, C., *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROJECTO QUERENÇA. Newsletter, n.º 1, Set. 2011.

_____. Newsletter, n.º 3, Nov. 2011.

_____. *Inovação, criatividade e dinâmica jovem a favor do Território Rural*. Querença, 2013. 27 slides.

PUTNAM, R. *La Tradizione civica nelle regioni italiane*. Milão: Arnoldo Mondadori. 1993.

RAGIN, Charles. The distinctiveness of case-oriented research. *Health Service Research*, v. 34, n. 5, pp. 1137-1151, 1999.

RAIMUNDO, H. O Gabinete de Desenvolvimento Rural da Câmara Municipal de Loulé: Uma experiência lida à luz do conceito de desenvolvimento local. *al-‘ulyà*, Loulé, n. 11, pp. 215-232, 2006.

RAY, C. Neo-endogenous rural development in the EU. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. (ed.) *Handbook of rural studies*, Londres: Sage Publications, 2006, pp. 278-291.

REBELO, V.; MARQUES, C.; PORTELA, J. A omnipresença da vinha e a rejeição generalizada do trabalho vitícola pelos jovens. O caso de Santa Marta de Penaguião. In PORTELA, J., CALDAS, J., (org.) *Portugal Chão*. Oeiras: Celta, 2003, pp. 407-423.

REIS, J. Interior, desenvolvimento e território. In: JORNADA DA INTERIORIDADE. 1997, Idanha-a-Nova. Disponível em: http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/biblioteca/outros/interioridade/2_1.html
Acesso em: Junho 2013.

REMMERS, G. 1996. Hitting a moving target: endogenous development in marginal European areas. *Gatekeeper Series*, n. 63, pp. 1-17, 1996.

_____. 1998. *Con cojones y maestría. Un Estudio Sociológico-Agronómico Acerca del Desarrollo Rural Endógeno y Procesos de Localización en la Sierra de la Contraviesa (España)*. Amsterdão: Thela Publishers, 1998.

REMY, J. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. *Recherches Sociologiques*, Vol. XX, n. 3, pp. 265-276, 1989.

RIVERA, M.; MORMONT, M. Neo-rurality and the different meanings of the countryside. In: BESSIÈRE, G. et al. *Les mondes ruraux à l'épreuve des sciences sociales*, Paris: INRA Editions Symposcience, 2007, pp. 33-45.

ROCA, M. Os Novos Rurais da Beira Interior: (Potenciais) Agentes de Desenvolvimento Local. In: SEMINÁRIO IBÉRICO DESERTIFICAÇÃO, ABANDONO RURAL E DESPOVOAMENTO. 2011, Idanha-a-Nova.

RODRIGUES, T. *Portugal nos séculos XVI e XVII. Vicissitudes da dinâmica demográfica*. Porto: CEPESE, 2004. 116 p. (População e Perspectiva Working Papers).

ROSAS, F. (coord.) *História de Portugal. O Estado Novo*. Vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

ROVER, O.; HENRIQUES, M. A gestão democrática em debate: O programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 75, pp. 117-137, Out. 2006.

SCHMITT, C. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, n. 27, pp. 82-112. Mai/Ago. 2011.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. Território e Abordagem Territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes: Revistas de Ciências Sociais*, Campina Grande, vol. 23, n. 01-02, pp. 99-117, Jan/Dez. 2004.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. C. A agricultura portuguesa, o Estado e a PAC europeia. *Sociedade e Cultura 1, Série Sociologia - Cadernos do Noroeste*, Braga, vol. 13, n.º 1, pp. 51-80, 2000.

SILVA, M. E. *A propriedade e os seus sujeitos: colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 2011.

SOBRAL, J. O Norte, o Sul, a raça, a nação — representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXIX, n. 171, pp. 255-284, 2004.

SOUSA, V. Factores de atracção e de repulsão dos territórios rurais deprimidos – uma análise a partir de um estudo de caso sobre os jovens de Cachopo (Tavira). In: III CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 2007, Faro. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, Faro: Ualg, 2008, pp. 1-17.

_____. (coord.). *Estudo de avaliação dos impactos da Estratégia Regional para as áreas de baixa densidade do Algarve*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais-ISCTE, 2009.

_____. Velhas e Novas Colonialidades sobre os Espaços Rurais. In: IV CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS, 2010, Aveiro. *Livro de Actas do IV Congresso de Estudos Rurais*, Aveiro: Universidade de Aveiro, 2010, pp. 585-594.

UNIÃO EUROPEIA (UE). *A abordagem LEADER. Um guia básico*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2006.

VAQUINHAS, I. M; O campesinato. In: TORGAL, L; ROQUE, J., (coord) *História de Portugal – O Liberalismo*, vol. 5, Lisboa: Editorial Estampa: 1993, pp. 479-491.

WANDERLEY, M. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n.15, pp. 87-145, Out. 2000.

VAZ, M., *Mudança e desenvolvimento numa comunidade rural do Alentejo – o Caso de Messejana*. 97 f. Monografia (Graduação em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Évora, Évora. 1997.

VIEIRA, R. *Entre ficar ou partir. As expectativas dos jovens do interior e o desenho das políticas*. 243 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia. Políticas Locais e Descentralização – As novas áreas do Social) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra. 2009.

VILLaverde CABRAL, M. A ética dos estudos camponeses: notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu “futuro” em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 7-8, pp. 135-148, 1981.

WALLERSTEIN, I. *Análisis de sistemas-mundo: una introducción*. Mexico: Siglo XXI Editores, 2005.

WOODS, M. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. *Progress in Human Geography*, vol. 31, n. 4, pp. 485-507, 2007.

Outras Fontes Consultadas:

1. Dados Estatísticos

Instituto Nacional de Estatística: www.ine.pt

Pordata – Base Dados Portugal Contemporâneo: www.pordata.pt

2. Projecto Querença

Website oficial do Projecto Querença: www.projectoquerenca.com

2.1. Matérias sobre o Projecto Querença:

Programa “Primeiro Jornal”, do Canal SIC, de 2 Julho 2011. Disponível em: <<http://videos.sapo.pt/A9feBSJF6PbFlaZj2sJq>>. Acesso em: Setembro 2013.

Programa “Primeiro Jornal”, do Canal SIC, de 13 de Julho de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HVqYWL2PPQo>> Acesso em: Setembro 2013.

REVEZ, I. Nove licenciados e uma missão: inventar futuro para Querença. Projecto inédito de combate ao despovoamento. *Público*, Lisboa, 14 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.publico.pt/local/noticia/nove-licenciados-e-uma-missao-inventar-futuro-para-querenca-1502908>>. Acesso em: Setembro 2013.

Programa “Portugal em Direto”, da Rádio Antena 1, de 28 de Fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1Z_dYsCZ9l0>. Acesso em: Março 2014.

Programa “A Minha Aldeia é o Mundo”, da Rádio TSF, de 31 de Maio de 2012. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=917979&audio_id=2561937> Acesso em: Setembro 2013.

MINISTRO, J. Querença de novo no mapa: depoimento. [6 de junho, 2012]. *Jornal Algarve*. Entrevista concedida a Bruno Pires. Disponível em: <http://www.algarve123.com/pt/Artigos/2-1697/Querenca_de_novo_no_mapa>

3. Conferências

O INTERIOR ESTÁ EM RISCO DE DESAPARECER? Ciclo de debates Portugal 2030 – Presente no Futuro. Lisboa. 2012. Vídeo. Disponível em: <<http://www.presentenofuturo.pt/sessoes/26>>. Acesso em: Julho 2013.

O INTERIOR ESTÁ EM RISCO DE DESAPARECER? Debate Pós-encontro Presente no Futuro 2012. Évora. 2013. Vídeo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=QbURUTCT5WE>>. Acesso em: Julho 2013.

4. Matérias de Jornais (por ordem cronológica)

CORAGEM, V. Cidade em Portugal convida brasileiros para repovoá-la. *Folha de São Paulo*, 21 Mai. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/f2105200618.htm>>. Acesso em: Janeiro 2014.

AGÊNCIA LUSA. Interior rural é o próximo alvo do turismo do Algarve. *Público*, Lisboa, 04 Jan. 2008. Disponível em: <<http://www.publico.pt/local/noticia/interior-rural-e-o-proximo-alvo-do-turismo-do-algarve-1315659>>. Acesso em: Janeiro 2014.

RIBEIRO, A. 33 famílias serão Novos Povoadores do interior em Setembro. *Diário de Notícias*, Lisboa, 26 Mar. 2009. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1181699>. Acesso em: Fevereiro 2013.

SILVA, S. Cesteiro de Querença faz delícias dos turistas, *Jornal Expresso*, 5 Ago. 2009. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/cesteiro-de-querenca-faz-delicias-dos-turistas=f529448>>. Acesso em: Abril 2012.

SOARES, M. Viver no interior não é uma missão impossível. *Público*, Lisboa, 12 Set. 2010. Disponível em: <<http://www.publico.pt/temas/jornal/viver-no-interior-nao-e-uma-missao-impossivel-20181505>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

Estudo na Beira Baixa: Novos rurais são o futuro do Interior. *Jornal Reconquista*, Castelo Branco, 27 Jan. 2011. Disponível em: <<http://www.reconquista.pt/pagina/edicao/135/4/noticia/13181>>. Acesso em: Março 2013.

SARAIVA, C.; BARATA, L. Novos rurais: Os electrotécnicos das ervas aromáticas. *Reconquista*, 23 Fev. 2011. Disponível em: <<http://www.reconquista.pt/pagina/edicao/139/23/noticia/13719>>. Acesso em: Fevereiro 2012.

FRANCISCO, N. Novos povoadores nas velhas muralhas. *Jornal do Fundão*, Fundão, 04 Mai. 2011. Disponível em: <<http://www.jornaldofundao.pt/noticia.asp?idEdicao=105&id=7377&idSeccao=981&Action=noticia>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

AGÊNCIA LUSA. Ministério da Educação vai encerrar 297 escolas básicas. *Diário de Notícias*, 11 Ago. 2011. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1950707>. Acesso em Julho 2014.

SANTOS, S. Os novos agricultores. *DN/Notícias Magazine*, 2012. Disponível em: <http://www.dn.pt/revistas/nm/interior.aspx?content_id=2651490>. Acesso em: Setembro 2012.

Incentivo das câmaras: Um país a cair para o mar. *Jornal de Negócios Online*. 23 Jan. 2012. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/por_arranjar/analisesdecoproteste/detalhe/incentivo_das_cacircmaras_um_paiacutes_a_cair_para_o_mar.html>. Acesso em: Fevereiro 2012.

DOMINGUES, A. Ruralidade é mito. Existe em 'resorts' e turismo rural: depoimento. [29 Janeiro 2012]. *Diário de Notícias*. Entrevista concedida à Agência Lusa. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2271103>. Acesso em: Fevereiro 2012.

Miranda do Douro: Casas e tradições atraem jovens à aldeia de Atenor. *Mundo Português*, 09 Fev. 2012. Disponível em: <<http://www.mundoportugues.org/content/1/10260/miranda-douro-casas-tradicoes-atraem-jovens-aldeia-atenor/>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

MELO, A. É possível viver na terra e da terra: depoimento. [Abril, 2012]. Vila Velha de Ródão: *VIVER. Vidas e Veredas da Raia*.

MOREIRA, R. Crise obriga ao regresso à terra. *Semanário Verdadeiro Olhar*, 21 Abr. 2012. Disponível em: <<http://www.verdadeiroolhar.pt/materias.php?secao=destaque&id=21884>>. Acesso em: Setembro 2012.

VIEIRA, M. Um Caldeirão cada vez mais vazio: depoimento [9 Maio 2012]. *Jornal Algarve*. Entrevista concedida à Bruno Pires. Disponível em: <http://www.algarve123.com/pt/Artigos/2-1647/Um_Caldeirao_cada_vez_mais_vazio>. Acesso em: Maio 2013.

AGÊNCIA LUSA. Assunção Cristas entrega terrenos devolutos a 20 jovens agricultores. *Público*, 26 Mai. 2012. Disponível em: <<http://www.publico.pt/economia/noticia/assuncao-cristas-entrega-terrenos-devolutos-a-20-jovens-agricultores-1547753>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

AGÊNCIA LUSA. Quadros qualificados dedicam-se à agricultura para equilibrar contas. *Semanário Sol*, 17 Jun. 2012. Disponível em: <http://sol.sapo.ao/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=52097>. Acesso em: Agosto 2012.

Regresso ao campo é a última oportunidade do país (dossier). *Repórter do Marão*, Jul. 2012. Disponível em: <http://issuu.com/rmarao/docs/rm_1265>. Acesso em: Setembro 2012.

AGÊNCIA LUSA. Agricultura: Mundo rural volta a ser valorizado perante desafios da economia e população. *Revista Visão*, 29 Jul. 2012. Disponível em: <<http://visao.sapo.pt/agricultura-mundo-rural-volta-a-ser-valorizado-perante-desafios-da-economia-e-populacao=f678077>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

AZEVEDO, A. Crise? Regressar à terra! Alexandra Azevedo. *Revista Quercus Ambiente*, Jul. / Ago. 2012.

Crise está a provocar aumento de jovens agricultores. *Jornal de Notícias*, 12 Ago. 2012. Disponível em: <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=2716828&page=-1>. Acesso em: Março 2013.

MOURATO, P. Desertificação avança para o litoral, alerta demógrafa. *Diário de Notícias*, Lisboa, 12 Set. 2012. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2765123&referrer=FooterOJ>. Acesso em: Julho 2013.

AGÊNCIA LUSA. Governo anuncia seis mil estágios profissionais na agricultura. *Jornal Expresso*, 17 Out. 2012. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/governo-anuncia-seis-mil-estagios-profissionais-na-agricultura=f761012>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

MARTINS, C. Câmara de Idanha-a-Nova convida portugueses a migrarem em vez de emigrarem. *Público*, 31 Out. 2012. Disponível em: <<http://www.publico.pt/local/noticia/camara-de-idanhaa-nova-quer-que-os-portugueses-migrem-em-vez-de-emigrarem--1569552>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

OLIVEIRA, L. População de Ade festeja nascimento de mais uma criança. *Jornal Correio da Manhã*, Lisboa, 4 Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/lazer/viva-a-vida/populacao-de-ade-festeja-nascimento-de-mais-uma-crianca>>. Acesso em: Julho 2013.

PINTO, M. Novos Agricultores: uma minoria em crescimento e cada vez mais formada. *P3/Público*, Lisboa, 24 Fev. 2013. Disponível em: <<http://p3.publico.pt/actualidade/economia/6788/jovens-agricultores-uma-minoria>>.

em-crescimento-e-cada-vez-mais-formada> . Acesso em: Fevereiro 2013.

MARTINS, L. Crise faz jovens de Portugal trocarem cidade pelo campo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 Mai. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/05/1271598-cri-se-faz-jovens-de-portugal-trocaram-cidade-pelo-campo.shtml>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

AGÊNCIA LUSA. Aldeia do concelho de Viseu que tinha ficado sem habitantes foi repovoada. *Porto Canal*, 9 Jun. 2013. Disponível em: <<http://portocanal.sapo.pt/noticia/1606/>>. Acesso em: Agosto 2013.

RODRIGUES, H. PS quer que Governo garanta que «olival intensivo» em Querença respeita o ambiente. *Sul Informação*, 03 Set. 2013. Disponível em: <<http://www.sulinformacao.pt/2013/09/governo-tem-de-garantir-respeito-ambiente-querenca/>>. Acesso em: Janeiro 2014.

REVEZ, I. Finlandeses investem dez milhões na criação de centro de investigação científica em Querença. *Público*, Lisboa, 11 Mar. 2014. Disponível em: <<http://www.publico.pt/local/noticia/finlandeses-investem-dez-milhoes-na-criacao-de-centro-de-investigacao-cientifica-em-querenca-1627743>>. Acesso em: Março 2014.

FERREIRA, A. Viseu é o distrito mais afetado pelo fecho de escolas. *Diário de Notícias*, 23 Jun. 2014. Disponível em: <http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=3987528>. Acesso em: Julho 2014.

5. Matérias em websites de Informação (por ordem cronológica)

COSTA, G. Neo-rurais. Um regresso com futuro. *Portal VER*. Disponível em: <<http://www.ver.pt/conteudos/verArtigo.aspx?id=1320&a=Geral>>. Acesso em: Fevereiro 2012.

Eles querem repovoar Portugal: uma entrevista exclusiva do Green Savers aos Novos Povoadores. *Green Savers*, 09 Jun. 2011. Disponível em: <<http://greensavers.sapo.pt/2011/06/09/eles-querem-repovoar-portugal-uma-entrevista-exclusiva-do-green-savers-aos-novos-povoadores/>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

PELICANO, S. Novos Povoadores - Alfândega da Fé adere à iniciativa que quer repovoar o interior. *Café Portugal*, 12 Ago. 2011. Disponível em: <http://www.cafeportugal.pt/pages/noticias_artigo.aspx?id=3865&dossier=http%3A%2F%2Fwww.cafeportugal.net%2Fpages%2Fdossier_artigo.aspx%3Fid%3D7750&did=7750>. Acesso em: Fevereiro 2012.

PELICANO, S. Infoex - Aldeias tornadas centros de trabalho para jovens empreendedores. *Café Portugal*, 23 Out. 2011. Disponível em: <http://www.cafeportugal.pt/pages/iniciativa_artigo.aspx?id=4097>. Acesso em: Fevereiro 2014.

Regressar à terra. *Café Portugal*, 1 Mar. 2012. Disponível em: <http://www.cafeportugal.pt/pages/dossier_artigo.aspx?id=4151>. Acesso em: Março 2012.

Município dá terras aos desempregados. *TVI24*, 02 Mai. 2012. Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/sociedade/agueda-agricultura-desempregados-tvi24/1345113-4071.html>>. Acesso em: Janeiro 2013.

Agricultura atrai cada vez mais jovens, *Portal Governo de Portugal*, 09 Jul. 2012. Disponível em: <<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura-e-do-mar/mantenha-se-atualizado/20120709-mamaot-jovens-agricultura.aspx>>. Acesso em: Março 2013.

Afinal A Quinta Da Umbria Viola As Leis Do Ordenamento Do Território Ou Não? Movimento Apartidário da Cidade de Loulé. 31 Jan. 2013. Disponível em: <http://macloule.blogspot.pt/2013_01_01_archive.html>. Acesso em: Janeiro 2014.

Dia de Portugal: Presidente da República dá destaque à agricultura no seu discurso na Sessão Solene das Comemorações. *Agroportal*, 10 Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.agroportal.pt/x/agronoticias/2013/06/10e.htm>>. Acesso em: Fevereiro 2014.

Assunção Cristas: Tem que se ultrapassar o estigma de trabalhar na agricultura. *Notícias ao minuto*, 13 Jun.

2013. Disponível em: <<http://www.noticiasaoiminuto.com/economia/81796/%E2%80%9Ctem-que-se-ultrapassar-o-estigma-de-trabalhar-na-agricultura%E2%80%9D>>. Acesso em: Junho 2013.

Atentado no Vale Benémola: Megaprojeto turístico escondido com olival de fora? *Naturlink*, 02 Set. 2013. Disponível em: <<http://naturlink.sapo.pt/Noticias/Opinioao/content/Atentado-no-Vale-Benemola-Megaprojeto-turistico-escondido-com-olival-de-fora?viewall=true&print=true>>. Acesso em: Janeiro 2014.

CASTRO, E. Despovoamento do interior - O problema é de uma tal dimensão que exige uma estratégia nacional: depoimento. [11 de março, 2014]. *Café Portugal*. Entrevista concedida a Sara Pelicano. Disponível em: <http://www.cafeportugal.pt/pages/dossier_artigo.aspx?id=7381>. Acesso em: Março 2014.

6. Reportagens e Documentários – Televisão e Rádio (por ordem cronológica)

Programa Jornal da Noite. Canal SIC, 8 Mai. 2007. Disponível em: <<http://videos.sapo.pt/RDZTZzpVDHWN6sDUZzzC>>. Acesso em: Julho 2013.

COSTA, P. Regresso ao Campo - (Re)povoar o meio rural. Documentário. RTP1, 2009. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/programa/tv/p18374>>. Acesso em: Janeiro 2012.

SERRA, A. Regresso às Origens. Programa Linha da Frente. RTP2, 24 Nov. 2010. Disponível em: <Regresso às Origens. Linha da Frente>. Acesso em: Janeiro 2012.

ALVES, F. O que é hoje o mundo rural? Programa A Mesa do Canto. Rádio TSF, 04 Nov. 2011. Disponível em: <http://www.tsf.pt/Programas/programa.aspx?content_id=2028609&audio_id=2101024>. Acesso em: Maio 2013.

MENDONÇA, F. Sal da Terra. Documentário. TVI, 23 Fev. 2012. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/play/p470/e99578/portugal-em-direto>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

Novos Povoadores. Programa Portugal Português. TVI, 25 Fev. 2012. Disponível em: <<http://www.tvi24.iol.pt/programa/3489/52>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

Opting for the simple life in Portugal. Reportagem. Reuters, 24 Abr. 2012. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/video/2014/03/29/optim-for-the-simple-life-in-portugal?videoId=233856700>>. Acesso em: Março 2012.

Programa O nosso tempo. RTP1, 9 Out. 2012. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/play/p953/e95148/o-nosso-tempo>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

Viver no mundo rural. Programa Sociedade Civil, RTP2, 25 Out. 2012. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/play/p44/e96822/sociedade-civil>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

O despovoamento e a desertificação. Programa Portugal em Direto. Rádio Antena 1, 20 Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/play/p470/e99578/portugal-em-direto>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

Jovens desempregados que apostam na Agricultura representam investimento de mil milhões, diz ministra. Programa Jornal da Noite. SIC, 23 Mai. 2013. Disponível em: <<http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2013/05/23/jovens-desempregados-que-apostam-na-agricultura-representam-investimento-de-mil-milhoes-diz-ministra>> Acesso em: Junho 2013.

Programa Prova Oral. Rádio Antena 3, 12 Jun. 2013. Disponível em: <<http://www.rtp.pt/play/p260/e120313/prova-oral>> Acesso em: Junho 2013.

7. Websites de projetos, associações e iniciativas consultados:

Associação A Aldeia: <http://www.aldeia.org/portal/PT/3/default.aspx>

Associação EcoGerminar: <http://ecogerminar.org/missao/quem-somos/>

Aldeia das Amoreiras Sustentável: <http://www.aldeiasustentavel.net/site:https://centrodeconvergencia.wordpress.com/category/aldeia-das-amoreiras/>

AMAP – Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade: <http://www.amap.pt/>; <http://www.raizes.org/>

Aldeias de Memória: <http://www.aldeiasdememoria.com/>

Associação Movimento Terra Solta: <http://terrasolta.org/amts>

Associação Projecto Vida Desperta: <http://www.awakenedlifeproject.org/>

Associação Rio Vivo: <http://www.riovivo.pt/index.php>

Associação Toca da Zorra: <http://tocadazorra.blogspot.pt/>

Biovilla – Sustentabilidade à mão de semear: <http://www.biovilla.org/>

Centro de Convergência em Permacultura da Raia: <http://cultivarbiodiversidade.blogspot.pt/2013/06/inicio-do-projecto-para-centro-de.html>

Centro de Investigação Cultura e Sustentabilidade: http://culturaesustentabilidade.org/?page_id=49; <https://www.facebook.com/groups/310904792335803/>

Colectivo Germinal – Associação Cultural: <http://infogerminal.blogspot.pt/2008/11/plataforma-associativa.html>

Colectivo Malha: <https://www.facebook.com/pages/Colectivo-Malha/232845470187225?sk=info>

Colectivo de novos povoadores de Vale do Ceira: [http://colectivovaladoceira.wordpress.com/about/;](http://colectivovaladoceira.wordpress.com/about/) <https://www.facebook.com/ColectivoDeNovosPovoadoresDoValeDoCeira>

Projecto Convergir: <http://www.convergir.net/>

Cooperativa Ecológica: <https://www.facebook.com/cooperativa.sitio>

Design for Desertification: <http://www.designfordesertification.com/>

Projecto 270: <http://projecto270.blogspot.pt/>

Earth Neighbours Revitalize rural neighbourhoods: <http://earth-neighbours.com/>

Ecoaldeia Fortuna Verde: <http://www.ecolivingportugal.org/eco-aldeia-fortuna-verde>

Ecoaldeia do Janas: <http://quintadoluzio.wordpress.com/>

Ecoaldeia Quebrada do Meio: <http://permaculturaportugal.ning.com/profile/marlene>

Eco Alentejo: <http://ecoalentejo.blogspot.pt/>

Eco-comunidade Vale das Lobas: <http://valedaslobas.com/>

Grupo de discussão Eco-comunidades: <http://www.ecolivingportugal.org/eco-comunidades/comment-page-1;> <https://www.facebook.com/groups/ecocomunidades.pt/>

Grupo de transição Eco-Comunidades na Planície: <https://www.facebook.com/pages/Eco-Comunidades-na-Plan%C3%ADcie/399166263513839?id=399166263513839&sk=info>

Ecovila Vegetariana: <http://ecoaldeavegetariana.wordpress.com/>

Ecovila Loural Village: <https://www.facebook.com/LouralVillage>

Escola d'Empreendedorismo Rural Da Cidade para o Campo: <https://www.facebook.com/EESRural/info>

Farmer's Life Experience – Campos de férias agrícolas: <https://www.facebook.com/AGRICULTURAL.CAMPS?fref=nf>

O Fojo Permacultura em Acção: <http://www.o-fojo.blogspot.pt/>

Herdade do Freixo do Meio: <http://www.herdadedofreixodomeio.com/>

Histórias de destaque - Associação de Comunidades Sustentáveis: <https://www.facebook.com/pages/Hist%C3%B3rias-de-Destaque-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Comunidades-Sustent%C3%A1veis/239171986157511?sk=info>

The Hive – Projecto de Permacultura no centro de Portugal: <http://thehive-colmeal.blogspot.pt/>

Horta do Zé: <http://www.hortadoze.com/>

Movimento Novos Rurais – Farming Culture: <https://www.facebook.com/novosrurais.farmingculture> ; <http://agricultoresdesofa.blogspot.pt/>

Novos Povoadores: <http://www.novospovoadores.pt/> ; <https://www.facebook.com/novospovoadores>

Osho Garden – Projecto Comunitário: <http://oshosgarden.wordpress.com/about/>

Prove – Promover e Vender: <http://www.prove.com.pt/www/>

Quinta Cabeço do Mato – eco-comunidade: <http://quintacabecadomato.blogspot.pt/>

Quinta Nemus – projecto ecológico: <http://quintanemus.blogspot.pt/>

Quinta do Vale – Permaculture in Portugal: <http://www.permaculturinginportugal.net/>

Quinta do Vale da Lama – Comunidade em Permacultura: <http://www.valedalama.net/>

Re.Ci.Pro. Co - Relações de Cidadania entre Produtores e Consumidores: http://taipa-desenvolvimento.pt/projectos/proj_realizados_rural_reciproco.htm

Rede Convergir: <http://www.redeconvergir.net/v2/>

Rede Portuguesa de Ecoaldeias: <http://portugal.ecovillage.org>

Rede Rural Criativa: <http://ruralcriativa.net/rural-criativa.php>

A Regadera – Movimento cidadão de desenvolvimento rural: <http://aregadera.wix.com/regadera>
Semente do Futuro: <http://sementedefuturo.weebly.com/>
Sustainable Forest Garden Farm Project: <http://sustainableforestgardenfarmproject.weebly.com/index.html>
Tamera – ecomunidade: <http://www.tamera.org/index.html>
Terra Alta permaculture music love and freedom: <http://terraalta.wordpress.com/>
Projecto Terras Altas Cultura Permanente: <http://permacultura-terras-altas.blogspot.pt/>
Terramada – Associação de Permacultura:
<http://permaculturaportugal.ning.com/profile/TERRAMADAAssdepermacultura>
Terramoja – Projecto de Vida Comunitária: <http://grupoterramoja.wordpress.com/>
Transição e Permacultura Portugal: <http://permaculturaportugal.ning.com/>
3 Pês - Projecto comunitário - Pessoas, Planeta, Poesia: <https://www.facebook.com/groups/3pesppp/>
Vale do Clajá Permacultura: <http://valedoclaja.blogspot.pt/>
Yurt Portugal Quinta biológica: <http://www.yurtportugal.com/index.htm>

GLOSSÁRIO

Ajudas diretas – Referem-se ao primeiro pilar da Política Agrícola Comum. São os subsídios europeus concedidos aos produtores. As ajudas diretas têm sido alteradas ao longo das reformas da PAC, sobretudo o caráter ligado ou não ao volume de produção agropecuária.

Aldeia – Pequena povoação, de categoria inferior à de vila, sem estatuto espacial-administrativo ou político, e com diferentes morfologias e densidades em todo o país.

Baldio – Área agrícola-florestal de uso e gestão comunitária, presente especialmente no norte do país.

Banco de terras – Mapeamento e/ou listagem de terrenos disponíveis, para cedência, aluguel ou venda a potenciais interessados, num determinado lugar. Os bancos de terras têm sido elaborados por grupos de cidadãos, municípios e, desde 2013, pelo Ministério da Agricultura.

“Café” – Estabelecimento de restauração/ cafetaria muito comum em Portugal.

Câmara Municipal – Órgão executivo com jurisdição político-administrativa sobre os municípios (semelhante à Prefeitura, no Brasil).

Comissão Europeia – Órgão executivo da União Europeia.

Concelho – Corresponde à delimitação espacial-administrativa do território português. O concelho é a unidade superior à freguesia.

Conselho da Europa – Organização internacional fundada em 1949 para a proteção e promoção dos Direitos Humanos. Não é um órgão da União Europeia.

Conselho da União Europeia – Coletivo dos ministros de cada Estado-Membro para discussão e deliberação sobre a legislação europeia e coordenação das políticas da UE.

Cultura temporária – As culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano e as que ocupam as terras num período inferior a cinco anos. Inclui: culturas arvenses, culturas hortícolas e floricultura ao ar livre e culturas forrageiras.

Cultura permanente – As culturas não integradas em rotação, com exclusão das pastagens permanentes, que ocupam as terras por cinco ou mais anos e dão origem a várias colheitas e que apresentam uma determinada densidade de plantação. Inclui: culturas frutícolas e vinha.

Enchidos – Alimentos feitos à base de carne, tipo salsicha. Utilizam-se geralmente as vísceras dos animais, que são enchidas com pedaços de carne.

Folar – Doce tradicional da época de Páscoa, tipo pão, ao qual se junta, dependendo da tradição regional, um ovo cozido ou pedaços de carne.

Freguesia – Nível menor da organização espacial, administrativa e política portuguesa.

Fundos europeus ou Fundos comunitários – Os fundos europeus são os financiamentos ligados às políticas europeias e aos objetivos da UE, e que são distribuídos pelos Estados-membro. Existem fundos de políticas específicas, como a PAC, e fundos considerados “estruturais”, pois o seu objetivo é fomentar a coesão económica e social da União.

Junta de Freguesia – Órgão executivo com jurisdição político-administrativa sobre a freguesia.

Licenciado – Graduado. “Licenciatura” corresponde ao curso de graduação, o primeiro nível na formação universitária, em Portugal.

Lugar (categoria estatística) – Aglomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias”, mas respeita, em geral, os perímetros definidos pelos municípios.

Monte – Casa. Expressão utilizada especialmente no sul de Portugal.

Multibanco – Caixa eletrónico.

Município – Nível superior da organização do poder local português. Acima de freguesia.

Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUT) – Categorização territorial criada pelo órgão europeu de estatística (Eurostat), subdividida em três níveis que abarcam diferentes espacialidades, conforme os países. A nomenclatura é utilizada para fins estatísticos e para a alocação dos fundos europeus. Em Portugal, onde é aplicada desde 1989, alterou a divisão regional oficial utilizada até então (a que consta do Anexo 1). Às NUT's I correspondem, em Portugal, três unidades: o território continental e os dois arquipélagos; às NUT's II, cinco regiões e os dois arquipélagos; e às NUT's III, trinta agrupamentos de municípios. Disponível em: <http://www.igfse.pt/st_glossario.asp?startAt=2&categoryID=309>. Acesso em: Julho 2014.

Pastagem permanente – Conjunto de plantas, sementeiras ou espontâneas, em geral herbáceas, destinadas a serem comidas pelo gado no local em que vegetam, mas que acessoriamente podem ser cortadas em determinados períodos do ano.

Produtores agrícolas singulares – Categorização quanto à natureza jurídica dos produtores, dividida em produtores agrícolas autónomos – os que utilizam apenas mão-de-obra do agregado doméstico – e produtores agrícolas empresários – aqueles que utilizam exclusiva ou principalmente mão-de-obra assalariada.

Programas Operacionais Regionais – Planos que definem as linhas programáticas de aplicação dos fundos estruturais europeus nas regiões portuguesas (de acordo com a classificação NUT's II).

Querentino – Natural da freguesia de Querença (Município de Loulé).

Reformado – Aposentado.

“Retornados” – Pessoas com cidadania portuguesa que viviam nos territórios africanos colonizados pelos portugueses e que fixaram residência em Portugal após a descolonização.

Vila – Povoação que conta com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 3000 e que possui, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos: Centro de Saúde; Farmácia; Casa do Povo, dos Pescadores, de espectáculos, centro cultural ou outras colectividades; Transportes públicos colectivos; Correios; Estabelecimentos comerciais e de hotelaria; Estabelecimento que ministre a escolaridade obrigatória; Agência bancária (Lei 11/82).

ANEXOS

Anexo 1 - Regiões-referência

Anexo 2 – Guiões para entrevistas semi-estruturadas

Anexo 3 – “Rede Nacional de Projectos Querença” – Projetos implementados (2012-2014)

Anexo 1 – Regiões-referência



Fonte: <http://deoromi.overblog.com/les-r%C3%A9gions-du-portugal>

Anexo 2 – Guiões para entrevistas semi-estruturadas

A. Guião para entrevista aos jovens

- . Apresentação. De onde vens?
- . Como é que ouviste falar do Projecto Querença?
- . Porque se candidatou? Qual a principal razão?
- . Já tinhas participado noutros projetos ou em associações culturais, atividades, etc.?
- . Do que estavas à espera? Como caracterizarias o projecto? Qual é o principal objetivo?
- . Qual foi a primeira sensação quando chegaste a Querença?
- . Como vês Querença? O que sabias e o que aprendeste sobre o lugar?
- . Relação entre os jovens. Já se conheciam?
- . O que faziam nos tempos livres?
- . Relação com a aldeia. Como começou? Como correu? Havia outros jovens? Sentiam-se parte?
- . Relação com a coordenação.
- . Relação com outras instituições.
- . Como desenvolveste o teu projeto? O teu objetivo era criar o teu próprio emprego ou achar um? Qual era a tua visão para a aldeia? Quando pensaste no teu projecto, qual era o quadro futuro que te sentias a desenhar ou que querias que acontecesse?
- . Como vês o teu percurso dentro da iniciativa? Mudou alguma coisa em ti?
- . Diferenças no decorrer do projeto. O projeto faria sentido noutro contexto?
- . O que é que te marcou mais? O que gostaste mais e menos?
- . Ficaste lá depois do estágio?
- . Pensaste em ficar ou terias ficado? Voltarias?
- . Qual a principal marca ou se há alguma diferença em querença antes e dp do projeto?
- . O que fazes agora?
- . Com que outras pessoas envolvidas no projeto é que achas que devo conversar?

B. Guião para entrevista à Presidente da Junta da União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim – Querença, 25 de Novembro de 2013

- . A partir da experiência da sua experiência em desenvolvimento local e rural, qual a especificidade do Projecto Querença?
- . Como foi a relação entre o projeto e a população de Querença?
- . Qual tem sido o papel do desenvolvimento local e rural (LEADER) na região?
- . Como se fixa população em meio rural?

C. Guião para entrevista ao coordenador científico – Faro, 22 de Janeiro de 2014

- . Como surgiu a ideia do projeto? Qual a fonte de inspiração?
- . O que os mobilizou (repovoar o rural, criação de emprego...)?
- . Porquê Querença?
- . Como foi montado o arcabouço institucional? A mobilização dos outros atores?
- . Que oportunidades existiam e que foram acionadas (programas, fundos, patrocínios, apoios informais, redes, instituições públicas)?
- . Qual a diferença entre o Projecto Querença e outros projetos de desenvolvimento rural?
- . Porquê “da teoria à ação”?
- . Como se deu a divulgação do concurso?
- . Quais os critérios de seleção dos jovens? Origem? Formação? Como mensuram se eles queriam/iriam ficar em Querença?

- . Quais as principais expectativas e anseios dos jovens?
- . Quais as principais expectativas e anseios da população?
- . Como viu a interação entre os jovens e a aldeia? Resistências da população?
- . No seu livro, fala dos conflitos e de forças de concentração e intensificação de terras e outros recursos. Encontrou isso em Querença?
- . Qual o ponto / atividade principal do projeto? Ter duas pessoas de agronomia foi intencional?
- . Como se deu a evolução do projeto?
- . O projeto foi pensado com a população? O que era o Fórum aldeia?
- . Como se articulou com o já havia antes? Ligações com outros grupos, associações, instituições públicas. Papel da Casa do Povo?
- . Qual a relação entre os diferentes atores, especialmente as instituições?
- . Qual o papel da universidade, dos outros departamentos?
- . Sentiram que os jovens queriam lá ficar? Acha que os jovens se adaptaram?
- . Querença tem todas as infraestruturas (net, etc.) necessárias e todos os jovens têm carro, mas mesmo assim os jovens não ficaram e as pessoas continuam a ir-se embora. Porquê?
- . Como surge a Rede de Projectos Querença?

D. Guião para entrevista ao coordenador técnico – Querença, 23 de Janeiro 2014

- . Como surgiu a ideia do Projecto Querença? Em que se inspiraram?
- . Quem procurou quem para iniciar o Projecto?
- . Quais as motivações e os objetivos?
- . Como é que surgiram as parcerias-base?
- . No que se baseou o diagnóstico inicial?
- . Quais as intervenções centrais do Projecto?
- . A que tipo de recursos deram mais atenção?
- . Como se articulou com o que já havia antes?
- . Quais as ligações com outros grupos, associações locais, a Casa do Povo?
- . Quais os tipos de apoio procurados e conseguidos? Qual o perfil dos apoiadores procurados?
- . Como conseguiram o apoio das instituições públicas? Em que se traduziu?
- . Qual o perfil dos jovens que procuravam? Origem, formação preferenciais? Como mensuraram se eles queriam ficar ou não?
- . Qual o acompanhamento (formação) e outro tiveram?
- . O que aconselharam os jovens a procurar, se não queriam seguir a política de subsídios?
- . Houve um plano de dinamização da aldeia?
- . Qual a relação do projeto e dos jovens com a população / Resistências da população?
- . Como vê a evolução do projeto?
- . Querença tem todas as infraestruturas (net, etc.) necessárias e todos os jovens têm carro, mas mesmo assim os jovens não ficaram e as pessoas continuam a ir-se embora. Porquê?

E. Guião para entrevista aos técnicos da Equipa de Projecto de Sustentabilidade do Município, Economia Local, Turismo e Emprego da Câmara Municipal de Loulé - Loulé, 24 de Janeiro de 2014

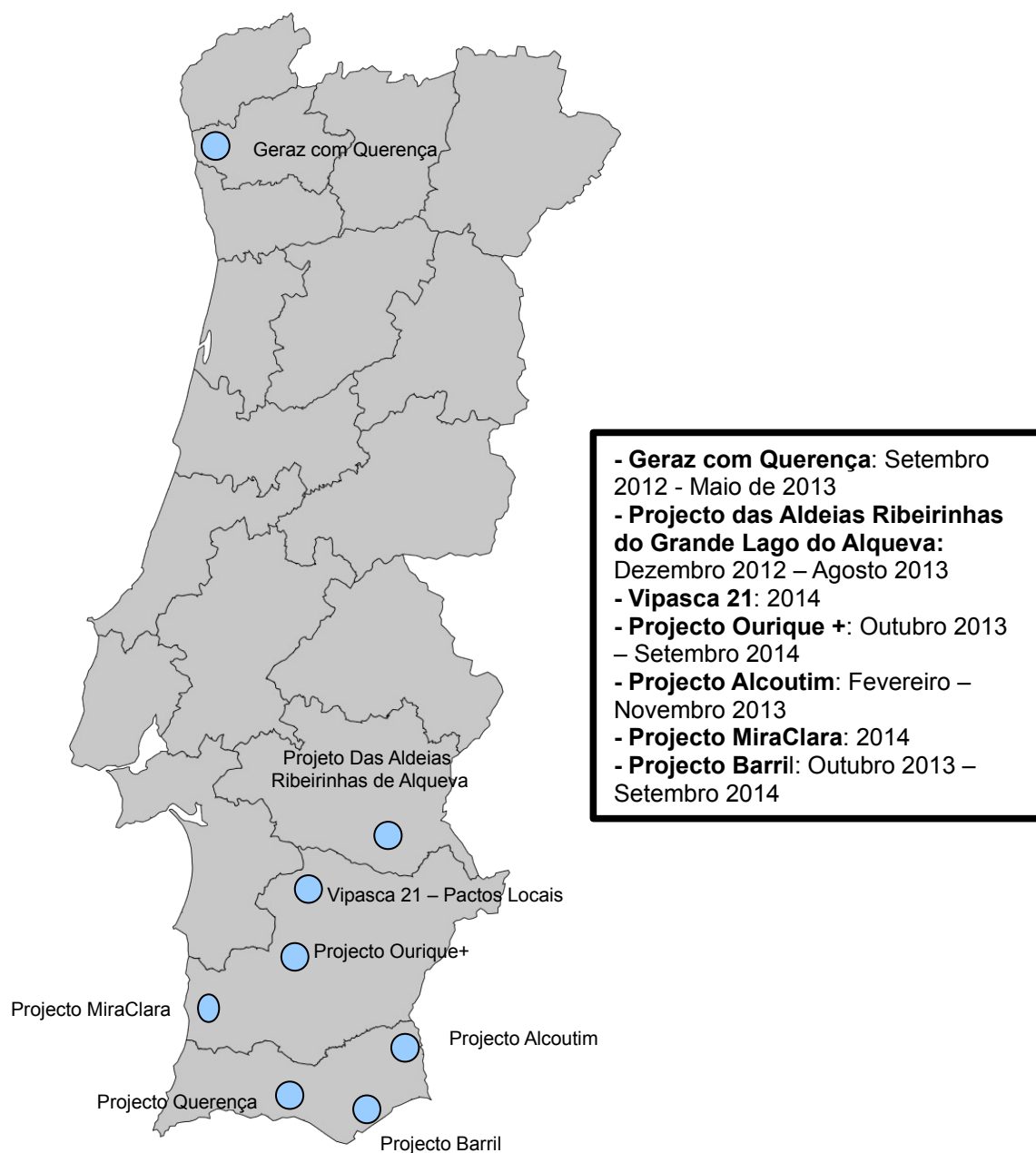
- . Qual o papel da CML no projeto? Como surgiu a colaboração?
- . Como foram envolvidos?
- . Conhece outros projetos com objetivos semelhantes? Qual a diferença entre o Projecto Querença e esses projetos?

- . Que tipo de apoio foi concedido pela CML?
- . Já conheciam os promotores?
- . Qual a mais-valia do projeto?
- . Como vêm a aldeia antes e depois do projeto?

F. Guião para entrevista ao Coordenador do CRIA (Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve) – Faro, 22 de Janeiro 2014

- . A história do CRIA.
- . Qual o papel do CRIA no Projeto Querença II?
- . O que é o empreendedorismo?
- . Será o empreendedorismo uma panaceia em tempos de crise?
- . O que acha do empreendedorismo em espaço rural:
- . O que é que Querença tem de positivo?
- . Como é que a dimensão económica-empresarial conduz à dimensão social e política?
- . Dada a dificuldade na criação e manutenção de empresas, qual a viabilidade do empreendedorismo de recém-graduados?

Anexo 3 – “Rede Nacional de Projectos Querença” – Projetos implementados (2012-2014)



Fonte: elaboração própria